

DM

O Centro de Informação Popular de Machico
Um pólo dinamizador da Revolução do 25 de Abril
(de 25.Abril.1974 a 25.Novembro.1975)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Lino Bernardo Calaça Martins
MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

Setembro | 2015

O Centro de Informação Popular de Machico
Um pólo dinamizador da Revolução do 25 de Abril
(de 25.Abril.1974 a 25.Novembro.1975)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Lino Bernardo Calaça Martins
MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

ORIENTADOR
João Nelson Veríssimo



Faculdade de Artes e Humanidades
Mestrado em Estudos Regionais e Locais
Ano lectivo: 2014-2015

Lino Bernardo Calaça Martins

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre
em Estudos Regionais e Locais

Orientador: Professor Doutor João Nelson Veríssimo

Funchal, 2015

Ao Povo de Machico.

Aos fundadores, activistas e colaboradores do CIPM.

Aos meus pais, Maria Calaça e José Martins.

Aos meus irmãos, João Manuel, José Martins Júnior,
Magda, António José, Luís e Pedro Miguel.

Ao meu filho, João Bernardo Caldeira Pires Calaça
Martins.

À minha mulher, Teresa Maria Caldeira Pires.

Porque
todos ajudaram-me a construir como pessoa e cidadão,
todos contribuíram para a existência desta dissertação.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor João Nelson Veríssimo.

Aos fundadores do CIPM, Maria Alice Franco dos Santos,
João Moniz Vasconcelos Escórcio e José Martins Júnior.

À Dr.^a Maria Benvinda Ladeira Franco.

Ao João Bernardo Caldeira Pires Calaça Martins.

À Teresa Maria Caldeira Pires.

Resumo

A presente dissertação de Mestrado em Estudos Regionais e Locais aborda o papel do Centro de Informação Popular de Machico (CIPM), entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975.

Este agrupamento, surgido logo após o 25 de Abril, constituiu uma associação revolucionária, contribuindo para a transformação sócio-económica e político-cultural de Machico, através da difusão dos ideais da Revolução do 25 de Abril e da dinamização da comunidade local e regional, à luz desses novos valores.

O CIPM foi um promotor e organizador de várias intervenções, nomeadamente, na alteração da gestão municipal, na extinção da colónia, na melhoria das condições de vida de diversos sectores profissionais, como as bordadeiras, os trabalhadores das conservas, os baleeiros, os operários da construção civil e os trabalhadores da hotelaria, bem como desenvolveu um conjunto de actividades educativas e culturais.

Esta investigação permitiu concluir que o CIPM foi um agente decisivo para a expansão dos ideais da Revolução dos Cravos, em Machico e na Madeira, apoiando a materialização de um grande número de mudanças e impulsionando a instauração da prática democrática, quer a nível local, quer a nível regional.

Palavras-chave: Centro de Informação Popular de Machico, 25 de Abril, Revolução, difusão dos ideais de Abril, associação revolucionária, mudança.

Abstract

The present Masters dissertation in Local and Regional Studies addresses the role of the Centro de Informação Popular de Machico (CIPM) between the period of April 25, 1974 and November 25, 1975.

This centre came out immediately after the revolution of April 25th and set up a revolutionary association that greatly contributed to the social economic political and cultural transformation of Machico. To this purpose, it broadcast the ideals of the revolution, and promoted the local and regional community, underpinned by those new ideals.

CIPM promoted and organised several interventions, namely the change in the municipality management and the extinction of the regional colony system. The improvement of the living conditions of menial workers – embroiderers, fish-canners, whale-hunters, construction workers and hospitality workers - was a priority too. Cultural and educational activities were also developed.

This research work has made possible to realise that CIPM was actually a decisive agent in spreading the ideals of the *Carnation Revolution*, not only in Machico but also in the whole island, as it brought about changes and supported the establishment of the democratic practice either locally or at a regional level.

Key words: Centro de Informação Popular de Machico, April 25th, Revolution, April's ideals dissemination, revolutionary association, change.

ÍNDICE

Dedicatória.....	V
Agradecimentos	VII
Resumo	IX
Abstract.....	XI
Índice geral	XIII
Índice de fotografias	XV
Chave das principais siglas e abreviaturas	XVII
Introdução.....	1
1. O contexto nacional, regional e local do surgimento do Centro de Informação Popular de Machico (CIPM)	3
2. O CIPM, uma associação revolucionária	9
2.1. Nascimento e estruturação do Centro	9
2.1.1. Fundação e liderança	9
2.1.2. Motivações.....	12
2.1.3. Organização e funcionamento	13
2.2. Acção do CIPM	17
2.2.1. Atendimento da população	17
2.2.2. Promoção da mudança no poder municipal.....	23
2.2.3. Inventariação dos problemas económicos, laborais e sociais e participação nas propostas de resolução	81
2.2.3.1. Colonia	81
2.2.3.2. Produtores de cana-de-açúcar	88
2.2.3.3. Trabalhadores da Fábrica de Conservas de Machico.....	93
2.2.3.4. Baleeiros do Caniçal	96
2.2.3.5. Matur	98
2.2.3.6. Cooperativa Povo Unido.....	100
2.2.3.7. União das Bordadeiras de Machico.....	103
2.2.3.8. Machitur	107

2.2.3.9. O alojamento dos retornados.....	108
2.2.4. Organização de acções educativas e culturais	110
2.2.4.1. Jardim-de-infância do Forte do Cais de Machico	111
2.2.4.2. Actividades culturais	115
2.2.5. Relacionamento do CIPM com a Igreja Católica	117
2.2.5.1. A polémica da sede do CIPM	117
2.2.5.2. A ordem episcopal de retirada do pároco da Ribeira Seca.....	124
2.2.6. Propaganda da Revolução e combate à “ reacção ”	129
2.2.6.1. A celebração e a difusão dos ideais do 25 de Abril	129
2.2.6.2. A evocação do 1.º de Maio	132
2.2.6.3. O esclarecimento das massas populares.....	133
2.2.6.4. Denúncia dos “fascistas” e “reaccionários”	135
2.2.6.5. Oposição ao separatismo.....	138
2.2.6.6. Tribunal Popular.....	144
2.2.6.7. O assalto ao CIPM	153
2.2.6.8. Posição face ao 28 de Setembro de 1974.....	156
2.2.6.9. Posição face ao 11 de Março de 1975	158
2.2.6.10. Posição face ao 25 de Novembro de 1975	161
2.3. O CIPM na imprensa regional e nacional	163
Conclusão	167
Bibliografia e fontes	171
Índice de anexos	195

Índice de Fotografias

Fotografia 1 – Imóvel onde funcionou a sede do CIPM, na Rua do Ribeirinho, 21 – Machico. (Foto João Bernardo Martins, 2015).....	6
Fotografia 2 – José Martins Júnior, fundador do CIPM, falando aos populares, no Largo da Praça, Machico, 1975. (Foto C. A.)	10
Fotografia 3 – Maria Alice Franco Santos, fundadora do CIPM. (Foto <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 8 de Novembro de 1974)	10
Fotografia 4 – João Moniz Vasconcelos Escórcio, fundador do CIPM. (Foto <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 8 de Novembro de 1974)	10
Fotografia 5 – Tomada de posse da Comissão Administrativa, presidida por Alexandre Teixeira, no Salão Nobre da CMM, em 24 de Setembro de 1974. (Foto <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 25 de Setembro de 1974).....	35
Fotografia 6 – A multidão, ostentando cartazes, ouvia os oradores da tomada de posse de Alexandre Teixeira, em 24 de Setembro de 1974, frente aos Paços do Município. (Foto <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 25 de Setembro de 1974)	36
Fotografia 7 – Ocupação da Câmara Municipal de Machico, exigindo a demissão de Alexandre Teixeira, no Largo do Município, em 10 de Fevereiro de 1975. (Foto <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 11 de Fevereiro de 1975)	51
Fotografia 8 – Plenário dos caseiros, na Cooperativa Agrícola do Funchal, em 23 de Outubro de 1974, com a participação do Secretário de Estado da Agricultura, Esteves Belo. (Foto <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 24 de Outubro de 1974)	85
Fotografia 9 – Concentração de manifestantes, junto à Fábrica do Hinton, Funchal, ocupada pelos produtores de cana-de-açúcar. (Foto <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 10 de Abril de 1975).....	91
Fotografia 10 – Manifestação de apoio à ocupação do Engenho do Hinton, Funchal. (Foto Calisto, Luís (1995), <i>Achas na autonomia</i> , Funchal, Edição <i>Diário de Notícias</i> do Funchal)	92

Fotografia 11 – Trabalhadoras da Fábrica de Conservas de Machico. (Foto ACMM)...	94
Fotografia 12 – Jardim-de-infância, no Forte do Cais de Machico, 1974. (Foto C. A.)..	113
Fotografia 13 – Protesto junto ao Paço Episcopal do Funchal, contra a ordem de retirada do pároco da Ribeira Seca, em 7 de Novembro de 1974. (Foto <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 8 de Novembro de 1974)	127
Fotografia 14 – Duplicador Gestetner, mod. 366 c/ n.º 2-C-4139, utilizado pelo Centro de Informação, na impressão de comunicados e panfletos, para o esclarecimento das massas populares. (Foto João Bernardo Martins, 2015).....	135
Fotografia 15 – Carro destruído por atentado bombista em Machico, em 16 de Outubro de 1975. (Foto <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 17 de Outubro de 1975).....	143

Chave das principais siglas e abreviaturas

ACM / A. C. M. – Acção Católica de Machico

ACMM – Arquivo da Câmara Municipal de Machico

ANP – Acção Nacional Popular

ARM – Arquivo Regional da Madeira

BMF – Biblioteca Municipal do Funchal

BPR – Biblioteca Pública Regional

BN – Biblioteca Nacional

BUMa – Biblioteca da Universidade da Madeira

C. A. – Colecção do Autor

C. PMCM. – Colecção de Pedro Miguel Calaça Martins

CA da CMM / C. A. CMM – Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico

CF – Comércio do Funchal

CIP / C. I. P. – Centro de Informação Popular

CIPM – Centro de Informação Popular de Machico

CIP/M – Centro de Informação Popular de Machico

CMM – Câmara Municipal de Machico

COCAN – Cooperativa Operária e Camponesa

COOPOPULAR - Cooperativa Popular

COPCON – Comando Operacional do Continente

COPMAD – Comando Operacional da Madeira

COP-POP – Comando Operacional Popular

CTIM – Comando Territorial Independente da Madeira

DL – Diário de Lisboa

DM – Diário da Madeira

DN, Funchal – Diário de Notícias, Funchal

DN, Lisboa – Diário de Notícias, Lisboa

DP – Diário Popular

EF – Eco do Funchal

E.N. – Emissora Nacional

FEC – Frente Eleitoral Comunista

FLAMA – Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira

FPDM – Frente Democrática Popular da Madeira
GDUP – Grupos Dinamizadores de Unidade Popular
HBC – Empresa Eléctrica HBC
ILMA – Indústria de Lacticínios da Madeira
JAC / J. A. C. – Juventude Agrária Católica
JAPAM – Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira
JM – Jornal da Madeira
JPM – Junta de Planeamento da Madeira
JSN – Junta de Salvação Nacional
MAIA – Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas
MFA – Movimento das Forças Armadas
MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MDM – Movimento Democrático da Madeira
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado / Direcção-Geral de
Segurança
PPD – Partido Popular Democrático
PREC – Processo Revolucionário Em Curso
RALIS – Regimento de Artilharia Ligeira de Lisboa
RTP / R. T. P. – Radiotelevisão Portuguesa
SAM – Sociedade de Automóveis da Madeira
UBM – União da Bordadeiras de Machico
UCIM – União dos Caseiros da Madeira
UDP – União Democrática Popular
UPM – União do Povo da Madeira

Introdução

O objecto temático da presente dissertação é o Centro de Informação Popular de Machico (CIPM), uma associação criada, logo após o golpe militar do 25 de Abril de 1974, a qual desenvolveu uma acção de inventariação dos problemas económico-sociais e culturais existentes na referida localidade e promoveu a sua resolução, numa relação próxima com as populações, constituindo um polo difusor e dinamizador dos ideais da Revolução dos Cravos.

Que seja do nosso conhecimento, existe pouca investigação e divulgação da história relacionada com a Revolução dos Cravos e dos seus subsequentes acontecimentos, na Madeira, e em particular, de Machico, cuja vasta riqueza – embora sujeita à controvérsia – urge estudar e estruturar, cientificamente. Foi propósito do autor deste trabalho, desde o início do Mestrado em Estudos Regionais e Locais, debruçar-se sobre uma temática original, ligada à sua terra natal e, preferencialmente, relacionada com a Revolução do 25 de Abril. Assim, se materializa essa motivação, através do estudo da história do CIPM, abordagem esta jamais efectuada, não havendo qualquer obra específica sobre a mesma, seja a nível regional, seja a nível nacional.

O período deste trabalho vai do 25 de Abril, data materna da mencionada associação, pois o seu aparecimento ocorreu quase a seguir àquele acontecimento histórico, até ao 25 de Novembro de 1975, comumente, considerado como o marco da contra-revolução, o qual encerrou o período revolucionário mais forte da história portuguesa dos últimos 41 anos. Foram 19 meses em que o CIPM contribuiu para a transformação económico-social e político-cultural do concelho de Machico e mesmo da Madeira.

A problemática deste tema entronca-se numa questão nuclear: qual foi o papel do CIPM na promoção e difusão dos ideais da “Revolução dos Cravos”, na Madeira, e em particular, em Machico? No entanto, este assunto está correlacionado com um conjunto mais vasto de aspectos, entendidos como objectivos fundamentais, a alcançar nesta tarefa. De entre eles, importa saber os seguintes:

- O que foi o CIPM? Quando surgiu? Como nasceu? Qual o contexto do seu aparecimento? Quais as motivações da sua existência? Por que fins se empenhava? Quem o fundou? Quais os seus principais activistas? Como estava organizado e como funcionava?

- Quais foram as suas áreas de intervenção? Que inventariação realizou da realidade em que se integrava? Quais as iniciativas do Centro de Informação, em ordem à solução dos problemas sócio-económicos e culturais? Que acções foram promovidas para atingir os seus intuitos?

- Qual a sua relação com as instituições oficiais da época? Que relacionamento tinha com outras organizações locais e regionais?

- Qual o papel do CIP na divulgação prática das ideias do 25 de Abril? Que resultados foram obtidos? Que marcas foram deixadas? Porque foi uma associação revolucionária? Quais as mudanças que ajudou a empreender? Que influência exerceu na comunidade machiquense e madeirense, a nível político e cultural? Que espaço ocupou na comunicação social, quer a nível regional, quer a nível nacional?

Relativamente à metodologia utilizada, a primeira fase consistiu na recolha de documentação, então, pertencente ao CIPM, depois na consulta de uma colecção de notícias alusivas ao período revolucionário de Machico e da Madeira e à própria agremiação, seguindo-se a investigação de informações da imprensa regional e nacional, todas respeitantes à época em estudo, a par de uma consulta bibliográfica para o enquadramento histórico do objecto temático. Esta acção foi complementada com a recolha de depoimentos escritos de fundadores e principais activistas do CIPM, os quais explicaram a função produzida pelo Centro de Informação Popular, indicaram os campos de actuação mais significativos e apontaram memórias mais marcantes, a nível pessoal, que tivessem retido da acção do CIPM. Para concretizar esta actividade, houve o recurso a colecções particulares (de Pedro Miguel Calaça Martins e do autor da dissertação), de arquivos e bibliotecas de organismos públicos (Arquivo da Câmara Municipal de Machico, Arquivo Regional da Madeira, Biblioteca Pública Regional, Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal do Funchal e Biblioteca da Universidade da Madeira) e à elaboração de um questionário, para efeitos do depoimento dos fundadores e activistas do CIPM. Assinale-se, ainda, a criação de uma cronologia dos acontecimentos locais, no período em apreço.

O autor deste trabalho, então um jovem, participou nos acontecimentos da época do 25 de Abril, e esteve ligado ao Centro de Informação Popular de Machico. Mesmo antes de escrever a primeira linha, foi sua preocupação pautar-se por uma orientação da maior isenção desejável. Compreendendo não ser fácil separar-se, radicalmente, dos momentos vividos, o certo é que foi feito um enorme e constante esforço para atingir, o mais e o melhor possível, o objectivo da imparcialidade histórica.

1. O contexto nacional, regional e local do surgimento do Centro de Informação Popular de Machico (CIPM)

O CIPM foi uma associação revolucionária. Nasceu na sequência do 25 de Abril de 1974 e contribuiu para algumas transformações no tecido económico-social e cultural de Machico e também da Madeira.

Para melhor compreendermos o seu aparecimento e o seu papel interventivo, importa conhecermos, de forma global, o contexto nacional, regional e mesmo até local da época.

A nível nacional, no 25 de Abril de 1974, acabávamos de sair de uma ditadura de 48 anos, sob a chefia de Marcelo Caetano, substituto de Salazar, em 1968, e de Américo Tomás. A economia apresentava-se débil e em crise, com as seguintes características: agricultura tradicional e não rendível, fraco desenvolvimento industrial, atenuada taxa de crescimento das exportações, défice da balança comercial, subida da taxa de inflação, dificuldade do Estado em suportar as despesas com infra-estruturas, por causa dos custos da guerra colonial. À crise económica, juntavam-se outros factores, como a existência da censura, a falta de liberdades públicas, a repressão do Estado, a polícia política (PIDE/DGS), a proibição da greve e de sindicatos livres¹. Vivia-se, nesta fase próxima da Revolução dos Cravos, uma situação tensa, a nível político-social, designadamente, com um forte movimento grevista no sector industrial, de Outono de 1973 a Abril de 1974, forte contestação dos estudantes universitários, o boicote às eleições legislativas de 1973, por parte da oposição e o aumento da violência policial². Mas as circunstâncias detonadoras do 25 de Abril estavam ligadas à guerra existente no Ultramar português, e que durava há 13 anos. Registava-se o cansaço da guerra, por parte dos oficiais das Forças Armadas, a insatisfação pela alteração das normas de acesso e promoção à carreira militar, a publicação do livro *Portugal e o Futuro* (no qual se afirma que a guerra colonial não passava por uma solução militar, mas política) da autoria de António Spínola, a demissão deste, a par da de Costa Gomes, dos cargos de chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas. A ruptura dos militares, essencial para a formação do MFA e decisiva para o golpe de estado do 25 de Abril, teve uma

¹ Mattoso, José, dir. (1993-94) *História de Portugal*, Vol. VIII, Portugal em Transe (1974-1985), Lisboa, Editorial Estampa.

² Rosas, Fernando (2004), *Pensamento e Acção política, Portugal século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias.

primeira fase (de Junho a Setembro de 1973), com o descontentamento dos oficiais do quadro, face às medidas do governo, em benefício da promoção dos oficiais milicianos, em detrimento daqueles, numa lógica de colmatar a falta de oficiais no exército, devido ao prolongamento da guerra colonial. A conspiração dos trezentos oficiais das Forças Armadas evoluiu para uma segunda etapa (de Setembro a Fevereiro de 1974), marcada pela consciencialização de que a guerra colonial só seria resolvida pela via política e depois passou-se para uma terceira fase (de Fevereiro a Abril de 1974), em que se concluiu pela necessidade de derrubar o regime político de Marcelo Caetano, através de um golpe militar. Assim, se foram os generais a alertar para a inviabilidade militar da guerra, foram os capitães a decidir e a organizar a queda do governo ditatorial³.

A Madeira e o Porto Santo eram parcelas integrantes da fragilidade económico-social do país. A agricultura, a pesca e a pecuária estavam atrofiadas, devido a técnicas arcaicas, sendo a indústria praticamente nula. A economia regional está em recessão, contando muito para tal a concorrência da banana das ex-colónias portuguesas. A forte aposta no turismo, partir dos anos 50 do século XX levou a um desequilíbrio, relativamente às restantes áreas produtivas, tornando a economia madeirense muito insegura e dependente do exterior, nomeadamente do poder económico britânico. Agrava-se a situação, com a existência do regime de colónia, em que os camponeses tinham de repartir, regra geral, metade da sua produção com os senhorios. O arquipélago era cenário de pobreza e desemprego, o que levava a uma massiva emigração. A nível político, o isolamento ilhéu era acentuado pela política centralista e de menosprezo, por parte do regime político de Salazar e Caetano. Isto significa que, devido aos condicionalismos de insularidade e ditadura, o golpe militar do 25 de Abril não teve, na Madeira, uma acção concomitante com os acontecimentos do Continente Português. No entanto, havia um desejo de ruptura com a submissão ao poder de Lisboa e a uma mudança de regime, que favorecesse o desenvolvimento económico-social do arquipélago e a autonomia regional, destacando-se o papel de muitos democratas destas ilhas e do jornal *Comércio do Funchal*, antes do 25 de Abril⁴.

Em Machico, no rebotar da Revolução dos Cravos, naturalmente, as marcas negativas do regime em vigor faziam-se sentir, expressas nalgumas situações

³ Mattoso, José, dir. (1993-94) *História de Portugal*, Vol. VIII, Portugal em Transe (1974-1985), Lisboa, Editorial Estampa.

⁴ Nepomuceno, Rui (1994), *As crises de subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 215-229.

específicas. Por um lado, eram diversos os problemas económico-sociais, como a forte implantação do regime de colónia, a exploração desenfreada dos produtores de cana sacarina, as condições difíceis dos trabalhadores do sector conserveiro de Machico, dos trabalhadores da construção civil e da indústria hoteleira da Matur, bem como o ambiente desfavorável dos baleeiros do Caniçal. A isto, juntava-se a expulsão dos moradores do sítio da Misericórdia, por parte da Machitur, por via dos seus objectivos de rentabilização turística, assim como as condições menos dignas das bordadeiras de casa. Por outro lado, havia um poder municipal asfíxiante, abusador dos munícipes e cerceador dos seus direitos, que vinha sendo alvo de alguma contestação, nomeadamente dos paroquianos da Ribeira Seca, os quais foram alvo de vigilância da polícia política de então, a PIDE/DGS e do próprio tribunal⁵.

Assim, se verifica que o movimento libertador do MFA derrubou as muralhas da ditadura de quase cinco décadas, trouxe o povo para a rua, possibilitou as liberdades de pensamento e de expressão e a formação de associações cívicas. Ora, foi neste contexto nacional, regional e local que surgiu uma nova página na história do país, que foi muito marcante em Machico, e, por consequência, foi, nesta maré, que nasceu o Centro de Informação Popular de Machico.

A propósito, passados quatro décadas, Martins Júnior, fundador e activista do CIPM descreve o seguinte:

*O corpo e o espírito da “Revolução dos Capitães em Lisboa já estavam no ADN da população da Madeira, mas mui particularmente, nas gentes de Machico. E de tal forma que a indignação reprimida até ao sufoco, no povo de Machico durante séculos explodiu na praça pública, embora sem armas, no entanto com a força da sua voz porventura com alguma agressividade verbal contra os corifeus do regime salazarista em Machico.”*⁶

Em termos institucionais, chega à Madeira, no dia 2 de Maio de 1974, o tenente-coronel Carlos Azeredo, que vai acumular, provisoriamente, as funções de comandante militar com as de governador civil. A 9 de Maio, aterra na ilha, o novo bispo da diocese, D. Francisco Santana⁷. Em 12 de Agosto, toma posse como governador civil, o Dr. Fernando Rebelo. São três figuras que marcarão a vida política regional e estarão ligadas à acção do Centro de Informação Popular de Machico.

⁵ *Sempre Fixe*, Lisboa, 16 de Novembro de 1974, O Caso do Pároco da Ribeira Seca, Biblioteca Nacional.

⁶ Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo M)

⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 9 de Maio de 1974, D. Francisco Antunes Santana chega esta tarde à Madeira, ARM e *Jornal da Madeira*, Funchal, 10 de Maio de 1974, «Com a colaboração da Igreja local, do Clero, dos leigos, eu estou certo de que a minha acção aqui será fecunda.», ARM.



Fotografia 1 – Imóvel onde funcionou a sede do CIPM, na Rua do Ribeirinho, 21 – Machico. (Foto João Bernardo Martins, 2015)

O primeiro comunicado desta organização, encontrado na imprensa, surgiu em 18 de Junho de 1974, comentando a manifestação realizada em Machico, no dia 14 de Junho, com cerca de cinco mil pessoas, na qual foram denunciados os funcionários que serviram o fascismo e ofenderam a dignidade do povo, tendo a actividade decorrido com civismo e ordem⁸. No entanto, sabe-se que o CIPM teria começado mais cedo, nomeadamente em Maio do mesmo ano, tendo uma das suas primeiras tarefas a auscultação da população, para escolher a Comissão Administrativa da edilidade. Entretanto, a ficha de atendimento datada mais antiga, em papel timbrado do CIPM, tem assinalado o dia 8 de Junho de 1974⁹. Aliás, a própria Acção Católica de Machico referia que a instalação do grupo do CIPM, que era a sede daquela organização, à Rua do Ribeirinho, n.º 21, acontecera “*Em princípios de Maio*”¹⁰. Estas referências servem para inferirmos que uma das primeiras associações pós 25 de Abril a surgirem na Madeira foi o Centro de Informação Popular de Machico. Nasceu mesmo antes de outros organismos, sejam movimentos, sejam partidos políticos. Registe-se que o aparecimento do Movimento Democrático da Madeira (MDM) ocorreu em 9 de Maio de

⁸ *Jornal da Madeira*, Funchal, 18 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico – Informação, C. PMCM e *Diário de Notícias*, Funchal, 18 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico – Esclarecimento, C. PMCM. (Anexo D). A data do comunicado do CIPM, no *DN*, Funchal, está 17 de Janeiro de 1974, mas obviamente, o mês não é este, devendo ler-se, sim, Junho. Ambos os comunicados foram assinados por João Moniz de Vasconcelos Escórcio e Avelino Correia.

⁹ Ficha de atendimento – *Maria de Freitas*, 8 de Junho de 1974, preenchida por Lino Bernardo Calaça Martins, C. A. (Anexo A)

¹⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

1974¹¹ e o primeiro comunicado do Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas (MAIA) é publicado a 4 de Junho de 1974¹². Entretanto, surgiu a União do Povo da Madeira (UPM) em 27 de Junho e a Frente Democrática Popular da Madeira (FPDM), também, neste mês, fez o seu primeiro comício, no dia 5 de Julho. Por seu turno, o início oficial da acção do Partido Popular Democrático (PPD) na ilha teve lugar a 20 de Agosto de 1974, tendo, no mesmo mês, o Partido Socialista (PS) e o Centro Democrático Social (CDS) formalizado a sua presença oficial, a nível regional, assim como o Partido Comunista Português (PCP), vindo da clandestinidade, que abriu a sua sede regional, também, em Agosto de 1974. Já em 1975, apareceram outras organizações, como a Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (FLAMA) e o Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDS), que, nesta altura, estendeu a sua acção à Madeira¹³.

Com estes elementos, tudo se conjuga para concluirmos que, com efeito, o CIPM foi um dos primeiríssimos movimentos a nascer no arquipélago, apesar do seu registo legal ter acontecido a 6 de Maio de 1975. Assim, se compreende que Amadeu Sabino sublinhasse que esta associação, depois do 25 de Abril, “*na ausência de tradições e implantação partidárias*”, tivesse “*agido como uma espécie de dinamizador político de todo o processo (...)*”¹⁴.

¹¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Maio de 1974, O momento político - Movimento Democrático da Madeira, Biblioteca Nacional.

¹² *Diário de Notícias*, Funchal, 4 de Junho de 1974, Manifesto do Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo, Biblioteca Nacional.

¹³ Gouveia, Gregório (2002), *Madeira: Tradições autonomistas e revolução dos cravos*, Funchal, Editora O Liberal, p. 139-250.

¹⁴ Sabino, Amadeu Lopes (1976), *Portugal é demasiado pequeno (1974–1976)*, Coimbra, Editora Centelha, p. 120.

2. O CIPM, uma associação revolucionária

2.1. Nascimento e estruturação do Centro

O aparecimento do CIPM foi uma novidade cívica e surgiu como um dos primeiros movimentos políticos na Madeira, assim que se deu o golpe militar em 25 de Abril de 1974. Neste capítulo, encontraremos as causas do seu nascimento, bem como os seus fundadores e os que mais se destacaram na sua direcção. Também, conheceremos os moldes como estava organizado e funcionava esta associação que se propunha seguir os ideais da Revolução dos Cravos.

2.1.1. Fundação e liderança

O Centro de Informação Popular de Machico nasceu, como já referimos, logo após o 25 de Abril, tendo a Acção Católica de Machico precisado esse facto temporal, quando referiu que foi “*Em princípios de Maio*”¹⁵ que se deu a instalação deste grupo na casa que servia de sede àquela organização, na Rua do Ribeirinho, n.º 21, em plena Vila de Machico.

O projecto do CIPM foi lançado por um conjunto de jovens, considerados como “*dos mais conscientes de Machico*”¹⁶, cuja origem social radicava nos sectores menos favorecidos.

Apesar de desenvolver uma actividade intensa e de ser reconhecido como um interlocutor válido junto das instâncias oficiais, a verdade é que a constituição legal do CIPM como associação só surgiu em 6 de Maio de 1975, no Cartório Notarial de Machico.

Os promotores da fundação legal, ou seja, os elementos que registaram a associação no Cartório Notarial de Machico, em 6 de Maio de 1975, foram José Martins Júnior, Maria Alice Franco dos Santos, Maria da Conceição Marques Gomes, João Moniz Vasconcelos Escórcio e António de Aveiro Freitas Spínola. Todos maiores,

¹⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

¹⁶ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

solteiros e residentes na freguesia de Machico, sendo os três primeiros no sítio da Ribeira Seca, o quarto no Poço do Gil e o último na Banda de Além¹⁷.



Fotografia 2 – José Martins Júnior, fundador do CIPM, falando aos populares, no Largo da Praça, Machico, 1975. (Foto C. A.)

Se é verdade que os “cabecilhas” de uma organização não significam, necessariamente, que sejam os que fazem parte do registo legal, neste caso, os nomes citados eram o núcleo central da direcção efectiva do CIPM. Estão, praticamente e na sua maioria, desde o início do Centro, ocorrido um ano antes, e como tal apresentaram-se, naturalmente, como constituintes legais do CIPM.



Fotografia 3 – Maria Alice Franco Santos, fundadora do CIPM. (Foto *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Novembro de 1974)



Fotografia 4 – João Moniz Vasconcelos Escórcio, fundador do CIPM. (Foto *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Novembro de 1974)

Mas há outros nomes que estiveram ligados a esta agremiação, como Avelino Correia, do sítio da Ladeira, António José Calaçã Martins, Pedro Miguel Calaçã Martins

¹⁷ *Livro de notas n.º 217*, Cartório Notarial de Machico, 1976, C. A.

e Lino Bernardo Calaça Martins, os três, moradores na Banda de Além, e irmãos de José Martins Júnior. Juntam-se, ainda, outros colaboradores, como José Margarido Dias Olim, do sítio do Piquinho, Manuel Carlos Pereira Perestrelo, do sítio do Poço do Gil e João Manuel Ornelas Aveiro, do Piquinho.

Deste conjunto de pessoas, sobressaiu José Martins Júnior, pároco da Ribeira Seca. Ele foi visto, durante a existência do CIPM, como o seu principal mentor, conforme será provado ao longo do trabalho. Mas desde o início, este sacerdote foi referenciado como um dos principais “cabecilhas”. Tal é atestado num excerto de uma “Resposta ao C.I.P. de Machico”, da autoria de um “grupo de munícipes” e publicada no *Diário de Notícias*, Funchal de 31 de Outubro de 1974, a propósito de uns incidentes ocorridos numa sessão de “canto livre”, que teve lugar no dia 26 anterior. Neste documento, o padre Martins foi altamente visado no acontecimento e figurou em primeiro lugar numa lista dos “colaboradores e militantes do CIP”, estando os nomes assim ordenados:

*1 – José Martins Júnior, padre católico; 2 – João Moniz de Vasconcelos Escórcio, sem profissão; 3 – Avelino Correia, militar e sem profissão; 4 - Miguel Calaça Martins, sem profissão; 5 – António Aveiro, sem profissão; 6 – António José Calaça Martins, empregado de consultório médico e 7 – Bernardo Calaça Martins, estudante.*¹⁸

Num já aludido comunicado da Acção Católica de Machico, também se salientava o papel activo de José Martins Júnior, ao mencionar a sua influência directa na questão polémica da ocupação da sede, pois que “*dirigindo-se ao povo que o acompanhava pediu-lhe que servisse de testemunha (...) e disse-lhes que no dia seguinte convocaria o povo para abri-la ilegalmente.*”¹⁹

A liderança do Pe. Martins será ilustrada com diversos exemplos, neste trabalho, confirmando-se o seu papel preponderante no curso dos acontecimentos de Machico e na actividade do CIPM.

¹⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 31 de Outubro de 1974, Resposta ao C.I.P. de Machico, C. PMCM.

¹⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

2.1.2. Motivações

O contexto económico-social e político-cultural, de carácter nacional, regional e local, anterior ao 25 de Abril de 1974 encontrava-se marcado, de modo comum, por um forte subdesenvolvimento, destoante da média europeia, por uma elevada taxa de analfabetismo e um limitado acesso ao ensino, pela falta de liberdade e democracia, pela influência negativa da guerra colonial, por uma forte emigração e pelo atraso cultural. De modo mais específico, a nível da Madeira e de Machico, o duro regime da colónia, o diminuto tecido empresarial, a má situação dos trabalhadores e das bordadeiras provocaram um enorme sofrimento da população. O surgimento da liberdade, graças à “Revolução dos Cravos”, e a necessidade de mudança do contexto que se vivia até então apresentava-se como a grande mola propulsora para o aparecimento do CIPM, levando ao impulso de um grupo de jovens de Machico, tendo em vista a fundação desta agremiação. Num prospecto de Outubro de 1975, intitulado “*A luta do povo de Machico*” – o qual faz uma resenha do movimento popular nesta localidade, desde os primórdios da revolução – atesta-se o referido enquadramento:

*Muito antes do 25 de Abril, o povo de Machico vivia esmagado de tantas maneiras. Operários, camponeses e pescadores sofriam a exploração e os maus tratos de patrões, senhorios, comerciantes, funcionários públicos, etc. Como em toda a parte. O povo pobre estava sempre á espera de uma lei justa, uma lei do povo. Mas essa lei só poderia aparecer quando fosse o povo a mandar, a escrever essa lei.*²⁰

Maria Alice Franco Santos, fundadora do Centro de Informação, considera que a génese desta organização radica na “*consciência e intervenção política e cívica do Povo da Ribeira Seca, liderada pelo seu pároco*”, o padre Martins, pois “*desde os anos 70, que o povo da Ribeira Seca (...) denunciava e reivindicava a extinção de vários tipos de repressão e discriminação social*”, através da poesia popular e da música²¹. Segundo a mesma activista, foi este “*mar“ de gritos e de reivindicações do povo de Machico*” que o CIP dinamizou, “*chamando, assim, o povo de Machico a participar na discussão dos seus problemas e na forma de os solucionar.*”²²

Foi por estas razões que um aglomerado de machiquenses sentiu “*a necessidade de dinamizar a vida associativa do concelho, e realizar um trabalho de*

²⁰ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

²¹ Santos, Maria Alice Franco, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo N).

²² Santos, Maria Alice Franco, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo N).

consciencialização dos trabalhadores”²³. E assim, se justificava o aparecimento do Centro:

*Como o povo precisava de um lugar para organizar as suas lutas, conseguiu que um antigo prédio, pertencente aos paroquianos de Machico ficasse a servir para esse fim. E assim nasceu o Centro de Informação Popular, onde se têm reunido operários, camponeses e pescadores para ganharem conhecimentos e experiência para as suas lutas.*²⁴

Para tal, o CIPM lançou-se na promoção de reuniões e comícios, com o objectivo de esclarecer a população, visando a resolução de assuntos que muito a preocupava, como a prática da colónia, o saneamento da Câmara Municipal e outras necessidades primárias, como o fornecimento de luz eléctrica, da água potável e do saneamento básico²⁵. Para os seus responsáveis, “*O aparecimento do C.I.P. deu ao povo a possibilidade de poder fazer as suas reivindicações numa forma unida e organizada. O povo começou a confiar em nós*”²⁶.

Considerando que as motivações da existência desta associação tinham a ver com a consciencialização e a organização da população, para combater os constrangimentos com que se debatia, por consequência as finalidades do CIPM eram “*estudar, defender e promover, nos aspectos económico, político e social, os interesses da massa trabalhadora de Machico, operários, camponeses e pescadores. É portanto uma associação de trabalhadores.*”²⁷

2.1.3. Organização e funcionamento

Os órgãos administrativos do CIPM, definidos pelos estatutos, eram a Assembleia Geral e a Direcção. Os eleitos exerciam gratuitamente o seu mandato durante um ano²⁸.

Naturalmente, existiriam reuniões do CIPM, mas na investigação efectuada, não se conseguiu encontrar actas dos mencionados órgãos, nem registos dos seus actos

²³ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

²⁴ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

²⁵ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

²⁶ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

²⁷ *Estatutos do CIPM*, Cartório Notarial de Machico, 6 de Maio de 1975, C. A. (Anexo G).

²⁸ *Estatutos do CIPM*, Cartório Notarial de Machico, 6 de Maio de 1975, C. A. (Anexo G).

eleitorais. Ainda assim, constatámos, documentalmente, a realização de “*reuniões de planificação de trabalho das equipas*”²⁹, nomeadamente da livraria e biblioteca e dos assuntos marítimos. Estes encontros tinham por objectivo definir linhas de orientação e a organização das actividades sectoriais do CIP³⁰.

Relativamente a sócios, os estatutos definiram que poderia adquirir essa qualidade quem tivesse mais de 18 anos, fosse nacional ou estrangeiro, pagasse a quota mensal, então, no valor de dez escudos e sobretudo fossem “*antifascistas*”, aceitassem os estatutos e defendessem “*os interesses das massas trabalhadoras*”³¹. Para o registo dos associados, existia um “*Boletim de inscrição*”, contendo os dados identificativos, nome, morada, data de nascimento, estado civil, nº de sócio e assinatura do mesmo, bem como um espaço para a rubrica do tesoureiro do CIPM³². E no âmbito da cobrança das quotas, havia um impresso próprio, chamado “*Quotas*”³³, onde estavam inscritos os mencionados dados do sócio, acrescidos da indicação da profissão e do valor da quota; nesse documento, figuravam os 12 meses do ano, de modo a registar o pagamento mensal efectuado pelo membro do CIP, o qual era validado pelo tesoureiro³⁴. Para além da quotização, existia outra forma de financiamento da associação, que era a entrega de donativos monetários³⁵.

No quadro do funcionamento da associação, realça-se o facto de haver um horário de expediente para os cidadãos poderem apresentar os seus problemas, tarefa importante que se abordará de forma mais detalhada adiante. Com efeito, às segundas, quartas e sextas-feiras, a partir das 15 horas, a sede estava aberta ao público, sendo o atendimento assegurado por dirigentes, sócios e colaboradores do CIP³⁶.

²⁹ Comunicação do CIPM *Reunião dia 5/Maio, Segunda – Conclusões – Reuniões de planificação de trabalho das equipas*, 5 de Maio 1974 (?), C. A.

³⁰ Comunicação do CIPM *Reunião dia 5/Maio, Segunda – Conclusões – Reuniões de planificação de trabalho das equipas*, 5 de Maio 1974 (?), C. A.

³¹ *Estatutos do CIPM*, Cartório Notarial de Machico, 6 de Maio de 1975, C. A. (Anexo G).

³² *Impresso Boletim de Inscrição no Centro de Informação Popular*, s/d, C. A.

³³ *Impresso Quotas - Centro de Informação Popular*, s/d, C.A.

³⁴ *Registo de quotas do sócio nº 20*, s/d e *Registo de quotas do sócio nº 19*, s/d, C. A.

³⁵ *Recibo de donativo de 220\$00 (duzentos e vinte escudos), concedido por Manuel Carlos Pereira Perestrelo*, 4 de Fevereiro de 1975, C.A. e *Recibo de donativo de 200\$00 (duzentos escudos), concedido por Manuel Nunes Viveiros*, 15 de Fevereiro de 1975, C. A.

³⁶ *Ofício do CIPM a Maria Ângela Graça Roque Viveiros dos Santos*, 19/9/74 e assinado por Manuel Carlos Pereira Perestrelo, C. A.

A nível organizativo, é de salientar o registo da contabilidade desta associação, a partir do mês de Junho de 1974, sob a responsabilidade do tesoureiro, à altura, João Manuel Ornelas Aveiro, residente ao sítio do Piquinho, freguesia de Machico.

Compulsada a documentação disponível, verifica-se que os principais produtos e serviços adquiridos pelo CIPM foram: fechaduras (certamente, para a sede), material de escritório diverso (cola, régua, cartolina, etc.), papel para comunicados, folhas timbradas, envelopes, fita para a máquina de escrever, outro material de escritório, serviço de táxis, livros de actas, resmas de papel para duplicador, stencils, materiais de construção e eléctrico. Destaque-se a compra de um duplicador para a impressão de comunicados, panfletos, etc., no âmbito da actividade informativa do Centro de Informação.

Como principais fornecedores, podemos enunciar os seguintes: do Funchal, Clemente Gomes de Aguiar & Filhos, Bazar do Povo, Gestetner, Tipografia Andrade e SAM; de Machico, Papelaria Central de Maria Alves de Gouveia Franco e Machim-Cooperativa de Automóveis³⁷.

As facturas e os recibos existentes estão relacionados com as diversas actividades desta associação, em relação às quais será feita a devida menção, ao longo do trabalho, quando tal se justificar, com o objectivo de ilustrar o trabalho desenvolvido pelo CIPM.

Sobre a falta de documentação, como actas, registo de sócios, etc., há uma hipótese muito plausível que foi a sua queima, em plena Rua do Ribeirinho, e, também, a sua apreensão, na sequência da invasão militar da sede do CIPM, por ordem do governador Carlos Azeredo, no dia de 16 de Outubro de 1975. De acordo com um comunicado do CIPM, após a desocupação forçada da Câmara Municipal, nessa noite, pelas forças comandadas pelo capitão Avelar Sousa, pondo cobro a uma ocupação de populares “*para que o poder voltasse para as mãos do povo trabalhador*”³⁸ – ou seja, visando o regresso de Martins Júnior a presidente da edilidade – seguiu-se uma investida à sede do CIP, assim descrita:

³⁷ *Recibo n.º 17104*, Clemente Gomes de Aguiar & Filhos, Sucrs, 2 de Agosto de 1974, C. A. e *Recibo da Factura n.º 054538*, A Gestetner, Lda., 10 de Março de 1975, C. A.

³⁸ Comunicado *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

*Vinte militares e polícias, dando largas à sua acção de terror, foram ao Centro de Informação Popular (...) levaram da única sala que o Centro dispõe, todos os documentos e na rua queimaram tudo, fazendo uma fogueira, enquanto oficiais e polícias se divertiam como índios em redor dela. Levaram para o Funchal algumas pastas onde estavam as listas de caseiros e senhorios (...) Além disso ainda roubaram facturas e dinheiro das cotas dos sócios (...)*³⁹.

A confirmação deste acto foi feita pelo próprio Carlos Azeredo, numa comunicação televisiva, via Emissor Regional da RTP, no dia 22 de Outubro de 1975. Considerando-o uma busca às instalações do CIP, na transcrição no *Jornal da Madeira* de 23 de Outubro de 1975, o governador referiu o seguinte:

*Há materiais e documentos apreendidos (...) Estes documentos encontram-se no Comando Militar e serão restituídos a quem os for buscar e a quem neles encontrar interesse. Não precisamos desses documentos para nada e, portanto, voltam-se a entregar. Os outros documentos do ficheiro estilo «pide» que podem ser uma arma agressiva na mão de pessoas sem escrúpulos, esses documentos ficam apreendidos no Comando Militar (...)*⁴⁰.

Na “*Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*”, em Outubro de 1975, o CIPM respondeu, exaustivamente, à comunicação televisiva de Carlos Azeredo, esclarecendo que os documentos em questão tinham a ver com o trabalho do CIPM na Creche-Jardim de Infância, Cooperativa Povo Unido e colónia, acrescentando que “*Até, se não os queimaram, o senhor deve ter encontrado documentos assinados por V. Ex^a e endereçados directamente ao C.I.P.*”⁴¹. Terminava esta carta com a seguinte declaração:

*O senhor mandou saquear, roubar e queimar o CIP. Apenas queimou os ossos. Porque a alma renasceu mais firme e brilhante das próprias cinzas. O CIP é o povo trabalhador que sobreviverá a todos os ditadores e exploradores, dependurados em V. Ex^a como num cabide.*⁴²

Provavelmente, muitos documentos poderão ter ficado no Palácio de São Lourenço, no Funchal, sede do Comando Militar, ou ficaram na posse de algum membro do CIPM ou outrem, ou, ainda, eventualmente, terão, pura e simplesmente, desaparecido. A sua procura e a respectiva investigação possibilitarão um melhor

³⁹ Comunicado *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

⁴⁰ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975, Comunicação na RTP do Governador Militar, Carlos Azeredo, C. PMCM.

⁴¹ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H) e *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico-Carta aberta ao brigadeiro Azeredo, C. PMCM.

⁴² *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H) e *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico- Carta aberta ao brigadeiro Azeredo, C. PMCM.

conhecimento do trabalho do CIPM, acto a empreender numa fase seguinte a esta dissertação.

2.2. Acção do CIPM

O capítulo que agora se inicia é o mais extenso, obviamente, por apresentar a “reconstituição”, a mais alargada possível, do âmbito de acção do CIPM. Esta tarefa engloba uma diversidade de actividades desta associação, as quais vão desde o atendimento da população até à propaganda da revolução e combate à “reação”, passando pela promoção da mudança no poder municipal, a inventariação dos problemas económicos, laborais e sociais e participação nas propostas de resolução, bem como a organização de acções educativas e culturais e ainda o relacionamento do CIPM com a Igreja Católica. Em Novembro de 1974, a agremiação sintetizava, publicamente, a sua missão:

*O trabalho do centro continua: no estudo da colonia, na solução dos problemas que lhe são postos pelos munícipes das diversas freguesias do concelho, na programação de trabalhos para o Jardim de Infância, a instalar-se no Forte de Machico; na prospecção de valores locais para as comissões de trabalho, apresentadas á comissão administrativa (da CMM). É esta a nossa linha de rumo (...)*⁴³

2.2.1. Atendimento da população

Uma das primeiras actividades do CIPM, quiçá a primeira, foi a audição das populações locais, que lhe transmitiam os seus problemas e procuravam respostas imediatas. Ouvir, para depois agir, terá sido o método escolhido para tornar eficaz a acção da associação.

Para esta função, foi criada uma ficha de atendimento, contendo a identificação, o assunto e a respectiva descrição⁴⁴.

⁴³ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁴⁴ Impresso *Ficha de atendimento*, em papel timbrado do CIPM, s/d, C. A.

Por norma, e como já foi referido, o atendimento ocorria às segundas, quartas e sextas feiras, a partir das 15 horas. Este horário foi divulgado na imprensa, sob a forma de comunicados do CIPM⁴⁵.

Os cidadãos recebidos pelos membros do CIPM não eram apenas da freguesia de Machico, mas também do Caniçal, Porto da Cruz, Santo António da Serra e Água de Pena. De igual modo, podemos referir que havia pessoas de fora do concelho que se deslocavam ao CIP para apresentarem os seus problemas, como as vindas de Santa Cruz, Santana e do Funchal⁴⁶.

Neste estudo do CIPM, foi possível encontrar um conjunto de fichas de atendimento. Uma parte tem data e outra, não. Assinale-se, desde já, que deixaremos para determinadas áreas o tratamento específico das fichas correspondentes, como são, por exemplo, os casos da colónia e dos trabalhadores da Fábrica de Conservas.

Não é fácil contabilizar o número de pessoas e casos atendidos pelo CIPM, pois, provavelmente, haverá muita ficha que não foi possível obter, bem como muitas queixas e pedidos de ajuda, naturalmente, não tiveram registo escrito. Encontrámos cerca de 170 fichas de atendimento, as quais correspondem a múltiplos assuntos, como a seguir se dá conta. De forma a avaliarmos o papel do CIPM nesta tarefa do atendimento público, de seguida, referiremos, de modo sumário, os assuntos nele tratados e, dentro destes, as suas espécies.

No assunto habitação, as espécies são as seguintes: espaço exíguo da habitação, para famílias numerosas; degradação do espaço habitacional; falta de luz, água potável e quarto de banho; necessidade de reparações na casa; aumento do número de divisórias; pedidos de material para arranjo habitacional (melhoramentos do existente ou ampliações), para fazer mais um quarto, uma cozinha ou uma casa de banho; carência de habitação; problemas com o pagamento da renda; licenças de construção municipal; falta de dinheiro, da parte do inquilino, para comprar a casa ao proprietário; desejo de comprar o terreno e casa ao senhorio; não emissão de recibo da parte do senhorio ao

⁴⁵ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico a propósito de «Democracia em Machico?»», datado de 21 de Agosto de 1974, C. PMCM e *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁴⁶ Ficha de atendimento – *José Francisco de Freitas*, de Santa Cruz, 13 de Setembro de 1974, preenchida por Manuel Carlos Pereira Perestrelo, C. A., Ficha de atendimento – *António José Ferreira Rodrigues*, do Caniço, Junho (?) de 1974 (?), preenchida por José Martins Júnior, C. A. e Ficha de atendimento – *João Augusto Ferreira*, de Santana, Junho (?) de 1974 (?), preenchida por Pedro Miguel Calaça Martins, C. A.

arrendatário; dificuldades de registo legal da habitação; necessidade de empréstimo bancário para a construção de casa; pagamento de contribuições à Tesouraria da Câmara Municipal; desentendimentos entre familiares quanto à propriedade da habitação; conflitos entre familiares e vizinhos por questões de construção.

Quanto à segurança social, que figuram na ficha de atendimento como assuntos da “CAIXA”⁴⁷, há as seguintes espécies de problemas: não recebimento e/ou corte de reforma ou pensão, de abono de família, de subsídio de invalidez, de subsídio de alimentação e de subsídio de funeral; pedidos de ajuda para a respectiva instrução e/ou reclamação; requerimentos de juntas médicas; necessidade de médico; pedido de medicamentos; pagamento de despesas devidas por internamento hospitalar; queixas por fazerem descontos e não terem direito à reforma; dificuldades de pagamento de contribuições.

No que se refere à assistência social, a juntar aos assuntos referentes à Segurança Social, temos: apoio para funeral de familiar (“ajuda para o caixão”); pedidos de auxílio financeiro para portadores de deficiência física e mental; solicitações de internamento de pessoas em lares, em estabelecimentos de saúde e de ensino especial e em casas de correcção.

Sobre assuntos militares, destacamos os muitos pedidos de colaboração para requerer a concessão do abono de subvenção de família por parte de militares, na sequência da prestação de serviço na guerra colonial por parte de naturais e residentes em Machico, cujo tratamento deveria ser endereçado para Lisboa (Agência Militar, Rua D. Estefânia, 34); pagamento de taxas militares.

No que concerne às finanças, as questões eram colocadas quanto aos seguintes pontos: pagamento da “roda de caminho”; reclamações contra envio de relaxes por não pagamento de impostos; problemas com pagamento da contribuição predial; queixas contra o mau atendimento e o mau funcionamento da Tesouraria Municipal e das Finanças; pagamento da “décima”.

Na área do trabalho: queixa por baixos salários; não pagamento do trabalho de bordadeira; despedimento na ILMA (Junta de Lacticínios); reposições de salários; despedimentos sem justa causa; saneamento de trabalhadores pelos próprios colegas

⁴⁷ A designação Caixa é relativa à Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito do Funchal, com sede na Rua do Bom Jesus, 13, Funchal.

trabalhadores; acidentes profissionais; despesas de saúde e internamento hospitalar em conflito com as empresas seguradoras na Grão-Pará; falta de assunção de responsabilidade por parte de seguros; assédio sexual feminino na Matur; diversos pedidos para a obtenção de trabalho; pedidos de informação sobre tabelas salariais, férias e outros esclarecimentos de natureza sindical; denúncia de não pagamento de férias, dias feriados e horas extraordinárias e de não regularização dos descontos para a Caixa de Previdência, como por exemplo da parte da firma Francisco Paulo P. de Gouveia; não pagamento de dias de baixa, por nascimento de filho, no Hotel Holiday, Água de Pena;

Relativamente à emigração: pretensão para sair para a Inglaterra; pedidos de repatriação de emigrantes; solicitação de apoio ao retorno de Angola, por parte de naturais de Machico, no decorrer da descolonização.

Quanto ao ensino e à educação: pedido de um “Centro de bem-estar infantil” no sítio da Achada, Porto da Cruz; não devolução de livros à Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian; reclamação para inscrição em exames escolares; pedidos de subsídio de estudo; necessidade de funcionária para a Escola da Ribeira de Machico.

Também confidenciaram ao CIPM, queixas de violência doméstica: maus tratos à mulher e filhos; não participação nos gastos familiares; alcoolismo no seio familiar; não sustento dos filhos, a nível alimentar e escolar; agressões e ameaças de morte.

Muitos outros assuntos chegaram a esta associação: não devolução de máquina de costura por fornecedor; abaixo-assinados a pedir fontenário de água potável e iluminação pública; embargo municipal de obras particulares; acto de corrupção para poder continuar a construção de casa; queixa contra o cabo do mar do Porto Santo e o agente do “Pirata Azul” da mesma ilha; pedido de intercepção para junto dos devedores, haver o pagamento de dívidas e indemnizações judiciais; conflitos por questões de propriedade; inscrição na Casa do Povo; multa por estar a lavar roupa na levada; multa por não arranjar quarto de banho; falta de assunção de apoio familiar; diferença de benefícios entre um soldado e um polícia (ordenado e transporte público gratuito); falta de luz, água, caminhos; necessidade de esgotos; recusa em pagar à Câmara uma taxa anual, porque os vizinhos é que tiveram o trabalho de fazer uma ligação ao esgoto geral;

problema com o Grémio da Lavoura; discordâncias em relação ao circuito da comercialização de leite.

Esta actividade de atendimento era feita por membros do CIPM. Referimos alguns que tiveram um maior trabalho: José Martins Júnior, João Moniz Vasconcelos Escórcio, Maria Alice Franco dos Santos, Maria da Conceição Marques Gomes, António de Aveiro Freitas Spínola, Avelino Correia, José Margarido Dias Olim, Manuel Carlos Pereira Perestrelo, António José Calça Martins, Pedro Miguel Calaça Martins e Lino Bernardo Calaça Martins. Para Martins Júnior, praticava-se, com alegria, empenho e autenticidade, um “*verdadeiro serviço de voluntariado (...) O CIP/M bem poderia chamar-se então “Fórum da Doação e da Alegria”*”⁴⁸.

Recolhidos os elementos apresentados pela população, os responsáveis do CIPM estabeleciam contactos com as mais diferentes entidades, enviando ofícios e abaixo-assinados, remetendo cópia das fichas de atendimento e efectuando contactos telefónicos e pessoais. Assim, o confirma Martins Júnior, ao referir que o CIP “*Impotente para a solução directa de certos problemas de outrora (...) encaminhava para quem de direito pudesse responder mais eficazmente aos anseios expressos da população.*”⁴⁹ Das várias instituições envolvidas nestas diligências, visando a resolução dos problemas expostos, destacamos as seguintes: Caixa de Previdência e Abono de Família do Funchal, Agência Militar (Lisboa), Junta Central das Casas dos Pescadores, Administração da empresa Congel, Governo do Distrito Autónomo do Funchal, Junta Geral, Câmara Municipal de Machico, Repartição de Finanças do Funchal, Empresa Eléctrica da Madeira, Ministro da Educação e Cultura, Consulado de Portugal na Venezuela, Secretário de Estado do Ministério do Trabalho e Sindicatos.

Apesar de não termos o retorno completo das respostas das instituições e do grau de resolução dos assuntos apresentados – aspecto que deverá merecer um tratamento mais pormenorizado e profundado, mas que não cabe neste trabalho – pelos elementos investigados, sabemos que muitos casos foram resolvidos, a bem dos cidadãos⁵⁰.

⁴⁸ Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo M).

⁴⁹ Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo M).

⁵⁰ *Ofício n.º 4384, do Governador do Distrito Autónomo do Funchal*, dirigido ao CIPM, 11 de Novembro de 1974, C. A. (Anexo M).

Neste sentido, pronunciou-se o próprio CIPM, em Novembro de 1974, revelando a sua missão na “*Ajuda concreta, aos trabalhadores, operários, pescadores e camponeses, em problemas que têm dificuldade em resolver (...)*”⁵¹.

Esta agremiação, já em Junho de 1974, dava nota da importante tarefa de atendimento dos cidadãos, quando sublinhava que:

*Efectivamente, o Centro de Informação Popular havia recebido a visita de centenas, milhares de pessoas que livremente vieram entregar-nos o seu coração a sangrar. Foram problemas de toda a espécie, os que as fichas do Centro registaram com consideração e amizade: água, senhorios, multas, habitação, hospitalização, maus tratos, emigração, abonos de família, etc.*⁵²

Aliás, o grande movimento de pessoas naquele Centro foi uma justificação para ocupar outras salas do prédio onde funcionava anteriormente a JAC (Juventude Agrária Católica): “*A afluência de povo era tanta que tivemos de recorrer a outras salas completamente vazias e que se encontravam em mau estado (...)*”⁵³ Pelo Centro de Informação Popular de Machico é reafirmado o papel que o elevado atendimento teve no estender da actividade do CIPM a outros espaços do imóvel onde estava instalado, quando diz que tal foi “*(...) motivando, assim, a ocupação das diversas salas até aí abandonadas (...)*”⁵⁴.

Pelo volume de trabalho que tinha com o atendimento das pessoas e pelo empenho emprestado pelos seus colaboradores, o CIPM proclamava que a sua sede era “*franca e livremente a casa do povo*”⁵⁵.

⁵¹ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

⁵² *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico–Comunicado, C. PMCM.

⁵³ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

⁵⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁵⁵ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico a propósito de «Democracia em Machico?», datado de 21 de Agosto de 1974, C. PMCM

2.2.2. Promoção da mudança no poder municipal

Este capítulo revela a função determinante do CIPM na contestação ao poder municipal vigente e a sua substituição por representantes indicados pela população, por via de um processo, de algum modo original, no quadro das alterações administrativas ocorridas na Madeira e mesmo a nível nacional. Com efeito, enquanto a maioria dos substitutos que passaram a dirigir os municípios ocorreu por estrita decisão dos responsáveis político-administrativos, esta alteração, em Machico, conheceu um prévio veredicto popular, através de uma consulta aos cidadãos maiores de 18 anos. A atestar este facto, o presidente da Comissão Administrativa da CMM, José Alexandre Teixeira, no seu discurso de tomada de posse, ocorrida em 24 de Setembro de 1974, disse que este concelho “foi o primeiro (...) que, demonstrando um amadurecimento político invulgar no Distrito, procedeu democraticamente a uma auscultação municipal” para a escolha da Comissão Administrativa da CMM⁵⁶, confirmando o *Diário de Notícias* do Funchal que este órgão tinha sido “Eleito pelo povo de Machico, após sondagens efectuadas pelo CIP (Centro de Informação Popular)”⁵⁷.

A Câmara de Machico, na altura do Movimento dos Capitães, era presidida por Manuel Rufino d’Almeida Teixeira, sendo seu vice-presidente vereação Francisco Paulo Peres Rodrigues de Gouveia⁵⁸, pertencendo, ainda, à vereação, João Araújo⁵⁹. Logo, no dia 2 de Maio de 1974, Rufino Teixeira pediu a demissão do cargo que vinha exercendo há quatro anos⁶⁰, não tendo a mesma sido aceite pelo governador do distrito⁶¹.

Entretanto, no âmbito do movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974, em Machico, foi propalada a necessidade de haver a participação das pessoas na

⁵⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

⁵⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

⁵⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico-Comunicado, C. PMCM.

⁵⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 16 de Junho de 1974, Exonerado o Presidente da Câmara de Machico, ARM.

⁶⁰ *Jornal da Madeira*, Funchal, 3 de Maio de 1974, No «Jornal da Madeira» - Manuel Rufino Teixeira, ARM, *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de Maio de 1974, No «Diário de Notícias»- Manuel Rufino Teixeira, ARM e *Diário de Notícias*, Funchal, 16 de Junho de 1974, Exonerado o Presidente da Câmara de Machico, ARM.

⁶¹ *Ofício do Governo do Distrito do Funchal à CMM*, 9 de Maio de 1974, Secretaria CMM-Registo de correspondência recebida CMM- Livro nº 1, 1974 – 1975, fl. 63v, ARM.

comunidade municipal. Desde logo, questionou-se: “*Sabias que tens o direito de escolher os teus responsáveis, os teus presidentes, os teus vereadores?*”⁶²

Entrementes, Francisco Paulo é suspenso de vice-presidente da edilidade, por ordem do Governo do Distrito, a 11 de Junho de 1974, na sequência do seu envolvimento num conflito com populares do Caniçal, por causa de um abaixo-assinado relacionado com a mudança de titulares na edilidade⁶³. Face a estes acontecimentos, realizou-se uma assembleia popular, a 14 de Junho de 1974, no largo junto à Câmara, exigindo a exoneração dos seus dirigentes⁶⁴ e visando esclarecer a população, quanto à demissão do presidente e do vice-presidente da CMM, na perspectiva da sua substituição por uma comissão administrativa⁶⁵. Martins Júnior definiu este acto como a “*Tomada da Bastilha*”, onde se viu “*a vila de Machico abarrotando de cabeças a mais não poder*”^{66 67}.

No dia 15 de Junho, finalmente, é lavrado o alvará de exoneração de Rufino Teixeira⁶⁸, assinado pelo Delegado da Junta de Salvação Nacional e Encarregado do Distrito do Funchal, Carlos Azeredo, exoneração essa já solicitada a 2 de Maio, tendo sido nomeado como seu substituto o vereador mais velho, João Araújo, tendo em conta que o vice-presidente da CMM encontrava-se suspenso das funções⁶⁹. Pouco depois, em 17 de Junho, Francisco Paulo fora exonerado, por alvará do Governo do Distrito do Funchal⁷⁰.

⁶² Panfleto *É a hora de tomar posições em Machico também*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

⁶³ *Ofício nº 2128 do Governo do Distrito do Funchal à CMM*, 11 de Junho de 1974, Secretaria CMM-Registo de correspondência recebida CMM- Livro nº 1, 1974 – 1975, fl. 79, ARM e *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico-Comunicado, C. PMCM.

⁶⁴ *Jornal da Madeira*, Funchal, 15 de Junho de 1974, Manifestações-Em Machico, ARM.

⁶⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 15 de Junho de 1974, Assembleias Populares em Machico, ARM e *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico-Comunicado, C. PMCM.

⁶⁶ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 23 de Abril de 2015, À conquista do poder político – o Povo na centralidade, http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/04/a-conquista-do-poder-politico-o-povo-na_23.html.

⁶⁷ A Tomada da Bastilha, em França, ocorreu em 14 de Julho de 1789 e simbolizou a queda do regime absolutista, sendo um marco da Revolução Francesa.

⁶⁸ *Ofício nº 2262 do Governo do Distrito do Funchal à CMM*, 15 de Junho de 1974, Secretaria CMM-Registo de correspondência recebida CMM- Livro nº 1, 1974 – 1975, fl. 80v, ARM.

⁶⁹ *Ofício nº 2262 do Governo do Distrito do Funchal à CMM*, 15 de Junho de 1974, Secretaria CMM-Registo de correspondência recebida CMM- Livro nº 1, 1974 – 1975, fl. 80v, ARM e *Diário de Notícias*, Funchal, 16 de Junho de 1974, Exonerado o Presidente da Câmara de Machico, ARM.

⁷⁰ *Ofício nº 2292 do Governo do Distrito do Funchal à CMM*, 17 de Junho de 1974, Secretaria CMM-Registo de correspondência recebida CMM- Livro nº 1, 1974 – 1975, fl. 82, ARM.

De seguida, Carlos Azeredo fez um apelo, pedindo aos grupos e movimentos políticos, identificados com o Programa do MFA, que *“auscultada a opinião das respectivas populações”*, indicassem *“com a maior urgência possível, nomes de personalidades”* para a constituição das comissões administrativas das câmaras que estavam, em situação provisória, a ser dirigidas pelos vereadores mais velhos, como o caso de Machico⁷¹.

Na sequência da intenção inicial de mudança do organismo municipal e em conformidade com o desafio do encarregado do governo, o CIPM, em 21 Junho de 1974, assumiu, publicamente, a exigência de *“uma Câmara limpa e aberta, que represente e defenda o povo do Concelho de Machico (...) destruir as forças opressoras duma Câmara que serviu para roubar o dinheiro, a saúde e a alegria de um povo.”*⁷²

Do rol de problemas que esta novel associação ouviu, localmente, identificou que 80% da população deplorava *“os maus servidores”* da edilidade, porquanto sempre tinha tratado os cidadãos como *“números, (...) coisas, (...) cobaias nas mãos de indivíduos que o povo nunca escolheu e que, por isso, nunca as considerou como seus amigos ou mandatários.”*⁷³

Então, o CIPM pôs mãos à obra, com o objectivo de constituir a nova Comissão Administrativa, interpretando-a como uma tarefa de *“colaborar com o povo na escolha daqueles que devem ser os mais legítimos representantes desse mesmo povo”*⁷⁴.

Para a auscultação popular, o CIPM elaborou uma *“ficha”* numerada e intitulada *“Eleição para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico”*, na qual se convidava os maiores de 18 anos a escreverem *“o nome de 5 pessoas de consciência limpa e firme, que representem o povo a que Você pertence.”*⁷⁵

⁷¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de Junho de 1974, Comunicado do Governo do Distrito, datado de 21 de Junho de 1974, ARM e *Jornal da Madeira*, Funchal, 22 de Junho de 1974, Governo do Distrito Autónomo do Funchal-Comunicado, datado de 21 de Junho de 1974, ARM.

⁷² *Jornal da Madeira*, Funchal, 22 de Junho de 1974, Comunicado do CIPM, C. PMCM, e *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico-Comunicado, C. PMCM.

⁷³ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Junho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁷⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Junho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁷⁵ Ficha *Eleição para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, números 5022, 5028, 5383 (Anexo B) e 6160, Machico, 12 de Junho de 1974, C. A.

A indicação nominal era feita no verso do referido impresso, apelando-se a que o município “*Seja corajoso e verdadeiro.*”⁷⁶

As fichas foram distribuídas em todas as casas e posteriormente recolhidas, anunciando o CIP que “*Acabámos de percorrer todo o concelho de Machico*”⁷⁷. Acrescentava que “*subiu encostas, desceu vales, calcorreou todos os caminhos e veredas*”⁷⁸. Saliente-se que, no conjunto dos dois escrutínios, houve “*dezenas de populares, jovens e anciãos, que percorreram, por quatro vezes (...) na entrega e na recolha dos votos*”⁷⁹ ⁸⁰.

Os resultados desta primeira prospeção foram expressos, de forma manuscrita, em duas folhas de papel timbrado do CIPM, apontando-se todos os nomes votados e os respectivos quantitativos⁸¹. Dias depois, o CIP fez eco destes mesmos dados, referenciando as onze pessoas que tiveram mais apoio:

*JOSÉ MARTINS JÚNIOR, sacerdote (3.132); JOÃO MONIZ VASCONCELOS ESCÓRCIO, estudante (2.571); AVELINO CORREIA, escriturário (2.339); JOSÉ AVELINO RODRIGUES, funcionário da Câmara Municipal (720); ANTÓNIO JOSÉ CALAÇA MARTINS, empregado de escritório (643); MANUEL MENDONÇA VIVEIROS, motorista (378); JOÃO MANUEL DE ORNELAS AVEIRO, funcionário da Caixa de Previdência (316); JOSÉ RODRIGUES DE PÃO, funcionário da Repartição de finanças (194); TIAGO DIMAS VITORIANO DE ALMADA, professor (176); JOSÉ ALEXANDRE TEIXEIRA, advogado (170); JOSÉ BELARMINO RODRIGUES, professor (166).*⁸²

Segundo o CIPM, os nomeados constituíam “*os valores de conjunto*”, que foram “*os aceites pela população dos diversos núcleos, indistintamente, do mar à serra*”⁸³. Depois, seguia-se o grupo dos “*valores de grupo*”, indivíduos merecedores entre cinco e cem votos, que “*embora desconhecidos da panorâmica global*”, eram “*valores-forças no meio onde vivem. Serão figuras de extraordinário interesse na*

⁷⁶ Ficha *Eleição para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, números 5022, 5028, 5383 (Anexo B) e 6160, Machico, 12 de Junho de 1974, C. A.

⁷⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Junho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁷⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

⁷⁹ *Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira*, 6 de Agosto de 1974, C. A.

⁸⁰ Refira-se que há um outro documento com texto semelhante, mas manuscrito por António de Aveiro Freitas Spínola, assinado por este e por José Martins Júnior.

⁸¹ *Listagem, por ordem alfabética, dos nomes votados e respectiva votação*, Machico, Julho (?) de 1974 (?), C. A.

⁸² *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

⁸³ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

marcação dos novos rumos do concelho.”⁸⁴ Por fim, pelo CIPM, foi definido o terceiro grupo, o dos “valores nulos” encontrando-se os que “*devido ao papel preponderante que desempenhavam anteriormente desempenhavam na vida e na estrutura da sociedade machiquense, esperariam um apoio em massa, mas aos quais o Povo pouco ou nada ligou.*” Neste conjunto, estavam os nomes do último presidente da Câmara de Machico, Manuel Rufino Teixeira (3 votos) e do regedor, ainda em funções, Manuel Passos de Sousa (18)⁸⁵.

Apurados os mencionados resultados, previa-se um segundo escrutínio, com os cinco nomes mais votados. Para esta nova consulta, entre os «*dez mais*», houve alguns elementos que não podiam aceitar candidatar-se, por impedimentos legais, devido à sua condição de funcionários administrativos, e outros, por pertencerem ao CIP, entenderam dar oportunidade a outras pessoas da comunidade machiquense, para se fazerem representar na comissão administrativa⁸⁶. Saliente-se que, nas duas folhas do CIPM, contendo os resultados da primeira volta, à frente de vários nomes, está a referência “R.”, que se poderá interpretar com Recusou⁸⁷. Desta forma, sujeitaram-se a este segundo sufrágio, por ordem alfabética, os seguintes indivíduos: João Moniz Vasconcelos Escórcio, estudante; José Alexandre Teixeira, advogado; José Martins Júnior, sacerdote; Manuel Mendonça Viveiros, motorista; Tiago Dimas Vitoriano de Almada, professor. O procedimento a tomar, segundo a orientação do CIPM, era o seguinte: “*o povo riscará os dois que menos interessarem, elegendo assim os três elementos que considera mais aptos a desempenhar a vontade do povo na sua Câmara.*”⁸⁸ Com base nesta metodologia, foi elaborada e distribuída pelas casas a respectiva ficha de voto⁸⁹.

Antes deste segundo acto, e depois de um conjunto de comícios, levados a efeito pelo Centro de Informação, houve lugar a uma assembleia popular no centro da

⁸⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

⁸⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

⁸⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

⁸⁷ *Listagem, por ordem alfabética, dos nomes votados e respectiva votação*, Machico, Julho (?) de 1974 (?), C. A.

⁸⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

⁸⁹ *Ficha – 2º escrutínio, Comissão Administrativa da Câmara Municipal*, Machico, s/d, C. A. (Anexo C).

Vila de Machico, no dia 28 de Julho de 1974, destinada a “*apresentar os cinco nomes mais votados no primeiro escrutínio feito à população.*”⁹⁰ Então, os cinco candidatos “*traçaram o seu programa de acção, focando cada qual um aspecto específico na ordem das operações concretas*”⁹¹.

A 6 de Agosto de 1974, o CIPM lavrou “*o apuramento final dessa prospecção*”, endereçando-o ao delegado da Junta de Salvação Nacional (JSN) na Madeira, Carlos Azeredo⁹². Dactilografado em duas folhas de papel selado, esse documento foi assinado por três elementos do CIP⁹³. São transmitidos os resultados finais, “*após três meses de aturado esforço*”⁹⁴. Assim, do segundo escrutínio surgiram os seguintes elementos: João Moniz Vasconcelos Escórcio, estudante (3.443 votos); José Alexandre Teixeira, advogado (2.543 votos); José Martins Júnior, sacerdote (4.182 votos); Manuel Mendonça Viveiros, motorista (1.265 votos); Tiago Dimas Vitoriano de Almada, professor (1.059 votos)⁹⁵. E concluía o CIPM que a população tinha elegido, como seus “*mandatários na Comissão Administrativa*”, os três primeiros nomes: João Moniz Vasconcelos Escórcio, José Alexandre Teixeira e José Martins Júnior⁹⁶. Sublinhe-se que esta missiva do Centro de Informação ao Delegado da JSN foi publicada, na íntegra, na imprensa.⁹⁷

Numa retrospectiva de todo este trabalho de prospecção, em dois escrutínios, Martins Júnior elege este como o primeiro vector determinativo da acção do CIPM, entendendo que “*se tratou da “eleição” mais genuína – tanto a nível representativo,*

⁹⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Constituída a sua Comissão Administrativa, C. PMCM.

⁹¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Constituída a sua Comissão Administrativa, C. PMCM.

⁹² *Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira*, 6 de Junho de 1974, C. A.

⁹³ Assinam, pelo C.I.P., António de Aveiro Freitas Spínola, Lino Bernardo Calaça Martins e Maria Alice Franco dos Santos.

⁹⁴ *Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira*, 6 de Junho de 1974, C. A.

⁹⁵ *Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira*, 6 de Junho de 1974, C. A.

⁹⁶ *Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira*, 6 de Junho de 1974, C. A.

⁹⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Constituída a sua Comissão Administrativa, C. PMCM.

como a nível participativo – visto que a consulta foi feita porta-a-porta, em boletim fechado.”⁹⁸

Sucedeu que os três nomes mais votados pertenciam à freguesia de Machico. E, aqui, colocava-se um problema: a representatividade das outras quatro freguesias (Água de Pena, Caniçal, Porto da Cruz e Santo António da Serra). Por ser impossível cada uma das cinco freguesias ter um representante, em virtude dos elementos da Comissão serem, apenas três, por razões jurídicas, então, o CIPM apontou uma solução: *“uma vez sancionada superiormente, a referida Comissão exigirá para seus coadjuvantes indispensáveis um elemento representativo de cada freguesia”*, colocando esta condição *“sine qua non”* para o arranque da sua acção municipal⁹⁹.

Este assunto, entretanto, conheceu uma nova etapa, quanto à constituição da Comissão Administrativa, ficando, pela freguesia de Machico, e a servir de presidente, José Alexandre Teixeira, tendo como vogais João de Lemos Silva, mecanógrafo (Porto da Cruz) e José Lúcio Ribeiro Martins, tipógrafo (Caniçal). Esta questão foi abordada numa nova comunicação ao Governador da Madeira, em Setembro de 1974 e ainda antes da Comissão Administrativa ser reconhecida pela mesma entidade¹⁰⁰. Com efeito, neste documento, o CIPM esclareceu que a eleição de apenas três elementos, e somente da freguesia de Machico, *“foi motivada pela extrema urgência com que o Sr. tenente-coronel Azeredo pediu”*, conforme seu despacho de 6 de Julho¹⁰¹. Adiantava-se que tinham sido *“Observadas as restrições que V. Ex^a pôs à composição dessa mesma Comissão”*¹⁰². Por fim, o Centro disse que *“Consultados os resultados do rastreio feito à população de cada freguesia do concelho, passam a figurar como elementos mais credenciados pela vontade popular”* os elementos atrás-referidos, representando, agora,

⁹⁸ Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo M).

⁹⁹ *Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira*, 6 de Agosto de 1974, C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Constituída a sua Comissão Administrativa, C. PMCM.

¹⁰⁰ *Jornal da Madeira*, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, C. PMCM e *Diário de Notícias*, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, ARM.

¹⁰¹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, C. PMCM.

¹⁰² Parece uma referência à não aceitação de José Martins Júnior, como Presidente da Comissão Administrativa, que fora o mais votado, nos dois escrutínios, sob pressão do Bispo sobre o Governador Fernando Rebelo e depois aceite, por livre vontade do fundador do CIPM.

três freguesias¹⁰³. Na mesma comunicação de Setembro, apresentada como uma declaração conjunta do CIPM e da nova Comissão Administrativa a ser empossada, e relativamente à composição desta, foi dito que “*a rejeição de um só destes elementos implica a destruição da própria Comissão*”, comprometendo-se, ainda, “*a não tomar quaisquer decisões sem que os elementos mais votados das outras freguesias se pronunciem sobre a verdadeira natureza dessas decisões, ficando assim salvaguardadas as legítimas aspirações de cada freguesia.*”¹⁰⁴

Como projectos desta Comissão Administrativa, apresentavam o propósito de “*«restituir a Câmara ao seu povo» e como tal, investigar as anomalias e os abusos da autoridade de certos elementos visados pelo povo, em ordem ao seu saneamento, desde que o exija o necessário inquérito*” e o compromisso de formar comissões de trabalho, para os diversos sectores: Assuntos Rurais, Assuntos Marítimos, Turismo, Obras Públicas e Assuntos Culturais¹⁰⁵.

A 18 de Setembro de 1974, o governador do distrito do Funchal anunciou que propusera ao Ministro da Administração Interna a dissolução da Câmara Municipal e a nomeação da Comissão Administrativa, sua substituta¹⁰⁶. De seguida, esta proposta foi aceite pelo membro do Governo Central, tendo sido aprazada a sua posse para 24 de Setembro, e seria presidida pelo governador, Fernando Rebelo¹⁰⁷.

Por seu turno, o CIPM promoveu várias assembleias, nos dias 18, 19, 20 e 22 de Setembro, na Vila de Machico, no Caramanchão, no Caniçal e no Porto da Cruz, respectivamente¹⁰⁸, para que os munícipes pudessem conhecer “*as condições de trabalho que a Comissão apresentou ao governador do distrito*”¹⁰⁹. Numa dessas reuniões, junto à igreja do Caramanchão, foi negado o uso do salão paroquial, bem

¹⁰³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, C. PMCM.

¹⁰⁴ *Jornal da Madeira*, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, C. PMCM.

¹⁰⁵ *Jornal da Madeira*, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, C. PMCM.

¹⁰⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 18 de Setembro de 1974, Dissolução da Câmara Municipal de Machico e nomeação duma Comissão Administrativa, C. PMCM.

¹⁰⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 21 de Setembro de 1974, Nomeada a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, ARM.

¹⁰⁸ *Ofício do CIPM ao Presidente da Câmara Municipal de Machico*, 16 de Setembro de 1974, assinado por António de Aveiro Freitas Spínola, C. A. e *Recibo da Secretaria da Câmara Municipal de Machico*, 16 de Setembro de 1974, assinado pelo Chefe de Secretaria, Jaime Marques Jardim, C. A.

¹⁰⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 20 de Setembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

como do adro, e ainda foi cortada a corrente eléctrica aos elementos do CIPM¹¹⁰, tendo este reagido, considerando que “o gesto do Pe. Ribeiro e do Bispo da Diocese, recém-chegados aos seus postos de comando, um vergonhoso ultraje ao povo de Machico (...) traidores dum povo que os constitui e os alimenta.”¹¹¹ Este comunicado mereceu uma reacção de “Um grupo de paroquianos”, apresentando a sua versão dos acontecimentos do dia 19 de Setembro e defendendo o seu pároco, como “mais democrata para o seu povo do que o próprio Centro”¹¹².

Antes de falarmos da tomada de posse da Comissão Administrativa, torna-se interessante referir alguns aspectos da tarefa de auscultação, desenvolvida pelo CIPM. Começamos pelo apoio recebido, por parte das entidades oficiais. Na ficha da primeira votação, era referido que “O POVO deste concelho e o representante da Junta de Salvação Nacional¹¹³ querem saber a opinião de Você sobre a futura comissão que deverá orientar a Câmara Municipal.”¹¹⁴ Depois, o Centro comunicara a Carlos Azeredo, nos dois escrutínios, os seus objectivos, pedindo a sua fiscalização, “ao que Sua Excelência respondeu depositando em nós confiança e apoio, com o insistente aviso de que lhe entregássemos o mais rapidamente possível os resultados apurados”, bem como que os mesmos fossem divulgados na comunicação social¹¹⁵.

Outro ponto a focar foi o cuidado do CIPM em referir que “a exactidão dos números pode ser comprovada abertamente pelas listas que se encontram nos arquivos do Centro de Informação Popular”¹¹⁶, declarando que não pedia a ninguém para acreditar nessas fichas, garantindo, apenas, que as mesmas estavam no CIP para serem consultadas¹¹⁷.

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 20 de Setembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

¹¹¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 20 de Setembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

¹¹² *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Setembro de 1974, Acerca do comunicado do centro de informação popular de Machico (Sobre o comício na paróquia do piquinho do dia 19 P.P.), C. PMCM.

¹¹³ O representante da JSN era o tenente-coronel Carlos Azeredo.

¹¹⁴ Ficha *Eleição para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, números 5022, 5028, 5383 (Anexo B) e 6160, Machico, 12 de Junho de 1974, C. A.

¹¹⁵ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, A propósito de «Democracia em Machico?», datado de 21 de Agosto de 1974, C. PMCM.

¹¹⁶ *Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira*, 6 de Agosto de 1974, C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Constituída a sua Comissão Administrativa, C. PMCM.

¹¹⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, A propósito de «Democracia em Machico?», datado de 21 de Agosto de 1974, C. PMCM.

Atente-se, também, na atenção de permitir a liberdade dos auscultados. O CIP explicava essa opção: *“Para o primeiro escrutínio, houve preocupação de não impor nenhum nome: as listas brancas receberiam os nomes que o povo quisesse.”*¹¹⁸ Considerava esta organização que o seu trabalho *“não foi de imposição, nem da nossa parte, nem mesmo da parte do Governo (...) se alguma imposição existiu, essa proveio directamente do próprio povo”*¹¹⁹. E reafirmou que não houve *“indício de coacção de qualquer espécie”*, tratando-se apenas de *“uma necessidade do povo que entrou nalguns populares mais conscientes os obreiros dessa tarefa”*¹²⁰.

Também, importa, referir a interpretação do CIPM, quanto à experiência vivida nestes escrutínios e a reacção das pessoas, consoante os sectores sociais. Para esta associação, a experiência foi *“tão rica de conteúdo e significado (...) deveras emocionante”*, pelo que o CIPM proclamava que *“doravante o povo não quer «esperar» passivamente, quer «fazer» a sua terra (...) o Povo de Machico quer viver em Democracia consciente e adulta.”*¹²¹ A reacção de adversários a esta iniciativa de consulta popular, também, mereceu a *“interpretação sociológica”* do CIPM, referindo que, na primeira votação, os 10% das recusas em receber ou não reentregar os boletins do escrutínio, constituíam um grupo ligadas às *“classes directamente comprometidas com o capital (v.g. senhorios) e com a administração anterior (...) que não quiseram entrar no jogo limpo e pacífico da votação”*¹²². O CIP reforçava esta ideia, ao declarar que *“Se acaso determinado sector da Vila não figurou nessas listas deve-se á campanha surda e intimidativa desse sector que procurou solapar a tarefa, voltando as costas, rasgando as listas e chamando nomes indecorosos a quem as entregava.”*¹²³ No âmbito das discordâncias manifestadas sobre esta actividade do CIPM, anote-se a opinião publicada por Luciano Castanheira, no *Jornal da Madeira*¹²⁴ que criticou algumas condições da eleição, apontando a existência de coacção e a falta de isenção do

¹¹⁸ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, A propósito de «Democracia em Machico?», datado de 21 de Agosto de 1974, C. PMCM.

¹¹⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Junho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

¹²⁰ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, A propósito de «Democracia em Machico?», datado de 21 de Agosto de 1974, C. PMCM.

¹²¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

¹²² *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

¹²³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, A propósito de «Democracia em Machico?», datado de 21 de Agosto de 1974, C. PMCM.

¹²⁴ *Jornal da Madeira*, Funchal, 13 de Agosto de 1974, Democracia em Machico? Luciano Castanheira, C. PMCM.

CIP e alertando as autoridades do distrito para a não homologação dos resultados do veredicto popular. Reagiu o CIP, com argumentos já expostos neste capítulo, negando as acusações de Luciano Castanheira, a quem pedira, formalmente, uma reunião para explicar-se, mas que o articulista recusou terminantemente¹²⁵.

Relativamente aos resultados dos escrutínios, o CIPM defendeu que os mesmos expressavam a “*vontade decidida da população*”¹²⁶. Com uma boa dose de bairrismo e de defesa da terra natal, esta agremiação acentuava que os cidadãos votados pertenciam ao concelho de Machico, o que demonstrava que “*o Povo de Machico quer para seus representantes irmãos seus na terra e no sangue*”¹²⁷, acrescentando que a população local não era “*aquela massa gregária que se atira impensadamente atrás de fantoches iluminados*”¹²⁸.

Por fim, saliente-se que o CIPM assumiu o seu papel de “*órgão representativo da gente de Machico*”¹²⁹ e que o seu trabalho de consulta popular fora “*um subsídio de ordem cívica e política para quem de direito poder encontrar o caminho dum a justa deliberação diante do problema da Comissão Administrativa*” da edilidade¹³⁰. Reafirmou, ainda, que esta tarefa era “*um contributo modesto, mas afirmativo, em ordem à solução daquilo a que se chama a construção democrática do país.*”¹³¹

Entretanto, chegou o dia 24 de Setembro de 1974, data da tomada de posse da nova gestão municipal, tendo a cerimónia sido anunciada, publicamente¹³². O acto – para o qual o CIPM encetou um trabalho durante quase quatro meses – foi presidido pelo governador do distrito do Funchal, Fernando Rebelo, o qual discursou, conjuntamente com os três elementos da Comissão Administrativa, na varanda dos

¹²⁵ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, A propósito de «Democracia em Machico?», datado de 21 de Agosto de 1974, C. PMCM.

¹²⁶ *Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira*, 6 de Agosto de 1974, C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Constituída a sua Comissão Administrativa, C. PMCM.

¹²⁷ *Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira*, 6 de Agosto de 1974, C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Constituída a sua Comissão Administrativa, C. PMCM.

¹²⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Junho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

¹²⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Junho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

¹³⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

¹³¹ *Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira*, 6 de Agosto de 1974, C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Constituída a sua Comissão Administrativa, C. PMCM.

¹³² *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Setembro de 1974, Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, C. PMCM.

Paços do Concelho. O governador considerou “*um dia grande para o povo trabalhador de Machico (...) um dia de continuação do 25 de Abril.*”¹³³ Declarou, ainda, que aceitou a indicação dos nomes “*«dada por um grupo que vivamente tem trabalhado neste Concelho, aceitando contra a opinião de muitos», mas «fê-lo porque confia absolutamente nas pessoas que nomeou (...)*”¹³⁴. Para este titular, “*«O povo também vem governar, pois com a entrada destes três elementos na Câmara, é a própria população que entra, devendo auxilia-los, para que o trabalho resulte produtivo*”.¹³⁵ Por seu turno, o novo presidente da Câmara, entre outras considerações, disse que o concelho de Machico tinha sido “*«o primeiro a vibrar, com clarividência, perante o Movimento do 25 de Abril (...) o primeiro que, demonstrando um amadurecimento político invulgar no Distrito, procedeu democraticamente a uma auscultação*” para escolher a sua Comissão Administrativa¹³⁶. Por sua vez, o vogal representante do Porto da Cruz, João de Lemos referiu que existia a representação municipal, por ser fruto da vontade popular, que, nela, depositou “*confiança (...) que deveis manter para que nos sintamos apoiados e assim colaborando uns com os outros possamos corresponder aos objectivos que nos propusemos defender.*”¹³⁷ Por fim, o vogal do Caniçal, José Lúcio Ribeiro Martins sublinhou que “*«o Concelho não é a Comissão. O momento é de todos.*”¹³⁸ Usaram da palavra, ainda, outros elementos, como João Moniz Vasconcelos Escórcio, do Centro de Informação Popular¹³⁹, declarando que esta associação “*«continuará colaborando com a Comissão, pelo povo*”¹⁴⁰. Houve ainda um momento de poesia popular, por Júlia Ribeiro, a qual abordou a “*lamentável situação do povo de Machico face ao regime anterior.*”¹⁴¹

¹³³ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

¹³⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

¹³⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

¹³⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

¹³⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

¹³⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

¹³⁹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A posse da Comissão Administrativa do Concelho de Machico, C. PMCM.

¹⁴⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

¹⁴¹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A posse da Comissão Administrativa do Concelho de Machico, C. PMCM.



Fotografia 5 – Tomada de posse da Comissão Administrativa, presidida por Alexandre Teixeira, no Salão Nobre da CMM, em 24 de Setembro de 1974.
(Foto *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974)

Os principais órgãos de informação regionais da época retrataram o ambiente vivido nesse dia 24 de Setembro. Segundo o *Diário de Notícias*,

«A Comissão cumpre as ordens do povo», «unidos venceremos», «Machico lutou até vencer», foram algumas palavras de ordem proclamadas pelas centenas de pessoas que empunhando cartazes quiseram testemunhar, estando presentes, a sua adesão à Comissão administrativa da Câmara Municipal de Machico (...)o povo que se mantinha em frente ao edifício da Câmara (...) a multidão continuou apregoando «O povo unido jamais será vencido» (...) Era dia de festa. O Povo cantou vitória porque em Machico «o povo é quem mais ordena»¹⁴².

Também, o *Jornal da Madeira* descreveu o seguinte quadro:

Não há dúvidas de que a Vila de Machico viveu ontem de manhã momentos de grande entusiasmo, de sã e ordeira manifestação de regozijo do povo que, assim, quis comemorar a posse da Comissão Administrativa do seu concelho. Em frente dos Paços do Concelho, a multidão comprimia-se e empunhava cartazes com vários dísticos, traduzindo o sentir popular, nomeadamente: «Machico é do Povo. Avante, camaradas». Canções como o «Povo unido jamais será vencido» e outras celebrando a liberdade, entoavam-se em unísono, em coro a traduzir a incontida satisfação das gentes de Machico, em que predominava a Ribeira Seca. (...) a ordem e o civismo não faltaram nesta incontida manifestação de alegria, em que tomou parte activa o Padre José Martins Júnior.¹⁴³

¹⁴² *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

¹⁴³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A posse da Comissão Administrativa do Concelho de Machico, C. PMCM.



Fotografia 6 – A multidão, ostentando cartazes, ouvia os oradores da tomada de posse de Alexandre Teixeira, em 24 de Setembro de 1974, frente aos Paços do Município.
(Foto *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974)

No balanço da acção do CIPM, este tema ocupou um lugar de destaque, pois considerou que foi a sua “*actividade consciencializadora*” que apressou a queda da anterior Câmara e a nomeação da nova gestão, sublinhando que “*Esse trabalho foi sem dúvida o mais difícil uma vez que era desejo do C.I.P. garantir o máximo de participação e seriedade.*”¹⁴⁴

Após a tomada de posse, em 24 de Setembro de 1974, e numa fase inicial, houve uma excelente cooperação entre esta organização e a Comissão Administrativa da CMM. Tal foi comprovado, quando o CIP declarou que iria continuar a fazer comícios nas diversas freguesias do concelho, “*agora em colaboração mais directa com a Comissão Administrativa da Câmara Municipal*”¹⁴⁵ e que empenhar-se-ia “*na prospecção de valores locais para as Comissões de trabalho, apresentadas à Comissão Administrativa.*”¹⁴⁶

Porém, pouco depois, passou-se a uma etapa diferente, mesmo de fricção, que levou à ruptura entre estas duas instituições. Foram várias as razões para este conflito, tendo sido diversas as queixas populares e do CIPM contra a Comissão Administrativa da CMM, particularmente, contra o seu presidente, José Alexandre Teixeira. De

¹⁴⁴ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

¹⁴⁵ *Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico*, 1 de Novembro de 1974, C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Novembro de 1974, C. PMCM.

¹⁴⁶ *Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico*, 1 de Novembro de 1974, C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

seguida, identificamos esses factores de crescente tensão, ocorrida entre as referidas organizações.

Um dos pontos de discórdia foi o trabalho produzido pela nova gerência camarária. Passados quase cinco meses da escolha da Comissão Administrativa, o CIP referia que *“O povo já viu bem que esta Comissão nada fez daquilo que interessava ao concelho. Uns bocados de terra numa estrada velha e até condenada, duas retretes numa freguesia e mais nada.”*¹⁴⁷ A mesma ideia é repetida – no dia da ocupação dos Paços do Concelho, 8 de Fevereiro de 1975, visando o afastamento do presidente da edilidade – quando se disse: *“Tentou enganar parte do povo com uns carros de terra deitados numa estrada velha e com umas retretes que ainda não foram acabadas.”*¹⁴⁸ De igual modo, renovou-se esta ideia num artigo de opinião, no *Diário de Notícias* do Funchal: *“bocados de terra numa estrada velha; (...) retrete feita numa freguesia e ainda por cima com a exploração do povo pobre”*¹⁴⁹. Segundo a gestão camarária, tratava-se do melhoramento do caminho do sítio dos Maroços, em Machico, que *“estava há dezoito anos em terraplanagem mas intransitável”* e a construção de sanitários públicos, até então, inexistentes na freguesia do Caniçal, reputando estas duas acções como muito importantes e que contaram com o trabalho das populações locais, a quem o presidente da CMM manifestava, publicamente, a sua gratidão.^{150 151} Defendeu-se o edil, declarando que *“Durante o curto espaço em exercício e dados os meios ao seu dispor, fez mais do que o suficiente.”*¹⁵² Mas o CIPM tinha outra visão sobre o trabalho realizado pela CMM, o qual não se devia ficar pela materialização física, dizendo que o mais importante era *“abrir a Câmara ao povo de Machico, fazer com que a nossa gente tenha os seus representantes lá dentro, enfim, respeitar os mais humildes, os que sempre trabalharam e sempre foram desprezados”*¹⁵³. Pelo mesmo diapasão, foi

¹⁴⁷ Panfleto *Povo de Machico*, Centro de Informação Popular de Machico, Janeiro (?) de 1975 (?), C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Fevereiro de 1975, Comunicado da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, datado de 8 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.

¹⁴⁸ Panfleto *Vimos hoje de novo*, 8 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

¹⁴⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Fevereiro de 1975, A Democracia (?) de Machico – Algo de anormal se passa em Machico, A palavra do leitor, E.C., 4 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.

¹⁵⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Fevereiro de 1975, Comunicado da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, datado de 8 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.

¹⁵¹ Relativamente à autoria deste comunicado, o panfleto *Gente de Machico*, 9 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A., ou seja, no 2º dia da ocupação da Câmara, refere: *“Aparece um artigo nos Jornais, mas escrita só pelo Alexandre. O Lemos e o Lúcio não assinaram esse comunicado.”*

¹⁵² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Em Machico, a exigência da demissão do Presidente da Câmara provoca incidentes entre populares, C. PMCM.

¹⁵³ Panfleto *Povo de Machico*, Centro de Informação Popular de Machico, Janeiro (?) de 1975 (?), C. A.

publicada uma opinião, no *Diário de Notícias* do Funchal, segundo a qual não se poderia exigir a uma câmara a realização de trabalhos materiais, devido à falta de verbas, mas exigia-se que as comissões administrativas municipais fossem uma “*vanguarda do povo trabalhador, das esmagadoras maiorias oprimidas e exploradas pelo sistema económico-social ainda vigente (...) e que a conduza conseqüentemente na senda de uma sociedade progressiva.*”¹⁵⁴

Outro factor de descontentamento popular em relação à Comissão Administrativa, do qual o CIPM apresentou-se como porta-voz na imprensa, foi o rol de queixas da população do sítio do Lombo das Faias, freguesia de Santo António da Serra, pertencente ao concelho de Machico. Reclamavam os moradores por uma estrada entre o mencionado sítio e a Ribeira de Machico, a necessidade de iluminação eléctrica na vereda e contra a supressão da carreira da S.A.M. (Sociedade de Automóveis da Madeira) que passava pelo Lombo das Faias, prejudicando a vida dos estudantes e dos agricultores¹⁵⁵. Um aspecto muito polémico e de maior motivação do desagrado desses populares foi a falta de acção da C.A. da CMM, relativamente a uma plantação de acácias, pinheiros e eucaliptos, a qual configurava-se como prejudicial à actividade agrícola e um grave risco para as pessoas e suas habitações”¹⁵⁶. Segundo os residentes, mesmo com a autorização do encarregado da Junta Geral no Santo da Serra, a Câmara nada fez¹⁵⁷. Sucedeu que, depois destes avisos à Câmara, de um encontro com o seu presidente e da denúncia pública, no dia 16 de Janeiro de 1974, um enorme pinheiro caiu sobre uma casa do sítio, “*com tal força que abriu de meio-a-meio.*”¹⁵⁸ Por isso, a população local “*esgotou a paciência*”, tendo apresentado à C.A. da CMM o seu “*protesto de revolta contra a falta de responsabilidade de quem está à frente do nosso concelho. (...) Os habitantes deste sítio não esperam mais!*”¹⁵⁹ O presidente da CMM refutou as acusações, dizendo a culpa fora dos técnicos cortadores dos pinheiros que não

¹⁵⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 13 de Fevereiro de 1975, Autarquias Locais – o caso de Machico, A palavra do leitor, Rodrigo Pomares, 10 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.

¹⁵⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Dezembro de 1974, Problemas da População de Machico, A palavra do leitor, 16 de Dezembro de 1974, C. PMCM.

¹⁵⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Dezembro de 1974, Problemas da População de Machico, A palavra do leitor, 16 de Dezembro de 1974, C. PMCM.

¹⁵⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Dezembro de 1974, Problemas da População de Machico, A palavra do leitor, 16 de Dezembro de 1974, C. PMCM.

¹⁵⁸ Panfleto *A Comissão Administrativa da Câmara de Machico, Uma carta do Povo do Santo da Serra, Lombo das Faias*, 22 de Janeiro de 1975, Centro de Informação Popular, 5 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁵⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de Fevereiro de 1975, Carta do Povo do Santo da Serra à Comissão Administrativa da Câmara de Machico, Lombo das Faias, 22 de Janeiro de 1975, C. PMCM.

agiram com cautela e eficiência¹⁶⁰. A verdade é que esta questão da alegada falta de intervenção da CMM foi um móbil da revolta popular, que levou os aludidos moradores a declararem que a gestão camarária “*não está a cumprir as ordens do povo. É traidora. É infiel. E o povo não descansa enquanto ela não seguir o mesmo destino dos pinheiros: abaixo, fora! Porque não serve nem respeita o povo.*”¹⁶¹

Na apreciação desfavorável da actividade do órgão gestor do município, este foi acusado pelo CIPM e por outras vozes, como amiga dos inimigos do “povo trabalhador”. Logo, em Novembro de 1974, foi entendimento desta associação que

*O povo acabou por ser traído (...) devido à actuação do actual presidente da comissão administrativa, que (...) tem andado de mãos dadas com os fascistas cá da terra, a provocar-nos directamente, situação que o povo já notou e quer, urgentemente, resolver.*¹⁶²

Noutro comunicado, em Fevereiro de 1975, o CIP considerava que

*O sr. presidente começou a acompanhar com aqueles que não quiseram votar, aqueles que desprezaram e insultaram as humildes pessoas do povo que distribuíram os votos. Com esses senhores marcava as suas reuniões, com eles tomava conselho e escolhia-os para seus mais próximos colaboradores (...) Cedo se apercebeu que as alianças do sr. presidente eram para os senhores, como ele, candidatos à burguesia.*¹⁶³

No dia seguinte, em que ocorreu a ocupação da Câmara, a 8 de Fevereiro de 1975, reafirmou-se que “*o nosso representante, o presidente Alexandre, está aliado com os senhores grandes.*”¹⁶⁴ Sobre este acontecimento, a União do Povo da Madeira (U.P.M.) divulgou um comunicado de apoio à ocupação, referindo que o autarca “*aliou-se aos exploradores do povo trabalhador, protegeu os seus interesses e tomou constantes atitudes contra os desejos populares.*”¹⁶⁵

Nesta linha de acusação de ligação de Alexandre Teixeira com os adversários do povo, o CIPM associou o seu comportamento, relativamente ao processo de

¹⁶⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Fevereiro de 1975, Comunicado da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, 8 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.

¹⁶¹ Panfleto *A Comissão Administrativa da Câmara de Machico, Uma carta do Povo do Santo da Serra, Lombo das Faias*, 22 de Janeiro de 1975, Centro de Informação Popular, 5 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁶² *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

¹⁶³ Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁶⁴ Panfleto *Vimos hoje de novo*, 8 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

¹⁶⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Em Machico, a exigência da demissão do Presidente da Câmara provoca incidentes entre populares, C. PMCM.

saneamento de alguns funcionários camarários, como o “*Sr. Jardim e Sr. Lino*”¹⁶⁶ ¹⁶⁷. Então, o presidente da CMM não compareceu às reuniões agendadas para tratar deste assunto, tendo a referida associação concluído que o edil “*estava de braço dado com os inimigos do povo (...) Aí os inimigos do povo mostraram bem o que queriam e provaram que a força deles vinha do sr. presidente.*”¹⁶⁸ Esta atitude levou à ilação de que a “*sua posição também foi de traidor (...) depois de ter apoiado esses saneamentos para ser eleito*”¹⁶⁹. Relatou, ainda, o *Comércio do Funchal*, que Jaime Marques Jardim, depois de suspenso, trabalhou, simultaneamente, nas câmaras de Machico e do Funchal, auferindo vencimento pelas duas instituições, demonstrando-se que “*Este caso pôs definitivamente a nu, que o presidente se tinha passado para o lado dos inimigos do Povo.*”¹⁷⁰

Nesta análise das políticas de alianças de Alexandre Teixeira, e como móbil do seu afastamento, enquadrou-se a sua conduta, quanto à nomeação das primeiras comissões de recenseamento eleitoral, no ano de 1975. Com efeito, segundo o CIPM, alguns dos nomeados estavam ligados ao regime anterior e pertenciam ao partido único, a Acção Nacional Popular (ANP), concluindo a associação em questão: “*Francamente, é preciso ser bem inimigo do povo para cair num erro destes.*”¹⁷¹ Esta situação levou a que o próprio governador dissesse que “*essas pessoas não serviam porque estavam chumbadas por terem sido do partido de Marcelo Caetano.*”¹⁷² Tal facto provocou diversas alterações, por parte de Fernando Rebelo, governador do distrito, na constituição das comissões recenseadoras de Machico, Água de Pena e Porto da Cruz¹⁷³. Ainda assim, houve protesto local, relativamente aos substitutos que estavam ligados ao

¹⁶⁶ Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁶⁷ Os funcionários visados eram Jaime Marques Jardim, chefe de secretaria e António Lino Franco, fiscal municipal.

¹⁶⁸ Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁶⁹ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

¹⁷⁰ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

¹⁷¹ Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁷² Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁷³ *Ofício n.º 4805, do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, endereçado a João Gomes de Vasconcelos Escórcio – Centro de Informação de Machico*, 5 de Dezembro de 1974, C.A.

CIP, “a senhora Maria Filomena Calaça Martins, como o senhor João Moniz de Vasconcelos Escórcio”¹⁷⁴.

Em contraste com um bom relacionamento do presidente da CMM com sectores sócio-profissionais, considerados adversos do povo, foi manifesto um tratamento diferente com este. Apesar de Alexandre Teixeira ter prometido, na sua tomada de posse, que “*ia abrir a Câmara ao Povo miúdo e explorado*”, verificou-se que “*O povo durante algum tempo confiou nestas palavras. Mas, foi sol de pouca dura*”¹⁷⁵. Na verdade, esta situação já fora denunciada pelo CIPM, considerando que a Comissão Administrativa parecia ter “*medo ou vergonha de aparecer ao povo humilde*”, preferindo “*acompanhar com os ricos, com os patrões, com os vendeiros, com os polícias, com os senhores grandes.*”¹⁷⁶ E acrescentava: “*As pessoas, coitadas, até têm medo de se chegar junto dos senhores da Câmara. Parece que as escadas da Câmara têm vergonha dos nossos pés descalços. Pior que antigamente.*”¹⁷⁷ O CIP apresentou dois exemplos demonstrativos de que “*os nossos responsáveis têm medo ou vergonha de aparecer ao povo, não se preocupam em esclarecer as pessoas*”¹⁷⁸. O primeiro foi a não comparência do presidente da CMM num comício em Água de Pena, no dia 1 de Novembro de 1974, apesar do mesmo ter sido acertado ente o edil e a associação, com o objectivo de “*esclarecer os habitantes da freguesia e para escolher uma pessoa de lá para representar o povo da freguesia nas sessões da Câmara.*”¹⁷⁹ O outro caso foi semelhante, e sucedeu no Santo da Serra, também com o mesmo fim de escolher um representante desta freguesia, mas o autarca não apareceu, apesar de tudo estar combinado. Tais atitudes fizeram o CIPM extrair a conclusão de um “*presidente que não quer voltar a sua face para o povo. Anda sempre escondido, parece que tem medo ou vergonha de explicar aos seus munícipes o andamento da nossa Câmara*”¹⁸⁰. Por isso, esta agremiação considerou que a gestão municipal “*esconde-se, tem medo ou*

¹⁷⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, Dezembro (?) de 1974 (?), Comunicado dum Grupo de Machico, C. PMCM.

¹⁷⁵ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

¹⁷⁶ Panfleto *Povo de Machico*, Centro de Informação Popular de Machico, Janeiro (?) de 1975 (?), C. A.

¹⁷⁷ Panfleto *Povo de Machico*, Centro de Informação Popular de Machico, Janeiro (?) de 1975 (?), C. A.

¹⁷⁸ Panfleto *A Comissão Administrativa da Câmara de Machico - A Comissão Administrativa foge do povo*, Centro de Informação Popular, 5 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁷⁹ Panfleto *A Comissão Administrativa da Câmara de Machico - A Comissão Administrativa foge do povo*, Centro de Informação Popular, 5 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁸⁰ Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.

vergonha (...) está a ser traidora (...) É preciso responder que queremos uma Câmara do povo.”¹⁸¹

Um outro elemento detonador do descontentamento popular foi a mudança de local dos comícios, passando a sua realização do habitual centro da Vila, junto à estátua de Tristão Vaz e da igreja matriz, para o Largo da Praça, por determinação de Alexandre Teixeira, mas que teve a oposição do vogal João Lemos, e tal sucedeu sem qualquer consulta ao CIPM, entidade que, regularmente, promovia assembleias públicas. O novo recinto apresentava-se “*sem condições nenhuma e ainda por cima com o cheiro da praça do peixe e o fedor do cano de esgoto que fica ao lado.*”¹⁸² Aconteceu que, apesar da ordem municipal, quer o Partido Socialista, quer o U.P.M. (União do Povo da Madeira) fizeram os seus esclarecimentos no local anterior, “*porque o povo obrigou a que os comícios se fizessem na vila, que era o lugar consagrado pelo costume.*”¹⁸³ Mas quando o CIPM realizou o seu comício na Vila, “*o sr. presidente apressou-se a mandar-nos para Tribunal, porque o Centro tem acompanhado o povo pobre e trabalhador e não com os ricos, os grandes, os exploradores.*”¹⁸⁴

Um dos compromissos mais importantes da nova gerência camarária era a instituição de comissões de trabalho (Assuntos Rurais, Assuntos Marítimos, Obras Públicas, Turismo e Assuntos Culturais), mas que tardava em ser concretizada. A propósito, noticiava o jornal nacional *Sempre Fixe*: “*O dr. Alexandre Teixeira (...) nunca nomeou uma série de subcomissões do concelho a quem competiria a solução de problemas específicos do concelho*”¹⁸⁵. O próprio CIP, publicamente, protestava por este facto, justificando a sua necessidade prática. Por exemplo, a candente questão da colónia, à época, em discussão, visando a sua resolução, que até tinha merecido a presença de pessoas do Ministério da Agricultura em Machico e na Madeira, no entanto não via qualquer intervenção camarária. Assim, a associação declarava: “*Se a Câmara*

¹⁸¹ Panfleto *A Comissão Administrativa da Câmara de Machico - A Comissão Administrativa foge do povo*, Centro de Informação Popular, 5 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁸² Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁸³ Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁸⁴ Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A. e *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

¹⁸⁵ *Sempre Fixe*, Lisboa, 15 de Fevereiro de 1975, Na Madeira, saneamento com tiros, C. PMCM.

tivesse criado a Comissão dos Assuntos Rurais, tudo estaria resolvido.”¹⁸⁶ Outro exemplo era a situação precária dos pescadores (abonos em atraso, casas sem condições) e “o caso dos terrenos que a Machitur praticamente roubou às famílias dos pescadores dos sítios da Misericórdia e da Banda d’Além.”¹⁸⁷; na opinião do CIPM, “Se a Câmara pusesse a funcionar a tal Comissão de assuntos marítimos os pescadores teriam a quem se dirigir para defender os seus direitos.”¹⁸⁸ Um artigo de opinião, no *Diário de Notícias* do Funchal, sintetizava esta questão: “E porque não se curou das sub-comissões de trabalho (...) tudo ficou comprometido. O povo viu-se defraudado, afastado da sua Câmara”¹⁸⁹.

Todos os facos enunciados avolumaram-se numa perspectiva de apreciação negativa da acção da Comissão Administrativa, presidida por Alexandre Teixeira. O resultado foi a desilusão. Diria o CIPM que “Logo a seguir à grande festa do 24 de Setembro¹⁹⁰ em que o povo trabalhador julgou que tinha tomado o poder, viu-se logo a seguir que afinal tínhamos caído numa armadilha”¹⁹¹ Acrescentava esta organização que “o povo acabou por ser traído pelas restrições do governador e também, principalmente, devido à actuação do actual presidente da comissão administrativa, que tem destruído todas as tentativas de democratização do Município”¹⁹². Um articulista resumiu o sentimento do CIP e da população da altura: “Toda a esperança que o povo depositou nas mãos da Comissão Administrativa desvaneceu-se, transformou-se em fruto amargo.”¹⁹³

O contexto existente, desde Novembro de 1974, despoletava sessões de esclarecimentos, por parte do CIPM, em vários pontos do concelho. Destacamos a assembleia popular de 15 de Dezembro de 1974, na Vila de Machico, visando a avaliação do trabalho produzido pela Comissão Administrativa da CMM. Logo, de início, o CIPM dirigiu uma carta àquela entidade, recordando uma frase de Fernando

¹⁸⁶ Panfleto *Povo de Machico*, Centro de Informação Popular de Machico, Janeiro (?) de 1975 (?), C. A

¹⁸⁷ Panfleto *Povo de Machico*, Centro de Informação Popular de Machico, Janeiro (?) de 1975 (?), C. A

¹⁸⁸ Panfleto *Povo de Machico*, Centro de Informação Popular de Machico, Janeiro (?) de 1975 (?), C. A

¹⁸⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Fevereiro de 1975, A Democracia (?) de Machico – Algo de anormal se passa em Machico, A palavra do leitor, E.C., 4 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.

¹⁹⁰ A posse da Comissão Administrativa da CMM foi em 24 de Setembro de 1974.

¹⁹¹ Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.

¹⁹² *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C.PMCM. (Anexo F).

¹⁹³ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Fevereiro de 1975, A Democracia (?) de Machico – Algo de anormal se passa em Machico, A palavra do leitor, E.C., 4 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.

Rebello, governador do distrito, na tomada de posse municipal, ocorrida em 24 de Setembro de 1974: “Aceitei os nomes que me foram propostos por um grupo mais activo e consciente de Machico. Espero que o Concelho ficará satisfeito.”¹⁹⁴ Assim, o Centro comunicou à C.A da CMM “o interesse que há em responder às interrogativas da população e prestar contas públicas a todos quantos participaram na escolha dos seus actuais representantes.”¹⁹⁵ Por isso, o CIP entendia que, na citada reunião pública, era “imprescindível” a participação dos dirigentes municipais, “sob pena de estar a trair um dos muitos pontos de honra assumidos perante a população de Machico.”¹⁹⁶ No dia seguinte, novo ofício foi remetido àquela entidade, definindo o tema do comício de 15 de Dezembro: “Análise crítica do primeiro trimestre de trabalho da Comissão Administrativa”¹⁹⁷. Para este acto, o CIPM distribuiu um panfleto, apelando ao envolvimento da população, na medida em que tinha votado nos escrutínios de Junho e Julho de 1974 e referindo que foram convidados os três elementos da vereação, “para prestar declarações ao povo que os escolheu”¹⁹⁸, na medida em que “Em Machico, o povo é quem mais ordena.”¹⁹⁹ Outro marco no esclarecimento da população sobre esta matéria foi a realização de uma nova assembleia pública, a 6 de Fevereiro de 1975, por iniciativa do CIPM, para a qual também foi convidada a participar a Comissão Administrativa da CMM, na qual seriam apreciados “problemas inerentes ao povo de Machico.”²⁰⁰ Sublinhe-se que esta assembleia teve lugar na revéspera do dia da ocupação dos Paços do Concelho pela população descontente com a actuação de Alexandre Teixeira. Mas em nenhuma dessas assembleias, compareceu a Comissão Administrativa.

¹⁹⁴ *Ofício do Centro de Informação Popular de Machico à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, 11 de Dezembro de 1974, C. A.

¹⁹⁵ *Ofício do Centro de Informação Popular de Machico à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, 11 de Dezembro de 1974, C. A.

¹⁹⁶ *Ofício do Centro de Informação Popular de Machico à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, 11 de Dezembro de 1974, C. A.

¹⁹⁷ *Ofício do Centro de Informação Popular de Machico à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, 12 de Dezembro de 1974, C. A.

¹⁹⁸ *Panfleto Ao povo de Machico, Comício de avaliação*, Centro de Informação Popular de Machico, 15 de Dezembro de 1974, C. PMCM.

¹⁹⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 15 de Dezembro de 1974, *Comício de Avaliação ao Povo de Machico*, Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

²⁰⁰ *Ofício do Centro de Informação Popular de Machico à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, 4 de Fevereiro de 1975, C. A.

Perante as movimentações que ocorreram, por causa do comportamento do presidente da CMM, surgiu a posição deste, através de um comunicado, elaborado no dia da entrada dos populares no átrio municipal, 8 de Fevereiro, esclarecendo que

*Esta Comissão Administrativa não se ofereceu para este cargo e está na disposição de colaborar com o Senhor Governador para entregar a «pasta» àqueles que, por se considerarem mais eleitos ou mais competentes no assunto e que têm tanta pena do povo, a fim de renovarem «a vida que dizem se ter perdido», acabarem com a «paz podre dos cemitérios» e transformarem a sua obra em «fruto doce e não amargo».*²⁰¹

Depois, já reagindo à ocupação popular do edifício municipal, entretanto efectivada, Alexandre Teixeira apresentou uma postura diferente, declarando que face às manifestações populares de amizade recebidas, “*não poderá, em boa consciência, ceder à chantagem de uma minoria opressora, sacrificando a liberdade democrática dos seus conterrâneos.*”^{202 203}

Toda esta efervescência, que culminou na ocupação das instalações da Câmara, resultou do descontentamento popular descrito, anteriormente, face à acção do presidente da edilidade, mas, também, adicionou-se um outro aspecto, que foi a insatisfação por não ter sido reconhecido o nome mais votado, nos dois escrutínios realizados pelo CIPM, José Martins Júnior.

Com efeito,

*JÁ NESSA ALTURA O MAIS VOTADO FOI O PADRE MARTINS DA RIBEIRA SECA. MAS, O SR. FERNANDO REBELO NÃO O ACEITOU PORQUE O SR. BISPO DO FUNCHAL²⁰⁴ NÃO QUERIA QUE ELE FOSSE PRESIDENTE!!! Por causa disso e apesar de o Povo ter apoiado em massa o Pe. Martins, este não pôde ser eleito! Como os outros elementos mais votados não puderam aceitar o cargo, acabou por ser nomeado o 9º classificado, o Sr. Dr. Alexandre Teixeira.*²⁰⁵

²⁰¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Fevereiro de 1975, Comunicado da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, datado de 8 de Fevereiro de 1975, respondendo ao artigo *A Democracia (?) de Machico – Algo de anormal se passa em Machico*, A palavra do leitor, E.C., 4 de Fevereiro de 1975, publicado no *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Fevereiro de 1975, C. PMCM e à Carta do Povo do Santo da Serra à Comissão Administrativa da Câmara de Machico, Lombo das Faias, 22 de Janeiro de 1975, publicada no *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.

²⁰² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Em Machico, a exigência da demissão do Presidente da Câmara provoca incidentes entre populares, C. PMCM.

²⁰³ *O Século*, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1975, Na ilha da Madeira, Manifestantes ocuparam a Câmara Municipal do Machico, C. PMCM.

²⁰⁴ O Bispo era D. Francisco Santana.

²⁰⁵ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

Por seu turno, o CIPM confirmou que

*Tudo isto foi uma armadilha. O povo não teve culpa. Foi a democracia do Sr. Fernando Rebelo, que não quis aceitar a lista que o povo escolheu. Já que a democracia do Sr. Fernando Rebelo falhou, o povo tem o direito de experimentar a sua.*²⁰⁶

Num artigo de opinião, foi reafirmado que “*Mais uma vez a democracia do sr. Fernando Rebelo falhou. E falhou porque não quis seguir os ditames da democracia popular.*”²⁰⁷ Por estes motivos, esta questão esteve sempre latente no desenvolvimento dos acontecimentos registados e proporcionou o protesto das pessoas contra a atitude do governador do distrito, “*o conhecido Rebelo de quem o povo tem exigido, em manifestação de milhares de pessoas, o imediato afastamento.*”²⁰⁸

Esta questão do Pe. Martins não ter assumido logo o poder autárquico pode resumir-se ao seguinte: o povo escolheu-o, o bispo e o governador opuseram-se a tal e o eleito aceitou esta situação, considerando-a mais favorável no contexto de então. Em 1975, Martins Júnior narrou que, no início, foi aceite a sua nomeação para o cargo, só que, a seguir, o governador disse que era preciso saber a opinião de Francisco Santana. Este ameaçou-o com a remoção da paróquia e “*vendo que quem iria perder era o povo achei que não devia criar mais problemas e decidi passar o lugar a outro para presidir à Comissão. Ao fim e ao cabo, a luta far-se-ia fora.*”²⁰⁹ O visado, em 1977, contou, ainda, que “*o Rebelo e o bispo combinaram que eu não fosse para presidente da Câmara. O povo quis que eu fosse para presidente da Câmara. Depois disseram-me: “Ah, sr. padre não convém... Não convém para evitar mais histórias!”*”²¹⁰ Entretanto, passados 40 anos destes factos, Martins Júnior reafirmou a sua versão:

²⁰⁶ Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁰⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Fevereiro de 1975, A Democracia (?) de Machico – Algo de anormal se passa em Machico, A palavra do leitor, E.C., 4 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.

²⁰⁸ *Grito do Povo*, Lisboa, 2ª quinzena de Fevereiro de 1975, Madeira: o fascismo não passou, no Machico: COP-POP em vez de COP-MAD, C. A.

²⁰⁹ *Flama*, Lisboa, de 19 de Setembro de 1975, Madeira: independência é tática da burguesia, C. PMCM. e *Flama*, Lisboa, de 19 de Setembro de 1975, Madeira: independência é tática da burguesia, p. 39, Biblioteca Nacional.

²¹⁰ *Opção*, Lisboa, nº 73, de 15 a 21 de Setembro de 1977, Madeira- a revolta do Padre Martins, p. 48, Biblioteca Nacional.

*Feito o escrutínio ou prospecção (em termos simplistas e menos apertados que os das actuais eleições, como é naturalmente compreensível) o nome mais “votado” abdicou – e fi-lo assim tendo em conta a minha condição de padre – e passou a dirigir a Câmara, com a anuência de Carlos Azeredo, o segundo cidadão mais votado.*²¹¹

A 8 de Fevereiro de 1975, foi manifestada, de forma prática e forte, a revolta da população de Machico e do CIPM. Pelas 10 horas da manhã, no edifício da Câmara entrou um grupo de ocupantes, “*todos, homens casados e gente de respeito*”²¹², exigindo que Alexandre Teixeira pedisse a demissão:

*Telefone ao senhor Governador a dizer que de hoje em diante deixa de ser presidente. (...) Agora só a saída do presidente Alexandre, que é o representante desta freguesia (...) Queremos Apenas outro presidente, verdadeiro representante da freguesia de Machico.*²¹³

Justificava-se esta atitude, “*Porque o 14 de Junho e o 24 de Setembro não entregaram a Câmara ao seu povo.*”²¹⁴ ²¹⁵ E proclamavam: “*É grande a hora que estamos a viver. É hoje a grande luta entre exploradores e explorados, entre fascistas e Povo Unido. É hoje a conquista do poder para as classes trabalhadoras, é hoje a conquista do respeito para todos. A CÂMARA É NOSSA.*”²¹⁶ Pouco depois, chegaram a P.S.P. e as Forças Armadas; o capitão Avelar, que comandava a força militar, reuniu com a Comissão de Ocupação e o Pe. Martins; à noite, realizou-se uma festa popular no átrio da Câmara²¹⁷. Sobre o número de ocupantes, houve algumas diferenças de informação. Segundo o *Diário de Notícias* do Funchal, eram “*à volta de 50 pessoas (...)* ao longo do dia, aumentou, aglomerando um número mais elevado de pessoas, algumas inclusivamente vindas do Caniçal e Porto da Cruz.”²¹⁸ Por seu turno, o *Diário Popular* mencionara que estariam “*cerca de duas mil pessoas, entre operários, camponeses e pescadores.*”²¹⁹ Entretanto, o *Comércio do Funchal* salientou que “*Esta acção iniciada por cerca de uma centena de pessoas, foi logo secundada por cerca de dois milhares de*

²¹¹ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 23 de Abril de 2015, À conquista do poder político – o Povo na centralidade, http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/04/a-conquista-do-poder-politico-o-povo-na_23.html.

²¹² Panfleto *Gente de Machico*, 9 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²¹³ Panfleto *Vimos hoje de novo*, 8 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²¹⁴ Panfleto *Vimos hoje de novo*, 8 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²¹⁵ Estas datas referem-se à manifestação popular de 14 de Junho de 1974 e à tomada de posse da Comissão Administrativa, presidida por Alexandre Teixeira, em 24 de Setembro de 1975.

²¹⁶ Panfleto *Gente de Machico*, 9 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²¹⁷ Panfleto *Gente de Machico*, 9 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²¹⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Fevereiro de 1975, Em Machico: manifestantes ocupam o átrio do município exigindo a demissão do presidente, C. PMCM.

²¹⁹ *Diário Popular*, Lisboa, 10 de Fevereiro de 1975, O Povo de Machico ocupou a Câmara Municipal, C. PMCM.

pessoas”²²⁰. O jornal *O Século de Lisboa* também referiu uma “centena de habitantes”²²¹. O Comando Territorial Independente da Madeira (COMAD) confirmou este último quantitativo de ocupantes²²². Relativamente ao ambiente da ocupação, o referido comando militar garantiu que foi “efectuada por forma extremamente ordeira”²²³. Aliás, o tom definido pelos ocupantes apontava nesse sentido, quando defendiam que “*QUEM TEM RAZÃO NÃO SE EXALTA. (...) Não queremos conflitos nem barulhos.*”²²⁴ Para estes manifestantes, “*Os nossos homens foram os agentes da ordem pública. (...) Os nossos piquetes de segurança, os homens de braçadeira vermelha, estão a cumprir extraordinariamente o seu serviço.*”²²⁵ Também, foi vincada a vontade para levar adiante esta acção, pois, diziam: “*É preciso aguentar a pé firme. Com Alegria e com coragem.*”²²⁶ Reafirmavam que iriam vencer, considerando que “*A nossa Arma é a nossa Presença firme corajosa*” e que “*O Povo está disposto a aguentar, porque atrás do Alexandre estão todos os fascistas prontos a oprimir os mais pobres. Aguenta-se porque queremos uma sociedade nova e limpa.*”²²⁷ Quanto ao posicionamento das Forças Armadas, foi dito que, por oposição à postura do governador Fernando Rebelo, “*que está ao lado do Alexandre (...) AS FORÇAS ARMADAS ESTÃO DO NOSSO LADO. As Forças Armadas estão vendo a nossa razão. (...) estão a colaborar intensivamente connosco*”²²⁸. A primeira noite da ocupação foi levada a efeito “*por um grupo de 50 pessoas, ordeiramente*”²²⁹, mostrando a sua firmeza, até à obtenção das suas reivindicações²³⁰.

²²⁰ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

²²¹ *O Século*, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1975, Na ilha da Madeira, manifestantes ocuparam a Câmara Municipal do Machico, C. PMCM.

²²² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira (COMAD), O Caso da Presidência da Comissão Administrativa de Machico, C. PMCM.

²²³ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira (COMAD), O Caso da Presidência da Comissão Administrativa de Machico, C. PMCM.

²²⁴ Panfleto *Vemos hoje de novo*, 8 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²²⁵ Panfleto *Gente de Machico*, 9 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²²⁶ Panfleto *Vemos hoje de novo*, 8 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²²⁷ Panfleto *Gente de Machico*, 9 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²²⁸ Panfleto *Gente de Machico*, 9 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²²⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Fevereiro de 1975, Em Machico: Manifestantes ocupam o átrio do município exigindo a demissão do presidente, C.PMCM.

²³⁰ *Diário Popular*, Lisboa, 10 de Fevereiro de 1975, O Povo de Machico ocupou a Câmara Municipal, C. PMCM.

No segundo dia de ocupação, domingo, 9 de Fevereiro, houve uma reunião entre a Comissão de Ocupação e o governador, pelas 10 h; à tarde, teve lugar um comício, onde foram dadas as últimas novidades deste acontecimento²³¹. Nesta data, “*desenrolaram-se conversações, no Governo do Distrito, entre dois grupos de representantes do povo do Concelho e as Autoridades civis e militares do Distrito.*”²³² Foi sobre este acto que se verificou alguma polémica, com graves acusações a Fernando Rebelo, governador do distrito. Ao chegar à citada reunião, a Comissão de Ocupação encontrou um outro grupo, formado por seis pessoas, que, segundo Rebelo, “*também é de Machico e quer o Alexandre.*”²³³ Esta situação não foi do agrado dos ocupantes, pois o governador “*não acredita nas centenas de pessoas (operários, camponeses e pescadores) que ocupam a Câmara, mas acredita em 6 exploradores do povo.*”²³⁴ De igual modo, agastou a facção ocupante o facto de Rebelo se ter contradito, relativamente ao processo de escolha do novo presidente da Comissão Administrativa; por um lado, dissera que não era necessário haver eleições, tendo o governador poder para nomear os presidentes das edilidades, mas agora, já queria novas eleições para a câmara. Mais contestavam a ideia de nova consulta, quando deveria nomear o primeiro cidadão escolhido no escrutínio, feito antes da tomada de posse da Comissão Administrativa em 24 de Setembro de 1974²³⁵. Passou a segunda noite de ocupação, em que “*as forças da ordem, elementos das Forças Armadas e da P.S.P., estiveram atentos aos acontecimentos e não houve quaisquer desacatos.*”²³⁶

No terceiro dia, perante a irredutibilidade dos protestantes e sem acordo com as entidades oficiais, “*aumentou um clima de tensão que no decurso do dia veio a intensificar-se*”²³⁷. Logo, pela manhã, nesta segunda-feira, foi impedida a entrada dos funcionários da Câmara de Machico, não tendo funcionado os seus serviços, o que levou à intervenção militar, sob o comando do major Júlio de Oliveira, tendo em vista a retoma da normalidade da situação²³⁸. Pelas 16.30 h, começou a desocupação, por

²³¹ Panfleto *Gente de Machico*, 9 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²³² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira (COMAD), O Caso da Presidência da Comissão Administrativa de Machico, C. PMCM.

²³³ Panfleto *As manobras do Senhor Rebelo*, 11 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²³⁴ Panfleto *As manobras do Senhor Rebelo*, 11 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²³⁵ Panfleto *As manobras do Senhor Rebelo*, 11 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

²³⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Em Machico, a exigência da demissão do Presidente da Câmara provoca incidentes entre populares, C. PMCM.

²³⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Em Machico, a exigência da demissão do Presidente da Câmara provoca incidentes entre populares, C. PMCM.

²³⁸ *Diário da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira - Câmara Municipal de Machico, C. A.

ordem e intervenção das Forças Armadas e da P.S.P., sendo realçada “a colaboração prestada às Forças Armadas pelos dirigentes da manifestação.”²³⁹ Entretanto, pelas 18 horas, “o edifício estava totalmente desocupado e iniciaram-se conversações com os delegados do povo que ocupara o edifício.”²⁴⁰ Aconteceu que, um pouco antes, pelas 17 horas, um grupo de pessoas apoiantes de Alexandre Teixeira, organizou uma contra-manifestação, provocando um confronto entre as duas partes. Nesse momento, “os ânimos exaltaram-se e levados, sobretudo, por uma onda de histerismo, chegou a haver incidentes entre os populares, com cenas de violência física”, mas a situação foi controlada pelas forças da ordem, que recorreram a gases lacrimogéneos e a alguns tiros²⁴¹. Depois, houve conversações das Forças Armadas com uma representação dos adeptos do presidente da C.A. da CMM²⁴². A partir daí, reinou a calma, tendo sido comunicado aos populares que “o problema seria resolvido dentro de um prazo de 15 dias”²⁴³, tendo sido agendado para o dia seguinte, “um encontro com representantes das diferentes facções”, para a resolução do litígio²⁴⁴. Sucedeu que a 11 de Fevereiro, houve o retorno à normalidade na Câmara, mas foi mantido “um pequeno efectivo militar junto do edifício”²⁴⁵. Como rescaldo desta ocupação nos dias 8, 9 e 10 de Fevereiro de 1975, resultou o afastamento de Alexandre Teixeira. Segundo o *Comércio do Funchal*, perante o confronto entre os grupos envolvidos, o major Oliveira “GARANTIU AO POVO QUE O SR. ALEXANDRE SERIA SANEADO, e que as conversações só poderiam prosseguir com a Câmara desocupada e que isso eram instruções do Governo de Lisboa.” Foi por essa razão que os ocupantes aceitaram abandonar o edifício municipal²⁴⁶.

²³⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira (COMAD), O Caso da Presidência da Comissão Administrativa de Machico, C. PMCM.

²⁴⁰ *Diário da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira - Câmara Municipal de Machico, C. A.

²⁴¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Em Machico, a exigência da demissão do Presidente da Câmara provoca incidentes entre populares, C. PMCM.

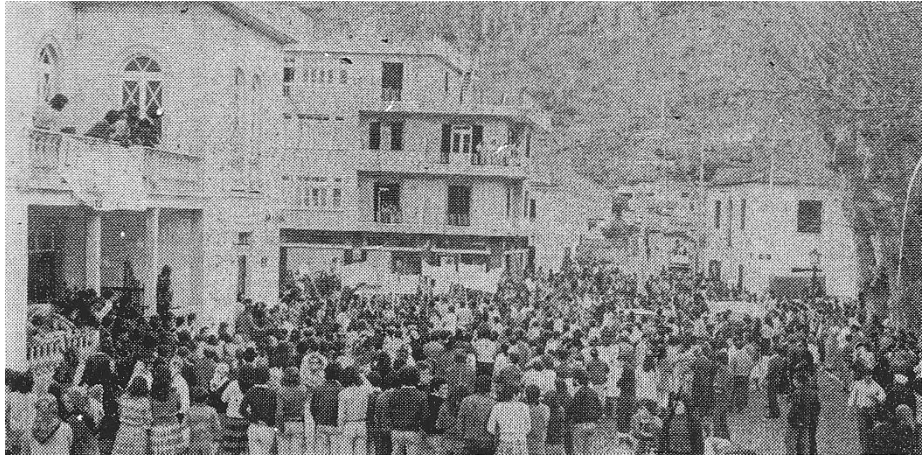
²⁴² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira (COMAD), O Caso da Presidência da Comissão Administrativa de Machico, C. PMCM.

²⁴³ *Diário da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira - Câmara Municipal de Machico, C. A.

²⁴⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Em Machico, a exigência da demissão do Presidente da Câmara provoca incidentes entre populares, C. PMCM.

²⁴⁵ *Diário da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira - Câmara Municipal de Machico, C. A.

²⁴⁶ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.



Fotografia 7 – Ocupação da Câmara Municipal de Machico, exigindo a demissão de Alexandre Teixeira, no Largo do Município, em 10 de Fevereiro de 1975. (Foto *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975)

Esta ocupação foi objecto de diversos apoios e leituras políticas. Por um lado, a União do Povo da Madeira (U.P.M.) manifestou o seu apoio à “*justa luta*” e declarou que “*O povo não abandonará a sua Câmara enquanto o Alexandre Teixeira não for posto na rua.*”²⁴⁷ A este propósito, o ainda presidente da C.A. da CMM divulgou que “*Os acontecimentos verificados são manobra levada a efeito pelo UPM, servindo-se da boa fé de uma minoria da população menos esclarecida e de fraca representatividade concelhia.*”²⁴⁸ Por seu turno, o Partido Popular Democrático (PPD), sem se referir, explicitamente, ao caso de Machico, denunciou que “*Para comprometer a administração local, são fomentados conflitos em vários concelhos, apoiados pela extrema esquerda e por certa imprensa de afinidades comunistas.*”²⁴⁹ A mesma organização partidária adiantava que o que se assistia em Machico era “*manifestamente mais um golpe de tática revolucionária (...)*”, apoiado pelo UPM²⁵⁰. Este processo de ocupação, naturalmente, contou, sempre, com o apoio do CIPM, sendo uma estrutura fomentadora desta movimentação popular.

Após o afastamento de Alexandre Teixeira, o major Oliveira anunciou uma “*auscultação por todos os sítios a fim de se apurar quem é a pessoa que os habitantes de Machico pretendem que venha a ocupar o cargo de Presidente da Comissão*

²⁴⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Em Machico, a exigência da demissão do Presidente da Câmara provoca incidentes entre populares, C. PMCM.

²⁴⁸ *O Século*, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1975, Na ilha da Madeira, Manifestantes ocuparam a Câmara Municipal do Machico, C. PMCM.

²⁴⁹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 14 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Partido Popular Democrático, C. PMCM.

²⁵⁰ *Jornal da Madeira*, Funchal, 14 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Partido Popular Democrático, C. PMCM.

Administrativa”, processo que deveria terminar no domingo seguinte, comunicando o mesmo militar que haveria, depois, “*uma reunião com os representantes ou delegados do povo, a fim de se chegarem às conclusões acerca da pessoa que o povo pretende para ocupar o lugar*”²⁵¹.

Desde logo, foi posta uma objecção, quanto à realização deste inquérito, considerando-o desnecessário, pois o povo havia “*já cinco meses que tinha eleito o Pe. Martins e por isso isto pareceu logo ser uma manobra para de novo impedir que ele fosse eleito.*”²⁵²

Também, foi colocada uma dúvida pela Comissão de Ocupação da Câmara ao Major Oliveira, questionando-o se a auscultação abrangeria as diversas freguesias do concelho ou apenas a de Machico²⁵³. Na perspectiva desta Comissão, tal consulta deveria ser, exclusivamente, na freguesia de Machico, porquanto quem tinha sido afastado da Comissão Administrativa fora o representante de Machico, Alexandre Teixeira, continuando os representantes do Porto da Cruz e do Caniçal. As populações destas duas localidades poderiam ser ouvidas, não para indicarem o novo presidente da Câmara, o representante de Machico, mas para “*reconfirmarem ou não o seu representante na Comissão Administrativa.*”²⁵⁴ Esta Comissão apontou, ainda, uma sugestão, quanto às populações de Água de Pena e Santo António da Serra, retomando uma proposta que a anterior Comissão Administrativa que “*prometeu e nunca fez: auscultar um elemento de cada uma dessas populações para representar os seus interesses na Câmara Municipal.*”²⁵⁵ Sobre esta questão, referia o *Comércio do Funchal*:

*O Povo exigia o saneamento do representante da freguesia de Machico, que por acaso era também presidente da Comissão Administrativa. Ele não foi como Presidente, mas como representante da freguesia e era nessa condição que o povo exigia o seu afastamento. Por isso, quando as Forças Armadas decidiram «auscultar a vontade do concelho» não tinham nada que o fazer, porquanto os únicos interessados eram os habitantes da freguesia de Machico que se manifestaram em massa pelo seu afastamento.*²⁵⁶

²⁵¹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, A situação na Câmara de Machico está normalizada, C. PMCM.

²⁵² *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

²⁵³ *Ofício da Comissão de Ocupação ao Major Oliveira – Comando Territorial e Independente da Madeira*, 11 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁵⁴ *Ofício da Comissão de Ocupação ao Major Oliveira – Comando Territorial e Independente da Madeira*, 11 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁵⁵ *Ofício da Comissão de Ocupação ao Major Oliveira – Comando Territorial e Independente da Madeira*, 11 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁵⁶ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

Apesar destas posições contrárias, a consulta foi estendida a todo o concelho.

Relativamente aos nomes a sujeitar à auscultação popular, a Comissão de Ocupação defendeu o seguinte:

*Quanto aos nomes propostos para a Freguesia de Machico, o Povo ocupante declara também que não aceita nomes estranhos à eleição feita há sete meses atrás. Esses são os nomes em que as pessoas confiaram numa altura em que a reacção estava reduzida à sua insignificância. Jamais aceitaremos nomes ligados à reacção (...) Se as Forças Armadas estão empenhadas em acabar com os resíduos do Fascismo (...) então proponha nomes que não se prestem a confusões. Queremos viver em Paz também com os fascistas. Mas uma paz cujas condições sejam impostas pelo Povo trabalhador, Operários, Camponeses e Pescadores, que ocuparam a Câmara durante três dias e estão dispostos a repeti-lo enquanto a sua vontade não for respeitada.*²⁵⁷

Tomada a decisão de audição concelhia, a Comissão Administrativa da CMM, formada, agora, apenas, pelos dois vogais, João Lemos Silva (Porto da Cruz) e José Lúcio Ribeiro Martins (Caniçal), fez publicar um aviso, no dia 11 de Fevereiro de 1975, informando que “*virá um oficial, representante do movimento das Forças Armadas, para auscultação do Povo, na escolha de um outro Presidente da Comissão Administrativa para a Câmara Municipal do Concelho de Machico.*”²⁵⁸ No mesmo aviso, foi divulgado o calendário dos encontros deste oficial, major Oliveira: quarta, dia 12 de Fevereiro, Água de Pena e Caniçal; quinta-feira, dia 13, Santo da Serra; sexta, dia 14, Porto da Cruz; sábado, dia 15, Machico (Ribeira Grande, Ribeira Seca e Caramanchão); domingo, dia 16, Machico (Banda de Além e Vila). E assim se fez a referida consulta, da qual daremos um retrato sumário.

Segundo o *Jornal da Madeira*, em Água de Pena, “*as duas facções, as do «Sim» e do «Não», à presença do dr. Alexandre na Câmara Municipal dividiram-se por um muro que as identificava de imediato.*”²⁵⁹ A Comissão de Ocupação, no seu relatório, acrescenta: “*dentro do adro da igreja, seis pessoas, pela permanência do Alexandre na Câmara. Fora do adro, um grupo muito maior (talvez 200 pessoas) pela nomeação do Pe. Martins.*”²⁶⁰

²⁵⁷ *Ofício da Comissão de Ocupação ao Major Oliveira – Comando Territorial e Independente da Madeira*, 11 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁵⁸ *Aviso – Câmara Municipal do Concelho de Machico*, 11 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁵⁹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, «Queremos o Presidente Alexandre» - afirma o Povo do Porto da Cruz, C. PMCM.

²⁶⁰ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

Na freguesia do Caniçal, “*não foram fáceis os termos de diálogo*”, menciona o *Jornal da Madeira*²⁶¹. Para a Comissão de Ocupação, “*o povo em massa pronunciou-se pelo Pe. Martins.*”²⁶²

Informava o mesmo jornal que, no Santo da Serra, as “*opiniões divergiram tanto de sítio para sítio que o Major Oliveira teve de realizar encontros separados para cada um.*”²⁶³ A Comissão de Ocupação denunciou que, nesta localidade, foi fraca a presença das pessoas, em virtude de um grupo de cinco elementos ter desmobilizado a população de comparecer no lugar da consulta, alegando que “*tudo era coisa de comunistas e, por isso, ia haver “pancume e cadeia*”²⁶⁴. Ainda assim, no Largo da Igreja do Santo da Serra, os cinco presentes indicaram um deles para presidente; no Lombo das Faias, apoio maioritário ao Pe. Martins; e na Ribeira de Machico, três pessoas a favor de Alexandre Teixeira e a maior parte pelo Pe. Martins²⁶⁵.

No Porto da Cruz, houve cinco sessões de esclarecimento, nos seguintes sítios: junto à Igreja, Maiata, Referta, Cerrado e Cruz. O *Jornal da Madeira* deu à estampa um retrato alargado da audição no último sítio, a Cruz²⁶⁶. Relatou que havia poucas pessoas, o diálogo foi aceso e que “*As palmas, os aplausos eram, afinal, a segura afirmativa do povo do porto da Cruz à continuidade, à frente da Câmara Municipal de Machico*”²⁶⁷, obviamente de Alexandre Teixeira. Por seu turno, a Comissão de Ocupação declarou que, nessas cinco reuniões, a população rejeitou “*o nome do sr. Pe. Martins e do Escórcio, através de cartazes onde se liam frases como estas: “Não queremos M.R.P.P. nem os Martinistas. Fora com a Reacção de Extrema Esquerda*”²⁶⁸. A mesma comissão referia que “*o grupo orientador deslocava-se de um sítio para outro, levando em carros a população que já tinha votado a fim de juntar-se à outra que ainda não tinha*

²⁶¹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, «Queremos o Presidente Alexandre» - afirma o Povo do Porto da Cruz, C. PMCM.

²⁶² *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁶³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, «Queremos o Presidente Alexandre» - afirma o Povo do Porto da Cruz, C. PMCM.

²⁶⁴ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁶⁵ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁶⁶ *Jornal da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, «O Povo é quem mais ordena» - Porto da Cruz às Forças Armadas: Mantenha-se o Presidente da Câmara, C. PMCM.

²⁶⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, «Queremos o Presidente Alexandre» - afirma o Povo do Porto da Cruz, C. PMCM.

²⁶⁸ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

votado.”²⁶⁹ Segundo o *Comércio do Funchal*, “*Aqui não foi ouvida a voz do Povo que trabalha, mas sim a voz dos reaccionários*”²⁷⁰. Para a Comissão de Ocupação, no Porto da Cruz, “*os manobreadores das sessões são senhorios, comerciantes, proprietários de Táxis e Camiões, o que permitiu pôr à disposição do povo os seus meios de transporte*”, acrescentando, ainda, que tal facto era comprovado com uma declaração do vogal da Comissão Administrativa, representante do Porto da Cruz, Lemos da Silva, que dissera: “*Aquilo foi tudo manobrado pelos mesmos reaccionários*”²⁷¹.

Por fim, realizou-se a auscultação na freguesia de Machico, procedida em cinco diferentes locais. Na Ribeira Grande, segundo a Comissão de Ocupação, a comunidade presente deu “*o seu assentimento aos cartazes cuidadosamente desenhados em que se exigia a recondução do presidente Alexandre*.”²⁷², facto reproduzido no *Jornal da Madeira*, pelo seguinte título: “*«Nós só queremos o Alexandre» - Gritou o Povo da Ribeira Grande*”²⁷³. No Caramanchão, “*a maioria deu o seu parecer afirmativo aos cartazes (estes cartazes foram os mesmos que estiveram na Ribeira grande e transportados depois para o Caramanchão)*.”²⁷⁴ Na sessão da Ribeira Seca, apoio total ao Pe. Martins, de cujo sítio era pároco. Na Banda de Além, “*O povo em massa apoiou o Pe. Martins*”²⁷⁵. Mas, devido à falta de diálogo, em plena via pública, o major Oliveira decidiu receber as pessoas, em grupos, no edifício da Câmara, tendo-se o mesmo passado com os residentes da Vila.

Ainda antes de olharmos às conclusões finais desta auscultação, importa registar alguns aspectos relativos à consulta popular. Por exemplo, surgiram várias comissões de apoio a Alexandre Teixeira, possivelmente, como meio de pressão sobre o major Oliveira, para decidir favoravelmente a este autarca afastado. Assim, ainda antes de haver a auscultação, vimos o seguinte: “*As comissões eleitas democraticamente pelo*

²⁶⁹ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁷⁰ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

²⁷¹ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁷² *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁷³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 18 de Fevereiro de 1975, «Nós só queremos o Alexandre» - Gritou o Povo da Ribeira Grande”, C. PMCM.

²⁷⁴ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁷⁵ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

povo do Porto da Cruz, ao nível dos diversos sítios (...) apoiam na presidência da Câmara do Concelho de Machico, o Dr. Alexandre Teixeira.”²⁷⁶ Mais tarde, e após a audição pelo major Oliveira, houve uma nova posição da mesma ou de outra Comissão de Freguesia do Porto da Cruz, a qual dizia que, nesta freguesia, foi “*unanimemente*” apoiada a recondução de Alexandre Teixeira e foi repudiada “*firmemente*” a ocupação da CMM, em 8 de Fevereiro, “*pela minoria verificada, que apenas representa uma pequena parte da freguesia de Machico*”²⁷⁷. Também, se pronunciaram por Alexandre Teixeira as Comissões de Freguesia de Água de Pena, Caniçal, Machico e Santo António da Serra, num comunicado conjunto, no qual apelavam: “*Bom povo do concelho de Machico, unamo-nos com fervor em volta do dr. Alexandre Teixeira*”²⁷⁸.

O comportamento do major Oliveira, neste conturbado processo, também foi motivo de polémica, tendo sido acusado de estar próximo dos apoiantes de Alexandre Teixeira. Com efeito, o *Comércio do Funchal* faz reparos à maneira como este militar recebeu os cidadãos, na Câmara, misturando os partidários do Pe. Martins com os de Alexandre Teixeira, ilustrando-a com um verso feito em Machico: “*Chegou na 2ª feira / a esta freguesia / o Major Oliveira / defensor da burguesia.*”²⁷⁹ Igualmente, a declaração proferida pelo referido membro das Forças Armadas, no fim desta audição, segundo o qual “*o povo do concelho está dividido*”²⁸⁰, foi objecto de uma resposta pública, interpretando que

*Todos nós sabemos pela experiência do dia-a-dia, que o povo sempre esteve dividido. Na sociedade de classes diferenciadas, como a nossa, sabemos que um fosso irreduzível separava a s pessoas: para o lado direito os ricos, para o lado esquerdo os pobres (...) Esta separação não é de hoje nem de ontem, é de sempre. O fosso tem milénios de história (...) ora, aqui está a explicação do caso de Machico.*²⁸¹

²⁷⁶ *Jornal da Madeira*, Funchal, 13 de Fevereiro de 1975, Comissão de freguesia do Porto da Cruz, C. PMCM. Este documento foi assinado por João Sousa Apolinário, João da Encarnação Gonçalves e António Martins.

²⁷⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, Comunicado da Comissão de Freguesia do Porto da Cruz, C. PMCM. Este documento foi assinado por João de Freitas Silva, José Franco do Nascimento e João Gregório Martins de Nóbrega.

²⁷⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Conjunto das Comissões de Freguesia de apoio ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, C. PMCM.

²⁷⁹ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

²⁸⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Fevereiro de 1975, Sobre a exigência de demissão do presidente da Comissão Administrativa de Machico - «Uma situação difícil», C. PMCM.

²⁸¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 21 de Fevereiro de 1975, De Machico e fora dele, Povo dividido / Povo unido, A palavra do leitor, Maria Filomena Ribeiro Martins e Maria Olívia Freitas Olim, C. PMCM.

A cobertura do *Jornal da Madeira* não passou incólume, tendo sido bastante atacado, por ter sido parcial nesta auscultação concelhia. Sobre a sua presença no Porto da Cruz, o *Comércio do Funchal* escreveu o seguinte: “*É também curioso notar que foi este o único sítio onde o Jornal da Madeira se deslocou o que demonstra bem quem são os fascistas e quem são os anti-fascistas.*”²⁸² E foi acusado um seu jornalista, como envolvido na feitura dos cartazes exibidos, nesta movimentação: “*Sabemos que esses cartazes foram feitos pela Sra. Professora de lá, de colaboração com o Sr. José António Gonçalves, jornalista do órgão reaccionário da diocese, o Jornal da Madeira.*”²⁸³ Relativamente à acção deste órgão informativo, a Comissão de Ocupação opinou que a sua cobertura noticiosa, nas sessões do Porto da Cruz e da Ribeira Grande e “*o simultâneo silêncio sobre Ribeira Seca, Caniçal, Água de Pena e Santo da Serra, revelam bem que o povo está fora de todo esse movimento.*”²⁸⁴

A participação do CIPM foi natural, dado o seu envolvimento inicial neste processo. Inclusivamente, as comissões de freguesia, apoiantes de Alexandre Teixeira, manifestaram “*o seu repúdio pelas calúnias insidiosamente feitas ao dr. Alexandre Teixeira, pelo arauto da minoria organizada do C.I.P. de Machico, organização incolor de activistas, desejosos de se apossarem do poder, dizendo representantes do povo*”²⁸⁵. Por outro lado, os membros do CIPM sofreram atitudes menos correctas da parte dos seus opositores. Assim, na consulta feita na Ribeira Grande, através de palavrões e empurrões, foi impedida “*a entrada no recinto a dois elementos do Centro de Informação Popular e a uma senhora da Comissão da ocupação, os quais por direito próprio e vontade do Sr. Major tinham acompanhado as sessões nos outros sítios.*”²⁸⁶ Na sessão seguinte, no sítio do Caramanchão, “*também os mesmos indivíduos correram com agressividade um elemento do Centro de Informação Popular.*”²⁸⁷

²⁸² *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

²⁸³ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

²⁸⁴ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁸⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Conjunto das Comissões de Freguesia de apoio ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara municipal de Machico, C. PMCM.

²⁸⁶ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁸⁷ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara*, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

Como principais conclusões, da parte da Comissão de Ocupação, registara-se que, a nível social, “A - Do lado do ex-presidente Alexandre estão os comerciantes, senhorios, proprietários e alguns funcionários públicos. B – Do lado do Pe. Martins estão os camponeses, operários e pescadores.”²⁸⁸ Em termos territoriais, a leitura desta Comissão foi a seguinte: “as freguesias de mais perto apoiaram o Pe. Martins. A de mais longe foi a que o rejeitou. Precisamente a que não o conhece.”²⁸⁹ Isto significava que todas as freguesias, à excepção do Porto da Cruz, apoiavam o pároco da Ribeira Seca. Sobre os resultados desta audição, o major Oliveira disse o seguinte:

*A conclusão a que se possa chegar não é quantitativa, apenas podendo afirmar-lhe que o povo do concelho está dividido. Em quase todas as localidades encontrei pessoas pedindo que o presidente se mantivesse e outras que ele fosse substituído, com excepção para a freguesia do Porto da Cruz, onde, dum modo geral, eram pela continuidade do actual presidente. Mas até aí, indo mais fundo, sobretudo junto da gente que trabalha a terra, ouvi a opinião de que deveria ser substituído, não se indicando nomes para ocupar tal posição.*²⁹⁰

Relativamente às soluções, o aludido militar referia que “O ideal era irmos para uma decisão conciliadora, que agradasse a toda a gente. Mas é complicado, não se devendo caminhar nem para um extremo nem para outro.”²⁹¹ Sobre esta posição conciliatória, o *Comércio do Funchal* opinou o seguinte: “O Sr. Major Oliveira, ao pretender «conciliar» interesses contrários como o são os interesses do povo explorado e dos ricos exploradores, não engana ninguém; põe-se, de facto, ao lado dos ricos”²⁹². E exige: “O SR. MAJOR OLIVEIRA TEM OS DADOS NA MÃO; OU TOMA UMA DECISÃO A FAVOR DO POVO OU TOMA UMA DECISÃO A FAVOR DOS INIMIGOS DO POVO.”²⁹³ Como condição definida, a Comissão de Ocupação da CMM, “em nome do povo ocupante, em nome do povo trabalhador”, apresentava a solução de “na presidência da Câmara, ou o Pe. Martins ou o Escórcio.”²⁹⁴ E terminava o seu relatório, considerando que

²⁸⁸ Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁸⁹ Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

²⁹⁰ Diário de Notícias, Funchal, 19 de Fevereiro de 1975, Sobre a exigência de demissão do presidente da Comissão Administrativa de Machico - «Uma situação difícil», C. PMCM.

²⁹¹ Diário de Notícias, Funchal, 19 de Fevereiro de 1975, Sobre a exigência de demissão do presidente da Comissão Administrativa de Machico - «Uma situação difícil», C. PMCM.

²⁹² Comércio do Funchal, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

²⁹³ Comércio do Funchal, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.

²⁹⁴ Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

*Como ponto final, esta Comissão quer manifestar bem claramente perante as Forças Armadas que todo este processo não se define pela luta deste ou daquele nome. A luta é do povo que exige o poder nas suas mãos. Quer fosse o Pe. Martins, o Escórcio ou outro qualquer. Entregar a chave e o fecho do processo a um estranho -- seja ele qual for -- é prostituir toda a dignidade, dum povo, é aliená-lo, é deseducá-lo nesta escalada dolorosa para a conquista da verdadeira democracia.*²⁹⁵

No término desta operação, o Governo do Distrito publicou uma nota, na qual informava que o adjunto do Comando Operacional Territorial Independente da Madeira entregara, ao governador do distrito, o relatório da mencionada auscultação concelhia, “*encontrando-se em curso diligências para a solução do assunto, cujo resultado será anunciado com a brevidade possível.*”²⁹⁶

Passados alguns dias da consulta efectuada ao povo e depois de já ter sido entregue o respectivo relatório, veio o Governo do Distrito do Funchal, no primeiro de Março de 1975, introduzir algo novo no processo a decorrer. Dizia o governador que este relatório “*não permite concluir qual a facção dominante*” e que teve uma reunião com os presidentes das comissões administrativas dos concelhos, na sequência da qual apresentou a sugestão de “*proceder a uma sondagem completa da opinião dos municípios eleitoralmente recenseados*”, para a escolha do novo presidente da CMM. Segundo a mesma entidade, essa sondagem era praticável, “*por se dispor já dos elementos necessários a uma consulta*”. Assinalava-se, ainda, que esta proposta já teria sido apresentada aos ocupantes da câmara, antes de a evacuarem, mas tal não fora aceite. E apontava que, caso não vingasse esta sugestão, o cargo de presidente da C.A. da CMM, deveria ser preenchido por “*pessoa independente, em relação a esses grupos, de preferência militar.*”²⁹⁷

Acrescentava o Governo do Distrito que, enquanto não houvesse decisão, mantinha-se “*a situação de facto existente actualmente, com os dois vogais da Comissão em exercício efectivo.*”²⁹⁸ Com o objectivo de desfazer dúvidas, o governador militar, Brigadeiro Carlos Azeredo, clarificou, publicamente, que Alexandre Teixeira encontrava-se “*suspenso das suas funções cessando toda a sua competência*” e até que

²⁹⁵ *Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.*

²⁹⁶ *Diário de Notícias, Funchal, 25 de Fevereiro de 1975, Nota informativa do Governo do Distrito sobre o caso da Comissão Administrativa de Machico, C. PMCM.*

²⁹⁷ *Diário de Notícias, Funchal, 1 de Março de 1975, Nota informativa do Governo do Distrito do Funchal, C. PMCM.*

²⁹⁸ *Diário de Notícias, Funchal, 1 de Março de 1975, Nota informativa do Governo do Distrito do Funchal, C. PMCM.*

fosse encontrado outro presidente, a Comissão Administrativa trabalharia com aqueles dois vogais, Lúcio Martins e Lemos Silva²⁹⁹.

Entretanto, avolumava-se a contestação ao governador Fernando Rebelo, por parte de vários sectores políticos da Madeira. Entre eles, estava o CIPM, descontente com as suas atitudes, relativamente ao processo de substituição do presidente da Comissão Administrativa da CMM, como atrás já foi referido. E esta organização enviou ao 1.º Ministro, Vasco Gonçalves, um “*texto telegramas aprovados populações*”³⁰⁰ de Machico, Caniçal, Água de Pena e Santo das Serra. Neste documento, afirmou-se que o povo encontrava-se contra o comportamento de Rebelo, considerando-o “*incapaz resolver problemas (...) ditador (...) não ouve voz do povo*”, em relação ao qual se exigia “*urgente saneamento (...) imediato afastamento*”³⁰¹. Por seu turno, o CIPM fez divulgar na imprensa³⁰² este telegrama, que incluiu a sua explícita concordância, tendo o seguinte teor: “*Centro Informação Popular Machico apoia totalmente reivindicação freguesias supramencionadas e considera afastamento actual Governador fundamental para processo democrático madeirense.*”³⁰³ Fernando Rebelo acabara por pedir a sua exoneração ao Ministro da Administração Interna, no dia 19 de Março de 1975³⁰⁴. Foi substituído por Carlos Azeredo que, além de governador civil, presidiu ao novo órgão político, a Junta de Planeamento da Madeira e ainda acumulou com as funções de governador militar³⁰⁵.

Depois de tanto tempo de impasse, finalmente, a 8 de Abril de 1975, José Martins Júnior tomou posse como presidente da Comissão Administrativa da CMM. Isso aconteceu no Palácio de São Lourenço, no Funchal, na presença de elementos da Junta de Planeamento da Madeira e presidida pelo governador do distrito, Carlos

²⁹⁹ *Comunicado do Governador Militar – Comando Territorial Independente da Madeira, Quartel General*, 2 de Março de 1975, C. A.

³⁰⁰ *Telegrama enviado ao 1º Ministro Vasco Gonçalves, Lisboa, pelo Centro de Informação Popular de Machico*, 14 de Março de 1975, C. A.

³⁰¹ *Telegrama enviado ao 1º Ministro Vasco Gonçalves, Lisboa, pelo Centro de Informação Popular de Machico*, 14 de Março de 1975, C. A.

³⁰² *Diário de Notícias*, Funchal, 15 de Março de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

³⁰³ *Telegrama enviado ao 1º Ministro Vasco Gonçalves, Lisboa, pelo Centro de Informação Popular de Machico*, 14 de Março de 1975, C. A.

³⁰⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 20 de Março de 1975, O dr. Fernando Rebelo pediu a exoneração do cargo de Governador do Distrito, ARM.

³⁰⁵ Gouveia, Gregório (2002), *Madeira: Tradições autonomistas e revolução dos cravos*, Funchal, Editora O Liberal, pp. 61-81.

Azeredo³⁰⁶. Segundo Azeredo, a nomeação de Martins Júnior deveu-se a várias razões: a situação crítica de falta de Comissão Administrativa na Câmara de Machico arrastava-se há dois meses; a auscultação popular efectuada mostrou haver duas partes “*inconciliáveis*”, o que inviabilizava a ideia de uma “*Comissão representativa das duas facções*”; não foi possível designar um militar para dirigir a edilidade, pois ninguém contactado o quis e essa hipótese, também, não seria um bom precedente. Assim, a Junta de Planeamento da Madeira decidiu

*Dar a oportunidade ao novo presidente nomeado e à facção que o apoia, de demonstrar a sua capacidade de resolver na medida do possível, os problemas que afectam a população daquele concelho, no melhor interesse de todos os municípios e da própria Comunidade Madeirense.*³⁰⁷

Uma das principais bandeiras do CIPM e dos promotores da mudança registada no poder municipal de Machico era a criação de comissões de trabalho por parte da edilidade, compromisso, então assumido, pela C.A. instalada em 24 de Setembro de 1974, mas nunca concretizado.

Após a posse de Martins Júnior, como presidente da edilidade, tal objectivo foi materializado, pois “*imediatamente o povo organizou-se em Comissões, a nível de concelho, e depois a nível de sítio.*”³⁰⁸

Pessoas de várias freguesias e sítios do concelho foram chamadas a intervir na vida municipal³⁰⁹, distribuídas por seis comissões: Obras Públicas, Assuntos Rurais, Assuntos Marítimos, Inquéritos e Contas, Educação e Cultura e a Comissão da Freguesia do Porto da Cruz³¹⁰. A instituição oficial destes organismos ocorreu no 1.º de Maio de 1975, e foi divulgada pelo CIPM, como parte integrante das actividades comemorativas do Dia do Trabalhador em Machico, contando que o presidente da Junta de Planeamento da Madeira, Carlos Azeredo, presidiria ao acto e usaria da palavra³¹¹.

³⁰⁶ *Jornal da Madeira*, Funchal, 9 de Abril de 1975, Governo do Distrito Autónomo do Funchal- Informação aos meios de comunicação social, ARM e *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Abril de 1975, Empossado o novo presidente da Comissão Administrativa do concelho de Machico, ARM

³⁰⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Abril de 1975, Empossado o novo presidente da Comissão Administrativa do concelho de Machico, ARM e *Jornal da Madeira*, Funchal, 9 de Abril de 1975, Comunicado-Presidência da C.A. do Concelho de Machico, ARM

³⁰⁸ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³⁰⁹ *Folha com nomes do Caniçal e Ribeira Seca, para Comissões de Assuntos Rurais*, Abril (?) de 1975 (?), C. A.

³¹⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Maio de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

³¹¹ *Comunicado “1º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores”*, Centro de Informação Popular de Machico, 1 de Maio de 1975, C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Maio de 1975, Elementos da Junta de Planeamento em Machico, C. PMCM.

Sobre este inédito facto, se pronunciou o CIPM, considerando que

No «Dia do Trabalhador», os trabalhadores de Machico tomaram conta do poder. Ao vermos assomar à varanda dos Paços do Concelho as comissões de trabalho um frémito de festa e de luta prespassou no semblante de quantos ali estavam: homens e mulheres do povo passaram a ocupar o lugar por que tanto tinham lutado: o comando do Concelho (...) o povo trabalhador doravante é o dono da sua Câmara, é o patrão dos seus destinos (...) algo de novo começa a sentir-se em terras de Machico.³¹²

O CIPM lamentou o silêncio da imprensa regional, relativamente a este acontecimento, e também declarou que ficaria “à disposição das Comissões de Trabalho para fazer frente a todos quantos queiram enfraquecer a jovem democracia duma terra que se quer dono dos seus destinos.”³¹³

Essas comissões municipais teriam “um poder consultivo e deliberativo em tudo quanto fosse mais importante para os destinos da Câmara. O presidente nada podia fazer sem ouvir a opinião das Comissões.”³¹⁴

Ver o trabalho das comissões de trabalho equivale a fazer uma leitura da actividade municipal, pois aquele espelhava a intervenção da Comissão Administrativa. Começemos pela Comissão de Obras Públicas:

Composta por operários da construção civil e por um engenheiro³¹⁵, tem a seu cargo todo o sector de obras do concelho e tem realizado um monte de construções, o que faz o povo dizer que em cinco meses a Comissão de Obras fez mais que todos os presidentes nos últimos dez anos. Assim, abriu três estradas, uma no Porto da Cruz, outra em Água de Pena e uma outra em Machico. Estradas planeadas há quinze e vinte anos e que nunca eram começadas. Melhoraram-se caminhos existentes, como o da Torre e o do Poço do Gil. Pôs-se água em sítios distantes, através de fontenários na Bemposta e na Ribeira Grande. Outro grande triunfo da Comissão de Obras foi a construção do transformador de alta tensão, no espaço de um mês, para abastecer seis sítios da freguesia de Machico. Tudo isto só foi possível pela aceitação da Comissão de Obras no meio do povo, precisamente porque o povo sentia que tinha o poder no tocante à planificação das obras. Ultimamente, estava em plano o abastecimento de água a toda a freguesia, através do aproveitamento da Fonte Vermelha, para cuja obra estava previsto o contributo de três mil contos, a dar pelas comissões de sítio, em trabalho e em dinheiro.³¹⁶

³¹² *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Maio de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

³¹³ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Maio de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

³¹⁴ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³¹⁵ Trata-se do engenheiro Luís Manuel Santos Costa, natural e residente em Machico, que desempenhou, mais tarde, o cargo de Secretário Regional do Equipamento Social, em governos presididos por Alberto João Jardim.

³¹⁶ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

Também, foi formada a Comissão de Inquérito e Contas, a qual

*Superentendia nas finanças da Câmara, nos orçamentos, vigiando para que nada fosse esbanjado ou desviado. O povo ficou a ganhar dezenas de contos, nestes cinco meses, que seriam desviados por aqui e por ali. Há provas concretas. Um outro pormenor da actuação desta Comissão foi transferir uma verba de quinze contos, gastos inutilmente, para a electrificação do túnel entre Machico e Caniçal. Este gesto originou da parte da Empresa de Electricidade a concessão do resto do subsídio para a efectivação da obra orçamentada em 75 contos.*³¹⁷

Já a Comissão de Assuntos Rurais, “*composta só por lavradores*” promoveu a restituição de um poço grande de rega agrícola aos moradores da Bemposta, Água de Pena, retirado por um senhorio, no tempo da ditadura³¹⁸.

Relativamente à Comissão de Assuntos Marítimos, em articulação com a Comissão do Bairro dos Pescadores da Queimada, “*conseguiu que o aluguer das casas dos pescadores deixasse de ser pago à Caixa Nacional de Pensões para ser pago à Comissão a fim de se efectuarem melhoramentos nas mesmas casas do bairro.*”³¹⁹

Quanto à Comissão de Abastecimento e Preços, interveio “*pela higiene (...) cumprimento das tabelas e dos horários, sobretudo no tocante a tabernas*”, tendo, inclusivamente, efectuado uma acção de fiscalização, em colaboração com a PSP e as Forças Armadas³²⁰.

Por seu lado, a Comissão de Assuntos Culturais realizou a comemoração do Dia da Criança, em 1975, e estava a programar actividades numa perspectiva de “*autêntica revolução cultural orientada para operários, camponeses e pescadores.*”³²¹

Mas este trabalho das comissões municipais não se fazia de forma independente, pois ligava-se com as comissões de sítio e as direcções das organizações populares, “*as quais percorriam os sítios do concelho, a fim de incentivar e apoiar todos os movimentos de vontade popular.*”³²²

Toda esta acção das comissões camarárias provocou o “*ódio dos capitalistas, dos senhorios, dos comerciantes, dos polícias*”³²³. A postura do brigadeiro Azeredo também foi bastante censurada, porquanto era considerado “*um bom criado dos*

³¹⁷ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³¹⁸ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³¹⁹ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³²⁰ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³²¹ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³²² Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³²³ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

capitalistas, que desprezava as Comissões Populares, dizendo que aquilo era uma carga de analfabetos”, interpretação esta que fez com que não aceitasse documentos assinados pelas comissões de trabalho e inclusivamente, na parte final, nem permitia que as mesmas entrassem “*na sua Câmara*”³²⁴.

A Câmara Municipal de Machico foi um agente activo em diversas frentes de acção política, nomeadamente, no combate às ideias separatistas. No dia anterior a uma projectada manifestação pró-independência da Madeira, promovida a 27 de Julho de 1975, no Funchal, a CMM foi apontada como uma base de “*vigilância e defesa*” contra este movimento anti-nacional³²⁵.

A acção da segunda C.A. da CMM, presidida por Martins Júnior, seria interrompida, passados que eram cerca de cinco meses³²⁶ e, para tal, foi determinante o episódio do polémico Tribunal Popular. Para compreendermos o que se passou e as suas consequências, relativamente a este tema do poder municipal, impõe-se tomar conhecimento do respectivo capítulo que faz integrante deste trabalho.

Na verdade, Carlos Azeredo, a 4 de Setembro de 1975, lavrou um despacho retirando o cargo ao edil em exercício, sentenciando que

*Não obstante alguns aspectos positivos de sua actuação amplamente apoiada com meios materiais por parte da Junta Geral e do Governo Militar, atendendo a factos particularmente graves que denunciam claramente da parte do presidente da Comissão Administrativa do concelho de Machico inqualificável abuso de autoridade e desrespeito pelas instruções precisas que para o assunto lhe foram directamente dadas pelo Governo do distrito, factos salientes dos relatórios dos acontecimentos do passado dia 30 de Agosto, respeitantes a um pretenso «Tribunal popular», envolvendo menores de 15 a 17 anos, é nesta data demitido o Pe. José Martins Júnior. A Câmara de Machico ficará entregue aos dois restantes vogais, até formação de nova Comissão Administrativa.*³²⁷

Sobre os factos registados e das razões da demissão de Martins Júnior, Azeredo fez publicar um extenso comunicado, datado de 7 de Setembro de 1975³²⁸, apresentando a sua versão – comunicado este que é bastante utilizado na temática do Tribunal Popular – com o intuito de “*habilitar a opinião pública a julgar por si as razões que levaram à*

³²⁴ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³²⁵ Comunicado *Contra o fascismo ofensiva popular*, 26 (?) de Julho (?) de 1975 (?), Centro de Informação Popular de Machico, C. A.

³²⁶ O mandato de Martins Júnior na CMM durou de 9 de Abril de 1975 a 4 de Setembro de 1975.

³²⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Setembro de 1975, Governo do Distrito demite Padre José Martins das funções de Presidente da C. Administrativa de Machico, C. PMCM.

³²⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

demissão do Rev.º P. Martins das suas funções de Presidente da C.A. da Câmara de Machico”³²⁹. Nesse documento, o governador civil e militar disse que informara, por telefone, o Ministério da Administração Interna sobre o sucedido, bem como tinha apresentado o assunto aos elementos da Junta de Planeamento da Madeira e “*em face da gravidade das posições assumidas pelo P. Martins (...) que se ausentou da Madeira sem conhecimento do Governo Civil, foi o mesmo demitido das suas funções.*”³³⁰

Decorridos 40 anos sobre o sucedido, o demitido das funções, confirma que “*Foi logo a seguir aos acontecimentos narrados*”³³¹ *que o mesmo plenipotenciário governador conseguiu o que queria; destituir-me da presidência da Câmara.*”³³²

Num documento, divulgado em Outubro de 1975 e intitulado “*A Luta do Povo de Machico*”³³³, foi negada a tese de que a verdadeira razão de Martins Júnior tivesse a ver com o Tribunal Popular, declarando-se, então, o seguinte:

*O caso da Câmara de Machico está na ordem do dia. Toda a gente fala nisso. E perguntam todos, muitos interessados: «Mas afinal, porque foi isso? Porque é que o brigadeiro Azeredo demitiu o Pe. Martins? Porque é que houve tanta reacção?...» E a maior parte das pessoas ficam a pensar naquilo que certos jornais disseram: o chamado tribunal popular (...) a causa de todos os problemas em Machico não foi o tribunal popular, mas sim algo de muito mais importante que se chama poder popular.*³³⁴

Depois, explicava-se que o poder popular como o exercício dos direitos das populações, designadamente das classes desfavorecidas, e o alcance em curso de muitas conquistas, como a extinção da colónia, a ocupação das casa pelos moradores da Machitur, o jardim-de-infância no forte do cais de Machico, a criação do CIPM, a Cooperativa Povo Unido, a instalação da União das Bordadeiras de Machico, a luta das conserveiras e dos baleeiros, o movimento dos

³²⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

³³⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

³³¹ Os acontecimentos do Tribunal Popular.

³³² Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular”, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>.

³³³ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³³⁴ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

produtores de cana de açúcar, a que se juntava a “*tomada do poder popular*”, ou seja, “*colocar na Câmara alguém que garantisse o poder do povo.*”³³⁵

Por isso, se dizia que “*É este o caso da Câmara de Machico. Não foi o tribunal popular, que nem chegou a existir (...) Azeredo serviu-se disso só para destruir o poder das comissões, o poder Popular, o único verdadeiro, o único que dá rendimento.*”³³⁶

A demissão do Presidente da Câmara provocou uma série de reacções, algumas delas até de cariz violento, devido do descontentamento popular, perante o sucedido³³⁷.

Comecemos pela ida de Martins Júnior a Lisboa. Logo, em 4 de Setembro de 1975, e como “*nota*” ao seu comunicado alusivo à referida demissão, o Governador informou que “*sem conhecimento do Governo Civil o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico se deslocou para parte incerta*». ”³³⁸ Depois, num outro comunicado, datado de 7 de Setembro, o mesmo Governador referia que Martins Júnior “*se deslocara a Lisboa, onde teria tentado manobras divisionistas junto do COPCON em relação ao Governo Militar da Madeira, e teria estado na redacção do jornal «A Capital».*”³³⁹ Como reacção ao que se estava a passar, o Centro de Informação Popular de Machico “*esclarecia que o padre Martins se encontra junto do Governo Central a desmascarar o brigadeiro como defensor da burguesia madeirense e das suas manobras de independência fantoche.*”³⁴⁰

Entretanto, foram feitos apelos para que a população de Machico se mantivesse “*em calma vigilância e defesa dos seus direitos contra manipuladores fáceis e demagogos da opinião pública, repudiando com toda firmeza actos de violência de qualquer origem*”³⁴¹. Posteriormente, o Governo Civil reiterava este apelo, “*na defesa das suas liberdades municipais e individuais*”, declarando que não aceitaria “*oportunistas de ocasião e que só a Verdade e uma Disciplina Cívica são*

³³⁵ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³³⁶ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

³³⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Setembro de 1975, Machico – palco de violência, ARM.

³³⁸ *Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Setembro de 1975, Governo do Distrito demite Padre José Martins das funções de Presidente da C. Administrativa de Machico, C. PMCM.

³³⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

³⁴⁰ *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

³⁴¹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Setembro de 1975, Governo do Distrito demite Padre José Martins das funções de Presidente da C. Administrativa de Machico, C. PMCM.

verdadeiramente revolucionárias no sentido de defender os cidadãos de fanatismos e mistificadores sem escrúpulos.”³⁴²

Mas a verdade é que este caso provocou diversos incidentes locais, com expressão regional e nacional. Assim, noticiava o *Jornal da Madeira* que, na quinta-feira, dia 4 de Setembro, data em que foi decretada a demissão de Martins Júnior:

*Cerca das 20 horas, fomos informados que um grupo de pessoas da Ribeira Seca ao tomarem conhecimento da demissão do padre Martins, do cargo de Presidente da C.A. da Câmara de Machico, se deslocou à vila, ao que consta com o objectivo de ocupar as instalações daquele Município. Não tendo sido possível concretizar tais intentos, ainda segundo era voz corrente, dirigiram-se para a sede da Cooperativa Popular daquela vila ...) razão porque havia seguido para aquela localidade uma força do COPMAD, com o objectivo de evitar possíveis incidentes.*³⁴³

Por seu turno, o jornal *O Século* deu nota dos graves confrontos ocorridos que se registaram, nessa noite de 4 de Setembro:

*Do confronto provocado pela facção contrária ao padre Martins, constituída pelos conhecidos reaccionários locais, resultaram vários feridos, cinco deles transportados para o hospital. A Polícia Militar foi obrigada a intervir, deslocando-se do Funchal. Para apartar os dois grupos, teve de utilizar gases lacrimogénios e tiros para o ar e Machico só de madrugada conheceu a calma, embora na população ficasse a perturbação e visíveis indícios de estarem em aberto novos possíveis recontros entre grupos a que estão ligados reaccionários extremistas.*³⁴⁴

Sobre estes acontecimentos, o Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil referiu-se a uma “criança atingida com um tiro na cabeça, um trabalhador cego numa das vistas e dois trabalhadores feridos a tiro”, enquanto o Sindicato dos Bordados condenava o “assassino fascista que, armado de caçadeira, feriu um rapaz e continuava em liberdade”³⁴⁵. Por sua vez, o correspondente³⁴⁶ de *A Capital*, na edição de 6 de Setembro de 1975, descreveu a versão do que se passou:

³⁴² *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

³⁴³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Setembro de 1975, Governo do Distrito demite Padre José Martins das funções de Presidente da C. Administrativa de Machico, C. PMCM.

³⁴⁴ *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

³⁴⁵ *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

³⁴⁶ Rui Marote.

A vila de Machico foi palco de cenas lamentáveis de violência, em que se envolveram, durante o dia de ontem³⁴⁷, um grupo de populares da freguesia de Ribeira Seca, apoiado por elementos da F.E.C. e a população da sede do concelho, que se opôs às intenções dos primeiros, quando estes pretendiam ocupar as instalações da Câmara Municipal. O estado em que ficou a praça que rodeia o edifício camarário, após os incidentes, de que resultaram cinco feridos, demonstra claramente o objectivo que movimentou o grupo provocador afecto ao rev. Martins: destruir. As pedras da calçada foram arrancadas raivosamente e serviram de instrumento de agressão e os candeeiros de iluminação pública foram inutilizados.³⁴⁸

Acrescentava, ainda, *A Capital*, que teriam as forças da P.S.P montado “*um dispositivo de segurança à volta do edifício da Câmara Municipal, a fim de não permitir que a mesma seja tomada pela violência.*”³⁴⁹ Segundo o mesmo jornal, “*os elementos da F.E.C. esboçaram a tentativa de invadir a sede do P.P.D.*³⁵⁰”, mas foi algo infrutífero³⁵¹.

O CIPM pronunciou-se, relativamente a estes acontecimentos, dizendo que “*Machico foi palco da violência fascista, sendo, desta vez, o brigadeiro Carlos Azeredo quem foi o festeiro.*”³⁵²

Entretanto, no dia seguinte, 6 de Setembro, sábado, pela facção divergente de Martins Júnior, fora agendada uma manifestação “*em Machico no local, onde exactamente decorreu o tão «célebre» e «triste» caso do «julgamento popular», uma manifestação de repúdio a este acto.*”³⁵³ Depois, segundo narrou *O Século*, também, “*para Machico estava marcada uma concentração para as 14 horas, contra o fascismo e contra a independência (...) Nenhuma das concentrações, porém, se veio a concretizar.*”³⁵⁴ Mas, segundo este mesmo órgão de comunicação social, “*Mais tarde, cerca da meia-noite, os dois grupos armados de matracas, pedras e outros instrumentos voltaram a confrontar-se.*”³⁵⁵ Entre outros episódios, registou-se o dos opositores ao Pe.

³⁴⁸ *A Capital*, Lisboa, 6 de Setembro de 1975, Tentativa para ocupar Câmara de Machico desencadeia cenas de violência, C. PMCM.

³⁴⁹ *A Capital*, Lisboa, 6 de Setembro de 1975, Tentativa para ocupar Câmara de Machico desencadeia cenas de violência, C. PMCM.

³⁵⁰ A sede do PPD funcionava na Rua João Abel de Freitas e próximo do CIPM.

³⁵¹ *A Capital*, Lisboa, 6 de Setembro de 1975, Tentativa para ocupar Câmara de Machico desencadeia cenas de violência, C. PMCM.

³⁵² *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

³⁵³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Setembro de 1975, Manifestação em Machico, C. PMCM.

³⁵⁴ *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

³⁵⁵ *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

Martins que fizeram transportar até junto da Câmara uma furgoneta com pedras para atirarem aos partidários do ex-edil, mas estes conseguiram virar a viatura, tendo o seu condutor ficado ferido³⁵⁶. Referia o mesmo periódico que “*De regresso às bases que defendiam, a Cooperativa Povo Unido e o CIP (Centro de Informação Popular) a facção do padre Martins apedrejou o centro de trabalho do Partido Comunista Português*”^{357 358}. Contava o seu correspondente que havia “*a absoluta necessidade de intervenção de uma autoridade capaz de castigar os provocadores que estão a criar uma forte instabilidade social em Machico*”³⁵⁹.

Relativamente a estes factos, houve diversas tomadas de posição, como acima já foi assinalado. Acrescente-se a posição da Comissão Concelhia de Machico do PCP, que lamentou as cenas de violência, apelou à população que se mantivesse calma e vigilante e saudou “*a firmeza das Forças Armadas, evitando assim os recontros entre populares, alguns manipulados e a agirem contra os verdadeiros interesses dos trabalhadores e impedindo que os acontecimentos atingissem maior gravidade.*”³⁶⁰ No decurso deste processo, o CIPM divulgou que “*Na sua luta, o Povo de Machico não está só. Diversas organizações de trabalhadores, como sindicatos, cooperativas populares, comissões de moradores, têm-nos mandado comunicados de apoio.*”³⁶¹ Assim, se pronunciou a Comissão de Moradores do Faial (Santa Maria Maior), Funchal, repudiando a demissão do Presidente da Comissão Administrativa da edilidade³⁶². No sentido contrário, manifestou-se o PPD da Madeira, solidarizando-se com a decisão de Azeredo em demitir Martins Júnior, considerando que “*Semelhante homem nunca deveria ter sido nomeado para cargo de tanta responsabilidade*”, porquanto não tinha

³⁵⁶ *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

³⁵⁷ A sede do PCP em Machico era na Rua General António Teixeira de Aguiar, frente à Igreja Matriz e na porta a seguir à sede da Cooperativa Povo Unido.

³⁵⁸ *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

³⁵⁹ *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

³⁶⁰ *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM. e *A Capital*, Lisboa, 6 de Setembro de 1975, Tentativa para ocupar Câmara de Machico desencadeia cenas de violência, C. PMCM.

³⁶¹ Panfleto *A luta do Povo não pára - contra o fascismo, ofensiva popular*, Centro de Informação Popular de Machico, 14 de Setembro de 1975, C. A.

³⁶² *Jornal da Madeira*, Funchal, 7 de Setembro de 1975, Comunicados, ARM.

*“as condições de bom senso imprescindíveis a quem tem por resolver delicados problemas de administração e policiais”*³⁶³.

Entretanto, novos confrontos foram registados no domingo, 7 de Setembro de 1975, os quais mereceram uma condenação do CIPM, referindo que *“A violência fascista continua. O Povo não fica parado e prepara-se contra a investida da reacção (...) A vitória do Povo”*, e considerando que, nesse dia, *“o fascismo não passou”*³⁶⁴.

No sábado, 13 de Setembro de 1975, Martins Júnior regressou de Lisboa, após contactos estabelecidos com autoridades nacionais, tendo sido recebido, no aeroporto de Santa Cruz, por centenas de pessoas, que *“entusiasticamente (...) o acompanharam em cortejo, seguindo a pé, durante quilómetros, até à vila e, depois, até á à sua povoação, a Ribeira Seca.”*³⁶⁵ O CIPM descreveu esse trajecto, da seguinte forma:

*Os capitalistas protestavam que ele estava preso, que não voltava mais, que ao chegar ao aeroporto iam matá-lo, etc., etc. ...Tudo para desamimar o Povo Trabalhador... Mas o Povo está sempre na frente. Foi ao aeroporto, embora só se soubesse à última da hora. O padre Martins foi obrigado a vir a pé desde o aeroporto, até á vila, até à Banda d'Além, até á Ribeira Seca! Pelo caminho vieram as pessoas de Água de Pena, da Bemposta, da Queimada, da Ladeira, da Pontinha, da Banda d'Além, da Serra d'Água, da Misericórdia, do poço do Gil, do Caramanchão, da Ribeira Seca. Vieram homens e mulheres de chaile, descalços, mãos calejadas, gente que quer gritar contra a escravatura. Tudo isto significa a força do Povo!*³⁶⁶

Nessa noite, ocorreu um comício no Caniçal, *“no qual o povo expressou todo o seu apoio ao padre Martins e o seu repúdio ao reacçãoário Lúcio, que permaneceu na Câmara após a demissão arbitrária do padre.”*³⁶⁷

Na tarde do dia seguinte, domingo, 14 de Setembro, já na Vila de Machico, realizou-se nova concentração popular, promovida pelo CIPM³⁶⁸. Nessa convocatória, dizia-se que Martins Júnior trazia novidades de Lisboa e seriam definidas *“as linhas de acção que vamos continuar para a vitória completa do povo trabalhador.”*³⁶⁹ Teriam

³⁶³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 7 de Setembro de 1975, Comunicados, ARM.

³⁶⁴ *Diário de Notícias*. Funchal, Funchal, 9 de Setembro de 1975, C.I.P. de Machico: «A vitória é do Povo», C. PMCM.

³⁶⁵ *O Grito do Povo*, Lisboa, Setembro de 1975, O Povo da Madeira e dos Açores escorraçará a canalha fascista, C. PMCM.

³⁶⁶ Panfleto *A luta do Povo não pára - contra o fascismo, ofensiva popular*, Centro de Informação Popular de Machico, 14 de Setembro de 1975, C. A.

³⁶⁷ *O Grito do Povo*, Lisboa, Setembro de 1975, O Povo da Madeira e dos Açores escorraçará a canalha fascista, C. PMCM.

³⁶⁸ Panfleto *A luta do Povo não pára - contra o fascismo, ofensiva popular*, Centro de Informação Popular de Machico, 14 de Setembro de 1975, C. A.

³⁶⁹ Panfleto *A luta do Povo não pára - contra o fascismo, ofensiva popular*, Centro de Informação Popular de Machico, 14 de Setembro de 1975, C. A.

comparecido “cerca de 4000 operários, camponeses e pescadores que afirmaram (...) que não aceitarão a decisão reaccionária de demissão da C.A. por eles próprios escolhida.”³⁷⁰ Neste comício, falou ainda um elemento da União do Povo da Madeira (UPM), que “chamou à constituição de milícias populares armadas para deter a besta fascista, e destacou a importância da aliança com os filhos do povo armados, que são os soldados.”³⁷¹ Saliente-se que, durante este encontro, houve a queima de exemplares de *A Capital*, “devido à indignação popular suscitada pelo facto deste jornal ter vindo a publicar crónicas do seu correspondente na ilha em que são caluniadas as lutas do povo por esse reaccionário, verdadeiro arauto dos separatistas da FLAMA”³⁷².

No domingo, 21 de Setembro de 1975, realizou-se um plenário de vários organismos, “as Comissões de Trabalho da Câmara, as Comissões de sítio (moradores) e as Direcções das diversas organizações de base”³⁷³. Esta reunião aconteceu “Perante a extrema degradação a que ficou reduzida a Câmara de Machico, sem presidente e sem vogais, e considerando a escalada de violência desencadeada nesta vila” e com o objectivo de “fazer o ponto da situação e apresentar propostas para responder o melhor possível aos termos da crise que ora se atravessa.”³⁷⁴ Nesta comunicação, que teve como último subscritor, e de algum modo, o congregador do documento, o Departamento de Coordenação Municipal³⁷⁵ foram tomadas as seguintes deliberações:

³⁷⁰ *O Grito do Povo*, Lisboa, Setembro de 1975, O povo da Madeira e dos Açores escorraçará a canalha fascista, C. PMCM.

³⁷¹ *O Grito do Povo*, Lisboa, Setembro de 1975, O povo da Madeira e dos Açores escorraçará a canalha fascista, C. PMCM.

³⁷² *O Grito do Povo*, Lisboa, Setembro de 1975, O povo da Madeira e dos Açores escorraçará a canalha fascista, C. PMCM.

³⁷³ *Comunicação à Presidência da República, ao Conselho da Revolução, ao Ministério da Administração Interna, ao Governo do Distrito-Funchal*, Departamento de Coordenação Municipal, Setembro (?) de 1975 (?), C. A.

³⁷⁴ *Comunicação à Presidência da República, ao Conselho da Revolução, ao Ministério da Administração Interna, ao Governo do Distrito-Funchal*, Departamento de Coordenação Municipal, Setembro (?) de 1975 (?), C. A.

³⁷⁵ As organizações que subscreveram a *Comunicação À Presidência da República, Ao Conselho da Revolução, Ao Ministério da Administração Interna, Ao Governo do Distrito-Funchal*, Setembro (?) de 1975 (?), C. A. foram as seguintes: Comissão de Ex-Ocupação da Câmara, Comissões de Trabalho da CMM (Obras Públicas, Inquérito e Contas, Assuntos rurais, Assuntos Marítimos, Abastecimento e Preços, Educação e Cultura), Comissões de Sítio (Graça, Poço do Gil, Pastel, Bemposta, Queimada), Comissão de Habitação e as Direcções da Cooperativa Povo Unido, Cooperativa Operário-Piscatória do Caniçal, Jardim de Infância e União das Bordadeiras de Machico.

*1º - Manifestar publicamente que a Câmara-Povo se sente injustamente agredida pela atitude intempestiva do Governador civil e militar do Distrito, brigadeiro Azeredo, que abusivamente se intrometeu no maior problema da Câmara sem nada dizer às Comissões de trabalho, às quais tinha conferido poder consultivo, o que significa a completa destruição do espírito e do processo democráticos. 2º - Responsabilizar o brigadeiro Azeredo pela vaga de terrorismo desencadeada em Machico, depois que o Governador civil e militar atizou a reacção contra os trabalhadores. 3º - Rejeitar as manobras divisionistas do mesmo brigadeiro Azeredo ao pretender impor pessoas ou métodos estranhos à consciência do povo para mais facilmente camuflar e mais rapidamente conseguir os seus fins. 4º - Exigir a reposição do problema na situação e nos termos anteriores ao dia três de Setembro p.p., afim de poder reconstituir-se conjuntamente a autêntica solução do problema. 5º - Propôr, para o efeito, ao Governador civil e militar do Distrito um plenário das Comissões signatárias do presente documento, com a presença do mesmo Governador, o qual Plenário deverá realizar-se nos Paços do Concelho de Machico, em dia e hora deixados ao critério do brigadeiro Azeredo.*³⁷⁶

Estas organizações, neste documento, deram um prazo até 25 de Setembro, para receberem a resposta do governador à última sugestão apresentada, após o que consultariam a população para “saber-se qual o caminho a seguir.”

Possivelmente, não houve resposta do governador e, neste sentido, teria estado programada uma ocupação dos Paços do Concelho, no dia 26 de Setembro. A verdade é que a “Câmara de Machico não foi ocupada”, segundo noticiou *A Capital*³⁷⁷. O seu correspondente na Madeira referia que estava prevista uma manifestação na Vila, a qual deveria sair da Ribeira Seca, e em que os participantes desejariam “reocupar a Câmara Municipal, certamente para a entregar ao ex-presidente daquele órgão administrativo, rev. Martins Júnior.” De acordo com este periódico, foi enviada uma força militar do COPMAD para Machico, tendo regressado ao Funchal, pelas 21 h, pois “nada de anormal se registou”, em virtude da aludida manifestação não ter ocorrido. No entanto, manteve-se no local, uma força da PSP.

Mas as movimentações, em torno da demissão de Martins Júnior, não terminaram. No dia 14 de Outubro de 1975, e na sequência de conversações com o secretário da Câmara Municipal³⁷⁸, que assegurava, nesta data, a chefia do município, por decisão de Carlos Azeredo³⁷⁹, “algumas comissões de moradores (...) resolveram não abandonar a sala de sessões, sem que fossem resolvidos alguns dos seus

³⁷⁶ Comunicação à Presidência da República, ao Conselho da Revolução, ao Ministério da Administração Interna, ao Governo do Distrito-Funchal, Departamento de Coordenação Municipal, Setembro (?) de 1975 (?), C. A.

³⁷⁷ *A Capital*, Lisboa, 27 de Setembro de 1975, Câmara de Machico não foi reocupada, C. PMCM.

³⁷⁸ Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro.

³⁷⁹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975, Comunicação na RTP do Governador Militar, Carlos Azeredo, C. PMCM.

problemas, entre os quais o regresso do Padre Martins à Presidência”³⁸⁰. Queriam os populares que o governador fosse a Machico reunir com eles, ideia que não foi aceite, tendo a autoridade civil e militar enviado um efectivo militar e policial. Esta força conseguiu o acordo das comissões em abandonarem a Câmara e uma sua representação seria recebida pelo governador, no Funchal. Mas, como “*cerca de duzentas pessoas que se encontravam no largo fronteiro à Câmara, resistiram passivamente à ordem de se afastarem*”, o agrupamento militar lançou três granadas lacrimogéneas, para fazer “*um cordão de segurança do edifício.*”³⁸¹ Nessa reunião, a comissão ficou a saber, por Carlos Azeredo, que não haveria nova Comissão Administrativa ou novo presidente de Câmara, “*até que houvesse eleições de acordo com o que vai ser determinado pela futura Constituição; continuaria a ser dado todo o apoio à Câmara Municipal de Machico através do seu secretário.*”³⁸² De regresso a Machico, a representação explicou à população – que se encontrava reunida num comício, no Largo do Município, aguardando o resultado da dita reunião – as decisões tomadas pelo governador. Por se ter verificado uma “*agressão verbal aos elementos das forças presentes*”, foi lançada uma granada lacrimogénea³⁸³.

No dia 16 de Outubro, houve nova ocupação da Câmara de Machico. O CIPM diz que, à noite, “*mais de mil operários, camponeses e pescadores, após um comício realizado na Vila de Machico, decidiram ocupar a Câmara*”³⁸⁴. Os factos foram noticiados na imprensa regional e nacional, tendo o subchefe da PSP, Manuel Abreu³⁸⁵, referido que, após essa assembleia levada a cabo pelo CIPM, cerca de “*três ou quatro centenas arrobaram*” a porta da CMM (onde funcionava o posto policial), depois do mesmo polícia não a ter aberto aos protestantes, sublinhando ainda que nesta agitação “*mais de sessenta por cento dos ocupantes eram mulheres*”³⁸⁶. Por sua vez, um elemento do CIP, Carlos Perestrelo, que se encontrava na sede da UBM, “*falando em*

³⁸⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 16 de Outubro de 1975, Um comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira sobre os últimos acontecimentos em Machico, C. PMCM.

³⁸¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 16 de Outubro de 1975, Um comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira sobre os últimos acontecimentos em Machico, C. PMCM.

³⁸² *Diário de Notícias*, Funchal, 16 de Outubro de 1975, Um comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira sobre os últimos acontecimentos em Machico, C. PMCM.

³⁸³ *Diário de Notícias*, Funchal, 16 de Outubro de 1975, Um comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira sobre os últimos acontecimentos em Machico, C. PMCM.

³⁸⁴ Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

³⁸⁵ Julgamos que o DN, Funchal, ao falar no subchefe Manuel Abreu, provavelmente, deveria estar a referir-se ao subchefe Manuel Araújo, que dirigia o posto policial de Machico e estava envolvido nestes acontecimentos.

³⁸⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de Outubro de 1975, Novos incidentes em Machico, ARM.

nome de muitos conterrâneos ali presentes” disse que a ocupação da Câmara era “uma decisão tomada pela maioria, ninguém se lhe opôs”, sendo o objectivo “a readmissão do ex-presidente da Câmara, pe. Martins e o reconhecimento oficial das comissões que coadjuvavam a Comissão Administrativa do município”, tendo o mesmo interlocutor acrescentado que, na desocupação, foram utilizados “métodos violentos e repressivos”, tendo-se registado dois detidos e vários feridos, que receberam assistência hospitalar³⁸⁷.

A desocupação pelas forças militares e policiais foi violenta, tendo o CIPM classificado esta acção em Machico como “o maior escândalo repressivo da sua história: *Oficiais do exército aliados aos polícias fascistas da PSP estão prontos a matar o povo que sempre viveu pobre, explorado e oprimido.*”³⁸⁸ E relatava os factos ocorridos na noite desse dia 16, da seguinte maneira:

O brigadeiro Azeredo (...) mandou a maior força que tinha, os maiores carrascos, entre eles o sub-chefe Moisés, conhecido fascista, saneado de Machico. Vieram todos com os olhos a ferver e com saudades de actuações à velha maneira salazarista e pidesca. Então, como cow-boys a entrar nas cidades do Oeste, ao chegarem a Machico, começaram a disparar tiros para o ar, e sem consultar os ocupantes, começaram à coronhada e à bastonada, sobre homens, alguns até já velhinhos, em mulheres e crianças. Uma mulher grávida, do bairro da Queimada, andou de rastos pelas escadas abaixo enquanto polícias e oficiais davam-lhe pontapés. Foi o inferno que se soltou. Cá fora, na rua, os tiros eram disparados para o ar e até uma granada ofensiva foi lançada no meio do povo. Numa vergonhosa demonstração de cobardia, o fascista e spinolista brigadeiro Azeredo mandou cerca de cem homens armados, os piores que havia, para uma única freguesia reprimir ferozmente gente pobre e desarmada.³⁸⁹

Foi nessa mesma noite que houve a invasão do Centro de Informação Popular³⁹⁰, cujos acontecimentos estão narrados no capítulo “Assalto ao CIPM”. Depois desta investida ao CIP,

Andaram como doidos à procura do padre Martins. Mas, foram tão cobardes que nem foram à Banda d' Além³⁹¹ nem à Ribeira Seca, que é onde o padre Martins reside. Foram à casa de uma pobre senhora, mulher de um pescador, e obrigaram toda a família e levantar-se e desarrumaram a casa toda. As crianças aterrorizadas fugiram para fora de casa e ainda mais nervosas ficaram quando viram toda a casa rodeada por militares e polícias com o aspecto de autênticos mercenários. É claro quer nada encontraram.³⁹²

³⁸⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de Outubro de 1975, Novos incidentes em Machico, ARM.

³⁸⁸ Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

³⁸⁹ Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

³⁹⁰ Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

³⁹¹ Sítio onde se localizava a casa dos pais de José Martins Júnior.

³⁹² Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

O CIPM referiu-se a este acto, como “*o inqualificável assalto à casa da senhora Maria Baptista Fernandes, da Direcção da União das Bordadeiras de Machico.*”³⁹³

Sobre estes acontecimentos, o Comando Territorial Independente da Madeira, sob a chefia do major Júlio Faria Ribeiro de Oliveira, deu conta dos mesmos, os quais requereram, no seu entendimento, uma “*actuação firme*”³⁹⁴.

No âmbito da versão oficial, Carlos Azeredo fez uma alocução no único canal de televisão existente à época, o Emissor Regional da RTP, no dia 22 de Outubro de 1975, cujo conteúdo foi transcrito, no dia seguinte, pelo *Jornal da Madeira*³⁹⁵. Então, o governador evocou “*a ocupação da Câmara levada a efeito pela 2.ª vez por forças afectas a uma certa e determinada maneira de pensar em Machico: que é o sr. Pe. Martins.*”³⁹⁶ E explicava, nas suas declarações, que, por ser a segunda vez,

*Não podia ter contemplações (...) Trata-se de um edifício público (...) essa gente foi desalojada. Empregou-se única e exclusivamente a violência para aqueles que foram violentos. As ordens taxativas e claras que eu dei à polícia e às tropas foram de que homem em serviço militar ou polícia, que fosse agredido, pois sobre o agressor havia imediatamente um acto de violência. Só sobre a pessoa e individualmente.*³⁹⁷

Várias posições públicas foram tomadas sobre os factos de 16 de Outubro. As Comissões de Trabalho da CMM esclareceram que

*A ocupação foi uma resposta directa às afrontas de que ultimamente tem sido vítima o povo explorado do nosso concelho, com a agressão física feita por um senhorio ao seu caseiro, a bomba rebentada num carro, as ameaças e os desacatos dos fascistas e especialmente o desprezo que o brigadeiro Azeredo tem ao povo trabalhador e às suas organizações.*³⁹⁸

³⁹³ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H), *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico-Carta aberta ao brigadeiro Azeredo, C. PMCM, *Diário Popular*, Lisboa, 29 de Outubro de 1975, Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo sobre os incidentes do Machico, BN e *Diário de Lisboa*, Lisboa, 28 de Outubro de 1975, De Machico para as altas instâncias – Carta Aberta ao brigadeiro Azeredo, Fundação Mário Soares, consultado em 10 de Junho de 2015 e disponível em <http://www.fmsoares.pt/aeb/>.

³⁹⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 18 de Outubro de 1975, Os acontecimentos de Machico na versão oficial do C.T.I.M., ARM.

³⁹⁵ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975, Comunicação na RTP do Governador Militar, Carlos Azeredo, C. PMCM.

³⁹⁶ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975, Comunicação na RTP do Governador Militar, Carlos Azeredo, C. PMCM

³⁹⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975, Comunicação na RTP do Governador Militar, Carlos Azeredo, C. PMCM.

³⁹⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Outubro de 1975, Comentários aos incidentes em Machico, C. PMCM.

Ao mesmo tempo, estas comissões declararam que iria “ficar na memória de todos os machiquenses a imagem requintada do fascismo e da PIDE/DGS dentro do 25 de Abril.”³⁹⁹ Por seu turno, a Comissão Concelhia de Machico do Partido Comunista Português lamentou “a violência exercida, com pontapés e coronhadas, pelas forças militares e militarizadas, nomeadamente estas últimas, sobre populares” na noite do dia 16, considerando que a aludida intervenção da PSP contrastava “com a passividade por vezes demonstrada noutros incidentes (...) e não se coaduna de forma alguma com a actuação tida relativamente à ocupação da Emissora Nacional”^{400 401}. No mesmo comunicado, o PCP declarou que a versão oficial do sucedido em Machico não correspondia inteiramente à verdade. Já o Centro de Informação Popular qualificou a acção militar em Machico, a 16 de Outubro, como uma “escalada do fascismo na Madeira (...) assunto que deve preocupar todos os madeirenses e pô-los de sobreaviso perante o futuro da nossa terra.”⁴⁰² Para esta organização,

*Aquilo que no norte de Portugal é feito pelos caciques capitalistas e partidos reaccionários, aqui na Madeira, é deixado ao cuidados dos oficiais das Forças Armadas (...) Por este andar, o fascismo amanhã será o pão amargo das nossas bocas (...) os Comandos militares da nossa ilha estão preparando a morte do nosso povo, como demonstram os acontecimentos registados em Machico.*⁴⁰³

Noutro comunicado, o CIPM sintetizava esta questão municipal a uma luta entre sectores sociais, identificados por duas figuras do arquipélago:

*O que está em causa na Câmara é a conquista do poder popular. O brigadeiro (Azeredo) quer dar o poder aos ricos e exploradores (...) O padre Martins quer lutar lado a lado com todos os explorados e oprimidos, quer sejam da Madeira ou do Continente, na conquista de um verdadeiro popular.*⁴⁰⁴

No dia 18, houve, na cidade do Funchal, uma manifestação contra a “intensificação da propaganda fascista da «independência» e a demissão do Padre Martins da Câmara de Machico por ordem do spinolista Azeredo e o levantar dos

³⁹⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Outubro de 1975, Comentários aos incidentes em Machico, C. PMCM.

⁴⁰⁰ A ocupação da Emissora Nacional, na Rua dos Netos, Funchal, na altura, foi interpretada como sendo promovida por adeptos da FLAMA.

⁴⁰¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Outubro de 1975, Comentários aos incidentes em Machico, C. PMCM.

⁴⁰² *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Outubro de 1975, Comentários aos incidentes em Machico, C. PMCM.

⁴⁰³ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Outubro de 1975, Comentários aos incidentes em Machico, C. PMCM.

⁴⁰⁴ Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

*fachos*⁴⁰⁵, nomeadamente em Machico”⁴⁰⁶. Segundo este mensário da COCAN, “*Mais de 7.000 trabalhadores desfilaram pelas ruas do Funchal*”, sendo esta iniciativa da autoria da União do Povo da Madeira e de dezenas de organismos sindicais e populares e com o objectivo de expressar “*solidariedade à justa luta do povo de Machico*”⁴⁰⁷.

Quatro dias depois, como já foi referido, Carlos Azeredo fez uma exposição na RTP-Madeira, na qual abordou esta temática da ocupação da Câmara de Machico, referindo-se como o “*problema de Machico*”, bem como o ataque à sede do CIPM, na noite de 16 de Outubro. O governador aproveitou esta ocasião para esclarecer a solução para este assunto, a qual aconteceria

*Num contexto eleitoral aquando da Assembleia Legislativa. Até lá, os serviços de Câmara, como editais, estão assegurados pelo secretário da Câmara que tem poderes para pagar despesas, para poder despachar todo o contencioso. Portanto, neste aspecto na Câmara, os serviços fundamentais estão assegurados. A Câmara de Machico (... tem de aguardar, tal como outras Câmaras que também estão com crises internas graves (...) as próximas eleições, visto que por sistema de nomeação já se verificou que não se tem sido feliz para a nomeação dessas Câmaras.*⁴⁰⁸

Tendo por objectivo dar conhecimento às entidades e à população nacionais o que se passava em Machico, no dia seguinte a esta alocução televisiva, estava, em Lisboa, uma representação concelhia, como deu conta o CIPM, na sua carta aberta ao governador:

*Senhor brigadeiro, hoje, dia 23 de Outubro, os órgãos de informação do Continente ouviram os representantes de três freguesias do Concelho de Machico que lá foram denunciar a ditadura que o senhor quer impôr à Madeira. Tivemos a alegria de saber que todos os jornalistas participantes na Conferência de imprensa acompanharam os três representantes do povo até ao gabinete do Primeiro Ministro⁴⁰⁹, obrigando a que fossem recebidos imediatamente. A Rádio Renascença, o Rádio Club, Emissora Nacional, RTP, jornais diários e tantos outros periódicos, apagaram o escândalo com que V. Ex^a manchou a informação⁴¹⁰ de ontem.*⁴¹¹

⁴⁰⁵ Fachos era designação idêntica a fascistas.

⁴⁰⁶ *Cooperativismo Popular*, Boletim Informativo da Cooperativa Operária Camponesa (COCAN) nº 3, Funchal, Outubro de 1975, Editorial – O fascismo não passará porque o povo lhe fará frente!, C. PMCM.

⁴⁰⁷ *Cooperativismo Popular*, Boletim Informativo da Cooperativa Operária Camponesa (COCAN) nº 3, Funchal, Outubro de 1975, Editorial – O fascismo não passará porque o povo lhe fará frente!, C. PMCM.

⁴⁰⁸ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975, Comunicação na RTP do Governador Militar, Carlos Azeredo, C. PMCM.

⁴⁰⁹ O 1º Ministro era o Almirante Pinheiro de Azevedo.

⁴¹⁰ Refere-se à comunicação de Carlos Azeredo no Emissor Regional da RTP, concedida no dia 22 de Outubro de 1975, e transcrita no *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975 e no *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1975.

Os objectivos desta deslocação a Lisboa foram exigir às autoridades portuguesas “*O regresso do padre José Martins à presidência da Comissão Administrativa do Município de Machico e o fim das actividades terroristas da «Flama»*”⁴¹². Os representantes machiquenses foram recebidos pelo assessor do 1.º Ministro, Teixeira Martins e por um oficial do COPCON, que transmitiriam aos seus superiores hierárquicos, respectivamente, o almirante Pinheiro de Azevedo e o general Otelo Saraiva de Carvalho, as reivindicações da delegação local, também dadas a conhecer à comunicação social⁴¹³. A Comissão de Machico, em Lisboa – constituída por Maria José Vasconcelos Freire (Machico), Júlio Nunes (Caniçal) e António Rodrigues (Água de Pena) – na sua missão informativa, considerando que “*O governador da Madeira, brigadeiro Carlos Azeredo, é inimigo do Povo*”⁴¹⁴ exigiu “*o saneamento do Azeredo, inimigo nº 1*”⁴¹⁵ e afirmaram que “*As pessoas perderam o sossego, que só voltará quando o padre Martins estiver de novo na Câmara.*”⁴¹⁶

Na sequência da comunicação televisiva de Carlos Azeredo, realizada em 22 de Outubro, surgiram muitas “*manifestações de solidariedade e de apoio*” a este político, de diversos organismos públicos, organizações sindicais, grupos de trabalhadores e associações patronais⁴¹⁷. Entre elas, do concelho de Machico, houve um “*Telegrama em nome da população do Porto da Cruz*”, enviado ao 1.º Ministro, no qual “*repudia afirmações conferência imprensa*”⁴¹⁸ grupo representativo minoria extrema-esquerda Machico (...) *Nunca aceitou nem aceitará Padre Martins*”⁴¹⁹. Também, funcionários da

⁴¹¹ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H), *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico-Carta aberta ao brigadeiro Azeredo, C. PMCM,

⁴¹² *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Delegação machiquense em S. Bento, C. PMCM.

⁴¹³ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Delegação machiquense em S. Bento, C. PMCM.

⁴¹⁴ *A Capital*, Lisboa, 23 de Outubro de 1975, Comissões de Populares no Machico - «Governador da Madeira é inimigo do Povo», BN.

⁴¹⁵ *Voz do Povo*, Lisboa, 28 de Outubro de 1975, Machico: não andamos debaixo dos pés deles como o cilindro da calçada, BN e *Diário de Notícias*, Lisboa, 24 de Outubro de 1975, “Temos um governador inimigo do povo”, BN.

⁴¹⁶ *Diário de Lisboa*, Lisboa, 24 de Outubro de 1975, Para Pinheiro de Azevedo e Otelo – Delegação de Machico traz aviso ao povo, Fundação Mário Soares, consultado em 10 de Junho de 2015, <http://www.fmsoares.pt/aeb/>.

⁴¹⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 24 de Outubro de 1975, Manifestações de apoio ao Brigadeiro Carlos de Azeredo, C. PMCM, *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Reacções à Comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo, C. PMCM e *Jornal da Madeira*, Funchal, 28 de Outubro de 1975, Manifestações de apoio ao Brigadeiro Azeredo, C. PMCM.

⁴¹⁸ Refere-se à conferência de imprensa promovida pela Delegação de Machico em Lisboa, no dia 23 de Outubro de 1975.

⁴¹⁹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 24 de Outubro de 1975, Manifestações de apoio ao Brigadeiro Carlos de Azeredo, C. PMCM.

Câmara de Machico, Finanças, Tesouraria, Registo Civil, Caixa de Previdência, Notariado e Casa do Povo do Concelho Machico repudiaram as “*declarações prestadas Lisboa indivíduos auto-intitulados representantes Machico a quem não reconhecemos representatividade que não seja de minoria bem conhecida da extrema esquerda*”⁴²⁰. Juntaram-se outras cartas e telegramas de apoio, provindos do mesmo concelho, como “*Do Povo dos Maroços e Ribeira Grande – Machico*” e “*Do Supermercado «Água de Pena»*”⁴²¹, bem como do “*Núcleo do PPD de Machico*”⁴²².

A demissão de Martins Júnior teve eco nacional, tendo chegado à Assembleia Constituinte, em Lisboa. O deputado da UDP apresentou um requerimento, no qual considerava que “*o padre Martins foi (...) destituído pelo «crime» de combater o fascismo*”⁴²³. Em resposta a esta acusação, Emanuel Rodrigues, deputado do PPD Madeira, ripostou, dizendo que tal ocorrera não pela aludida razão, mas pelo “*crime de ter organizado um pseudo tribunal popular à porta da Câmara a fim de julgar 5 menores que foram surpreendidos a efectuar inscrições murais a favor da independência da Madeira.*”⁴²⁴

No final destes acontecimentos, a Câmara de Machico perdeu não só o presidente da Comissão Administrativa, José Martins Júnior (Machico), como também os seus vogais, João de Lemos Silva (Porto da Cruz) e José Lúcio Ribeiro Martins (Caniçal), por decisão de Carlos Azeredo, tendo atribuído as respectivas competências ao secretário da CMM, Eugénio Rodrigues, como atrás foi referido, designadamente, na alocução televisiva do governador.

Como notas finais sobre a inviabilidade de recolocar Martins Júnior no cargo de presidente da edilidade e o facto de ter sido interrompido este percurso do poder municipal, a que se chamou “*poder popular*”, houve dois documentos que produziram algumas reflexões sobre esta situação, num misto de interrogações, lamentos e ilações.

⁴²⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Reacções à Comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo, C. PMCM.

⁴²¹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 28 de Outubro de 1975, Manifestações de apoio ao Brigadeiro Azeredo, C. PMCM.

⁴²² *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Reacções à Comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo, C. PMCM.

⁴²³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Outubro de 1975, Reposta a verdade sobre a Madeira na Assembleia Constituinte – intervenção do Dr. Emanuel Rodrigues (PPD), natural de Machico, a esclarecer o que se passa naquela freguesia, ARM.

⁴²⁴ *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Outubro de 1975, Reposta a verdade sobre a Madeira na Assembleia Constituinte – intervenção do Dr. Emanuel Rodrigues (PPD), natural de Machico, a esclarecer o que se passa naquela freguesia, ARM.

Por um lado, “Um grupo de operários” referia que

O Povo de Machico tem travado uma luta gloriosa contra os seus exploradores. (...) Mas agora verifica-se que a luta não avança e que os reaccionários começam a levantar cabeça? Por é que isto acontece? O Concelho de Machico faz parte de Portugal, país onde existe um regime capitalista e um Governo dos capitalistas. Além disso o Concelho de Machico é um dos Concelhos da ilha da Madeira. (...) O POVO UNIDO tem lutado para que na Câmara estejam os seus defensores. (...) a Câmara Municipal faz parte do Estado criado pela burguesia para explorar e oprimir o Povo. Por isso, o Povo de Machico nunca pode ver apenas a Câmara de Machico mas ver todo o Estado da burguesia (...) enquanto assim for o Povo não pode conquistar o poder na Câmara. Porque pode parecer que o Povo tem o poder mas não tem, porque continua a existir o Exército e a Polícia para lutar contra o Povo. (...) Para que o Povo governe em Machico é preciso que o povo governe na Madeira, em todo o país. Portanto, a luta do Povo não deve ser apenas para ocupar as Câmaras mas sim para derrubar o estado da burguesia exploradora. (...) O Povo de Machico deve compreender que as Câmaras não são do povo enquanto o Estado não for do Povo.⁴²⁵

Noutro documento-síntese, foi elaborada a seguinte leitura:

Embora em Machico, o povo tivesse conquistado uma certa força para impor aos capitalistas, e aos senhores do governo, grandes conquistas, a verdade é que algumas dessas conquistas não puderam ser travadas dum dia para outro (...) porque no governo não é o povo quem manda... nem são partidos do povo que mandam ... São senhores capitalistas ou feitos com eles. Ora a conquista da Câmara pelo povo, em Machico, era um perigo para os senhores capitalistas, pois o povo doutros lugares podia fazer a mesma coisa e, sentia-se mais capaz para querer mesmo mandar no governo. Isto é: o povo começa a ver que não basta conseguir alguns «pedaços» do poder. É necessário conquistar uma verdadeira Democracia Popular!⁴²⁶

A situação municipal, sob a coordenação do secretário da CMM, manteve-se até às primeiras eleições autárquicas, em Dezembro de 1976, nas quais venceu o PPD.

Em síntese, e no que se refere ao CIPM, neste âmbito, podemos registar que esta organização teve um papel central em todo este processo, nas suas várias etapas. Desde logo, esteve na génese e na liderança dos escrutínios populares para a escolha da CA da edilidade; depois associou-se à contestação popular relativamente à condução política de Alexandre Teixeira; participou, activamente, na ocupação dos Paços do Concelho, logrando a demissão do então presidente da CMM; apoiou a acção tendente à nomeação de Martins Júnior para dirigir o município; foi cooperante na administração municipal do Pe. Martins, nomeadamente, apoiando as comissões de trabalho; foi solidário com Martins Júnior, quando este fora demitido e contestou esta decisão de Carlos Azeredo, a qual, no entanto, não fora alterada. Digamos que o Centro de Informação foi o autor, o líder, o acompanhante de um movimento popular que fez

⁴²⁵ Panfleto *As Câmaras são do Povo quando o Governo for do Povo!*, Um grupo de operários, Machico, 27 de Outubro de 1975, C. A.

⁴²⁶ Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

abalar o poder municipal, criado no período da ditadura e visto como uma instituição intocável, tendo ensaiado uma experiência nova na sociedade machiquense e regional, visando “*uma Câmara limpa e aberta, que represente e defenda o povo do Concelho de Machico*”⁴²⁷, iniciativa então, por muitos, apelidada de “poder popular”.

2.2.3. Inventariação dos problemas económicos, laborais e sociais e participação nas propostas de resolução

2.2.3.1. Colonia

A colónia foi um regime secular de exploração económico-social, existente na Madeira, que estabelecia uma relação de parceria, mas com um carácter de dependência da parte do colono ou caseiro, relativamente ao proprietário da terra, chamado senhorio.

A origem da colónia constitui uma temática densa e complexa, não sendo prioritária a sua abordagem exaustiva, neste trabalho. No entanto, de um modo conciso e objectivo, sabemos que, durante o séc. XVII, houve a diminuição da produção açucareira da Madeira, sobretudo devido à concorrência brasileira, originando a substituição desta cultura pela vinha. Os custos desta alteração, acrescidos de maiores despesas com a mão-de-obra e as alfaias agrícolas, levou ao crescente abandono da exploração directa por parte dos proprietários das terras, nobres e fidalgos, tornando-se estes absentistas e remetidos a uma vida urbana. Passou, então, a haver lugar a aforamentos e contratos de arrendamento de parceria, surgindo os meeiros, isto é, os lavradores que cultivavam, a meias, terras que não eram deles, por um determinado prazo. Tal garantiu uma rentabilidade das terras, possibilitando aos assalariados o estatuto de lavradores e aos proprietários o respectivo rendimento. Com estes contratos de meias, estava aberta a porta para a instituição do regime de colónia, no séc. XVIII, caracterizado por um conjunto de obrigações de subjugação da parte do colono, pela falta do estabelecimento de duração do contrato com o senhorio e pela valorização das benfeitorias. Doravante, os senhorios podiam fazer cessar os contratos de colónia, sempre que o entendessem, devendo, no entanto, pagar as benfeitorias ao colono, à

⁴²⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 22 de Junho de 1974, Comunicado do CIPM, C. PMCM, e *Diário de Notícias*, Funchal, 22 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico-Comunicado, C. PMCM.

excepção de casos de desobediência e comisso. Chegava-se, assim, à instituição do regime de colónia⁴²⁸.

É aceite, de forma geral, que esta forma de exploração era peculiar do arquipélago madeirense, não existindo paralelo com outras situações no país e na Europa do século XX, sendo, para tal, beneficiada pelo isolamento insular. A explicação comum é a de que, face à necessidade de desbravar os terrenos incultos ou que careciam de reconversão agrícola, os possuidores das terras entregavam--nas a terceiros, com a condição de estes assumirem os custos do trabalho, cabendo-lhes as suas melhorias ou benfeitorias. No entanto, o colono ainda tinha de conceder, ao senhorio, uma parte, em regra, a metade do que era produzido, bem como este podia, livremente, despejar o colono, desde que lhe pagasse uma indemnização pelas benfeitorias realizadas⁴²⁹.

Num “relatório” sobre este tema, o próprio Centro de Informação Popular fazia a caracterização deste sistema, dizendo que a colónia revestia-se de duas formas, a rústica e a predial e urbana.

Na primeira, os colonos são obrigados a entregar ao senhorio «a metade limpa» sem que este contribua com qualquer subsídio para as despesas da água, mão de obra, transportes, adubos, etc. O caseiro algumas vezes é obrigado a levar ao senhorio, papadas de porco e galinhas, à antiga moda medieval. Senhorios há que, além da metade, ainda exigem mais o pagamento da renda. Na segunda categoria, o colono encontra-se a braços com uma legislação degradante e desumana: apertado entre as quatro paredes de um quarto coberto de colmo, vê a família crescer, os filhos amontoados no chão, a chuva que lhes cai em cima – e o senhorio, longínquo e autoritário, não lhe permite sequer uma cobertura de telha ou laje.⁴³⁰

Esta situação é ilustrada por alguns versos da poetisa popular de Machico, Júlia Ribeiro: “(...) *Eu sou um caseiro e trabalho / E vivo sempre em pobreza / Porque o senhor está a comer / O pão que é da minha mesa. (...) Andam esses senhorios / No mundo só a descansar / E o pobre do caseiro / Trabalha para lho levar (...)*”⁴³¹.

Embora sujeita a variações, ao longo do tempo, a colónia chegou ao 25 de Abril, persistindo, sobretudo, nos concelhos de Machico, Funchal e Câmara de

⁴²⁸ Veríssimo, Nelson (2000), *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 72-75.

⁴²⁹ Lizardo, João (2008), A situação da colónia à data do 25 de Abril de 1974, Freitas, João Abel, coord. (2008), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 191-232.

⁴³⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia-Centro de Informação Popular de Machico, datado de 23 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁴³¹ *Voz do Trabalhador*, Lisboa, de 18 a 24 de Outubro de 1974, A terra para quem a trabalha, peça de teatro em verso, por Júlia Ribeiro, C. PMCM.

Lobos⁴³². Sendo um dos maiores problemas económico-sociais, a colónia ocupou uma grande parte da acção do CIPM. Esta associação mencionava Machico como uma das localidades madeirenses mais afectadas por este grave problema. E dava a seguinte explicação:

*Talvez seja reminiscência dos antigos morgadios, resultantes do facto de ser a freguesia de Machico a primeira capitania do Arquipélago da Madeira. É curioso notar que as famílias «Teixeiras», descendentes ou não de Tristão Vaz Teixeira, primeiro capitão-mor de Machico, são detentores da maior parte de terrenos situados na zona leste. Podemos dizer que oitenta por cento das terras deste concelho, são pertença de uma dezena de grandes senhorios*⁴³³.

A propósito do impacto da colónia em Machico, refira-se a informação de Duarte Caldeira, segundo a qual, a primeira reunião mais alargada de caseiros da Madeira, após o 25 de Abril, teve lugar em Machico, no sítio da Ribeira Seca, a pedido do padre Martins, nos primeiros dias de Maio de 1974⁴³⁴.

Assim, “*Para responder ao grito incontido de tantos caseiros angustiados com a sua situação*”, o CIPM abriu um serviço de atendimento, tendo os problemas dos colonos sido registados em fichas individuais⁴³⁵. Há quem fale em que esta agremiação atendeu mais de 2.500 caseiros⁴³⁶.

Nessa ficha individual, constavam, entre outros, os seguintes elementos: identificação do caseiro e do senhorio, tempo de cultivo da terra, respectiva localização, tipo de pagamento ao proprietário (renda, galinhas, papada do porco, molhos de cana, barris de vinho, etc.), despesas do caseiro com as culturas (trabalho, guano, água, etc.), custos da parte do senhorio, tentativa de compra da terra, tipo de benfeitorias existentes no terreno (paredes, casas, palheiros, etc.). Também, se questionava os caseiros se deveria ser posto fim ao regime de colónia, e nesse caso, “*devem pagar a terra aos senhorios, ou será que o caseiro já tem o direito à terra*” e “*se (...) como caseiro,*

⁴³² Lizardo, João (2008), A situação da colónia à data do 25 de Abril de 1974, Freitas, João Abel, coord. (2008), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 191-232.

⁴³³ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia-Centro de Informação Popular de Machico, datado de 23 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁴³⁴ Caldeira, Duarte (2009), O início do processo de extinção, Lizardo, João, coord. (2009), *Caseiros e Senhorios nos Finais do Século XX na Madeira. O Processo de Extinção da Colónia*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 38-41.

⁴³⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia-Centro de Informação Popular de Machico, datado de 23 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁴³⁶ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 28 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM. (Anexo F).

tivesse que fazer contas sobre o terreno do senhorio, quem é que ficaria a dever, o caseiro ou o senhorio”⁴³⁷. Por fim, na mesma ficha, pedia-se ao colono que contasse algum caso em que o proprietário o tivesse maltratado ou impedido de construir ou consertar a sua casa.

Foi com base no atendimento dos caseiros e nas fichas preenchidas que o CIPM elaborou um “*estudo da colônia*”⁴³⁸, ao longo de muitos meses⁴³⁹. Toda esta acção originou um relatório sobre este assunto, datado de 23 de Outubro de 1974. Esse documento, de que já reproduzimos alguns excertos, apresentou-se dividido em 3 partes: descrição, conflitos e soluções. No primeiro capítulo, caracterizava-se a situação, tipificando-se os seus modelos de exploração, apontava-se a sua génese e identificava-se a respectiva extensão regional e local. Na segunda parte, referia-se que “*Com o 25 de Abril, os colonos acharam chegada a hora de fazer valer a sua verdade e o seu martírio.*”⁴⁴⁰ Nesta época, geraram-se dúvidas e conflitos, havendo caseiros que se recusaram a entregar a metade ao senhorio, e, por outro lado, havia proprietários que continuavam a não deixar fazer melhoramentos nas habitações dos caseiros, contradições que careciam de uma resolução. No que se relaciona com o capítulo das soluções, o CIPM considerava que o Ministério da Agricultura deveria “*empenhar-se urgentemente em resolver esta situação degradante, tendo em conta o contributo de rendas e «metades» pagas há dez, vinte, quarenta, setenta e mais anos.*”⁴⁴¹ Por outro lado, o CIP alertava para a necessidade de averiguar-se a legitimidade dos senhorios, pois houve casos em que alguns invocavam tal direito, mas afinal, legalmente, não lhes pertencia. Por fim, o CIPM disponibilizava-se para colaborar com o referido ministério, para solucionar a questão da colônia que “*relega a Madeira para os escombros de uma história medieval e faz viver grande parte dos seus habitantes em condições infra-humanas.*”⁴⁴²

⁴³⁷ Ficha de atendimento *Projecto de Decreto-Lei sobre a colônia*, 1974 (?), C. A.

⁴³⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM

⁴³⁹ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁴⁴⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colônia-Centro de Informação Popular de Machico, datado de 23 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁴⁴¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colônia-Centro de Informação Popular de Machico, datado de 23 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁴⁴² *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colônia-Centro de Informação Popular de Machico, datado de 23 de Outubro de 1974, C. PMCM.

Refira-se que este relatório do CIP foi divulgado na assembleia que juntou centenas de colonos, realizada no dia 23 de Outubro de 1974, na Cooperativa Agrícola do Funchal, com a participação do Secretário de Estado da Agricultura, Esteves Belo⁴⁴³.

Neste encontro, o referido político anunciou a vontade do Governo Nacional em fazer uma lei para extinguir a colónia, dando conhecimento de duas modalidades oferecidas aos caseiros: passariam a rendeiros, pagando uma renda ao senhorio ou fariam a remissão da terra e, nesta última alternativa, “*passava para a sua posse em propriedade plena a terra que trabalhavam em sistema de colonato*”⁴⁴⁴.

Ficou, também, o compromisso do apoio financeiro do Estado para essa compra da terra⁴⁴⁵. Para esta reunião, contribuiu o CIPM, quer mobilizando os caseiros locais, quer apoiando o seu transporte⁴⁴⁶.



Fotografia 8 – Plenário dos caseiros, na Cooperativa Agrícola do Funchal, em 23 de Outubro de 1974, com a participação do Secretário de Estado da Agricultura, Esteves Belo. (Foto *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974)

A colaboração do CIPM fez-se, igualmente, disponibilizando os aludidos volumes do estudo da colónia, tendo os mesmos sido consultados, várias vezes, por diversas pessoas ligadas ao Ministério da Agricultura, designadamente “*o próprio Secretário de Estado e seu consultor jurídico Dr. Sítima, quando cá estiveram a estudar*

⁴⁴³ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia anunciado pelo Secretário de Estado da Agricultura, C. PMCM.

⁴⁴⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia anunciado pelo Secretário de Estado da Agricultura, C. PMCM.

⁴⁴⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia anunciado pelo Secretário de Estado da Agricultura, C. PMCM.

⁴⁴⁶ *Ofício do CIPM, endereçado ao Grémio da Lavoura do Funchal*, 28 de Janeiro de 1975, C. A. e *Recibo da SAM em nome do CIP*, 28 de Janeiro de 1975, C. A.

o cruciante problema da colónia”⁴⁴⁷, tendo este último se deslocado à sede do Centro de Informação, visando o conhecimento da colónia em Machico⁴⁴⁸.

Destaque-se, nesta área de trabalho do CIPM, a realização de muitas reuniões com caseiros para o estudo da colónia do concelho de Machico, nomeadamente nas freguesias de Santo António da Serra, Água de Pena e Machico, durante o ano de 1975⁴⁴⁹. Realce-se, ainda, o acto promovido pelo CIPM para o envolvimento da Câmara Municipal de Machico no “assunto mais debatido nos nossos dias, “A Colónia” no concelho de Machico”, designadamente, convocando a sua Comissão Administrativa para uma reunião na sede do CIP, onde se abordaria a “medida preparatória da discussão da proposta de lei que em breve será emanada pelo Governo.”⁴⁵⁰

A luta pela abolição da colónia assumiu contornos de grande valor e de exemplo de projecto político, nomeadamente para explicar o sentido do poder popular:

*Vamos dar um exemplo prático para se perceber o que é o poder popular: Um caseiro vive em cima de terreno de senhorio há mais de vinte anos. A família aumentou, o caseiro precisa de fazer mais um quartinho para separar os filhos das filhas e o senhorio não deixa. Põe o caseiro em tribunal e coitado do pobre sai condenado e multado. Acham que a isto se pode chamar poder popular? Não. Isso é o poder fascista, a lei desonesta feita para servir os ladrões. Então, como é que seria o poder popular?... Seria o caseiro fazer o seu quartinho e obrigar a lei a deixar todos os caseiros fazerem o mesmo. Isto é o que se chama o poder popular, o poder justo, a lei verdadeira. É claro que se os caseiros fizerem assim, ficam logo a ser odiados pelos senhorios. Quem compreendeu o caso do senhorio e do caseiro vai perceber o que se passou em Machico.*⁴⁵¹

Acrescentava este documento – qual síntese do processo revolucionário de então, em Machico – que foram diversas as vitórias para o poder popular, como o caseiro poder aumentar a sua pequena casa e cultivar a terra do senhorio, porque “a terra é de Deus e o lucro é de quem trabalha”⁴⁵².

⁴⁴⁷ Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁴⁴⁸ Comércio do Funchal, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

⁴⁴⁹ Ofício do CIPM dirigido ao Director Escolar do Funchal, 4 de Fevereiro de 1975, C. A., Ofício-resposta nº 508 do Director Escolar do Funchal endereçado ao CIPM, 4 de Fevereiro de 1975, C. A., Ofício do CIPM dirigido ao Director Escolar do Funchal, 5 de Fevereiro de 1975, C. A., Ofício-resposta nº 524 do Director Escolar do Funchal endereçado ao CIPM, 5 de Fevereiro de 1975, C. A. e Ofício do CIPM dirigido à Delegação Escolar de Machico, 12 de Maio de 1975, C. A..

⁴⁵⁰ Ofício do CIPM endereçado à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, 1975 (?), C. A.

⁴⁵¹ Panfleto A luta do povo de Machico, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

⁴⁵² Panfleto A luta do povo de Machico, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

Sobre esta sua acção de “*luta pela libertação dos caseiros*”⁴⁵³, o CIPM integrou-a na “*luta pela justiça (...) pela verdade e pelo direito*”⁴⁵⁴. Considerava a organização que foi por esta razão que o seu trabalho teria sido “*tão odiado pelos senhorios*”⁴⁵⁵.

Por outro lado, na carta aberta dirigida ao brigadeiro Carlos Azeredo, também o CIP lembrou que, por ocasião do assalto feito à sua sede, por ordem do mencionado militar, em Outubro de 1975, foram queimados ou levados documentos relativos à colónia e aproveitou a oportunidade para perguntar-lhe o que fizera “*para libertar os caseiros da escravatura dos senhorios?*”⁴⁵⁶. Esta agremiação acabou por concluir que o brigadeiro Azeredo foi um “*aliado dos senhorios e exploradores*”⁴⁵⁷.

Sobre o desaparecimento e a queima dos documentos da colónia, o CIPM declarou que, apesar destes actos, “*as páginas criminosas da colónia continuam escritas com sangue no coração e na revolta de todos os caseiros.*”⁴⁵⁸

Sublinhe-se que na abolição do regime de colónia da Madeira, a luta travada pelos caseiros teve um contributo enorme de Machico e do CIPM. Inclusivamente, o aparecimento do jornal *O Caseiro*, em 1976, teve uma forte ligação a esta associação, pois a propriedade deste semanário ficou registada em nome de Maria Conceição Marques Gomes, que também foi directora deste periódico, precisamente uma fundadora e activista do CIPM⁴⁵⁹. A confirmar o trabalho realizado por esta associação em estudo, refira-se um subtítulo que figurava no *Comércio do Funchal* de 1974: “*O C.I.P. contribuiu para a união dos caseiros*”⁴⁶⁰.

⁴⁵³ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁴⁵⁴ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁴⁵⁵ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁴⁵⁶ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁴⁵⁷ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁴⁵⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 21 de Outubro de 1975, C.I.P. de Machico denuncia desaparecimento de arquivos sobre colónia, ARM.

⁴⁵⁹ *Ofício nº 1043/RRI, Abr/76, da Direcção Geral da Informação, Repartição dos Registos de Imprensa, endereçado a Maria Conceição Marques Gomes*, 29 de Abril de 1976, C. A., *O Caseiro*, Funchal, nº 54, 10 de Junho de 1978, C. A. e *Tribuna da Madeira*, Funchal, 11 de Julho de 2014, Reflexos de «Abril 74 na Madeira» (13), Gregório Gouveia, ARM.

⁴⁶⁰ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 28 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

José Martins Júnior definiu, como o segundo grande foco da actividade do CIPM, a “*expansão para outras freguesias da Madeira (Ponta Delgada, Ponta do Sol, as zonas altas do Funchal, por ex.) da luta dos “caseiros” da Madeira numa onda crescente e avassaladora*” que veio a culminar no fim do contrato da colónia, aprovado pela Assembleia Regional⁴⁶¹. Por seu turno, Maria Alice Franco Santos, no conjunto das áreas de intervenção do CIP, igualmente, destacou a “*primordial importância*” do processo de extinção da colónia⁴⁶².

Em conformidade com o disposto na Constituição da República Portuguesa de 1976, e na Lei nº 77/77, de 29 de Setembro, a extinção da colónia foi declarada pelo Decreto-Regional nº 13/77/M, de 18 de Outubro, aprovado pela Assembleia Regional da Madeira, estipulando que “*São extintos os contratos de Colónia que subsistem na Região Autónoma da Madeira*”, os quais passavam a reger-se pelas disposições do arrendamento rural e pelas normas do decreto-regional⁴⁶³. Como se provou, o Centro de Informação Popular de Machico foi um contribuinte decisivo para escrever uma nova página da história sócio-económica da Madeira.

2.2.3.2. Produtores de cana-de-açúcar

Machico foi uma terra que teve grande expressão no ciclo económico da cana-de-açúcar, desde o séc. XV. Por isso, para além do seu cultivo, foi grande o papel dos engenhos, nomeadamente, nas freguesias do Porto da Cruz e de Machico. Acompanhando as diversas transformações técnicas, o engenho instalado na Rua da Estacada, na Vila de Machico, foi um marco da economia local⁴⁶⁴.

“*Todos sabemos que fomos explorados, durante dezenas e centenas de anos no trabalho das nossas canas.*”⁴⁶⁵ Esta frase do panfleto do CIPM, em Março de 1975, pode sintetizar o sentimento existente nos camponeses de Machico e da Madeira. As suas queixas centravam-se, fundamentalmente, no baixo preço do custo da cana-de-

⁴⁶¹ Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo M).

⁴⁶² Santos, Maria Alice Franco, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo N).

⁴⁶³ Bica, A. (2009), *Algumas considerações sobre a colónia da Madeira e a sua extinção*, Lizardo, João, coord. (2009), *Caseiros e Senhorios nos Finais do Século XX na Madeira. O Processo de Extinção da Colónia*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 47-52.

⁴⁶⁴ Ribeiro, João Adriano (2001), *Machico – subsídios para a história do seu concelho*, Machico, Edição Câmara Municipal de Machico, pp. 132-141.

⁴⁶⁵ Panfleto *O Caso da cana*, Centro de Informação Popular de Machico, 9 de Março de 1975, C. A.

açúcar por quilo (1\$10) e nos problemas de pesagem do produto, quando chegava à fábrica, não só à de Machico, mas às restantes, como a do Hinton, no Funchal. As suas reivindicações eram as seguintes:

*O pagamento da cana de 2\$50 ao kilo; preço igual qualquer que seja o grau; transporte por conta do Engenho; pagamento ao produtor e não ao senhorio, nos casos em que a cana seja produzida em terras de regime de Colonia; e ainda a garantia de não haver aumento dos produtos derivados da cana (...) que os produtores pudessem fiscalizar com regularidade as balanças do Engenho, através duma Comissão, como forma de impedir os roubos no peso que se verifica com frequência; pagamento imediato da cana ao produtor sem que seja efectuado qualquer desconto (...)*⁴⁶⁶

Completava a Comissão de Produtores de Machico: “*Se o 25 de Abril veio trazer um pedaço de sol a toda a gente, agora é a vez do povo do campo ter esse sol do 25 de Abril.*”⁴⁶⁷

Perante esta situação, o CIPM declarou “*Isto vai acabar! E será mesmo este ano!*”⁴⁶⁸ E surgiu o seu apelo “*Camponeses, vamos unir-nos todos*”⁴⁶⁹, ideia que foi secundada pela Comissão de Produtores de Machico⁴⁷⁰.

Desde então, partiu-se para a organização deste sector social. Tanto a Comissão de Produtores de Machico, como o Centro de Informação Popular realizavam reuniões de mobilização nesta localidade, nomeadamente, nas freguesias de Água de Pena, Machico e Santo da Serra, seguindo o movimento que se registava noutros concelhos da Madeira⁴⁷¹.

O envolvimento do CIPM nesta tarefa era grande, sendo os pedidos de instalações para esse efeito efectuados, por esta associação e através da sua secção

⁴⁶⁶ Panfleto *O Povo trabalhador tem que ser o vencedor !!!*, nº 6, Comissão dos Produtores, 31 de Março de 1975, C. A.

⁴⁶⁷ Panfleto *O Problema da Cana – 2\$50 por quilo*, Comissão de Produtores de Cana-de-açúcar de Machico, 25 de Março de 1975, C. A.

⁴⁶⁸ Panfleto *O Caso da cana*, Centro de Informação Popular de Machico, 9 de Março de 1975, C. A.

⁴⁶⁹ Panfleto *O Caso da cana*, Centro de Informação Popular de Machico, 9 de Março de 1975, C. A.

⁴⁷⁰ Panfleto *O Problema da Cana – 2\$50 por quilo*, Comissão de Produtores de Cana-de-açúcar de Machico, 25 de Março de 1975, C. A.

⁴⁷¹ Panfleto *O Caso da cana*, Centro de Informação Popular de Machico, 9 de Março de 1975, C. A.

rural⁴⁷², bem como o mesmo CIP promovia convocatórias públicas, através da imprensa regional⁴⁷³.

Como resultado deste movimento regional, foi marcada uma acção dos produtores de cana sacarina, para o Funchal, no dia 31 de Março de 1975, iniciando-se com um comício no Jardim Municipal e terminando em manifestação, no engenho do Hinton. Realce-se que Machico encabeçou a referida marcha, por determinação da comissão organizadora desta iniciativa, tendo como palavras de ordem, entre outras, as seguintes: “*Com a cana a 1\$10 o camponês morre de fome*”, “*2\$50 preço justo! (,,,) Fim à colonia, já!*”⁴⁷⁴

Correspondendo ao apelo da Comissão de Produtores de Cana do Concelho de Machico, no sentido de uma forte participação popular na mencionada manifestação⁴⁷⁵, o Centro de Informação declarou o seu apoio incondicional a esta iniciativa e disponibilizou-se para aceitar a inscrição de interessados em deslocar-se ao Funchal, onde se realizaria a aludida manifestação dos camponeses madeirenses⁴⁷⁶.

Esta organização, no referido comunicado, justificava o seu apoio, porquanto “*A classe camponesa continua a ser vítima da feroz exploração feita pelos «senhores das terras» (...) vão exigir a fábrica ao serviço do Povo trabalhador*”⁴⁷⁷.

Na sequência desta manifestação e chegados à porta do Hinton, os produtores decidiram ocupar as instalações do engenho e a Administração Geral do Álcool, “*como única forma de obrigar os Senhores a pagar o preço mas justo que exigimos, assim como as outras reivindicações apresentadas*”⁴⁷⁸.

⁴⁷² *Ofício do CIPM endereçado à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira*, 22 de Março de 1975, C. A., *Ofício do CIPM endereçado à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira*, 24 de Março de 1975, C. A. e *Ofício do CIPM endereçado à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira*, 28 de Março de 1975, C. A.

⁴⁷³ *Diário de Notícias*, Funchal, 15 de Março de 1975, Do C.I.P. de Machico, datado de 14 de Março de 1975, C. PMCM.

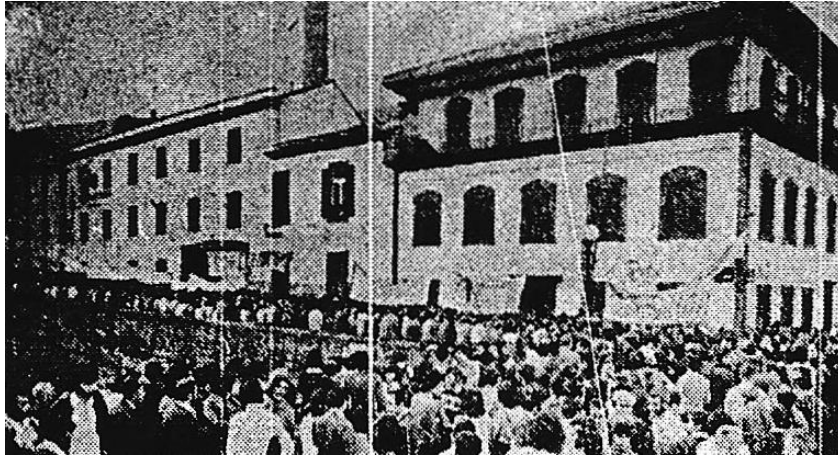
⁴⁷⁴ *Comunicado da Comissão Organizadora do Comício e Manifestação dos Produtores de Cana da Madeira*, 28 de Março de 1975, C. A.

⁴⁷⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Março de 1975, Comunicado da Comissão de Produtores de Cana do Concelho de Machico, datado de 29 de Março de 1975, C. PMCM.

⁴⁷⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Março de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 29 de Março de 1975, C. PMCM.

⁴⁷⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Março de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 29 de Março de 1975, C. PMCM

⁴⁷⁸ *Comunicado Produtores de Cana, a nossa luta continua*, Comissão de Produtores de Cana Sacarina, 31 de Março de 1975, C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Abril de 1975, Agricultores ocuparam a fábrica do Hinton exigindo o aumento do preço da cana de açúcar, ARM.



Fotografia 9 – Concentração de manifestantes, junto à Fábrica do Hinton, Funchal, ocupada pelos produtores de cana-de-açúcar. (Foto *Diário de Notícias*, Funchal, 10 de Abril de 1975)

Esta ocupação, que mereceu o apoio presencial e em géneros alimentícios do “Povo trabalhador do Funchal”⁴⁷⁹, foi sublinhada pelo CIPM como “o único processo que interessa desenvolver como padrão para o nascimento da Democracia Popular”⁴⁸⁰.

“Após duas semanas de ocupação da Fábrica Hinton”, foi acordado entre o representante do governo do Continente e a Comissão de Produtores de Cana o seguinte: preço ao Kg a 1\$40 (o pretendido era 2\$50 e antes era a 1\$10); controlo da balança do engenho pelos produtores; pagamento feito ao caseiro e não ao senhorio; abertura de um inquérito às contas da fábrica. O engenho foi desocupado pelos agricultores, mas a comissão continuou nos escritórios do Hinton “até à entrada em funções da comissão de inquérito”⁴⁸¹. A 19 de Abril de 1975, fora nomeada e divulgada a referida comissão de inquérito⁴⁸².

⁴⁷⁹ Comunicado *Produtores de Cana, a nossa luta continua*, Comissão de Produtores de Cana Sacarina, 31 de Março de 1975, C. A. e Comunicado *Os camponeses têm razão*, Comissão de Produtores de Cana, Abril (?) de 1975 (?), C. A.

⁴⁸⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Abril de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁴⁸¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 15 de Abril de 1975, Acordado entre o representante do Governo e a Comissão dos Produtores de Cana: 1\$40 – Preço único, ARM.

⁴⁸² *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Abril de 1975, O problema da cana sacarina – Comunicado da Junta de Planeamento da Madeira, ARM.

Entretanto, durante esta ocupação e mesmo posteriormente, continuaram as reuniões de produtores de cana, tendo merecido, em Machico, a colaboração do CIP que, novamente, solicitava as instalações escolares para o efeito⁴⁸³.

No historial das lutas do 25 de Abril, há um grande realce desta iniciativa dos camponeses de Machico, registando-se que conseguiram alcançar os seus objectivos, nomeadamente fazendo com que “os donos do Engenho pagassem o preço pedido, como também obrigaram os patrões a pagar a alguns empregados propostos pelo povo, em substituição de outros que roubavam na balança”⁴⁸⁴.

Foi deveras significativo este processo na vida do Centro de Informação, que mereceu o seu total acompanhamento⁴⁸⁵. Para o CIPM, esta acção serviu para “abrir os olhos ao povo menos esclarecido”, pois “O povo do campo também tem direito ao 25 de Abril”⁴⁸⁶. A importância regional deste movimento, a sua dinamização e acompanhamento por parte desta associação levaram o CIPM a considerá-la como uma “luta pela justiça”⁴⁸⁷.



Fotografia 10 – Manifestação de apoio à ocupação do Engenho do Hinton, Funchal.
(Foto Calisto, Luís (1995), *Achas na autonomia*, Funchal, Edição Diário de Notícias do Funchal)

⁴⁸³ *Ofício do CIPM endereçado à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira*, 14 de Abril de 1975, C. A. e *Ofício do CIPM endereçado à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira*, 16 de Abril de 1975, C. A.

⁴⁸⁴ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

⁴⁸⁵ *Voz do Povo*, Lisboa, 15 de Abril de 1975, *A luta dos camponeses na Madeira*, BN.

⁴⁸⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Abril de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁴⁸⁷ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

2.2.3.3. Trabalhadores da Fábrica de Conservas de Machico

Em 1949, a Junta Geral do Funchal concedeu o alvará para a abertura de uma fábrica de conservas, em Machico, instalada num antigo engenho de aguardente de cana-de-açúcar, na Vila, junto à ribeira. Essa fábrica de enlatamento de atum que ficava na Rua da Estacada, passou, na década de 60 do século XX, para as mãos da Somagel (Sociedade de Pesca, Conservas e Congelação da Madeira Limitada)⁴⁸⁸.

Na unidade fabril, em 1974, denominada Sociedade de Conservas de Machico, Lda., as condições de trabalho eram difíceis, pois não havia um horário fixo, pois laboravam tanto “14 ou 15 horas no dia, como 2 ou 3 horas”; quanto aos salários, estes eram tabelados segundo a idade: “+ de 20 anos: 15\$90/h; entre 16 e 18: 12\$00/h; - de 16 anos: 10\$00/h”⁴⁸⁹.

Acresciam a estes aspectos, várias reclamações de mau tratamento da parte do encarregado da fábrica, António Dias. Há várias queixas manuscritas pelas próprias trabalhadoras⁴⁹⁰, apresentando, entre outros, os seguintes comportamentos deste responsável: aplicava castigos sem justificação aceitável para as operárias; mandava-as para casa, por exemplo, quando cortavam pedaços de peixe maiores que o normal; mudava uma pessoa de tarefa, quando assim o entendia; mandava as mais idosas para casa, mantendo as mais novas no serviço; não pagava dias de trabalho e horas extraordinárias; não podia ver uma trabalhadora ajudar outra a pegar os tabuleiros pesados e suspendia-a do trabalho; uma operária foi suspensa durante uma semana por se ter esquecido de deixar a ficha de presença na fábrica; por deitar uma lata no chão, três dias de dispensa; proibiu uma mulher de levar consigo a sua própria faca, depois de ter sido mandada para casa; até uma trabalhadora teve ordem de ir para casa, porque estava a falar com o namorado, na porta da fábrica; a dispensa era pelo que tempo que lhe apetecia (meia hora, horas, dias, meses, um ano); era desigual no tempo de serviço concedido.

⁴⁸⁸ Ribeiro, João Adriano (2001), *Machico – subsídios para a história do seu concelho*, Machico, Edição Câmara Municipal de Machico, pp. 124-126.

⁴⁸⁹ Ficha de atendimento - *Carolina Freitas Veríssimo*, 6 Maio de 1975, dactilografada, C. A.

⁴⁹⁰ Foram encontrados 12 documentos, escritos pelo punho das próprias trabalhadoras, denunciando as situações vividas, C. A.



Fotografia 11 – Trabalhadoras da Fábrica de Conservas de Machico. (Foto ACMM)

No dia 6 de Maio de 1975, a empregada conserveira Carolina Freitas Veríssimo, residente ao sítio da Fazenda, Machico, “*recorreu ao C.I.P. para expôr a carrasca exploração de que são vítimas as trabalhadoras da sociedade de Conservas de Machico*”⁴⁹¹.

Por todas estas razões, segundo o CIPM, as operárias demonstraram “*grande interesse em organizarem-se para a luta*” e entenderam como “*imprescindível a formação de um sindicato*”⁴⁹². Neste sentido, ocorreu no dia 11 de Maio de 1975, uma reunião no Centro de Informação Popular, com a presença de 20 trabalhadoras, na qual foi nomeada uma “*comissão provisória*”, constituída pelos seguintes elementos: Carolina Freitas Veríssimo, Clara Góis, Conceição Gouveia, Carolina Ferreira, Filipe e Maria José Gouveia. De seguida, a 14 de Maio, esta comissão voltou a reunir no CIPM, tendo sido feita a contabilização do número total de trabalhadores, que seriam 180, sendo a maioria mulheres. De igual modo, foi marcada uma reunião geral de trabalhadores para o domingo seguinte, dia 18 de Maio, “*nas escolas junto à ponte*”⁴⁹³
494 .

Em Junho de 1975, um panfleto assinado pelo CIP foi distribuído à população, sob o título “*Viva a luta das operárias e operários das conservas*”, e nele se anunciava a realização, nessa data, da primeira greve ao trabalho, pelo saneamento imediato do

⁴⁹¹ Ficha de atendimento - *Carolina Freitas Veríssimo*, 6 Maio de 1975, dactilografada, C. A.

⁴⁹² Ficha de atendimento - *Carolina Freitas Veríssimo*, 6 Maio de 1975, dactilografada, C. A.

⁴⁹³ Na altura, chamava-se a Escola Preparatória, que é actualmente, a Escola Básica e Secundária de Machico.

⁴⁹⁴ Ficha de atendimento - *Carolina Freitas Veríssimo*, 6 Maio de 1975, dactilografada, C. A.

encarregado do serviço, António Dias, a quem não foi permitido entrar no escritório e que era considerado “*grande carrasco e opressor de quem trabalha.*”⁴⁹⁵ Depois, chegaram à fábrica os patrões, e por volta do meio-dia, “*os trabalhadores alcançaram a vitória. O António Dias foi saneado*”⁴⁹⁶, acção que foi importante na época e inspiradora de novas movimentações, em defesa do poder popular⁴⁹⁷.

Mas o CIPM entendia que “*a luta não pára. Novas lutas se travarão para melhores condições de trabalho, higiene na fábrica, sindicalização, melhores salários e pagamentos das horas extras.*”⁴⁹⁸

E assim foi. Em Outubro do mesmo ano, aconteceu uma nova greve. Solidário com esta iniciativa, o CIPM emitiu um panfleto, no qual recordava o sucesso da acção dos trabalhadores pelo saneamento de António Dias, mas denunciava o facto de as mulheres, por serem mulheres, ganharem 1\$40 por hora. O entendimento era que o salário justo deveria ser 21\$00, contrapondo a entidade patronal o valor de 18\$00⁴⁹⁹.

No dia seguinte, 7 de Outubro, é divulgado um novo comunicado, sob o título “*Vitória das operárias das Conservas de Machico*”, anunciando o êxito da sua acção, pois conseguiram melhores salários e mais regalias. Considerando que a luta foi difícil, sobretudo devido a um conjunto de ameaças, designadamente, “*que ia cair uma bomba na fábrica, que o António Dias ia dar um tiro, que os pescadores do Caniçal iam invadir a fábrica*”, eram tiradas ilações desta greve, como “*ensinar aos patrões que (...) terão de escutar a voz das operárias (...) o principal foi a confiança (...) na nossa própria força e na nossa Comissão*”⁵⁰⁰. Acto contínuo, a Comissão de Trabalhadores da fábrica deu conhecimento da sua vitória, através da comunicação social, referindo que “*Não há nenhum patrão nem nenhuma arma que possam guerrear contra o povo unido e organizado.*”⁵⁰¹ Destaque-se que estes operários retribuíram a solidariedade de outras

⁴⁹⁵ Panfleto *Viva a luta das operárias e operários das conservas*, Centro de Informação Popular de Machico, Junho (?) de 1975 (?), C. A.

⁴⁹⁶ Panfleto *Viva a luta das operárias e operários das conservas*, Centro de Informação Popular de Machico, Junho (?) de 1975 (?), C. A.

⁴⁹⁷ *Comércio do Funchal*, de 12 a 19 de Junho, 1975, A Luta do povo não pára!, C. PMCM.

⁴⁹⁸ Panfleto *Viva a luta das operárias e operários das conservas*, Centro de Informação Popular de Machico, Junho (?) de 1975 (?), C. A.

⁴⁹⁹ Panfleto *A greve das conservas é justa*, Centro de Informação Popular de Machico, 6 de Outubro de 1975, C. A.

⁵⁰⁰ Panfleto *Vitória das operárias das Conservas de Machico*, 7 de Outubro de 1975, C.A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Outubro de 1975, Fim da greve na Fábrica de Conservas de Machico, ARM.

⁵⁰¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Outubro de 1975, Fim da greve na Fábrica de Conservas de Machico, ARM.

organizações, manifestando o apoio aos seus colegas que trabalhavam na congelação do Porto Novo, aos baleeiros do Caniçal e às bordadeiras de Machico⁵⁰².

No conjunto das actividades revolucionárias deste período em Machico, foi sublinhado o valor deste movimento da Fábrica de Conservas, porquanto “*os operários e as operárias fizeram justiça, exigindo o saneamento de certos indivíduos e colocando nos postos de controlo pessoas da sua confiança.*”⁵⁰³

Como foi demonstrado, o CIPM desempenhou um papel importante, tanto na organização, como no apoio e divulgação desta acção. Esta agremiação interpretou a sua intervenção no âmbito do “*que tem promovido a luta pela justiça, por melhores condições de trabalho, melhores ordenados e mais liberdade para os trabalhadores (...) como a luta das operárias das Conservas*”⁵⁰⁴.

2.2.3.4. Baleeiros do Caniçal

Nos finais da década de 40 do século passado, no sítio da Ponta da Cancela, freguesia do Caniçal, foi instalada uma fábrica, cuja propriedade pertencia à Empresa Baleeira Madeirense, a qual laborou até 1981, sendo as suas instalações expropriadas, em 1987, para a construção da Zona Franca Industrial⁵⁰⁵.

Nessa Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira, que empregava uma mão-de-obra, maioritariamente, dessa localidade, os operários sofriam “*a mais dura exploração e opressão por parte dos patrões capitalistas*”⁵⁰⁶. As condições de trabalho, em 1974, eram, assim, retratadas:

⁵⁰² *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de Junho de 1975, Trabalhadores de Conservas de Machico apoiam greves, ARM.

⁵⁰³ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

⁵⁰⁴ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁵⁰⁵ Ribeiro, João Adriano (2001), *Machico – subsídios para a história do seu concelho*, Machico, Edição Câmara Municipal de Machico, pp. 102-103.

⁵⁰⁶ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 12 a 19 de Junho de 1975, Operários das Baleeiras em greve, C. PMCM.

*Os operários do mar, cerca de 20, ganham 700\$00 de ordenado mensal, com mais o dinheiro ao prémio de terem encontrado baleias. Os operários de terra, os restantes, devido á sua fraca união, em Outubro passado, conseguiram uma miséria de ordenado de 2.500\$00. Tanto uns como os outros, nunca tiveram férias na sua vida de escravidão a que são submetidos (...) todos os dias à espera do rebentar do foguete para arrancarem para a dura faina da pesca da baleia, por conseguinte não podem nunca sair do Caniçal. Nunca receberam subsídio qualquer (...)*⁵⁰⁷

Por estas razões, e após verificarem a falta de resposta da entidade patronal, às suas reivindicações, exigindo melhores salários e direito a férias – resposta que foi aguardada, durante um mês e sete dias – os trabalhadores iniciaram uma greve, em 20 de Junho de 1975⁵⁰⁸.

No dia 12 de Julho de 1975, houve o fim da greve, decretado numa reunião realizada no Caniçal. Como saldo desta acção dos baleeiros, foram acordados melhores salários aos que até então eram pagos pela empresa. Desta forma, os trabalhadores de terra, que auferiam ordenados de 2.800\$00 passaram a ganhar 4.000\$00, os do mar que tinham ordenados-base entre 600 e 1.500\$00 passaram para 3.300\$00 e os de vigia (sinalizadores) receberiam, a partir desta altura, 3.300\$00 contra os anteriores 2.800\$00⁵⁰⁹.

Esta actividade reivindicativa está registada numa resenha histórica dessa época, quando se assinala que “no Caniçal, os pescadores ganharam a luta contra os patrões da Empresa Baleeira”⁵¹⁰.

Esta luta dos baleeiros contou com o “apoio (...) de movimentos populares, como o (...) Centro de Informação popular (C.I.P.)”⁵¹¹. Refira-se, a propósito, que houve um Livro de Actas da Greve, cuja primeira acta foi escrita por um elemento do CIP, Avelino Correia⁵¹².

⁵⁰⁷ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 12 a 19 de Junho de 1975, Operários das Baleeiras em greve, C. PMCM.

⁵⁰⁸ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 12 a 19 de Junho de 1975, Operários das Baleeiras em greve, C. PMCM.

⁵⁰⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 13 de Julho de 1975, Terminou a greve dos trabalhadores da Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira, C. PMCM.

⁵¹⁰ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

⁵¹¹ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 12 a 19 de Junho de 1975, Operários das Baleeiras em greve, C. PMCM.

⁵¹² *Livro de Actas da Greve dos Baleeiros do Caniçal*, 1975, C. A.

Na carta aberta ao brigadeiro Azeredo, remetida pelo CIPM, foi evocada a sua acção favorável a melhores salários e condições de trabalho, “*como a luta dos operários das Baleeiras do Caniçal*”⁵¹³.

2.2.3.5. Matur

No início da década de 70 do século XX, na freguesia de Água de Pena, concelho de Machico, nasceu o complexo turístico Matur, do qual se destacou o Hotel Holiday Inn, inaugurado em 21 de Novembro de 1972. Este empreendimento estava integrado no grupo Grão-Pará, a que estavam associadas outras empresas, como a Interhotel, a Autodril e a Torralta. O grupo empresarial era administrado por Fernanda Pires da Silva, beneficiando de financiamento internacional e gozava da protecção financeira e política do regime dirigido por Marcelo Caetano e Américo Tomás⁵¹⁴.

Entretanto, esta empresa, que tinha investido cerca de um milhão de contos na Madeira, já, em 1973, dava sinais de graves prejuízos, tendo o adjunto da direcção da Matur, Silva Marques, identificado, publicamente, as causas fundamentais para esta situação negativa. Por um lado, apontava a concentração da promoção turística no Funchal, por parte da então Delegação de Turismo da Madeira, pois esquecia outras parcelas da Madeira, como a Matur, e, assim, os filmes, as fotografias, os cartazes de divulgação da ilha, apenas, focavam a única cidade da época. Por outro, criticava a insuficiência dos transportes aéreos para a Madeira, responsabilizando a TAP e o governo português⁵¹⁵.

Após o 25 de Abril de 1974, as dificuldades agravaram-se, devido a problemas financeiros do consórcio empresarial, má gestão, maior investimento no Brasil, desvios de dinheiro e a imprevisibilidade de uma aposta num segmento de turismo de elite, aspectos que provocaram a progressiva degradação do empreendimento, levando à falta de pagamento de salários e ao despedimento de centenas de trabalhadores⁵¹⁶. Outros factores se juntaram, como a redução das horas de trabalhos, adoptando-se um regime

⁵¹³ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁵¹⁴ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 16 a 23 de Janeiro de 1975, Grão-Pará: do fascismo à democracia burguesa, Biblioteca Municipal do Funchal.

⁵¹⁵ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 6 a 12 de Dezembro de 1973, A Matur em crise, Biblioteca Municipal do Funchal.

⁵¹⁶ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 16 a 23 de Janeiro de 1975, Grão-Pará: do fascismo à democracia burguesa, Biblioteca Municipal do Funchal.

de rotação dos funcionários (que prejudicava o vencimento do pessoal), a insatisfação com o valor dos salários, a incorrecta forma de tratamento humano e profissional, por parte dos chefes e encarregados, a falta de liberdade de expressão e de reunião, a ameaça de encerramento da empresa e a ausência de actuação da administração da Matur. A isto, associava-se a falta de apoio do Sindicato da Hotelaria, cujo presidente já vinha de antes do 25 de Abril, tendo sido apelidado de “fascista” e “traidor”⁵¹⁷.

Toda esta situação motivou um conjunto de protestos, em ordem à obtenção de reivindicações da parte dos trabalhadores. Este descontentamento foi expresso sob diversas formas, como abaixo-assinados, comunicados, comícios, manifestações e greves⁵¹⁸. Foram inúmeras as reuniões e os plenários que aconteceram nesse período de instabilidade laboral e empresarial⁵¹⁹.

O Centro de Informação Popular não ficou alheio a toda esta problemática, pois participou, activamente, na defesa dos trabalhadores da construção civil e da hotelaria. Um motivo do envolvimento desta associação foi o facto de a maioria da mão-de-obra que laborava na então denominada “1.ª Cidade Turística da Madeira” pertencer ao concelho de Machico. O empenhamento do CIPM, nas acções de esclarecimento e de reivindicação dos trabalhadores, ficou bem expresso no uso da palavra, por parte de um seu representante numa dessas assembleias dos funcionários da Matur. Na sua intervenção, falou “*em nome do povo de Machico*”, sublinhando que a construção do Holiday Inn e da Matur foi realizada à base de “*litros e litros de suor (...) milhares e milhares de mãos calejadas (...) e aqui trabalhou o povo de Machico.*”⁵²⁰

Apesar dos esforços das comissões de trabalhadores, no sentido de protegerem a empresa e garantirem a ocupação hoteleira, bem como dos pedidos de intervenção às instituições de então, o Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas, para

⁵¹⁷ *Comércio do Funchal*, Funchal, 11 de Julho de 1974, Matur: «trabalhador informado jamais será burlado», Biblioteca Municipal do Funchal.

⁵¹⁸ *Comércio do Funchal*, Funchal, 11 de Julho de 1974, Matur: «trabalhador informado jamais será burlado», Biblioteca Municipal do Funchal, *Comércio do Funchal*, Funchal, de 5 a 12 de Dezembro de 1974, Grão-Pará – Matur, a greve continua, Biblioteca Municipal do Funchal e *Diário da Madeira*, Funchal, 2 de Agosto de 1975, Giz na parede-Ocaso, Biblioteca Municipal do Funchal.

⁵¹⁹ *Comércio do Funchal*, Funchal, 11 de Julho de 1974, Matur: «trabalhador informado jamais será burlado», Biblioteca Municipal do Funchal, *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de Junho de 1974, Reunião do pessoal da Matur, Biblioteca Nacional e *Diário de Notícias*, Funchal, 21 de Junho de 1974, Reunião de Trabalhadores da Matur, Biblioteca Nacional.

⁵²⁰ *Comércio do Funchal*, Funchal, 11 de Julho de 1974, Matur: «trabalhador informado jamais será burlado», Biblioteca Municipal do Funchal.

assegurar o futuro do empreendimento⁵²¹, de que resultou, em 1975, a passagem da administração para o Estado, a verdade é que a situação foi-se, lentamente, degradando. Posteriormente, já, e de novo, sob a antiga administração privada, acentuou-se a débil situação financeira e juntou-se o problema da ampliação do aeroporto da Madeira, tendo a unidade hoteleira sido encerrada em 1995. Por via deste contexto, em 2000, o Atlantis (ex- Holiday Inn) foi demolido, registando-se, para sempre, a morte deste investimento turístico⁵²².

2.2.3.6. Cooperativa Povo Unido

Logo após a Revolução do 25 de Abril, houve um grande surto de cooperativas de produção e consumo, em todo o Portugal. A Madeira, nesta época, também assistiu ao nascimento de várias cooperativas, como a COCAN (Cooperativa Operária e Camponesa), a COOPOPULAR (Cooperativa Popular) e a Cooperativa Povo Unido, em Machico.

Em Maio de 1975, a cooperativa machiquense anunciava o início da sua formação e que funcionava “*provisoriamente na sede do Centro de Informação Popular de Machico*”⁵²³, informando, ainda, como suas funções as seguintes:

*No sistema capitalista, as cooperativas são um meio de luta contra o capitalismo, quando formadas pelos operários, camponeses e pescadores, com o fim de criar organizações próprias, onde tomem consciência que as classes operária, camponesa e pescatória são capazes de se organizar e dar o destino àquilo que eles produzem (...) A cooperativa dirigida por trabalhadores pretende servir estes objectivos, isto é, a organização dos trabalhadores, através do cooperativismo como uma das formas de luta contra a exploração capitalista*⁵²⁴.

Esta linha de pensamento integrava-se numa interpretação existente nesse tempo, relativamente ao papel deste tipo de organizações, veiculada no *Comércio do Funchal*, que considerava-as como “*bases para o povo tomar o poder*”, em ordem a servir a população com preços mais baixos e “*destruir a dominação do intermediário*”

⁵²¹ *Eco do Funchal*, Funchal, 30 de Dezembro de 1974, Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, Comunicado da Comissão de Trabalhadores da Matur, Biblioteca Municipal do Funchal e *Eco do Funchal*, Funchal, 6 de Janeiro de 1975, Comunicado da Comissão de Trabalhadores do Grupo Empresarial Grão-Pará, incluindo a Empresa Matur, Biblioteca Municipal do Funchal.

⁵²² RTP-Madeira, Telejornal de 28.03.2000, *Implosão do Hotel Atlantis Madeira*, consultado em 3 de Agosto de 2015 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ORt8-4QjU5E>

⁵²³ Comunicado *Sobre a Cooperativa*, Comissão Coordenadora da Cooperativa Povo Unido, 22 Maio de 1975, C. A.

⁵²⁴ Comunicado *Sobre a Cooperativa*, Comissão Coordenadora da Cooperativa Povo Unido, 22 Maio de 1975, C. A.

parasita”⁵²⁵. Num relato-síntese das lutas desta época de transformações locais, evidenciava-se o seguinte: “*Faltava ainda abater o poder dos comerciantes exploradores. E então pensaram em abrir uma cooperativa (...) uma forte arma de luta contra os comerciantes exploradores.*”⁵²⁶

O CIPM teve uma grande participação no surgimento desta cooperativa, pois, para além da cedência das suas instalações para servirem de sede provisória desta organização, há dois actos particularmente significativos: o primeiro foi o pedido de comparência da Comissão de Assuntos Rurais da Câmara Municipal de Machico, presidida por Martins Júnior, numa reunião no CIP, onde seria abordado o “*lançamento de uma cooperativa, de consumo do povo trabalhador de Machico, como medida presente de combater o capitalismo e os intermediários parasitas*”⁵²⁷; o segundo acto foi a solicitação à Intercine-Funchal, via CIPM⁵²⁸, da dispensa gratuita do salão de cinema de Machico⁵²⁹, para a realização de uma assembleia de sócios, na noite do dia 6 de Junho de 1975, a qual fora convocada pela Comissão Instaladora da cooperativa⁵³⁰.

Neste plenário, foi decidida a ocupação da nova sede da cooperativa, um imóvel da Rua General António Teixeira de Aguiar, frente à Igreja Matriz, “*uma casa do Luís Nunes Vieira, «Seringa», agora dos «Dias», grandes exploradores e opressores de quem trabalha*”⁵³¹. O proprietário deste prédio, que se encontrava fechado há cerca de seis anos, era um grande senhorio e justificava-se o acto como um direito natural, porquanto “*muito dinheiro, galinhas e papadas de porco roubaram aos caseiros (...) foi com o suor e dinheiro do Povo, que eles compraram essas grandes casas e terrenos*”⁵³².

Entretanto, a 11 de Agosto de 1975, no Cartório Notarial de Machico, foi lavrada a escritura da constituição da “*Cooperativa Operária, Piscatória e Camponesa Povo Unido*”. Os seus estatutos estabeleceram que esta organização tinha por fim

⁵²⁵ *Comércio do Funchal*, Funchal, Junho (?) de 1975 (?), As cooperativas devem servir de bases para o povo tomar o poder, C. A.

⁵²⁶ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

⁵²⁷ *Ofício do CIPM para Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, Maio (?) 1975 (?), C. A.

⁵²⁸ *Ofício do CIPM à Intercine-Funchal*, 4 de Junho de 1975, C. A.

⁵²⁹ A sala de cinema de Machico estava localizada na mesma artéria da sede do CIPM, a Rua do Ribeirinho, distando entre si, cerca de 30 metros.

⁵³⁰ *Jornal da Madeira*, Funchal, 6 de Junho de 1975, «Cooperativa Povo Unido» - Comunicado, datado de 4 de Junho de 1975 e assinado por Manuel Mendonça Viveiros e José António Nunes Viveiros, ARM e *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Junho de 1975, Cooperativa Povo Unido, ARM.

⁵³¹ *Comércio do Funchal*, de 12 a 19 de Junho, 1975, A Luta do povo não pára! C. PMCM.

⁵³² *Comércio do Funchal*, de 12 a 19 de Junho, 1975, A Luta do povo não pára! C. PMCM.

“Fornecer aos seus associados, nas melhores condições de preço e dispensando na medida do possível a intervenção de intermediários, bens de consumo”⁵³³. Assinale-se o facto deste registo notarial declarar que a cooperativa mantinha “a sua sede provisória na Rua do Ribeirinho, número vinte e um da Vila de Machico”, o mesmo é dizer, na sede do CIPM⁵³⁴.

Importa assinalar uma clara intervenção desta cooperativa nos assuntos políticos da comunidade local, em estreita articulação com o Centro de Informação Popular de Machico.

Tal foi visível num comunicado do CIPM, intitulado “*Contra o fascismo, ofensiva popular*”, em 26 de Julho de 1975, no qual se denunciava a realização, no dia seguinte, no Funchal, sob a organização do PPD⁵³⁵, de uma “*manifestação fascista, com o objectivo de restaurar o fascismo (...) exigir a Independência da Madeira*”⁵³⁶, apelando-se à “*acção vigilante sobre todos os fascistas, piquetes de vigilância e defesa junto das nossas verdadeiras associações, como a Cooperativa, o Centro de Informação Popular*”⁵³⁷. Na manhã seguinte, o CIP rejubilava-se, pois “*O dia de ontem, sábado, representou uma verdadeira jornada de luta contra o fascismo, em Machico*”⁵³⁸. Neste panfleto, sublinhava-se esse facto como “*uma verdadeira legalidade revolucionária (...) das verdadeiras organizações representativas, tais como o Centro de Informação Popular e a Cooperativa Povo Unido*”⁵³⁹. E, neste domingo, o CIPM renovou o seu apelo para “*virem para a rua*” em oposição à citada manifestação “*contra os interesses das massas trabalhadoras da Madeira, pela assassina independência da Madeira*”⁵⁴⁰.

⁵³³ *Escritura da Cooperativa Povo Unido*, Cartório Notarial de Machico, 11 de Agosto de 1975, C. A.

⁵³⁴ *Escritura da Cooperativa Povo Unido*, Cartório Notarial de Machico, 11 de Agosto de 1975, C. A.

⁵³⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1975, A manifestação de amanhã, ARM, *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de Julho de 1975, Dispositivo de segurança accionado pelo COPMAD, ARM e *Jornal da Madeira*, Funchal, 29 de Julho de 1975, A manifestação do Partido Popular Democrático, ARM.

⁵³⁶ Comunicado *Contra o fascismo ofensiva popular*, 26 (?) de Julho (?) de 1975 (?), Centro de Informação Popular de Machico, C. A.

⁵³⁷ Comunicado *Contra o fascismo ofensiva popular*, 26 (?) de Julho (?) de 1975 (?), Centro de Informação Popular de Machico, C. A.

⁵³⁸ *Comunicado ao povo trabalhador*, Centro de Informação Popular de Machico, 27 de Julho de 1975, C. A.

⁵³⁹ *Comunicado ao povo trabalhador*, Centro de Informação Popular de Machico, 27 de Julho de 1975, C. A.

⁵⁴⁰ *Comunicado ao povo trabalhador*, Centro de Informação Popular de Machico, 27 de Julho de 1975, C. A.

Noutros momentos políticos, também ocorreu a intervenção desta cooperativa, destacando-se, em Setembro de 1975, a sua junção a outras organizações populares, na reivindicação do Pe. Martins Júnior reassumir o cargo de presidente da Câmara de Machico, do qual tinha sido demitido por Carlos Azeredo, porquanto “*a abrupta alteração ora verificada neste Corpo Administrativo vem afectar e mesmo destruir a vida e a acção das organizações de base (... , Cooperativa “Povo Unido” ...)*”⁵⁴¹.

A exemplo da atitude do CIPM, que procedeu ao alojamento de refugiados de Angola nas suas instalações, também a Cooperativa Povo Unido acolheu uma família numerosa⁵⁴².

Como foi demonstrado, o CIPM teve um papel fundamental na formação da Cooperativa Povo Unido, tendo sido, nomeadamente, a sua sede provisória e local de reuniões da sua organização e funcionamento, estabelecendo-se entre as duas organizações uma articulação directa. De referir, por fim, um aspecto particular, que foi a queima e/ou a confiscação de documentos da cooperativa, por ocasião do assalto feito ao CIPM, por ordem de Azeredo, na noite de 16 de Outubro de 1975⁵⁴³.

2.2.3.7. União das Bordadeiras de Machico

O bordado era uma actividade muito importante na vida económica da Madeira e fundamental no sustento de muitas famílias, empregando uma larga mão-de-obra feminina. Além do trabalho nalgumas fábricas no Funchal, a maior parte da produção acontecia nos concelhos rurais, pelas mãos das bordadeiras que conciliavam, em casa, esta actividade com as tarefas domésticas e, por vezes, também com as lides agrícolas. Depois de distribuído pelo campo, era recolhido para entrega à entidade patronal que pagava à peça produzida.

Com a explosão do movimento cooperativo no nosso país e na Madeira, e a seguir ao nascimento da Cooperativa Povo Unido, surgiu a União das Bordadeiras de Machico, em Junho de 1975.

⁵⁴¹ *Comunicação à Presidência da República, ao Conselho da Revolução, ao Ministério da Administração Interna, ao Governo do Distrito-Funchal, Departamento de Coordenação Municipal, Setembro (?) de 1975 (?), C. A.*

⁵⁴² *Comunicado Mais terrorismo em Machico – Os inimigos do Povo incitam os retornados p´rá guerra, 1 (?) de Outubro (?) de 1975 (?), C. A.*

⁵⁴³ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).*

A perspectiva seria as bordadeiras terem melhores condições de trabalho e de vida, eliminando da cadeia de produção e comercialização os seus anteriores patrões e intermediários.

Mas todo este processo foi originado muito antes, com o apoio do CIPM. Nos meses de Abril, Maio e Junho de 1975, realizaram-se diversas reuniões de bordadeiras, nas diferentes freguesias do concelho de Machico⁵⁴⁴. Os pedidos de instalações (salas de escolas, casa de cinema) eram feitos, em papel timbrado do Centro de Informação, sob as seguintes formas: “*Através da Secção Rural do Centro de Informação Popular de Machico*”⁵⁴⁵ ou “*O Centro de Informação Popular de Machico vem solicitar (...) uma sala da escola (...) o pedido advém da comissão de bordadeiras do Concelho de Machico*”⁵⁴⁶ ou ainda “*A Comissão de Bordadeiras do Concelho de Machico, através da Secção Rural do Centro de Informação Popular de Machico*”⁵⁴⁷.

Também, era através do CIPM que se procedia às solicitações aos párocos para, nas missas, convocarem as bordadeiras para essas reuniões⁵⁴⁸. Idêntico procedimento foi aplicado no que toca à divulgação de comunicados na imprensa⁵⁴⁹.

Em 21 de Junho de 1975⁵⁵⁰, as bordadeiras, “*organizadas em comissões de sítio, freguesias e concelho, eleitas pelas mesmas, tendo notado a falta de um centro de trabalho, ocuparam (...) uma casa do Grémio dos Patrões exploradores*”⁵⁵¹. Esse espaço no sítio da Pontinha⁵⁵² foi denominado União da Bordadeiras de Machico (UBM). A justificação para a ocupação do prédio do Grémio dos Industriais de

⁵⁴⁴ *Ofício do CIPM à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira*, 16 de Abril de 1975, C. A. e *Comunicado A Sindicalização das bordadeiras, Esclarecimentos em Água de Pena, Santo da Serra e Caniçal*, 18 de Abril de 1975, C. A.

⁵⁴⁵ *Ofício do CIPM à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira*, 16 de Abril de 1975, C. A.

⁵⁴⁶ *Ofício do CIPM à Direcção do Distrito Escolar do Funchal*, 18 de Abril de 1975, C. A.

⁵⁴⁷ *Ofício do CIPM à Intercine-Funchal*, 14 de Maio de 1975, C. A.

⁵⁴⁸ *Ofício do CIPM ao Pároco de Água de Pena*, 19 de Abril de 1975, C. A.

⁵⁴⁹ *Ofício da Comissão de Bordadeiras da Freguesia de Machico, através do CIPM, dirigido ao Director do Diário de Notícias do Funchal*, 24 de Maio de 1975, C. A. e *Ofício da Comissão de Bordadeiras da Freguesia de Machico, através do CIPM, dirigido ao Director da Rádio Televisão da Madeira*, 24 de Maio de 1975, C. A.

⁵⁵⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Junho de 1975, *Ocupação de casas em Machico e no Funchal*, ARM., *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de Junho de 1975, *Comissão Liquidatária do Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira-Comunicado*, ARM e *Jornal da Madeira*, Funchal, 29 de Junho de 1975, *Comissão Liquidatária do Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira-Comunicado*, ARM.

⁵⁵¹ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 19 a 26 de Junho de 1975, *União das Bordadeiras de Machico*, C. PMCM.

⁵⁵² Onde funciona, actualmente, a Casa do Povo de Machico.

Bordado, que estava devoluto, há vários anos, foi explicitada pelo Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira: “*as bordadeiras em Machico não fizeram mais do que expropriar uma pequena parte daquilo que lhes foi roubado, daquilo que foi fruto do seu trabalho*”⁵⁵³. No historial que foi feito sobre as actividades deste período revolucionário, esta explicação foi reforçada, mencionando-se que era “*um prédio que os patrões compraram com o suor das bordadeiras e que agora voltou às mãos dos seus verdadeiros donos.*”⁵⁵⁴

A exemplo do que sucedeu com a Cooperativa Povo Unido, também a União das Bordadeiras teve uma ligação ao processo político de então, em estreita articulação com o CIPM.

Assim aconteceu na acção travada contra a realização de uma manifestação no Funchal, em 27 de Julho de 1975, da autoria do PPD⁵⁵⁵, a qual, na óptica do CIPM, visava ressurgir o fascismo e defender o separatismo, tendo a UBM estado ligada ao serviço de vigilância popular, correspondendo ao apelo de mobilização do CIPM⁵⁵⁶.

Depois, em Setembro de 1975, apareceu a UBM a apoiar a luta de outros organismos, visando o retorno de Martins Júnior à função de presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Machico, do qual tinha sido demitido por Carlos Azeredo, entendendo que esta alteração administrativa prejudicava a própria organização das bordadeiras⁵⁵⁷.

Assinale-se que a sede desta cooperativa foi alvo de uma tentativa de ocupação por parte de uma família retornada de Angola, acção muito agitada e que provocou vários feridos, não tendo sido conseguido o intento dos ocupantes⁵⁵⁸.

⁵⁵³ *Comércio do Funchal*, Funchal, 5 de Julho de 1975, Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira, Apoiemos a ocupação da Casa do Grémio em Machico, C. PMCM.

⁵⁵⁴ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

⁵⁵⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1975, A manifestação de amanhã, ARM, *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de Julho de 1975, Dispositivo de segurança accionado pelo COPMAD, ARM e *Jornal da Madeira*, Funchal, 29 de Julho de 1975, A manifestação do Partido Popular Democrático, ARM.

⁵⁵⁶ Comunicado *Contra o fascismo ofensiva popular*, 26 (?) de Julho (?) de 1975 (?), Centro de Informação Popular de Machico, C. A. e *Comunicado ao povo trabalhador*, Centro de Informação Popular de Machico, 27 de Julho de 1975, C. A.

⁵⁵⁷ *Comunicação à Presidência da República, ao Conselho da Revolução, ao Ministério da Administração Interna, ao Governo do Distrito-Funchal*, Departamento de Coordenação Municipal, Setembro (?) de 1975 (?), C. A.

⁵⁵⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Outubro de 1975, Casos do Dia – Feridos em distúrbios em Machico provocados por um retornado, ARM, *Jornal da Madeira*, Funchal, 1 de Outubro de 1975, Incidentes

Entretanto, e apesar da sua existência desde Junho de 1975, só em 10 de Novembro desse mesmo ano é que foi registada esta instituição. A escritura, entre outros aspectos, lavrou que era constituída uma “*cooperativa operária de produção, sob a forma de sociedade cooperativa anónima de responsabilidade limitada (...) o objecto social é o exercício de actividades relativas a Bordados e Tapeçarias*”⁵⁵⁹.

Podemos constatar que o CIPM teve uma intervenção bastante favorável ao nascimento e desenvolvimento da UBM, desde a sua primeira hora. O seu apoio à ocupação pelas bordadeiras aconteceu de imediato, saudando-a como um acto favorável à “*emancipação*” das trabalhadoras e manifestando a sua solidariedade⁵⁶⁰. Tal fora confirmado pelo *Comércio do Funchal*, à época, quando referia que “*Todo este processo de luta tem sido firmemente apoiado (...) por movimentos populares, como (...) o Centro de Informação Popular (C.I.P.)*”⁵⁶¹. Esta colaboração com a UBM, da parte do CIPM e a importância da luta das bordadeiras foi reconhecida por esta última agremiação, na sua carta aberta ao brigadeiro Azeredo, em Outubro de 1975⁵⁶².

A propósito desta organização feminina e do papel da mulher nas actividades a que esteve ligado o Centro de Informação, João Escórcio considerou ser fundamental “*dar nota dum força muitas vezes esquecida (...) as nossas mulheres machiquenses, as quais sempre marcaram presença nos momentos mais difíceis e foram o sal de todo este movimento.*”⁵⁶³

em Machico devido a uma ocupação levada a cabo por retornados de Angola, ARM e *Jornal da Madeira*, Funchal, 14 de Outubro de 1975, «Retornado» de Angola vítima de incidentes de Machico conta-nos a sua odisseia, ARM.

⁵⁵⁹ *Escritura da União das Bordadeiras de Machico*, Cartório Notarial de Machico, 10 de Novembro de 1975, C. A.

⁵⁶⁰ *Jornal da Madeira*, Funchal, 24 de Junho de 1975, Comunicados Recebidos, ARM e *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Junho de 1975, Ocupação de casas em Machico e no Funchal, ARM.

⁵⁶¹ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 19 a 26 de Junho de 1975, União das Bordadeiras de Machico, C. PMCM.

⁵⁶² *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁵⁶³ Escórcio, João Moniz Vasconcelos, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo L).

2.2.3.8. Machitur

No âmbito do regime de colónia, desde os finais da década de 60 e até 1974, em Machico, Funchal e Santa Cruz, registou-se o despejo de dezenas de colonos das suas casas e dos terrenos que cultivavam, devido aos interesses de investimento turístico ou de especulação imobiliária, que despontaram nessa altura, na Madeira⁵⁶⁴.

No período anterior à Revolução do 25 de Abril de 1974, existia um conjunto de terrenos, em diversos sítios da freguesia de Machico, nomeadamente no Pé da Ladeira, Banda de Além e Misericórdia (mais especificamente, no lugar da Trincheira), estando os seus moradores sujeitos ao regime de colónia e sendo os seus proprietários Aníbal da Trindade e António Abel Vieira. Nesses prédios rústicos, cerca de 60 famílias, os colonos ergueram as suas casas e repartiam os produtos da terra com os seus senhorios.

Entretanto, por volta de 1970, surgiu uma empresa turística alemã, denominada Machitur, SARL, pretendendo comprar os imóveis da Banda de Além e Misericórdia. Desejava construir um complexo turístico (hotéis, piscinas, etc.) na encosta leste de freguesia. Para tal, conseguiu acordar com os senhorios, no sentido de adquirir as terras e também as benfeitorias nelas existentes (casas, melhoramentos agrícolas, etc.). Seguiu-se um processo de pressão sobre os caseiros e mais do que negociações, foram feitas chantagens e ameaças, oferecendo-se baixos valores monetários para que abandonassem os terrenos e as casas. Tal sucedeu com a intervenção de advogados que intimidaram os residentes a cederem ao objectivo da firma hoteleira e dos proprietários. Para a Comissão da Machitur, aconteceu

A tradicional submissão que os camponeses têm pelos senhores, pela lei, pela Justiça, pelos advogados e tribunais para lhes roubarem as casas e o sustento (...). Na prática, os caseiros foram expulsos das suas casas e terras⁵⁶⁵.

Se a vida destas pessoas já era difícil, ainda mais passou a sê-lo, porquanto muitos tiveram que se acomodar em casas de familiares e até em barracas, e muitos

⁵⁶⁴ Lizardo, João (2008), A situação da colónia à data do 25 de Abril de 1974, Freitas, João Abel, coord. (2008), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 191-232.

⁵⁶⁵ Panfleto «Machitur» - *A vida é luta pela habitação, pelo pão*, Comissão da Machitur, 1975 (?), C.A.

outros viram-se forçados a emigrar. No entanto, nunca teve início o projecto de construção hoteleira⁵⁶⁶.

Então, com a “Revolução dos Cravos”, e passados cerca de cinco anos da sua saída, os colonos organizaram-se e voltaram a ocupar as terras e as casas de onde tinham sido afastados. Refizeram as suas vidas e desbravaram os terrenos que estavam abandonados.

Na resenha dos movimentos verificados em 1974-1975, esta movimentação foi evocada, pois “*os moradores acharam justo o seu desejo e lá entraram com lágrimas de alegria nos olhos por voltarem aos seus lares*”⁵⁶⁷.

Nesse processo de reocupação, entre outras acções, os caseiros escolheram uma comissão de moradores, preencheram fichas identificativas da respectiva situação e fizeram diversas reuniões⁵⁶⁸.

A acompanhar e a apoiar esta iniciativa, estava o Centro de Informação Popular de Machico, ajudando a divulgá-la, cedendo a sua sede para os encontros da comissão e as assembleias dos moradores e convocando-os, em papel timbrado, inclusivamente para dirimir alguns conflitos entre eles, por via da ocupação das casas⁵⁶⁹.

O CIPM enquadra este movimento popular e o seu contributo ao mesmo na “*luta pela justiça (...) das casas açambarcadas pela Machitur*”⁵⁷⁰.

2.2.3.9. O alojamento dos retornados

Com o processo de descolonização de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde, após o 25 de Abril de 1974, houve um enorme movimento populacional de retorno e/ou refúgio para as mais diversas parcelas da então metrópole. A Machico, aportaram muitas famílias, vindas, sobretudo de Angola e Moçambique, para onde, antes, se deslocaram, em especial, para a faina da pesca. Colocou-se um novo e sério problema, o alojamento de centenas de pessoas sem casa.

⁵⁶⁶ Panfleto *O que é que se passa com o caso da Machitur*, 1975 (?), C. A. e Panfleto «*Machitur*» - *A vida é luta pela habitação, pelo pão*, Comissão da Machitur, 1975 (?), C. A.

⁵⁶⁷ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C.A. (Anexo I).

⁵⁶⁸ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C.A. (Anexo I).

⁵⁶⁹ *Convocatória de reunião de moradores no CIPM*, 29 de Março de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A.

⁵⁷⁰ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

Face a esta situação, registou-se uma preocupação comum e uma acção concertada de várias organizações populares de Machico, tendo em vista a resolução desta problemática. O Centro de Informação Popular, o Forte-Jardim de infância, a Cooperativa Povo Unido e o Posto do Bairro dos Pescadores da Queimada, apesar de necessitarem dos espaços de que dispunham para as suas actividades, decidiram disponibilizar parte das suas instalações “*ao serviço dos nossos irmãos*”⁵⁷¹.

Da parte do CIPM, houve a cedência de vários quartos, passando a abrigar quatro casais de retornados, ficando, apenas, sob o seu domínio, um espaço para guardar os seus arquivos⁵⁷².

Este processo de alojamento dos refugiados de África teve impacto na sociedade machiquense, provocando alguns conflitos com os proprietários dos imóveis ocupados, em particular, dos que se encontravam devolutos. Por outro lado, este processo nem sempre foi pacífico, da parte dos próprios ocupantes, gerando-se alguns focos de tensão. Por exemplo, aconteceu a tentativa de ocupação de uma casa, onde estava instalada a União das Bordadeiras de Machico, a 30 de Setembro de 1975, tendo-se registado alguns feridos⁵⁷³. Então, viu-se “*os Aguéis em calções de banho, tronco nu, com navalhões nas mãos, a bater nas mulheres, a roubar as bolsas delas, a chamar todos os nomes mais baixos.*” Tal incidente foi atribuído aos “*reaccionários de Machico [que] incitaram os retornados para fazerem desordens e guerras*”⁵⁷⁴.

Foi com o intuito de evitar estes incidentes, que nasceu uma comissão de retornados, pois “*Em Machico, há lugar para todos. Basta haver ordem e compreensão.*”⁵⁷⁵ Esta entidade desenvolveu diversas actividades, nomeadamente, reuniões com os militares do Funchal, responsáveis por este assunto do realojamento dos cidadãos vindos de África, obteve o apoio da Junta Geral do Distrito do Funchal no

⁵⁷¹ Comunicado *Mais terrorismo em Machico – Os inimigos do Povo incitam os retornados p´rá guerra*, 1 (?) de Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

⁵⁷² *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁵⁷³ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Outubro de 1975, Casos do Dia – Feridos em distúrbios em Machico provocados por um retornado, ARM, *Jornal da Madeira*, Funchal, 1 de Outubro de 1975, Incidentes em Machico devido a uma ocupação levada a cabo por retornados de Angola, ARM e *Jornal da Madeira*, Funchal, 14 de Outubro de 1975, «Retornado» de Angola vítima de incidentes de Machico conta-nos a sua odisséia, ARM.

⁵⁷⁴ Comunicado *Mais terrorismo em Machico – Os inimigos do Povo incitam os retornados p´rá guerra*, 1 (?) de Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

⁵⁷⁵ Comunicado *Mais terrorismo em Machico – Os inimigos do Povo incitam os retornados p´rá guerra*, 1 (?) de Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

conserto de algumas casas, com o propósito de serem habitadas e garantiu o alojamento para muitos casais de Machico, e *“tudo sem barulho, sem desordens. (...) Tudo isto se fez na boa paz”*⁵⁷⁶.

Esta tarefa teve momentos muito delicados, como se referiu, tendo merecido uma resposta atenta do Centro de Informação Popular, o qual chegou a assumir, publicamente, que *“foi a primeira organização a colocar-se eficientemente ao serviço dos retornados de Machico”*⁵⁷⁷. A propósito, o CIPM aproveitou uma carta aberta dirigida a Azeredo, para fazer críticas aos que não colaboraram neste processo. Referindo que *“mesmo sem ser partido nenhum”* o Centro empenhou-se nesta iniciativa, *“enquanto a sede de certo partido”*⁵⁷⁸ *dito maioritário e dito caridoso, continua vazia*”, bem como as casas dos membros dessa organização partidária se encontravam livres, mas usadas, apenas, para fins-de-semana e férias de verão⁵⁷⁹.

Em conclusão, o CIPM deu a sua prestação neste processo, através da cedência das instalações que ocupava, bem como acompanhou o movimento de alojamento noutros imóveis, procurando a melhor integração possível dos que chegavam de África e evitando a ocorrência de situações conflituosas na sociedade machiquense.

2.2.4. Organização de acções educativas e culturais

A par da intervenção cívica e política, nas áreas sócio-económicas, na perspectiva de inventariação dos seus problemas e também na resolução dos mesmos, o Centro de Informação Popular promoveu diversas iniciativas de âmbito educativo e cultural, destacando-se a criação de um jardim-de-infância e a realização de vários eventos de índole recreativo-cultural.

⁵⁷⁶ Comunicado *Mais terrorismo em Machico – Os inimigos do Povo incitam os retornados p’rá guerra*, 1 (?) de Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

⁵⁷⁷ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A.

⁵⁷⁸ Alusão ao Partido Popular Democrático (PPD), com sede em Machico, na Rua Padre Pontes.

⁵⁷⁹ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

2.2.4.1. Jardim-de-infância do Forte do Cais de Machico

Antes do 25 de Abril de 1974, no Forte de S. João Baptista, também conhecido pelo Forte do Cais de Machico, devido à sua localização, funcionava uma colónia de férias para crianças do Funchal, apenas durante dois meses no ano, mais precisamente na época de Verão. A localidade não dispunha de um espaço para as suas crianças⁵⁸⁰.

Então, após a Revolução, “*o povo (...) a primeira coisa que fez foi exigir que o Forte (...) servisse de Jardim-de-Infância*”, de modo a beneficiar as crianças desamparadas de Machico⁵⁸¹. Esta iniciativa surgiu num sarau, realizado na Vila de Machico, no dia 18 de Maio de 1974, dando lugar a um documento reivindicativo, que foi enviado por uma comissão ao presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, com conhecimento do governador militar e dos órgãos de informação local⁵⁸².

Neste texto, entre outros argumentos, apontava-se que o prédio em causa estava abandonado, com sinais de deterioração, sendo património do Estado e de utilidade pública. Acrescentava-se que o espaço reunia condições para funcionar como creche infantil e havia um “*número volumoso de crianças que em Machico vagueiam desamparadas por estradas, tabernas, campos de futebol, barcos abandonados no «calhau», etc.*” Essa resolução era completada por duas sugestões: utilizar o forte para actividades culturais (teatro, biblioteca, etc.) e criar um serviço de creche para as crianças mais desfavorecidas de Machico. Nessa comissão, figuraram três pessoas ligadas ao CIPM: Maria Alice Franco dos Santos, João Moniz Vasconcelos Escórcio e Avelino Correia⁵⁸³.

Tendo sido aceite a proposta apresentada, o forte “*passou para os filhos do povo.*”⁵⁸⁴ Nos meses de Setembro e Outubro de 1974, tiveram lugares diversas obras de melhoramento e adaptação do prédio, todas elas coordenadas e/ou intermediadas pelo Centro de Informação Popular, incluindo a responsabilidade do encaminhamento das facturas e pagamentos à Junta Geral – Direcção de Obras Públicas, acção devidamente testemunhada pela existência de vários documentos contabilísticos alusivos a trabalhos,

⁵⁸⁰ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 28 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM. (Anexo F).

⁵⁸¹ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

⁵⁸² *Comunicação da Comissão subscritora do voto expresso no sarau-comício de 18 de Maio de 1974, ao Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal*, 21 de Maio de 1974, C. A.

⁵⁸³ *Comunicação da Comissão subscritora do voto expresso no sarau-comício de 18 de Maio de 1974, ao Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal*, 21 de Maio de 1974, C. A.

⁵⁸⁴ Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?), C. A. (Anexo I).

nomeadamente, o transporte de areia, cimento e a respectiva mão-de-obra, alguns deles em papel timbrado do CIPM⁵⁸⁵. Este trabalho de preparação e de programação do jardim-de-infância continuou com diversas tarefas e reuniões com pais e instituições públicas⁵⁸⁶. Após os encontros do CIPM com a Junta Geral e a Comissão Distrital de Assistência, aconteceu uma reunião de pais, em 17 de Novembro de 1974, tendo no dia seguinte havido uma actividade de ambientação e reconhecimento do forte, por parte das crianças inscritas⁵⁸⁷. Para esta missão de informação, o CIP recorreu, não apenas à imprensa, mas também ao pároco da freguesia de Machico⁵⁸⁸.

Foi “*na segunda-feira, dia 25 de Novembro, pelas 9 horas*” que se iniciou o funcionamento do Jardim de Infância, sendo os trabalhos orientados por duas técnicas-orientadoras de infância, auxiliadas por colaboradoras, algumas voluntárias e até mesmo algumas mães⁵⁸⁹. As crianças deveriam levar o seu almoço, pois ainda não se tinha conseguido verba para essa refeição, esperando-se que tal acontecesse em Janeiro de 1975 e foi também pedida a colaboração das mães nas tarefas da creche, pelo menos, uma vez por semana⁵⁹⁰.

A actividade deste estabelecimento de ensino crescia imenso, encontrando-se a funcionar, já na altura, com cerca de 150 crianças, mas o número de inscritas era superior a 300⁵⁹¹. Face a esta situação, a Comissão Directiva do Jardim de Infância enviou à Comissão Distrital de Assistência, uma relação de materiais para o equipamento da respectiva cozinha, considerando que a afluência de crianças seria grande, superando as 150 beneficiadas⁵⁹².

⁵⁸⁵ *Factura-2ª via de Machim Cooperativa de Automóveis-Machico*, 19 de Setembro de 1974, C. A., Documento *José Cabral*, fornecedor de areia grossa, 19 de Setembro de 1974, C. A., Documento *José de Gouveia*, fornecedor de cimento, 19 de Setembro de 1974, C. A. e Documento de *Manuel Teixeira de Freitas e Manuel Viveiros Olim*, mão de obra, 2 de Outubro de 1974, C. A.

⁵⁸⁶ *Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico*, 1 de Novembro de 1974, C. A. e *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁵⁸⁷ *Jornal da Madeira*, 15 de Novembro de 1974, Centro de Informação Popular-Comunicado, datado de 14 de Novembro de 1974, C. PMCM.

⁵⁸⁸ *Ofício do CIPM ao Pároco da Vila de Machico*, 16 de Novembro de 1974, C. A.

⁵⁸⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 23 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular, datado de 21 de Novembro de 1974, C. PMCM.

⁵⁹⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 23 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular, datado de 21 de Novembro de 1974, C. PMCM.

⁵⁹¹ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 28 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM. (Anexo F).

⁵⁹² *Ofício da Comissão Directiva do Jardim de Infância de Machico, endereçado à Comissão Distrital de Assistência-Funchal*, 23 de Maio de 1975, C. A.

O trabalho desta instituição era acompanhado, de perto, por parte do CIPM, promovendo, periodicamente, reuniões de pais, de modo a fazer-se a avaliação das actividades realizadas⁵⁹³.



Fotografia 12 – Jardim-de-infância, no Forte do Cais de Machico, 1974. (Foto C. A.)

Devido à descolonização africana, houve o regresso de muitas famílias de madeirenses e colocou-se a premente necessidade do seu alojamento. Aqui, a partir de Setembro de 1975, o Forte de São João Baptista, progressivamente, foi dando guarida a refugiados, e assim, foi perdendo a sua função de Jardim-de-infância⁵⁹⁴. Mas a extinção desta organização, em Janeiro de 1976, não foi pacífica, porquanto Azeredo decidiu “*dissolver a obra de apoio às crianças de Machico, e em termos que fizeram apavorar a população (...) desrespeitando os prazos acordados, mandou piquetes armados deitar fora as crianças indefesas*”⁵⁹⁵. O forte passou, então, ter a única função de moradia, acolhendo cerca de uma centena de retornados.

Durante a sua actividade, a Direcção do Jardim de Infância teve uma participação a nível político-comunitário, designadamente, ao subscrever em Setembro de 1975, um documento, reivindicando o regresso do Pe. Martins Júnior ao cargo de presidente da Câmara de Machico, do qual tinha sido demitido por Carlos Azeredo,

⁵⁹³ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM. e *Diário de Notícias*, Funchal, 15 de Março de 1975, Do C.I.P. de Machico, datado de 14 de Março de 1975, C. PMCM.

⁵⁹⁴ Comunicado *Mais terrorismo em Machico – Os inimigos do Povo incitam os retornados p’rá guerra*, 1 (?) de Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

⁵⁹⁵ Gouveia, António João, Forte de S. João Baptista, Martins, Lino Bernardo Calaça, coord. (1978), *Machico a sua história e a sua gente*, Machico, Departamento de Iniciativas Culturais da Junta de Freguesia de Machico, p. 52.

alegando que esta alteração na gestão municipal prejudicaria a acção do Jardim de Infância⁵⁹⁶.

Por outro lado, esta creche foi objecto de polémica, devido ao facto de documentos seus terem sido encontrados na sede do CIPM, na sequência do assalto ao CIP, perpetrado em 16 de Outubro de 1975, por decisão de Carlos Azeredo. Tal facto era inexplicável, segundo disse este militar, numa comunicação televisiva, ocorrida em 22 de Outubro de 1975 e que foi reproduzida no *Jornal da Madeira* do dia seguinte, tendo esses documentos sido levados para o Comando Militar e/ou eventualmente destruídos na queima que ocorreu, nessa noite, na Rua do Ribeirinho⁵⁹⁷. Contra isto, reagiu o CIPM, protestando contra a estupefação do governador, porquanto essa documentação constituía correspondência normal, enviada directamente ao CIP pela responsável pela Comissão Distrital de Assistência, Maria do Carmo Rodrigues⁵⁹⁸.

Iniludivelmente, este estabelecimento de ensino foi um facto de enorme relevância local, no âmbito da educação das crianças, e uma tarefa de valor, no rol de actividades do CIPM, como referiu esta associação, ao mencionar que figura na “*luta (...) pela verdade e pelo direito (...) a abertura do Jardim de Infância*”⁵⁹⁹.

Quanto ao papel do CIPM nesta acção, o *Comércio do Funchal* sustentava que “*Havia falta de um jardim de infância para os filhos dos trabalhadores; e o C.I.P., satisfazendo as aspirações dos mesmos, contribuiu decisivamente para a sua abertura.*”⁶⁰⁰

⁵⁹⁶ *Comunicação à Presidência da República, ao Conselho da Revolução, ao Ministério da Administração Interna, ao Governo do Distrito-Funchal*, Departamento de Coordenação Municipal, Setembro (?) de 1975 (?), C. A.

⁵⁹⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975, Comunicação na RTP do Governador Militar, Carlos Azeredo, C. PMCM.

⁵⁹⁸ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H) e *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico-Carta aberta ao brigadeiro Azeredo, C.PMCM.

⁵⁹⁹ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁶⁰⁰ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

2.2.4.1. Actividades culturais

De entre as iniciativas do CIPM, desenvolvidas no campo da cultura, no período ora em estudo, merecem relevo a comemoração do Dia da Infância, a realização de um espectáculo com músicos vindos do Continente Português e a actividade teatral⁶⁰¹.

Relativamente ao Dia Mundial da Infância, que, então, se comemorou a 7 de Outubro de 1974, o CIPM promoveu um “*encontro fraternal e festivo de todas as crianças deste concelho, bem como de outras localidades (...) com base na colaboração amigável e entre-ajuda das crianças*”⁶⁰². O programa envolveu uma concentração no Forte de São João Baptista, sessões de desporto, pintura, música, missa e cortejo festivo do Forte até à vila, onde se seguiu um sarau com canções e poesia. Coincidindo esse dia com a abertura das escolas de instrução primária, o CIPM solicitou à Direcção Escolar do Funchal, que facilitasse às crianças a sua participação nesta actividade festiva⁶⁰³. A justificar a sua iniciativa, o Centro de Informação considerava que era um dever “*incutir na criança a sua verdadeira dimensão humana, através do testemunho e da presença dos adultos.*”⁶⁰⁴

Já em 1975, a 1 de Junho, o CIPM, em estreita colaboração com a Comissão de Educação e Cultura da CMM celebrou o Dia Mundial da Criança, diversas actividades de índole recreativa e desportiva. Esta associação considerava, então, que “*A libertação total da criança é sua própria obra. Quem a impede são, muitas vezes, os adultos, seus educadores*”⁶⁰⁵.

Outro ponto alto da acção do CIPM foi a realização de um espectáculo de música popular. Aconteceu a 26 de Outubro de 1974, com a participação de três cantores vindos de Lisboa: Tino Flores, Fausto e Vitorino. O acto, comunicado à

⁶⁰¹ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

⁶⁰² *Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico*, 4 de Outubro de 1974, C. A.

⁶⁰³ *Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico*, 4 de Outubro de 1974, C. A., *Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Outubro de 1974, O «Dia Mundial da Criança» em Machico, datado de 4 de Outubro de 1974, C. PMCM e *Diário de Notícias*, Funchal, 5 de Outubro de 1974, Machico e o Dia Mundial da Infância, ARM.

⁶⁰⁴ *Comunicado Dia Mundial da Criança*, Centro de Informação Popular de Machico, 4 de Outubro de 1974, C. A.

⁶⁰⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 31 de Maio de 1975, Dia da Criança – Em Machico, ARM, *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Maio de 1975, Dia Mundial da Criança – Em Machico, ARM e *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de Junho de 1975, O «Dia Mundial da Criança» foi assinalado em todo o Arquipélago da Madeira, ARM.

Câmara Municipal de Machico⁶⁰⁶, foi autorizado, mas com uma condição: ser realizado “no largo da Praça desta Vila, local indicado para a realização de reuniões, comícios ou manifestações a levar a efeito na freguesia de Machico.”⁶⁰⁷ No entanto, o encontro artístico e cultural ocorreu na Vila de Machico, junto à Igreja Matriz, como habitualmente sucedia, desde o 25 de Abril, e por isso, tal foi apontado como um primeiro acto dissonante e de atrito entre o Centro de Informação e a CMM, cujo presidente da Comissão Administrativa era Alexandre Teixeira, que tinha sido eleito através de um processo de consulta dirigido pelo CIPM.

Este acontecimento suscitou alguns incidentes e polémica, entre aderentes e contra-manifestantes, matéria que será devidamente tratada no capítulo da propaganda da revolução e combate à “reação”, cabendo-nos, agora, abordar o espectáculo em si mesmo.

O encontro foi suportado por uma aparelhagem sonora vinda do Funchal⁶⁰⁸, durou cerca de duas horas, tendo a carroçaria de um carro servido de palco, ouvindo-se uma mensagem alusiva ao sofrimento e à luta do povo⁶⁰⁹. O CIPM veio a público manifestar “a sua gratidão a todos quantos promoveram essa noite de música e cultura popular”⁶¹⁰.

Sobre este espectáculo, os contra-manifestantes que se envolveram nos incidentes dessa noite, reconheceram que a esta sessão de “Canto Livre”, “comparecerem maior número de pessoas que ultimamente tem sido habitual, no respeitantes aos comícios do CIP, o que, aliás, se compreende, se tivermos em consideração o facto constituir novidade”⁶¹¹. No final do espectáculo, foram entoadas as canções populares, como «o povo unido jamais será vencido» e «Festa do povo,

⁶⁰⁶ Recibo da Secretaria da Câmara Municipal de Machico, 24 de Outubro de 1974, C. A.

⁶⁰⁷ Ofício nº 1503 da Câmara Municipal de Machico, 25 de Outubro de 1974, C. A.

⁶⁰⁸ Diário de Notícias, Funchal, 1 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM

⁶⁰⁹ Diário de Notícias, Funchal, 29 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 28 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁶¹⁰ Diário de Notícias, Funchal, 29 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 28 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁶¹¹ Diário de Notícias, Funchal, 31 de Outubro de 1974, Resposta ao C.I.P. de Machico, datada de 29 de Outubro de 1974, C. PMCM.

Festa do povo/O povo é quem trabalha/E faz um mundo «novo» (...)”. Esta iniciativa do CIP teve impacto local e regional, “*tendo o povo tomado parte activa na festa*”⁶¹².

Quanto ao teatro popular, segundo o CIPM, registou-se um trabalho dramático, em versos de redondilha maior, “*sobre a situação concreta de opressão em Machico*”⁶¹³. Numa dessas peças, da autoria de uma poetisa popular machiquense, Júlia Ribeiro, em que se estabelecia um diálogo entre o senhorio e os caseiros, a propósito do sistema de colónia em vigor na Madeira, foi contada a realidade dos camponeses⁶¹⁴. Tal era interpretado como “*um exemplo magnífico da participação dos trabalhadores na criação e desenvolvimento de um amplo movimento cultural de massas (...) um incentivo (...) na luta cultural.*”⁶¹⁵

Em síntese, na área educativa e cultural, o CIP teve um papel interventivo, na perspectiva de difusão dos ideais da liberdade criativa e da cultura popular, impulsionados pelo 25 de Abril.

2.2.5. Relacionamento do CIPM com a Igreja Católica

O CIPM não professava qualquer credo religioso, mas esta organização viu-se envolvida nalgumas polémicas, conflituando com a hierarquia da Igreja madeirense, nomeadamente por via da questão da sede do Centro, considerada património da Diocese, à época presidida por D. Francisco Santana e por ocasião da retirada da paróquia ao Pe. Martins Júnior, então, co-fundador do CIP.

2.2.5.1. A polémica da sede do CIPM

A sede do CIPM funcionou num prédio da Rua do Ribeirinho, com o n.º 21, no núcleo urbano central da Vila de Machico. Era tida como propriedade da Diocese.

⁶¹² *Comércio do Funchal*, Funchal, de 5 a 12 de Dezembro de 1974, Festas Populares com Tino Flores, Fausto e Vitorino, C. PMCM.

⁶¹³ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

⁶¹⁴ *Voz do Trabalhador*, Lisboa, de 18 a 24 de Outubro de 1974, A terra para quem a trabalha, peça de teatro em verso, por Júlia Ribeiro, C. PMCM.

⁶¹⁵ *Voz do Trabalhador*, Lisboa, de 18 a 24 de Outubro de 1974, A terra para quem a trabalha, peça de teatro em verso, por Júlia Ribeiro, C. PMCM.

Num primeiro momento, o CIP recusou-se a abordar em público a ocupação do imóvel e a maneira como tal aconteceu, e numa carta aberta, escrita por esta organização a D. Francisco Santana, considerava que seria “*mais pertinente e mais honesto um encontro*” com o bispo, manifestando-se disponível para o efeito. Entretanto, colocava algumas dúvidas sobre a legitimidade da propriedade do imóvel, ao declarar que a casa em questão estava “*envolta numa noite de mistério de carácter jurídico, que interessa deslindar. V. Exa. não pôs sequer uma pedra nessa casa, conforme diz o povo que lá entra.*”⁶¹⁶

Entretanto, a polémica assumiu contornos públicos e então, surgiu a explicação de “*Como conseguiu o C.I.P. uma sede*”⁶¹⁷, numa entrevista concedida por elementos desta associação ao jornal *Comércio do Funchal*, na qual se contou o seguinte:

Estávamos em séria dificuldade para conseguir uma casa onde nos reuníssemos. Entretanto, havia esta casa abandonada que pertencia à Igreja onde, noutros tempos, funcionava a J.A.C. (Juventude Agrária Católica). Como esse movimento estava praticamente extinto, resolvemos pedir licença ao padre⁶¹⁸ para nos ceder a chave dum dos quartos.⁶¹⁹

O fundador José Martins Júnior falou-nos, recentemente, que havia uma “*multidão*” que queria ser atendida pelos elementos do CIPM, e por isso era “*imprescindível a criação de um espaço físico para catalisar e estruturar tamanha tarefa*”⁶²⁰. Foi ele próprio que solicitou ao pároco de Machico, Pe. Manuel Andrade, a autorização para usar a “*antiga sede*” da Juventude Agrária Católica (JAC), tendo havido sucesso no seu pedido, para o qual contribuíram três razões: era pároco da Ribeira Seca e coadjutor da paróquia da Vila de Machico; era afilhado do Pe. Andrade, no sacramento do crisma; foi dinamizador das actividades da JAC⁶²¹.

⁶¹⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Novembro de 1974, Centro de Informação Popular – Carta aberta ao senhor Bispo do Funchal, datada de 8 de Novembro de 1974, C. PMCM. (Anexo E).

⁶¹⁷ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

⁶¹⁸ Padre Manuel Severino de Andrade, então pároco da Igreja Matriz de Machico.

⁶¹⁹ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

⁶²⁰ Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo M).

⁶²¹ Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo M).

Da ocupação inicial de um quarto, com a autorização do pároco de Machico, tanta era a “*afluência de povo*”, acabou no uso de outras salas, que se encontravam vazias, sujas e em mau estado⁶²².

Entretanto, segundo o Centro, depois de “*7 meses de silêncio e apatia por parte da Igreja*”, alguns elementos da extinta J.A.C. tentaram recuperar alguns espaços, onde funcionavam os arquivos e diversos serviços daquela associação. Perante este facto, o CIP declarou que não reservaria as salas só para si, podendo a JAC utilizá-las, desde que não viesse “*prejudicar os interesses das massas trabalhadoras.*”⁶²³

Face a esta versão do CIPM, ora expressa, de modo sintético, importa conhecer, em contraponto, a posição da JAC, de forma a compreendermos a questão da sede e os seus tumultuosos desenvolvimentos, que vieram a colocar em confronto estas duas organizações. Desde logo, a Comissão da Acção Católica declarava que “*Desde há 18 anos que o prédio (...) foi entregue à paróquia de Machico a fim de ser utilizado em actividades da Igreja (...) tendo sido entregue à Acção Católica de Machico*”⁶²⁴. E adiantou que, até então, “*nunca deixou de realizar as suas actividades*”⁶²⁵, contrariando, assim, a tese do CIPM de que a JAC estaria praticamente extinta, há cerca de 3 anos⁶²⁶. Depois, a Acção Católica deu a sua explicação do modo de ocupação do imóvel, pelo Centro, referindo que, no início de Maio de 1974, “*usando de uma artimanha, que consistiu em pedir a chave ao senhor vigário de Machico com o fim de alguns jovens jogarem ping-pong, conseguiram, usando e abusando, instalar-se na casa.*”⁶²⁷

Entretanto, realizou-se uma reunião entre as duas partes, cuja autoria da convocatória é assumida por cada uma organizações, tendo ficado acertado que os

⁶²² *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

⁶²³ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM. (Anexo F).

⁶²⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶²⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶²⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶²⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

serviços do CIPM coabitariam no mesmo prédio da JAC⁶²⁸, mas, segundo esta instituição, tais serviços funcionariam numa sala do rés-do-chão, “até que tomasse posse a nova Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, altura em que passariam os seus serviços a funcionar no edifício da Câmara”⁶²⁹.

Apesar de negado pela JAC, o Centro de Informação reafirmava a passividade de acção daquela organização⁶³⁰, e por ter atendido já mais de quatro mil pessoas, tal motivo justificou a ocupação das diversas salas abandonadas do prédio⁶³¹.

Sucedeu que, como resposta a esta situação, “oito meses depois, a Acção católica e o Curso de Cristandade resolveram mudar a fechadura da porta de entrada durante a noite de 3 de Dezembro”⁶³², acto confirmado pelos acusados, mas que alegaram que tal fora causado por via do CIP ter tomado conta, de forma abusiva, de 3 salas do 1.º andar, às quais mudaram as fechaduras, privando a JAC de fazer a sua utilização⁶³³.

Por causa deste desentendimento, teria sido agendada uma reunião com as partes, para o dia 5 de Dezembro de 1974, por iniciativa da ACM, segundo o CIP, mas a mesma não ocorreu, por recusa desta entidade convocante, ACM, como teriam transmitido dois dos seus elementos, que, entretanto, compareceram junto à sede⁶³⁴. Da parte da JAC/ACM, foi rejeitada esta versão do Centro de Informação, porquanto o encontro fora marcado, telefonicamente, por este movimento, no próprio dia 5 e para as 19.30 h da mesma data, invocando a ACM que era escasso o tempo para avisar os restantes elementos desta agremiação, tendo dois seus membros comparecido, entanto, pelas 19.40, a transmitir, exactamente, isso ao CIPM⁶³⁵. Nesse momento, os elementos

⁶²⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶²⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶³⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶³¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶³² *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶³³ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶³⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶³⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

do Centro pediram que a JAC, ao menos, abrisse a porta, “*para despachar expediente mais urgente: assuntos de Caixa, Correio, ficheiro do jardim de Infância. A resposta foi negativa.*”⁶³⁶ Reconheceu a ACM a verdade desta recusa dos dois membros da A.C., mas justificou que estes não poderiam actuar “*em completo desacordo com a decisão tomada na reunião realizada entre os elementos da A.C., quando decidiram mudar a fechadura.*”⁶³⁷ Ainda assim, os representantes da A.C. teriam dito que fariam esforços para o agendamento de uma reunião, na parte da manhã do dia seguinte, 6 de Dezembro, após contacto com os demais elementos responsáveis da ACM. Entretanto, nesta ocasião, segundo a ACM, o Pe. Martins dirigiu-se à população presente, “*pediu-lhe que servisse de testemunha do facto dos elementos da A.C. se negarem a abrir a porta e disse-lhes que no dia seguinte convocaria o povo para abri-la ilegalmente.*”⁶³⁸

Sucedeu que, efectivamente, a 6 de Dezembro, “*o povo trabalhador (...) soube do caso e, ao fim da tarde, manifestou-se diante do prédio da Rua do Ribeirinho, ocupou a casa e resolveu entregá-la aos responsáveis do Centro.*”⁶³⁹ Confirmou a ACM este acontecimento, dizendo que “*entre duas ou três centenas de pessoas, agitadas e arrastadas pelo CIP, assaltaram a sede da A.C.*”⁶⁴⁰, tendo comparecido uma força de 12 guardas da PSP, limitando-se a verificar o ocorrido e não tendo procedido a qualquer intervenção⁶⁴¹. Reagiu a ACM, justificando que a não intervenção da polícia se ficou a dever ao facto dos seus elementos não terem respondido às agressões de que teriam sido vítimas⁶⁴².

Sobre esta manifestação popular, houve muita polémica na imprensa regional, tendo a edição do dia seguinte do *Diário de Notícias* do Funchal referido:

⁶³⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶³⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶³⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶³⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶⁴⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶⁴¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶⁴² *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

*Ontem, ao fim da tarde, em Machico, numeroso grupo de pessoas manifestaram-se junto à sede do Centro de Informação Popular, exigindo a imediata entrega das chaves daquele centro de que um grupo de antigos lacistas e jacistas se apoderara, tentando assim ocupar aquela sede (...) Houve cenas de exaltação e, no local, compareceram guardas da P.S.P. do Funchal, na defesa da ordem pública, o que foi conseguido.*⁶⁴³

Num artigo da “Palavra do leitor”, assinado pelas iniciais P.J., no mesmo jornal, sobre este episódio, dizia-se:

*Cristãos-católicos juntaram-se diante da sede da Acção católica exigindo que essa casa servisse concretamente as aspirações dos mesmos cristãos, através do trabalho de uma outra associação sócio-cultural instalada no mesmo prédio (...) E foi isto que conseguimos identificar na atitude de cristãos de Machico ao reclamarem que a casa que pertence à Igreja local sirva, de direito e de facto, os interesses dos mesmos cristãos.*⁶⁴⁴

Entretanto, o CIP declarou que “Um antigo elemento da Acção Católica afirmou hoje, 7 do corrente: “Quem mandou fazer isto foi o sr. bispo”⁶⁴⁵. Ripostou a ACM, dizendo que “A decisão de mudar a fechadura foi da nossa inteira responsabilidade”⁶⁴⁶.

Depois desta reocupação pelo CIM, realizou-se no dia 9 de Dezembro, uma reunião entre o governador, Carlos Azeredo, o CIP e a ACM. As versões destas duas agremiações foram consonantes nalguns aspectos, mas noutros não. Num primeiro ponto, verificou-se coincidência de factos: segundo o CIP, “o Centro consultaria o bispo da Diocese a solicitar a cedência de uma sala do prédio da Rua do Ribeirinho”⁶⁴⁷; a ACM falava que “o CIP pediria uma audiência ao senhor Bispo a solicitar uma sala do rés-do-chão da rua do Ribeirinho”⁶⁴⁸. Outro ponto em que convergiram as duas instituições fora o seguinte: a entrega das chaves à autoridade policial, enquanto decorria essa diligência, ficando essa guarda nas mãos da PSP,

⁶⁴³ *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de Dezembro de 1974, Machico – Manifestação junto ao Centro de Informação Popular, C. PMCM.

⁶⁴⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de Dezembro de 1974, Machico – Manifestação junto ao Centro de Informação Popular, C. PMCM.

⁶⁴⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶⁴⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶⁴⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶⁴⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

durante três dias, segundo a ACM⁶⁴⁹. Noutro aspecto, houve concordância na leitura das duas partes: se houvesse uma resposta negativa da Diocese ao CIPM, e até que o tribunal resolvesse esta questão, a polícia entregaria as chaves. Só com uma diferença, na interpretação das duas organizações: o CIP dizia que *“Se o bispo não ceder uma sala, as chaves voltariam à direcção do Centro”*⁶⁵⁰; por seu turno, a ACM referia que *“No caso da resposta ser negativa, a autoridade policial entregaria um exemplar da chave a cada um dos grupos em causa”*⁶⁵¹. Sobre este acordo, a ACM reagia, dizendo que *“A chave do prédio continua na posse do CIP contrariamente ao que foi acordado na reunião com o Governador”*⁶⁵².

Entretanto, o CIPM consultara o bispo da Diocese, o qual manteve a sua posição negativa: *“nem uma sala para o Centro”*. Por isso, esta associação declarava: *“As chaves do prédio continuam na posse do Centro”*⁶⁵³. Aí, consumava-se a continuação do CIPM naquelas instalações, mas esta entidade reafirmava o que houvera dito desde o princípio: *“a casa tem 8 boas salas que chegam bem para a A.C. e para o C.I.P., pois ambas são serviço do povo”*⁶⁵⁴. No entanto, a ACM não mais voltou a utilizar aquele espaço.

Sobre o direito de propriedade deste imóvel, a ACM acusou o CIP de *“não reconhecer a autoridade do legítimo proprietário, nem a do Tribunal, colocando o povo, estratégica e desumanamente, em oposição às autoridades”*⁶⁵⁵, pelo facto do CIPM ter declarado que *“Entre o bispo e o tribunal fica o povo de Machico, verdadeiro dono do prédio a quem compete verificar e decidir.”*⁶⁵⁶

⁶⁴⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM. e *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶⁵⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶⁵¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶⁵² *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶⁵³ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶⁵⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁶⁵⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

⁶⁵⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

Quanto a esta polémica, muito se escreveu na época. Reproduzimos duas opiniões diametralmente opostas. A primeira, escrita por “*Um machiquense*” no *Jornal da Madeira*, referindo estar o CIPM “*instalado (...) numa casa que pertence à Diocese e abusivamente por ele ocupada*”⁶⁵⁷; a segunda opinião foi escrita no *Diário de Notícias* do Funchal, por J.J.:

*A propósito do confronto «pacífico» registado, em Machico, entre a Acção Católica e o povo católico (...) E tudo, porquê? Por causa de uma sala cedida há oito meses, a qual, na mente das Igreja-Hierarquia, só deveria servir para jogar cartas e ping-pong e, por exigência social, passou a servir as reais necessidades da Igreja-Povo de Deus. Só isto!*⁶⁵⁸

Em síntese, podemos interpretar a utilização da casa da Rua do Ribeirinho, por parte do CIPM, sob dois aspectos centrais: por um lado, suscitou um diferendo entre esta agremiação e a Diocese do Funchal e a Acção Católica, tendo ainda como efeito a retirada da paróquia da Ribeira Seca a Martins Júnior; por outro, foi um espaço de reunião, organização e afirmação do CIP, que promoveu o seu uso permanente pelos populares, os quais acompanharam e defenderam a função deste imóvel como sede da associação, assumindo-se como “a casa do povo unido”.

2.2.5.2. A ordem episcopal de retirada do pároco da Ribeira Seca

A 5 de Novembro de 1974, D. Francisco Santana, bispo do Funchal, numa carta dirigida ao Pe. José Martins Júnior, decretou que, a partir deste dia, deixava de ser o pároco da Ribeira Seca, “*devendo entregar as chaves e os livros respeitantes à mesma Igreja Paroquial, ficando a paroquialidade entregue ao Senhor Vigário da Vila de Machico, enquanto não determinarmos o contrário*”⁶⁵⁹, tendo esta ordem sido divulgada na comunicação social⁶⁶⁰.

Ora, um dos motivos alegados pelo bispado para esta decisão, foi, exactamente, a utilização do prédio da Rua do Ribeirinho, n.º 21, em Machico, pelo CIPM, pois o

⁶⁵⁷ *Jornal da Madeira*, Funchal, 16 de Novembro de 1974, O ponto de vista do leitor – Machico vila de progresso mas..., Um machiquense, C. PMCM.

⁶⁵⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 20 de Dezembro de 1974, A palavra do leitor – Uma Igreja desordeira, J.J., C. PMCM.

⁶⁵⁹ *Carta do Bispo do Funchal, dirigida ao Rev. Padre José Martins Júnior*, Funchal, 5 de Novembro de 1974, C. A.

⁶⁶⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de Novembro de 1974, Comunicados – Paróquia da Ribeira Seca-Machico, datado de 6 de Novembro de 1974, C. PMCM. e *Diário da Madeira*, Funchal, 16 de Novembro de 1974, Padre Martins de Machico depõe acerca da sua demissão, após “aliciante” comédia com o homem do momento – o senhor Bispo do Funchal, C. PMCM.

prelado considerou que o mesmo, propriedade da Diocese, fora ocupado ilegalmente. Tomando por base esta interpretação, o bispo afirmou, que, perante si, nessa data e no Paço Episcopal, o Pe. Martins teria dito que *“nada tem com o Centro de Informação Popular nem sabe quem seja sua Direcção e que não foi abusivamente retirar as chaves da casa onde este se encontra instalado”*⁶⁶¹.

De seguida, o Centro de Informação Popular de Machico tomou posição sobre esta atitude, através de uma carta aberta, na qual condenou a atitude de D. Francisco. Apelidando-o de cobarde, inquisidor e desonesto, o CIP disse que o aludido prelado *“aproveitou a audiência de alguém que se diz colaborador do centro para extorquir, com o requinte da mais refinada inquisição, «confissões» e sigilos que servissem de fruto às suas mórbidas conjecturas.”* Para o Centro, este acto era um abuso da autoridade eclesiástica, visando obrigar um seu súbdito a assinar declarações em nome do CIP para o qual não estava habilitado⁶⁶². Na sua opinião, o bispo deveria ter solicitado uma reunião com a assembleia geral ou com a direcção do Centro, para *“frente a frente, de homem para homem”* abordar este assunto da ocupação do prédio, até por que, segundo o CIP, Francisco Santana *“conhecia muito bem o centro”*, sabia dos seus corpos gerentes e até lá tinha feito uma *“visita matreira”*⁶⁶³. Recordando essa deslocação, o Centro de Informação evocou algumas calúnias proferidas pelo prelado, como a acusação de haver pinturas de foices e martelos nas paredes e lixo no quintal, explicando o CIPM que *“só lá viu dois crucifixos (...) e a lixeira (...) já lá estava há anos acumulada pelo pároco da vila, que usava o quintal para arrecadação e dispensa”*⁶⁶⁴.

Em resposta a este documento do CIP, surgiu um abaixo-assinado, encabeçado pelo pároco da Vila de Machico, Pe. Manuel Severino Andrade, contendo 5.218 subscritores⁶⁶⁵, apresentando um *“povo revoltado com as infâmias com que se pretendeu enxovalhar o seu bispo (...) testemunhar a sua repulsa por tão inqualificável*

⁶⁶¹ *Carta do Bispo do Funchal, dirigida ao Rev. Padre José Martins Júnior*, Funchal, 5 de Novembro de 1974, C. A.

⁶⁶² *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Novembro de 1974, Centro de Informação Popular - Carta aberta ao senhor Bispo do Funchal, C. PMCM. (Anexo E).

⁶⁶³ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Novembro de 1974, Centro de Informação Popular - Carta aberta ao senhor Bispo do Funchal, C. PMCM. (Anexo E).

⁶⁶⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Novembro de 1974, Centro de Informação Popular - Carta aberta ao senhor Bispo do Funchal, C. PMCM. (Anexo E).

⁶⁶⁵ *Jornal da Madeira*, Funchal, 17 de Novembro de 1974, Comunicado do Povo de Machico, C. PMCM.

acervo de indignidade e manifestar ao seu bispo total confiança e incondicional apoio”⁶⁶⁶.

O CIPM contestou esta iniciativa paroquial, considerando-a um “episódio heroi-cómico”, porquanto

A Igreja fascista em Machico mobilizou as suas forças armadas, filhas de maria, sobrinhas de Padre, crianças para responderem à carta aberta endereçada ao senhor Bispo. E à maneira das antigas cruzadas medievais, lançados os homéricos pregões do alto dos púlpitos, colocaram-se as heroicas bandeirantes à porta das igrejas, sacristias, barracas e barbearias, intimando quem passava com este contra-fé: “Você é cristão? Então assinie aqui. Isto é para o nosso Bispo não sair da Madeira...”⁶⁶⁷

Para melhor compreendermos a integração da problemática da sede do CIPM nas motivações da ordem eclesiástica em apreço, é relevante recordar, parcialmente, a conversa ocorrida entre D. Francisco Santana e o Pe. Martins, no Paço Episcopal, no dia 5 de Novembro de 1974, no relato do segundo interveniente, efectuado ao *Diário da Madeira*, edição de 16 de Novembro de 1974, em entrevista concedida a Emanuel Gimes:

Quando lá cheguei, troca de impressões, sim senhor, sobre a catequese e eu fiquei perplexo, e levado à parede, quando o sr. Bispo me lança este desafio: «Martins! Traz-me já, imediatamente, as chaves do Centro». Então, eu disse: «Sr. Bispo, desculpe, tinha muito gosto em satisfazer esse desejo, mas não posso. Não tenho nenhuma chave, nem sei a cor dessa chave sequer!...» -- «Martins! Tu tens a chave do Centro. Tu foste roubar a chave ao padre Andrade». (...) «Mas, Martins! Escuta Martins, e o Centro de Informação Popular de Machico...» -- Senhor Bispo, volto-lhe a dizer que eu venho como padre da minha paróquia, mais nada. Se o senhor quer uma reunião com o Centro, pois então convoque uma reunião com a sua Assembleia Geral ou com a Direcção. «Ah, mas tu não és do Centro, Martins?...» -- Sou, sim senhor. Também trabalho com os rapazes do Centro. Mas isso é um assunto que está fora da ordem de trabalhos de hoje, senhor Bispo, também... -- «Pois, estás a ver, Martins, mas enfim, eu quero as chaves do Centro». «Sr. Bispo, francamente! Eu acho que isso não é ser sério. Não é honestidade. Torno a repetir que venho cá com uma ordem de trabalho e o senhor lança-me cordas aos pés, para eu cair em ratoeiras! Eu acho que isto não é honesto». Ele sai-se logo com a conclusão: «Ah, Martins! Está-me a chamar desonesto! Vais assinar aqui um papel em como chamaste desonesto ao teu Bispo». E puxa mais um papel e outro papel e vai escrevendo (...) «Martins. Então, desde agora, deixas de ser o pároco da Ribeira Seca». (...) A partir daquele momento, assistiu-se a um bater de teclas na máquina (...) Finalmente, quando ele acabou, é que eu realmente sube que era a tal Carta que me foi dada, originando o meu afastamento da Ribeira Seca e a qual já foi publicada nos órgãos informativos (...)»⁶⁶⁸

⁶⁶⁶ Folha de abaixo-assinado, Novembro (?) de 1974 (?), C. A.

⁶⁶⁷ Comunicado do Centro de Informação Popular, 11 de Novembro de 1974, C.A. e *Jornal da Madeira*, Funchal, 12 de Novembro de 1974, Do Centro de Informação Popular, C. PMCM.

⁶⁶⁸ *Diário da Madeira*, Funchal, 16 de Novembro de 1974, Padre Martins de Machico depõe acerca da sua demissão, após “aliciante” comédia com o homem do momento – o senhor Bispo do Funchal, C. PMCM.

Toda esta situação desembocou no protesto dos paroquianos da Ribeira Seca, que se manifestaram, no Funchal, frente ao Paço Episcopal, no dia 7 de Novembro de 1974, na sequência de uma reunião pública, ocorrida na véspera, naquela localidade⁶⁶⁹.



Fotografia 13 – Protesto junto ao Paço Episcopal do Funchal, contra a ordem de retirada do pároco da Ribeira Seca, em 7 de Novembro de 1974. (Foto *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Novembro de 1974)

Centenas de paroquianos juntaram-se a favor da manutenção de Martins Júnior na Ribeira Seca, *“lamentando que a «questão política ultrapassasse um caso religioso» e que na base da decisão do afastamento do seu pároco estivessem «falsas razões de carácter político apresentadas pelo bispo»*⁶⁷⁰. Francisco Santana recebeu uma comissão representativa dos manifestantes, explicando-lhes este não haver *“qualquer sanção disciplinar sobre o seu ex-pároco”*, tratando-se, tão só, do *“movimento dum sacerdote para outra paróquia ou para outro serviço diocesano. Não excede um acto usual de governo da Diocese.”*⁶⁷¹ No dia seguinte, o Gabinete de Informação da Diocese prestava um esclarecimento público, dizendo que o prelado reuniu com a referida comissão, a quem *“congratulou-se com a sua amizade manifestada ao reverendo padre José Martins Júnior, informando, no entanto, que mantinha a decisão tomada de este sacerdote deixar a paroquialidade da Ribeira Seca.”*⁶⁷²

⁶⁶⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de Novembro de 1974, Comunicados – Paróquia da Ribeira Seca-Machico, C. PMCM.

⁶⁷⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Católicos da Ribeira Seca exigem recondução do pároco, C. PMCM.

⁶⁷¹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Outra vez a cidade sob tensão, C. PMCM.

⁶⁷² *Jornal da Madeira*, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Comunicado do Gabinete de Informação da Diocese do Funchal, C. PMCM.

Pelas 18 horas do dia 7, os católicos de Machico deixaram o Paço Episcopal, declarando-se «*independentes da Diocese*» e «*não reconhecendo a autoridade do bispo, enquanto este não aceitar a vontade popular*»⁶⁷³. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, na referida concentração que teria durado cerca de seis horas, como resposta à atitude do bispo, sendo um acto muito divulgado na comunicação regional e nacional, espelhado num título do *Diário Popular* da época: “*A Paróquia da Ribeira Seca separa-se da Diocese do Funchal – por decisão do povo*”⁶⁷⁴.

Face a esta posição, o Martins Júnior assumiu que “*cumpriria a vontade da população, permanecendo assim na freguesia, à frente da paróquia.*”⁶⁷⁵

É de registar que, nesta data, pelo motivo de um manifestante indignado ter entrado para o interior do Paço Episcopal, foi “*pela primeira vez em concentrações populares na Madeira, disparado pelas F.A. um tiro para o ar.*”⁶⁷⁶

Como se constatou, a questão da sede do CIPM foi um dos factores que levou à determinação do bispo em retirar o múnus paroquial ao padre Martins e à consequente separação da paróquia da Ribeira Seca. Em todo este processo, do princípio ao fim, esteve sempre presente o CIP, protestando, ele próprio, contra a decisão episcopal, através de comunicados e cartas, bem como apoiando a acção dos paroquianos. Foi notória a participação de elementos do CIP na comissão representativa da paróquia que foi recebida por D. Francisco Santana, como Maria Alice Franco dos Santos, assim como nas intervenções do ajuntamento popular, salientando-se a mesma cidadã, activista do CIP, que surge numa foto do *Diário de Notícias* do Funchal, sob a legenda “*Em nome dos representantes uma paroquiana contesta a decisão superior*”⁶⁷⁷. Também, o CIPM foi importante na mobilização e no acompanhamento da população nesta manifestação popular, registando-se, por exemplo, João Moniz Vasconcelos Escórcio, numa foto do mesmo diário, ao lado do representante do prelado, o padre

⁶⁷³ *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Católicos da Ribeira Seca exigem recondução do pároco, C. PMCM.

⁶⁷⁴ *Diário Popular*, Lisboa, 8 de Novembro de 1974, A Paróquia da Ribeira Seca separa-se da Diocese do Funchal – por decisão do povo, C. PMCM.

⁶⁷⁵ *Diário Popular*, Lisboa, 8 de Novembro de 1974, A Paróquia da Ribeira Seca separa-se da Diocese do Funchal – por decisão do povo, C. PMCM.

⁶⁷⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Católicos da Ribeira Seca exigem recondução do pároco, C. PMCM.

⁶⁷⁷ Fotografia 3 e *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Católicos da Ribeira Seca exigem recondução do pároco, C. PMCM.

Messias⁶⁷⁸. Este último elemento do CIP, recentemente, confidenciou-nos que a memória que mais o marcou na história do CIPM está ligada à manifestação, sob a orientação do Centro, contra a ordem episcopal da retirada do pároco da Ribeira Seca⁶⁷⁹. Conta-nos João Escórcio:

Partimos de Machico, algumas centenas. Ao atravessar o Funchal, em direção ao Paço Episcopal a aderência e apoio dos populares foi tamanha que chegámos ao Paço aos milhares. Pelo fim da tarde foi impressionante ver chegar os operários da construção civil, os empregados da hotelaria, as bordadeiras, os estivadores e muitos outros. Saldou-se num grande movimento de massas e de mobilização política contra a tirania e autoritarismo duma Igreja mal orientada por um Bispo ultra-direitista⁶⁸⁰.

Por sua vez, Maria Alice Franco dos Santos, fundadora do Centro, ao abordar a escolha das acções mais significativas desta agremiação, salientou “a resistência do povo da Ribeira Seca, que até hoje, mantém o seu pároco”⁶⁸¹.

2.2.6. Propaganda da Revolução e combate à “reação”

2.2.6.1. A celebração e a difusão do 25 de Abril

O Movimento das Forças Armadas (MFA), promotor do golpe militar que provocou a revolução de 1974, definiu, no seu projecto de acção, entre outros, o objectivo de “restituição ao Povo português das liberdades cívicas”⁶⁸², designadamente as de expressão, pensamento e reunião, sendo permitida a formação de “associações políticas”⁶⁸³.

Ora, é com base neste pensamento que se interpretam os vários movimentos de participação espontânea da população e o quase imediato surgimento do Centro de

⁶⁷⁸ Fotografia 4 e *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Católicos da Ribeira Seca exigem recondução do pároco, C. PMCM.

⁶⁷⁹ Escórcio, João Moniz Vasconcelos, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo L).

⁶⁸⁰ Escórcio, João Moniz Vasconcelos, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo L).

⁶⁸¹ Santos, Maria Alice Franco, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo N).

⁶⁸² *Proclamação do Movimento das Forças Armadas*, 25 de Abril de 1974, consultado em 20 de Junho de 2015 em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04791.005>, Fundação Mário Soares, Lisboa.

⁶⁸³ *Programa do Movimento das Forças Armadas*, 25 de Abril de 1974, consultado em 20 de Junho de 2015 em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04791.006>, Fundação Mário Soares, Lisboa.

Informação Popular de Machico, como expressão organizada de um grupo local, consciente, activo e interessado na resolução dos problemas da comunidade.

E serão estes alguns dos objectivos do MFA, a que se juntariam outros anseios específicos das pessoas, após 48 anos de falta de liberdade e democracia, que darão corpo aos ideais do 25 de Abril e que se propagarão na sociedade nacional e, designadamente, seriam difundidos pelo CIPM na realidade regional e local. Essa difusão fez-se ao longo da actividade desta associação, nas acções concretas, no esclarecimento dos cidadãos, na informação sobre os acontecimentos nacionais e locais e no apoio às acções populares, então, empreendidas.

Essa divulgação teórica e prática do idealismo de Abril de 74 está plasmada ao longo deste trabalho, constituindo, aliás, um dos pontos fundamentais da presente dissertação.

Desde o início do novo processo político em Machico, após a “Revolução dos Cravos”, foram feitas referências expressas ao Movimento das Forças Armadas (MFA) e à Junta de Salvação Nacional (JSN), como patrocinadores e orientadores da acção local. Assim, num dos primeiros panfletos, distribuídos à população, foram sublinhados os valores *“da paz, do pão e do amor, consignados no programa da Junta de Salvação Nacional”*⁶⁸⁴, havendo o reconhecimento local ao MFA, pois entendia-se que *“Nunca será demais que o prisioneiro expanda o seu cântico de liberdade e grite aos quatro ventos o seu reconhecimento por quem assumiu a dignificante responsabilidade dessa libertação”*⁶⁸⁵. Noutro panfleto, da mesma altura, enalteceu-se o papel inspirador da Junta de Salvação Nacional, quando se mencionava que esta *“abriu o caminho para que todos os portugueses comecem a andar e a talhar o seu rumo com os seus próprios passos”*⁶⁸⁶. Acrescentava-se, ainda, que *“Agora os chefes e educadores abriram as portas da vida e da verdade ao povo amarrado e triste.”*⁶⁸⁷

Os apelos do MFA a favor da *“participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional”*⁶⁸⁸ foram, também, correspondidos a nível local, ao referir-se, que *“É urgente que cada machiquense tome conta dos problemas que o rodeiam, pense*

⁶⁸⁴ Panfleto *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

⁶⁸⁵ Panfleto *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

⁶⁸⁶ Panfleto *É a hora de tomar posições em Machico também*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

⁶⁸⁷ Panfleto *É a hora de tomar posições em Machico também*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

⁶⁸⁸ *Programa do Movimento das Forças Armadas*, 25 de Abril de 1974, consultado em 20 de Junho de 2015 em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04791.006>, Fundação Mário Soares, Lisboa.

e exprima (...) aquilo que pretende (...) Doravante, é proibido fugir às questões, é proibido ficar parado, é proibido ser covarde e pessimista”⁶⁸⁹. E eram renovados os apelos da JSN, quando se referia que “A hora presente é um apelo para que todos se integrem naquilo a que se chama edificação de uma sociedade mais livre e mais justa” e daqui decorreram as expressões “é urgente (...) é preciso”, recorrendo a perguntas, de modo a chamar a atenção das pessoas para se informarem do que se passava, consciencializarem-se dos seus novos direitos e agirem, nos vários domínios da comunidade local⁶⁹⁰.

É neste espírito de participação cívica que já se deu conta do aparecimento embrionário do CIPM, quando se mencionava que “Alguns jovens conseguiram já que se reabrisse o antigo centro de convívio da Juventude, situado no Ribeirinho, o qual, depois de encerrado há uns tempos, fica, desde hoje, à disposição de iniciativas ligadas à mocidade local”⁶⁹¹.

Na esteira desta actuação, verificamos a evocação da importância da revolução e dos valores do 25 de Abril, bem como elemento permanente das mensagens do CIPM e de organizações a ele ligadas, para alavancar os movimentos sociais e culturais desta época. Os vários comunicados, panfletos e outros documentos faziam menção acentuada à “Revolução dos Cravos”, como motivador da participação dos cidadãos. De entre eles, destacamos as seguintes expressões textuais: “Agora, tudo veio à luz do dia, tudo se fez luminoso e firme na claridade libertadora do 25 de Abril.”⁶⁹²; “o 25 de Abril veio para que o Povo diga o que quer (...) Se o 25 de Abril veio trazer um pedaço de sol a toda a gente, agora é a vez do povo do campo ter esse sol do 25 de Abril.”⁶⁹³; “Com o 25 de Abril, os colonos acharam chegada a hora de fazer valer a sua verdade e o seu martírio.”⁶⁹⁴; “O 25 de Abril porém chegou. E com ele uma esperança para as famílias pobres que foram expulsas dos seus lares.”⁶⁹⁵

⁶⁸⁹ Panfleto *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

⁶⁹⁰ Panfleto *É a hora de tomar posições em Machico também*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

⁶⁹¹ Panfleto *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

⁶⁹² *Diário de Notícias*, Funchal, 30 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico – Comunicado, C. PMCM.

⁶⁹³ Panfleto *O Problema da Cana – 2\$50 por quilo*, Comissão de Produtores de Cana-de-açúcar de Machico, 25 de Março de 1975, C. A.

⁶⁹⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia-Centro de Informação Popular de Machico, datado de 23 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁶⁹⁵ Panfleto «*Machitur*» - *A vida é luta pela habitação, pelo pão*, Comissão da Machitur, 1975 (?), C. A.

2.2.6.2. A evocação do 1.º de Maio

O papel de propagandista e de celebração dos novos valores surgidos com o 25 de Abril, da parte do CIPM, estendeu-se, de imediato, a outro marco da simbologia nacional e internacional: o Dia Mundial do Trabalhador. Em todo o país, a Junta de Salvação Nacional possibilitou a “*festa maior*” dos trabalhadores⁶⁹⁶.

No Funchal, foi realizada uma manifestação, com concentração no Largo do Colégio, tendo o Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional na Madeira apelado ao bom uso da liberdade e do civismo, durante os actos públicos alusivos a esta efeméride⁶⁹⁷. Este cortejo foi “*o maior que se tinha realizado na Madeira*”, merecendo a participação de milhares de trabalhadores do campo e da cidade, bem como intelectuais, quadros técnicos e estratos da classe média⁶⁹⁸. Decretado feriado nacional, através do Decreto-Lei nº 175/74, de 27 de Abril, o 1.º de Maio, na capital madeirense, foi “*como destapar uma panela de pressão que estava em lume brando há quase meio século*”, servindo, também, para reclamar a saída da Madeira dos ditadores depostos e exilados nesta ilha, como Marcelo Caetano e Américo Tomás⁶⁹⁹. Vicente Jorge Silva escreveu: “*O espectáculo daquela imensa multidão era uma novidade absoluta (...) impressionante, emocionante*”⁷⁰⁰.

Proibido no nosso país, o 1.º de Maio foi trazido à ribalta, na sequência da posição do Movimento das Forças Armadas, a favor da “*defesa dos interesses das classes trabalhadoras*”⁷⁰¹. A comemoração do 1º de Maio em 1974 foi considerada, localmente, uma “*maravilhosa oferta da Junta de Salvação Nacional ao povo português, especialmente ao homem trabalhador*”⁷⁰².

Logo no ano da revolução, festejou-se o 1.º de Maio, em Machico, num ambiente de “*alegria esfusiante*”, houve uma manifestação popular que percorreu as

⁶⁹⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Maio de 1974, Feriado Nacional no 1.º de Maio, Comunicado da JSN, Biblioteca Municipal do Funchal.

⁶⁹⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Maio de 1974, Feriado Nacional no 1.º de Maio, Comunicado da JSN, Biblioteca Municipal do Funchal.

⁶⁹⁸ Nepomuceno, Rui (1994), *As crises de subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 219-220.

⁶⁹⁹ Gouveia, Gregório (2002), *Madeira: Tradições autonomistas e revolução dos cravos*, Funchal, Editora O Liberal, p. 120.

⁷⁰⁰ Silva, Vicente Jorge (2006), *O Comércio do Funchal e a Autonomia*, Lisboa, Edição Viver a Madeira, p. 23.

⁷⁰¹ *Programa do Movimento das Forças Armadas*, 25 de Abril de 1974, consultado em 20 de Junho de 2015 em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04791.006>, Fundação Mário Soares, Lisboa.

⁷⁰² Panfleto *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

ruas locais e desfilou diante vários edifícios, como a Câmara Municipal, a Igreja Matriz, a Companhia dos Engenhos, o Mercado Velho, os Hotéis e a Matur, gritando “*Machico é nosso*”, de modo a afirmar a “*consciência da Terra que lhe pertence (...) e da responsabilidade inalienável que lhe assiste na condução dos destinos da terra que chama sua.*”⁷⁰³

Relativamente a esta manifestação, houve boatos vindos a público, por parte de “*certos saudosistas envelhecidos*”, dizendo que “*a população causou distúrbios, partiu vidros, danificou automóveis, invadiu escolas e assaltou Repartições de Finanças*”, acusações que foram desmentidas por um grupo de manifestantes referindo que tinham desfilados, de forma calma e cívica⁷⁰⁴.

Esta acção teve grande impacto motivador, pois declarou-se, então que “*O 1.º de Maio não foi o fim – foi o princípio.*”⁷⁰⁵ E no ano seguinte, voltou-se a comemorar a efeméride, através de dois tipos de actividades. Uma, promovida pelo CIPM, no Largo da Vila, realizando-se um comício, seguido da projecção dum filme sobre o povo chileno, «Quando o Povo Acorda»⁷⁰⁶; a segunda iniciativa, no mesmo dia, foi a tomada de posse das comissões de trabalho do concelho, conferida pela Comissão Administrativa da CMM, cerimónia dirigida pelo presidente da Junta de Planeamento da Madeira. A propósito deste acto, o CIPM considerou que “*os trabalhadores de Machico tomaram conta do poder*”, pois a presença dessas comissões na varanda da Câmara “*um frémito de festa e de luta perpassou no semblante de quantos ali estavam: homens e mulheres do povo passaram a ocupar o lugar por que tanto tinham lutado: o comando do Concelho*”⁷⁰⁷.

2.2.6.3. O esclarecimento das massas populares

A exemplo do que se passava no país, Machico era uma terra de grande analfabetismo e de pouca expressão cultural. Simultaneamente, a insularidade, a fraca dimensão da comunicação social madeirense, a insuficiência de informação sobre os

⁷⁰³ Panfleto *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

⁷⁰⁴ *Jornal da Madeira*, Funchal, 8 de Maio de 1974, O 1.º de Maio em Machico, C. PMCM. e *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Maio de 1974, 1.º de Maio em Machico: Esclarecimento, ARM.

⁷⁰⁵ Panfleto *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.

⁷⁰⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Maio de 1975, O CIP promove em Machico um grande encontro popular para assinalar o 1.º de Maio, C. PMCM.

⁷⁰⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Maio de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular, C. PMCM.

acontecimentos nacionais e a sede de conhecimento do que se passava, no Continente, com a revolução do 25 de Abril, foram factores que motivaram o empenho do Centro de Informação Popular na divulgação de notícias à população local.

Por outro lado, a possibilidade de serem criadas associações cívicas e de formação e legalização de partidos políticos impunha o dever de esclarecimento dos cidadãos, por parte destas entidades, com a propagação dos seus programas associativos e partidários.

É, neste entendimento, que se compreende o papel que o CIPM teve na informação das massas populares. Por isso, nos seus estatutos, e de entre outras atribuições, destacavam-se as seguintes: *“Formar e informar publicamente ou dar parecer quando consultado sobre (...) Situação e condição dos seus associados; (...) Partidos, Movimentos, ideologias e situações políticas”*⁷⁰⁸. Previa a mesma organização, uma outra tarefa, que era a criação de *“um órgão de imprensa, destinado ao estudo e defesa dos interesses das massas trabalhadoras, servindo de instrumento de cultura e de ligação entre a associação e o povo trabalhador.”*⁷⁰⁹ Por estes elementos, infere-se que o CIPM assumia como um dever e uma prioridade o esclarecimento dos seus sócios, bem como da população em geral.

Nesta perspectiva, se situava a função do atendimento dos milhares de pessoas na sua sede, bem como a realização de muitas reuniões, comícios, sessões de esclarecimento e debates, promovidos pelo CIPM, nos mais diversos lugares do concelho e até a nível regional. De igual modo, se assistiu à emissão – não de um órgão de imprensa, específico e propriamente dito, como era pretendido nos estatutos, o qual nunca chegou a existir – mas de imensos comunicados difundidos através dos meios de comunicação social regional e nacional e de inúmeros panfletos distribuídos à população.

Ao mesmo tempo, foi muito acentuado o papel do Centro de Informação na mobilização das pessoas, para estarem informadas sobre os problemas locais (pesca, baleiros e jardim de infância), regionais (colónia, produtores de cana sacarina, bordadeiras e oposição ao separatismo) e nacionais (28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975). Assim, se cumpria a missão, definida, estatutariamente, pelo CIPM, que, publicamente, assumiu, o seu papel de *“esclarecimento com o povo do concelho, em que foram abordados os principais problemas da população (...) a necessidade de*

⁷⁰⁸ *Estatutos do CIPM*, Cartório Notarial de Machico, 6 de Maio de 1975, C. A. (Anexo G).

⁷⁰⁹ *Estatutos do CIPM*, Cartório Notarial de Machico, 6 de Maio de 1975, C. A. (Anexo G).

efectuar o saneamento nas autarquias locais (Câmara Municipal, Casa do povo, etc..”⁷¹⁰

Sem dúvida que a intervenção do CIP, em prol da actividade informativa dos cidadãos, tanto para actos públicos, como para a sua mobilização para acções reivindicativas, foi uma constante do seu trabalho e uma ocupação nuclear, como se pode comprovar pelas dezenas de comunicados e panfletos produzidos, a par do esclarecimento presencial dos membros desta agremiação em reuniões, assembleias e manifestações populares.



Fotografia 14 – Duplicador Gestetner, mod. 366 c/ n.º 2-C-4139, utilizado pelo Centro de Informação, na impressão de comunicados e panfletos, para o esclarecimento das massas populares. (Foto João Bernardo Martins, 2015)

2.2.6.4. Denúncia dos “fascistas” e “reaccionários

Os termos “fascista” e “reaccionário”, à época, eram muito usados, sobretudo para apontar os que militaram no partido único, no passado recente, serviram o regime ditatorial existente antes do 25 de Abril de 1974 ou defendiam a manutenção das suas ideias. Tais epítetos, também, se aplicavam aos que se opunham aos novos ventos revolucionários, aos que discordavam dos movimentos populares então surgidos e ainda aos que contestavam as iniciativas do CIPM.

Nos comunicados, panfletos e outros documentos, são visíveis as referências a estas designações, identificando os respectivos segmentos profissionais e acentuando o seu carácter negativo. A propósito dos incidentes ocorridos numa sessão de canto popular, em 26 de Outubro de 1974, o CIPM disse que, aos contra-manifestantes,

⁷¹⁰ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 28 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM. (Anexo F).

gritava “o povo em massa (...): «fascista, rua, não tens direito de falar (...) o povo de Machico (...) já fica sabendo quem são e o que pretendem os reaccionários.”⁷¹¹ Este mesmo comunicado declarava que “o povo vigilante encarregar-se-á de detectar e destruir as manobras da reacção.” Na resposta ao Centro de Informação, os contra-manifestantes, confirmaram que houve “um coro que gritava: «fascista, fascista, fascista» (...) adjectivo político, hoje muito em voga na nossa vila”⁷¹². Sobre o sucedido no evento em questão, o *Comércio do Funchal* noticiou que “um grupo de reaccionários, que depois se vem a saber serem filiados no PPD, e seus lacaios, tentam estragar e boicotar a festa”⁷¹³.

Podemos continuar a testificar esta situação, também através de muitos exemplos, como os seguintes excertos: “É urgente o Governo destruir toda a acção dos capitalistas, afastando (,,) aqueles que voltam as costas ao povo trabalhador só para escutarem a voz dos reaccionários e capitalistas.”⁷¹⁴; “Os capitalistas e fascistas ultra-reaccionários, agora encovilhados nos partidos P.P.D. e C.D.S. (...) com o objectivo de restaurar o fascismo (...) Morte ao fascismo (...)”⁷¹⁵; “O dia de ontem, sábado, representou uma verdadeira jornada de luta contra o fascismo, em Machico (...) consciente do desejo de todos os exploradores do povo, em restaurar o fascismo (...)”⁷¹⁶; “Por este andar, o fascismo amanhã será o pão amargo das nossas bocas.”⁷¹⁷

A denúncia do CIPM relativamente aos “fascistas” e “reaccionários” não se ficava por referências genéricas, porquanto chegou a apontar os seus nomes e profissões. Assim, por exemplo, aconteceu, na sequência dos incidentes da mencionada sessão de canto livre do dia 26, publicando esta associação uma lista identificativa dos envolvidos. Disse o CIP:

⁷¹¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 28 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁷¹² *Diário de Notícias*, Funchal, 31 de Outubro de 1974, Resposta ao C.I.P. de Machico, datada de 29 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁷¹³ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 5 a 12 de Dezembro de 1974, Festas Populares com Tino Flores, Fausto e Vitorino, C. PMCM.

⁷¹⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Março de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁷¹⁵ Comunicado *Contra o fascismo ofensiva popular*, 26 (?) de Julho (?) de 1975 (?), Centro de Informação Popular de Machico, C. A.

⁷¹⁶ *Comunicado ao povo trabalhador*, Centro de Informação Popular de Machico, 27 de Julho de 1975, C. A.

⁷¹⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Outubro de 1975, Comentários aos incidentes em Machico, C.I.P. repudia «escalada do fascismo na Madeira», C. PMCM

*Para não retirar a verdade íntegra dos acontecimentos e como oportunidade de defesa da parte dos intervenientes na proeza, aqui ficam os seus nomes: Moisés Félix de Sousa - sub-chefe da P.S.P. em Machico; Luís Filipe Henriques Fernandes - escriturário do tribunal de Santa Cruz; Albino José Henriques Fernandes – desenhador; João Gregório Andrade da Costa – aspirante de Finanças; Francisco de Sousa «Salsa», empregado da H.B.C.; José Calisto Santo – empregado de escritório; José Vieira Franco – empregado na J.A.P.A.M.; Carlos Gonçalves Miranda, sem profissão; António Lourenço da Costa Martins – professor de Ginástica da Escola Comercial e Industrial do Funchal.*⁷¹⁸

A propósito deste acontecimento, o CIP contactou com as entidades hierárquicas de alguns dos elementos nomeados, “*exigindo a necessária reparação, perante um ultraje tão degradante.*”⁷¹⁹ No ano seguinte, foi, novamente, visado o nome de Moisés Félix de Sousa, a propósito da actuação da PSP na ocupação da Câmara de Machico, em 16 de Outubro de 1975, porquanto nela se incluía “*os maiores carrascos, entre eles o sub-chefe Moisés, conhecido fascista, saneado de Machico*”⁷²⁰.

Neste lote de “fascistas” e “reaccionários”, há um que foi particularmente focado pelo CIPM, quase como o seu protector regional. Tratava-se do brigadeiro Azeredo, governador da Madeira. Relativamente a uma ocupação de um imóvel, pertencente à União das Bordadeiras de Machico, em Setembro de 1975, por parte de uns retornados de Angola, remeteu-se a responsabilidade para Azeredo, entendendo que o mesmo “*atiçou a reacção contra o povo trabalhador.*”⁷²¹

Sobre os factos verificados na noite de 16 de Outubro, o CIPM atacou a ordem de desocupação da Câmara de Machico por parte de Azeredo e acusou-o, então, de querer “*dar o poder aos fascistas, aos senhorios e aos comerciantes, ou seja, aos capitalistas ligados ao movimento de independência “FLAMA”, aditando os epítetos de “fascista e spinolista” a este militar*”⁷²².

Depois de salientar a acção do CIP, a favor dos mais desfavorecidos, pondo em causa os interesses dos mais privilegiados, este agrupamento declarou que fora esta a razão para ser “*tão odiado pelos senhorios, pelos capitalistas, pelos exploradores*”,

⁷¹⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 28 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁷¹⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 28 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁷²⁰ Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

⁷²¹ Comunicado *Mais terrorismo em Machico – Os inimigos do Povo incitam os retornados p’rá guerra*, 1 (?) de Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

⁷²² Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

tendo inclusivamente sido alvo de uma bomba, pelos reaccionários, a quem Azeredo teria feito a vontade⁷²³. Esta última acusação ao militar, na mesma missiva, foi reforçada pelo CIPM, segundo o qual o governador era “*aliado dos senhorios e exploradores.*” Este libelo acusatório finalizava, dizendo: “*O CIP é o povo trabalhador de Machico que sobreviverá a todos os ditadores e exploradores, dependurados em V. EX^o como num cabide.*”⁷²⁴

2.2.6.5. Oposição ao separatismo

O separatismo, enquanto sinónimo de separação da Madeira e do Porto Santo em relação ao Continente Português, sob a forma política e institucional, foi um fenómeno que ressurgiu pouco depois do 25 de Abril de 1974. Apesar de haver, desde o séc. XIX, sinais claros de desejos autonomistas, a verdade é que a pretensão da independência foi mais rara na história madeirense mais recente. Tal configurava-se com a evolução dos acontecimentos políticos nacionais e a presença dos seus novos ventos revolucionários nas ilhas. Enquanto os revolucionários desejavam apoiar-se no MFA e nos governos nacionais pós 25 de Abril, para a difusão dos ideais libertadores, os seus adversários pretendiam a destabilização das ilhas, recorrendo a forças separatistas, tendo em vista barrar os ímpetus revolucionários de Lisboa⁷²⁵. Verificou-se que “*os mesmos que cantavam «Angola é nossa», envolveram-se num movimento separatista (...) para «separarem-se» das grandes transformações democráticas verificadas no continente*”, vindo a extinguir-se a FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira), após a vitória do PPD na eleição da Assembleia Regional, em 1976⁷²⁶.

Uma das interpretações produzidas, na altura, sobre quem desejaria a independência e o que era FLAMA, foi a do fundador e membro do CIPM, José Martins Júnior, considerando tal ser um esforço da burguesia madeirense que estaria a “*inventar*” a acção independentista para “*garantir direitos que tinha perdido depois do*

⁷²³ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁷²⁴ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁷²⁵ Mattoso, José, dir. (1993-94) *História de Portugal*, Vol. VIII, Portugal em Transe (1974-1985), Lisboa, Editorial Estampa.

⁷²⁶ Nepomuceno, Rui (1994), *As crises de subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho, p. 226

25 de Abril. Era gente que antes dizia “Viva Portugal, Viva a Pátria” e são, agora, precisamente, esses que escorraçam Portugal.”⁷²⁷

Uma outra opinião sobre este assunto partiu do Centro de Informação Popular. A propósito da desocupação dos Paços do Concelho de Machico, efectuada pelas forças militares e policiais, a mando de Carlos Azeredo, na noite de 16 de Outubro de 1975, o CIPM considerou que a independência tinha por objectivo a “*escravização do povo trabalhador*”. Para isso, os seus partidários precisavam de dominar “*as armas, os bancos, as câmaras, os tribunais, para daí poderem controlar todos os passos das classes trabalhadoras*”⁷²⁸.

Assim, se entende a oposição desta associação machiquense ao separatismo, através de informação pública, do apoio e realização de actos contrários à independência, como manifestações, esclarecimentos e comícios.

Uma dessas atitudes foi ter sido contra a promoção de uma manifestação, levada a efeito pelo PPD, no Funchal, no dia 27 de Julho de 1975, com os objectivos de reivindicar a autonomia da Madeira e maior liberdade de imprensa⁷²⁹. Em panfleto, na véspera desse acto, interpretando-o como pró-independentista, o CIPM defendia que os “*grandes ladrões e exploradores*” recorriam às denominadas “*Filhas de Maria*” para “*encarneirar os menos conscientes para essa manifestação*”, que só serviria os estratos sociais mais privilegiados⁷³⁰. No dia dessa “*criminosa manifestação*”, da autoria dos “*fascistas do P.S.D. e do C.D.S.*”⁷³¹ o Centro de Informação apelou ao seu boicote, através de piquetes de vigilância populares, formação de barricadas para revista de

⁷²⁷ *Flama*, Lisboa, de 19 de Setembro de 1975, Madeira: independência é tática da burguesia, C. PMCM. e *Flama*, Lisboa, de 19 de Setembro de 1975, Madeira: independência é tática da burguesia, p. 39, Biblioteca Nacional.

⁷²⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Outubro de 1975, Comentários aos incidentes em Machico, C.I.P. repudia «escalada do fascismo na Madeira», C. PMCM

⁷²⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1975, A manifestação de amanhã, ARM, *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de Julho de 1975, Dispositivo de segurança accionado pelo COPMAD, ARM e *Jornal da Madeira*, Funchal, 29 de Julho de 1975, A manifestação do Partido Popular Democrático, ARM.

⁷³⁰ Comunicado *Contra o fascismo ofensiva popular*, 26 (?) de Julho (?) de 1975 (?), Centro de Informação Popular de Machico, C. A.

⁷³¹ *Comunicado ao povo trabalhador*, Centro de Informação Popular de Machico, 27 de Julho de 1975, C. A.

carros, concentrando-se na sede do CIP e de outras organizações populares da localidade⁷³².

Um das expressões mais visíveis da actuação da FLAMA, que suscitou muita polémica regional e nacional, foi a pintura de algumas inscrições a favor da independência da Madeira, nas paredes do empreendimento turístico da Matur, freguesia de Água de Pena, concelho de Machico, na madrugada de 29 de Agosto de 1975. Então, segundo a Câmara Municipal de Machico, seis “*agitadores*” escreveram “*uma série de provocações contra a unidade nacional e a paz da nossa vila: «FORA PORTUGAL JÁ... VIVA A FLAMA... MFA RUA... COPCON RUA...»*”⁷³³. A mesma instituição referiu que um desses elementos confessou, publicamente, que as frases pintadas “*constituíam princípio e causa de bombas, assaltos e outras violências.*”⁷³⁴ Este facto ilustra a acção do movimento independentista, em Machico, tendo gerado muita controvérsia e foi o motivo apresentado pelo governador do distrito, Carlos Azeredo, no início de Setembro de 1975, para a demissão do Pe. José Martins Júnior das funções de presidente da Comissão Administrativa de Machico. Este assunto, no qual se verificou a participação do CIPM, será abordado de uma forma mais específica no capítulo seguinte, alusivo ao Tribunal Popular.

Entretanto, em Setembro de 1975, a FLAMA tomou diversas decisões, como apresentar o seu programa, uma campanha de dinamização do processo de independência, apelar a que não se comprasse artigos de origem portuguesa e lançar o boicote ao *Diário de Notícias* do Funchal. A par disso, também, o grupo independentista deliberou “*efectuar urgente saneamento das pessoas que pela sua utopia política têm travado o processo irreversível da independência da Madeira*”⁷³⁵. No seu ultimato, foi dado ordem para que diversos cidadãos tivessem de “*abandonar a República da Madeira, no prozo máximo de 48 horas, a partir das 0 horas do dia 15 de Setembro de 1975, até à hora limite do dia 17 de setembro*”, estando entre eles, o padre

⁷³² Comunicado *Contra o fascismo ofensiva popular*, 26 (?) de Julho (?) de 1975 (?), Centro de Informação Popular de Machico, C. A. e *Comunicado ao povo trabalhador*, Centro de Informação Popular de Machico, 27 de Julho de 1975, C. A.

⁷³³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Agosto de 1975, O Tribunal Popular de 29 de Agosto de 1975 – Deliberação da C.A. da Câmara Municipal de Machico, C. PMC.

⁷³⁴ *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Agosto de 1975, O Tribunal Popular de 29 de Agosto de 1975 – Deliberação da C.A. da Câmara Municipal de Machico, C. PMC.

⁷³⁵ *O Século*, Lisboa, 11 de Setembro de 1975, Madeira – novas exigências da FLAMA, Proibida uma entrevista do padre Martins na TV, C. PMCM.

Martins, fundador e activista do CIPM, bem como ex-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico”⁷³⁶.

Já no dia 14 de Setembro do referido ano, realizou-se na vila de Machico, um comício convocado pelo CIPM, contra “*a ofensiva fascista e (...) a decisão reaccionária de demissão da C.A.*” de Martins Júnior, por Carlos Azeredo e onde se repudiou, também a acção independentista, com a seguinte palavra de ordem “*MORTE À FLAMA E A QUEM A APOIAR*”⁷³⁷. Nesta mesma assembleia, foi rejeitada “*a falsa «independência» da Madeira*” e no seu decurso, foram queimados vários exemplares do jornal *A Capital*, como forma de protesto contra o facto do seu correspondente na Madeira, Rui Marote, ser considerado um “*verdadeiro aurato dos separatistas da FLAMA*”⁷³⁸.

Neste movimento contrário ao separatismo, também fora agendada uma manifestação, no Funchal, a 18 de Setembro do mesmo ano. Sucedeu que, na madrugada deste dia, registaram-se três rebentamentos explosivos nesta cidade: no interior de um estacionamento, no Largo Severiano Ferraz (frente ao posto de socorro da Cruz Vermelha Portuguesa), no jardim da residência do Dr. Vale Teixeira, sindicalista da Alfândega do Funchal e nos jardins da casa episcopal da diocese. Neste ambiente, ao fim da tarde desse mesmo dia, manifestaram-se cerca de três mil pessoas, tendo usado da palavra, neste encontro, entre outros, o Pe. Martins, do CIPM⁷³⁹, porquanto esta acção foi, também, de “*solidariedade à justa luta do povo de Machico e de repúdio pelas manobras separatistas e pelas atitudes do spinolista Azeredo*”⁷⁴⁰.

Por coincidência, sensivelmente à mesma hora que decorria este acto público, acontecia “*o quarto atentado bombista*” desse dia 18. Tal aconteceu pelas 19.50 h.,

⁷³⁶ *O Século*, Lisboa, 11 de Setembro de 1975, Madeira – novas exigências da FLAMA, Proibida uma entrevista do padre Martins na TV, C. PMCM.

⁷³⁷ *O Grito do Povo*, Lisboa, Setembro de 1975, O povo da Madeira e dos Açores escorraçará a canalha fascista, C. PMCM.

⁷³⁸ *O Grito do Povo*, Lisboa, Setembro de 1975, O povo da Madeira e dos Açores escorraçará a canalha fascista, C. PMCM.

⁷³⁹ *A Capital*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Funchal acorda de madrugada com explosões de petardos, C. PMCM. e *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Milhares de trabalhadores manifestaram-se no Funchal contra o fascismo e o separatismo, BN.

⁷⁴⁰ *Cooperativismo Popular*, Boletim Informativo da Cooperativa Operária Camponesa, nº 3, Outubro de 1975, O fascismo não pára porque o povo lhe fará frente, C. PMCM.

atrás da sede do Centro de Informação Popular, não havendo danos pessoais⁷⁴¹. Apesar disso, o rebentamento havia de provocar “*justificado alarme*” na população local⁷⁴².

Também, neste mês, foi enviado um abaixo-assinado ao governador civil e militar da Madeira, Carlos Azeredo, pedindo o encerramento do CIPM e da Cooperativa Povo Unido e ainda a “*imediata expulsão da ilha, por tempo indeterminado, do grupo chefiado pelo rev.º Martins Júnior*”, acusando-o de “*actividades terroristas*” e que se as exigências dos subscritores não fossem atendidas com urgência, não seria de estranhar que “*a guerra civil em Portugal tenha o seu início no concelho de Machico*”⁷⁴³. Entre os apontados à saída da Madeira, encontravam-se diversos elementos do CIPM, sendo a lista completa a seguinte:

*Revº Martins Júnior, dr. Milton Morais Sarmiento, Luís Calaça Martins, António José, Miguel, Bernardo, Filomena, José Ferreira Borges, João Moniz Vasconcelos Escórcio, José Avelino Correia, Luís Manuel Santos Costa, João Manuel Ornelas Aveiro e Manuel Viveiros Mendonça*⁷⁴⁴.

Entretanto, na madrugada do dia 16 de Outubro, rebentou um engenho explosivo na viatura particular EE-86-47, pertencente a José Ferreira Borges, soldado da Guarda Fiscal e que se encontrava estacionada junto da residência do proprietário, próximo da Casa dos Pescadores do Bairro da Queimada, Água de Pena. Este atentado levou o Comando Territorial Independente da Madeira (CTIM) a proceder à averiguação dos seus autores, no âmbito de um inquérito geral sobre todos os actos de terrorismo registados nesta ilha⁷⁴⁵. Refira-se que este cidadão é cunhado do Padre Martins, fundador do CIPM e de outros activistas desta agremiação. A viatura foi seriamente danificada, provocando estilhaços nas vidraças das moradias próximas, “*onde a população acordou sobressaltada*”, pelas 02.25 h⁷⁴⁶.

⁷⁴¹ *A Capital*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Funchal acorda de madrugada com explosões de petardos, C. PMCM.

⁷⁴² *Diário Popular*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Rebentou um petardo no Machico, enquanto no Funchal decorria uma manifestação contra o separatismo, BN.

⁷⁴³ *A Capital*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Funchal acorda de madrugada com explosões de petardos, C. PMCM.

⁷⁴⁴ *A Capital*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Funchal acorda de madrugada com explosões de petardos, C. PMCM.

⁷⁴⁵ *A Capital*, Lisboa, 17 de Outubro de 1975, Atentado bombista, C. PMCM.

⁷⁴⁶ *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de Outubro de 1975, Em Água de Pena, Engenho explosivo destruiu um automóvel, ARM.



Fotografia 15 – Carro destruído por atentado bombista em Machico, em 16 de Outubro de 1975.
(Foto *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de Outubro de 1975)

Em todo este envolvimento do CIPM no combate ao separatismo, esta associação visou, particularmente, o brigadeiro Carlos Azeredo, declarando-o conhecedor da bomba que tinha rebentado junto à sua sede, com o intuito de destruir as suas instalações, bem como de outros atentados no concelho de Machico, mas que manteve uma atitude conivente e apoiante da FLAMA⁷⁴⁷. Igualmente, em Outubro de 1975, o CIP alegou que o citado militar estava a “*dar o poder (...) aos capitalistas ligados ao movimento da independência “FLAMA”*”⁷⁴⁸. Também, o Pe. Martins deslocara-se a Lisboa, para, junto do Governo Central, “*desmascarar o brigadeiro como defensor da burguesia madeirense e das suas manias de independência fanteche*”⁷⁴⁹.

A propósito da ligação de Azeredo ao movimento bombista, Martins Júnior, recentemente, no seu blogue *Senso&Consenso*, e num texto intitulado “*No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular”*”, refere que a acção da FLAMA acontecia “*sob a passividade, se não mesmo a cumplicidade da autoridade absoluta do arquipélago, o governador civil e militar Carlos Azeredo.*”⁷⁵⁰ Por isso, no mesmo

⁷⁴⁷ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H).

⁷⁴⁸ Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

⁷⁴⁹ *O Século*, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

⁷⁵⁰ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, *No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular*, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>.

escrito é dito que “Espalhou-se em Machico a canção de um amigo meu que dizia: “O Azeredo / O flamista / Foi o traidor / De toda a nossa conquista”⁷⁵¹.

Pelos dados expostos, prova-se o grande empenho do CIPM na luta anti-separatista, tendo os seus membros sido alvo de diversos actos intimidatórios, mantendo, no entanto, as suas posições favoráveis à unidade nacional.

2.2.6.6. Tribunal Popular

Um dos temas mais controversos da história de Machico pós-25 de Abril foi o chamado “Tribunal Popular”. Esta polémica está associada ao capítulo “Oposição ao separatismo” e teve influência em vários episódios do período revolucionário, designadamente na demissão do presidente da Comissão Administrativa da CMM, José Martins Júnior, em Setembro de 1975, como se pode verificar no capítulo “Promoção da mudança no poder municipal”.

Por toda a ilha, na época em apreço, surgiam pinturas nas paredes, defendendo a independência da Madeira, bombas em carros, casas e noutros espaços públicos e privados. Na perspectiva dos opositores ao separatismo, a reacção das autoridades era praticamente nula, muitas vezes argumentando estas que não conheciam os seus autores ou que não existiam provas materiais. Ora, em Machico, na madrugada do dia 29 de Agosto de 1975, “finalmente”, foram encontradas pessoas que exerciam uma acção conotada com a Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (FLAMA).

Segundo o relato de uma “fonte oficial”, divulgada n’ *A Capital*, de Setembro de 1975⁷⁵², foi pelas 3.30 h desse dia 29 de Agosto, que Teodoro Vieira Alves, chefe da recepção da Matur, comunicou a Manuel de Araújo, chefe da Polícia de Segurança Pública de Machico, que o vigia do complexo turístico tinha visto seis pessoas a escreverem pinturas nos muros daquele empreendimento. O responsável pela PSP foi ao local, não tendo encontrado os autores das frases, mas confirmou os escritos, como sendo: “«Independência», «Fora Portugal», «FLAMA, já», «M.F.A., rua», «Fora com

⁷⁵¹ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular”, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

⁷⁵² *A Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

*os comunistas», «Rua continentais», «Viva a FLAMA», «COPCON, rua», «Abaixo Portugal colonialista» e «Independência da Madeira»*⁷⁵³.

A seguir, houve uma chamada telefónica para o Comando Militar da Madeira, informando o aparecimento das frases “*de carácter anti-nacional*”⁷⁵⁴, da parte de Fernando Caldeira, director do complexo turístico⁷⁵⁵. Os seus autores foram João Manuel Alencastre Pereira e seu irmão Ricardo Jorge, Marco António de Sousa Jardim Abreu, João Alberto Ferreira, todos madeirenses e os irmãos Eduardo Jorge e Luís Eduardo, com o apelido Moura, ambos açorianos e de férias na Madeira, hospedados na Matur. A sua idade variava ente os 15 e os 17 anos⁷⁵⁶.

Carlos Azeredo deu ordens à PSP para que os rapazes comparecessem às 16 h no Comando Militar do Funchal⁷⁵⁷. Mas, antes, os mesmos deveriam apresentar-se às autoridades locais, a fim de se dirigirem para o Funchal. Pelas 11 h, os jovens, voluntariamente, estavam já no posto policial, que funcionava no edifício da Câmara Municipal⁷⁵⁸. Depois, os “*menores foram interrogados*” pelo presidente da edilidade, Martins Júnior, então, a autoridade policial concelhia, o qual mandou-os almoçar e apresentarem-se às 15 h, novamente, nos Paços do Concelho⁷⁵⁹. De regresso ao prédio camarário, seguiram-se conversas entre o subchefe Araújo e o edil, depois da chegada deste, pelas 16 h. Consta que este teria manifestado a Manuel Araújo que seria bom dar conhecimento à população do sucedido nessa madrugada, identificando os seus autores, de forma pública. O subchefe ter-se-ia oposto, considerando que esta actuação era “*absolutamente ilegal e ultrapassava as atribuições do presidente, as quais não iam além de mandar os rapazes para o Funchal à autoridade competente.*”⁷⁶⁰ Isto gerou o

⁷⁵³ A *Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

⁷⁵⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁵⁵ A *Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

⁷⁵⁶ A *Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

⁷⁵⁷ A *Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

⁷⁵⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁵⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁶⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

contacto telefónico com o governador, por iniciativa do edil, pelas 16.30 h. A este, e na presença do elemento da PSP, foi dada “*a ordem de manter os rapazes na cadeia até que lá fosse uma viatura buscá-los*”. Então, o autarca dera a entender que o graduado da polícia não queria aceitar as suas instruções, tendo passado o telefone a Manuel Araújo. Aí, a este foi directamente confirmada a orientação fornecida a Martins Júnior⁷⁶¹. Araújo teria ripostado a ordem do Funchal, porquanto a «*lei de menores*», não lhe dava o dever de cumprir tal missão. Mas, atendendo a que o governador insistiu, a determinação acabou por ser cumprida. “*Todavia, o rev. Martins tentou impedir o sub-chefe da P.S.P. de cumprir o que lhe fora ordenado e disse: «Pois então, deixe-os ficar por minha conta.»*”⁷⁶² Pelas 17.45 h, chegava a Machico a viatura da PSP, com quatro elementos, para transportar os jovens, mas a sua partida foi adiada, pois o edil solicitara que esperassem mais um pouco, porque tinha de ir ao Funchal, fazendo-o no mesmo carro em que viajariam os autores das frases, mas necessitava de «*ultimar umas coisas*»⁷⁶³. Aconteceu, entretanto, uma avaria nesta viatura, o que obrigou a que viesse um carro militar, com dois elementos do Exército, para levar os seis indivíduos. Tal diligência teria sido inviabilizada pelo presidente da Câmara, e pelas 18 horas, “*apareceu no largo da Câmara um pequeno número de pessoas a distribuir panfletos alusivos ao assunto, emitido pelo chamado Centro de Informação Popular.*”⁷⁶⁴ Depois, aumentara o número de populares, algumas centenas, enquanto “*o rev. Martins procedia à instalação de altifalantes no edifício da Câmara.*”⁷⁶⁵ Então, alguns dos jovens compareceram diante do público presente frente à porta municipal, tendo sido “*interrogados e sujeitos às intervenções e reacções verbais do ajuntamento (...) o clima de excitação foi aumentando*”. Na altura, foram tiradas várias fotografias, “*por parte dos familiares do P. Martins*”⁷⁶⁶.

⁷⁶¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁶² *A Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

⁷⁶³ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁶⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁶⁵ *A Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

⁷⁶⁶ Martins Júnior escreveu: “*Gostaria de mostrar ao público imagens dos factos, mas só poderá fazê-lo quem os gravou na sua máquina: um jovem recém-formado e grande impulsionador dos acontecimentos, que mais tarde chegaria a Secretário Regional, engenheiro Santos Costa*”, in Júnior,

O uso da expressão “tribunal popular” apareceu, segundo *A Capital*, pelo facto de que, neste acto público, o presidente da Câmara teria afirmado: “ «Este é o segundo “tribunal popular” constituído no país» e referiu-se ao caso de Luanda, em que o povo incitado e manipulado pela loucura de uns tantos, aplicou a pena capital e fez justiça por suas próprias mãos.” Para o mesmo jornal, parecia-lhe que Martins Júnior teria o mesmo objectivo com esta acção local⁷⁶⁷. O governador civil e militar veio a confirmar a mesma versão do referido periódico, fazendo-se em Machico o que acontecera em Luanda, ou seja, a criação de um “tribunal popular e (...) justiça por suas mãos”⁷⁶⁸.

Neste acontecimento, outras declarações teriam sido proferidas, como “o Povo não precisa agora de juízes de capa preta», «não precisa de polícias, nem de forças armadas», «isto é uma amostra do que será no futuro»⁷⁶⁹. Ou, ainda:

Nós somos os nossos juízes, para julgarem os inimigos da classe trabalhadora, que querem sugar o nosso sangue. Eles têm que sair de cá para fora a bem ou a mal. Se a Polícia não os traz para fora, mais o capitalista e ladrão do pai⁷⁷⁰, o povo entra na Câmara pela força para fazer justiça por suas próprias mãos. Só queremos polícias de mãos calejadas, Este julgamento fica de exemplo na Madeira e em Portugal inteiro.⁷⁷¹

Face ao que se estava a passar, Manuel Araújo manifestara a sua preocupação, por diversas vezes, tentando alertar o autarca para “a gravidade e a ilegalidade do que ali se estava a processar, e do abuso de autoridade que estava a ser cometido, respondendo o P. Martins que era o «Povo» que assim o queria”. Ouvidos gritos de «Justiça popular», o agente da PSP solicitou, telefonicamente, reforços ao Comando Regional, por temer a integridade física dos jovens, tendo, ainda, juntado, aos detidos no espaço policial, Gama Pereira, o pai de dois menores, que procurava indagar-se ali do que se passava com eles. Araújo declarou que o posto policial seria “defendido «a

José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular”, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>.

⁷⁶⁷ *A Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

⁷⁶⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁶⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁷⁰ Refere-se a Gama Pereira, pai dos dois irmãos João Manuel e Ricardo Jorge Alencastre Pereira, residente na Matur, que se dirigira aos Paços do Concelho, para acompanhar os filhos.

⁷⁷¹ *A Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

*todo o custo» contra a invasão dos populares, aconselhando o P. Martins a meditar nas consequências que poderiam surgir.”*⁷⁷²

Pelas 23 h, Carlos Azeredo mandou uma força militar, com 18 elementos e coordenada por um oficial, “*usando para tal dos meios que fossem necessários*”, a qual chegou a Machico, já depois das 24 horas, sob apupos dos populares. Passado algum tempo de “*um conjunto de resistências*” do Pe. Martins e de alguma demora neste processo, “*cerca da uma hora saíam da Câmara os 6 detidos e o pai de dois deles, sob a protecção das tropas e no meio de apupos às Forças Armadas*”⁷⁷³. Dirigidos ao quartel-general no Funchal, Palácio de São Lourenço, e depois de ouvidos, foram postos em liberdade, considerando o governador, então, que, até à altura, “*nenhumas ligações foram detectadas com a atitude dos menores*”⁷⁷⁴.

Entretanto, o Comando Militar divulgou a informação de que fora “*determinado um rigoroso inquérito*” relativamente aos acontecimentos ocorridos⁷⁷⁵. Mas, acto contínuo, e passados poucos dias, Azeredo anunciava que teria dado conhecimento telefónico dos mesmos ao Ministério da Administração Interna e a sua exposição à Junta de Planeamento da Madeira⁷⁷⁶ e “*em face da gravidade das posições assumidas pelo P. Martins, Presidente da C.A. do Machico, que se ausentou da Madeira sem conhecimento do Governo Civil, foi o mesmo demitido das suas funções.*”⁷⁷⁷

Depois do relato que, até agora, foi feito, tendo por base uma “*fonte oficial*”, divulgada n’ *A Capital*, de Setembro de 1975⁷⁷⁸, bem como num comunicado do

⁷⁷² *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁷³ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁷⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁷⁵ *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Agosto de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira, C. PMCM.

⁷⁷⁶ J.P.M. – Junta de Planeamento da Madeira, presidida por Carlos Azeredo.

⁷⁷⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁷⁸ *A Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

governador civil e militar, Carlos Azeredo, publicado na imprensa regional⁷⁷⁹, vamos dar espaço à versão da C.A. da CMM, expressa num comunicado aprovado por este órgão, na sua reunião de 30 de Agosto de 1975, e assinado pelos seus três membros. Segundo a gestão municipal, o sucedido foi interpretado pelo “*povo trabalhador*” como um “*verdadeiro acto de justiça em prol da defesa e da segurança do povo do Concelho, segurança essa ameaçada por um grupo de seis agitadores (...) contra a unidade nacional e a paz da nossa vila*”⁷⁸⁰. Referia o mesmo documento que a população pretendia apenas “*saber a sua identificação, conhecer a sua fisionomia e às ordens de quem trabalham, sobretudo porque um deles confessou publicamente que aquelas inscrições constituíam princípio e causa de bombas, assaltos e outras violências.*” Os elementos da Câmara criticaram, directamente, o *Jornal da Madeira* – órgão bastante difusor das notícias e comentários sobre este caso e de que teriam feito apologia os seis indivíduos, no gabinete policial – dizendo que como católicos, ficaram admirados pelo referido jornal ter entendido como «*violência*» a audição pública dos autores das inscrições na Matur, os quais comunicaram, de forma arrependida, os motivos da sua atitude e não ter considerado “*«violência» e provocação o atirar-se irmãos contra irmãos quando se escreve: «CONTINENTAIS RUA ... MFA RUA...*”⁷⁸¹. Para os decisores da CMM, esta sentia-se “*obrigada (...) a seguir as ordens do mesmo povo, quando este lhe pede garantias de segurança e dignidade.*” Por isso, declarou que, apenas, cumpriu o seu dever e estaria sempre disposta a fazê-lo “*sob pena de trairmos o nosso lugar.*”⁷⁸²

Este “tribunal popular” fez correr muita tinta a nível regional e nacional. Para além das notícias propriamente ditas, houve muita opinião publicada. Seguidamente, e de um modo resumido, damos conta de alguns comentários escritos na época sobre este assunto. José Manuel Silva disse ter assistido “*a grande parte do famigerado julgamento popular (...) Como homem e como pai, sentida revolta dentro de mim. Gritei ao «padre Martins» (?) essa minha revolta.*” Num artigo publicado no *Eco do*

⁷⁷⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

⁷⁸⁰ *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Agosto de 1975, O Tribunal Popular de 29 de Agosto de 1975 – Deliberação da C.A. da Câmara Municipal de Machico, C. PMCM.

⁷⁸¹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Agosto de 1975, O Tribunal Popular de 29 de Agosto de 1975 – Deliberação da C.A. da Câmara Municipal de Machico, C. PMCM.

⁷⁸² *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Agosto de 1975, O Tribunal Popular de 29 de Agosto de 1975 – Deliberação da C.A. da Câmara Municipal de Machico, C. PMCM.

Funchal, este articulista classificou como “*abominável o tresloucado e consentido acto*”, considerando que o mesmo não se justificava, porquanto, havia, na Madeira, atentados bombistas a carros e casas, pinturas ofensivas, mas “*jamais se usou pensar na organização de «tribunais populares» para julgar os prevaricadores. Em Machico (...) existe segundo aparece, a chave do segredo para pôr fim a tais actos*”⁷⁸³.

Por sua vez, Queiroz Lopes⁷⁸⁴, também, alegando que foi testemunha do que acontecera na tarde/noite de 29 de Agosto de 1975, manifestou o seu desacordo com as ideias antinacionais da FLAMA, mas considerou que assistiu à “*farsa mais hedionda e vergonhosa (...) criminosa, inconsciente e despidorada farsa teatral*”⁷⁸⁵. De igual modo, A. de Xara escreveu no *Jornal da Madeira*, para manifestar a sua “*repulsa, que é a de muitos milhares de cidadãos conscientes dos factos que se passaram (...) Ali foi estabelecido um tribunal popular (...) Que crime*”⁷⁸⁶.

Passados 40 anos sobre estes acontecimentos, o principal intérprete e visado, José Martins Júnior, escreveu, em 2015, um texto no seu blogue *Senso&Consenso*, sob o título “*No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular”*”. Refere que apresenta, agora, “*a versão autêntica dos acontecimentos, tão distorcida e vilipendiada que ela foi por toda a comunicação social madeirense, que nunca me deu oportunidade de esclarecer.*”⁷⁸⁷ Entre muitos aspectos, neste seu escrito, defende que havia um “*plano destruidor da organização terrorista “flama” (não merece maiúsculas) que amotinou, até à morte, as nossas duas ilhas*”⁷⁸⁸. E que, em Machico, falava-se que “*Tanta bomba a rebentar por essa ilha fora e nem o governador nem o tribunal descobrem os criminosos?... Aqui não vai ser assim... Se chegarem cá, vamos saber*

⁷⁸³ *Eco do Funchal*, Funchal, 1 de Setembro de 1975, «Tribunal Popular» - A triste palhaçada encenada por José Martins Júnior, José Manuel Silva, C. PMCM.

⁷⁸⁴ Trata-se do “*Dr. Emídio Queirós, Director do Externato Tristão V. Teixeira -- saneado da Escola Técnica e um dos maiores fomentadores da reacção em Machico*”, in *Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Panfleto Machico: A verdade dos factos, C. A.

⁷⁸⁵ *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Agosto de 1975, Os acontecimentos da noite de 29 de Agosto em Machico, Queiroz Lopes, C. PMCM.

⁷⁸⁶ *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Agosto de 1975, Até quando?, A. de Xara, C. PMCM.

⁷⁸⁷ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular”, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

⁷⁸⁸ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular”, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

quem são”... *E foi o que se passou.*”⁷⁸⁹ O então presidente da C. A. da CMM refere que, nesse dia 29 de Agosto, após as pinturas na Matur, Azeredo “*peremptoriamente me ordenou “metê-los no calabouço”, após respectiva identificação (...) mas não os preendi, primeiro por não haver necessidade e, também, porque um deles tinha 16 anos. Os outros eram maiores.*”⁷⁹⁰ É de salientar que esta informação da idade contradiz as anteriores citadas, que apontam para que os jovens tinham entre 15 e 17 anos. Martins Júnior alude ao facto de que, pelas 18 horas, haver uma concentração de trabalhadores da construção civil que trabalhavam na Matur, juntando-se centenas os populares, na Praça do Município, que exigiam “*saber a quem pedir contas se alguma bomba rebentasse em Machico*”. *Aliás, toda a gente sabia que, após as inscrições murais, o bombismo tinha campo aberto.*”⁷⁹¹

Na sua tarefa como edil, neste processo, diz que apresentou, de modo pacífico, os rapazes à multidão, tendo um deles explicado o desejo da Madeira se tornar independente, dizendo que seria “*para o dinheiro da Madeira ficar aqui para os madeirenses*”, ao que alguns dos trabalhadores responderam “*P’rao teu pai ficar com tudo e a gente sem nada*”⁷⁹². Entretanto, face ao atraso na chegada da viatura militar, vinda do Funchal, Martins Júnior menciona que defendeu os autores das pinturas na Matur, convidando-os a esperar no gabinete, face a “*imprevisíveis excessos da multidão*”. Neste escrito, o antigo edil revela que

*Houve momentos que me causaram susto e séria apreensão, sobretudo quando um grupo mais enervado quis forçar a entrada da câmara. Sabendo que o piquete de polícias que blindava a porta era impotente perante a multidão, vim eu pessoalmente cá fora e pedi serenidade e controlo, para evitar problemas maiores, tendo-se então acalmado à minha palavra.*⁷⁹³

⁷⁸⁹ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

⁷⁹⁰ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

⁷⁹¹ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

⁷⁹² Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

⁷⁹³ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

Um pormenor a registar é o facto de, na hora de tomar os indivíduos rumo ao Funchal, “*várias viaturas militares carregadas de tropas (...) desataram à coronhada e “bombadas de fumo” contra a multidão*”⁷⁹⁴.

Para Martins Júnior, o seu relato é:

Em termos fidedignos o que os “flamistas” terroristas e o governador chamou de “Tribunal Popular”. Nem um toque, nem um empurrão, nem uma agressão. Tratou-se só de uma acção preventiva contra eventuais apetites bombistas sobre Machico. A perturbação instalou-se apenas quando surgiu um dos parentes dos rapazes⁷⁹⁵, insistindo para entrar nos paços do Concelho e eu, contra a vontade da multidão, acedi.⁷⁹⁶

Mas, para o Pe. Martins, se até esse momento, não tinha havido bombas em Machico, daí a um algum tempo, o carro de um seu familiar fora destruído por um atentado bombista⁷⁹⁷. Este facto permitiu ao autor do blogue concluir que “*o objectivo do governador Carlos Azeredo era que a população não conhecesse os eventuais bombistas, configurando-se como seu proteccionista.*”⁷⁹⁸

Por fim, Martins Júnior revela que guarda o abraço que um desses seis jovens lhe deu, no Funchal, anos mais tarde, numa visita de férias à Madeira, tendo desabafado: “*Sr. padre, eu fui um daqueles rapazes daquele dia em Machico. Agradeço ter-me tratado bem e aos meus companheiros e nos ter mandado almoçar a casa, na Matur.*”⁷⁹⁹

Sobre este polémico acontecimento, o CIPM, na altura, veio a público negar o carácter de tribunal atribuído ao acto, dizendo que “*os trabalhadores apenas pediram a identificação dos seus jovens, sem no entanto terem dado qualquer sentença.*”⁸⁰⁰ Quatro décadas passadas, João Escórcio, fundador do Centro de Informação, considera-o “*um*

⁷⁹⁴ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

⁷⁹⁵ Foi Gama Pereira, pai dos dois irmãos João Manuel e Ricardo Jorge Alencastre Pereira, residente na Matur, que se dirigira aos Paços do Concelho, para acompanhar os filhos.

⁷⁹⁶ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

⁷⁹⁷ A viatura de José Ferreira Borges, cunhado de José Martins Júnior, foi destruída por uma bomba, na madrugada do dia 16 de Setembro de 1975, in *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de Outubro de 1975, Em Água de Pena, Engenho explosivo destruiu um automóvel, ARM e *A Capital*, Lisboa, 17 de Outubro de 1975, Atentado bombista, C. PMCM.

⁷⁹⁸ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

⁷⁹⁹ Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>

⁸⁰⁰ *Jornal da Madeira*, Funchal, 6 de Setembro de 1975, Comunicados, ARM.

grande erro, cometido ao tempo e o mesmo ter afetado a imagem do CIP e a nossa como dirigentes.”⁸⁰¹

2.2.6.7. O assalto ao CIPM

No dia 16 de Outubro de 1975, houve uma ocupação dos Paços do Concelho, como forma de exigir o regresso de José Martins ao cargo de presidente Administrativa da CMM, do qual tinha sido demitido pelo governador, Carlos Azeredo, no início de Setembro desse ano. Como resposta a este acto, as forças militares e policiais procederam à respectiva desocupação dos manifestantes, de uma forma violenta.

Depois dessa actuação, e, na óptica do CIPM, “*Não contentes com isso*”, um grupo de polícias e militares, comandado pelo capitão Avelar, atacou a sede desta associação, onde viviam quatro casais de retornados de Angola, e na qual, nesta altura, o Centro, apenas, dispunha de uma única sala, para os seus arquivos. Os invasores, “*às coronhadas na porta e disparando tiros para o ar, intimidaram os retornados a lhes abrir a porta (...) refondaram tudo, até a cozinha e a retrete.*” Depois, levaram consigo, para o Funchal ou queimaram diversos documentos da associação, como impressos e envelopes timbrados, facturas e dinheiro das quotas dos sócios, a par de pastas e livros, relativos à colónia, à Cooperativa Povo Unido e ao jardim-de-infância. Segundo o CIPM, na Rua do Ribeirinho, foi feita uma “*fogueira, enquanto oficiais e polícias se divertiam como índios em redor dela*”. Perante isto, uma moradora, vinda de Angola, e já de idade, teria dito: “*se eu sabia que a tropa fazia isto aqui, eu deixava-me ficar em Angola*”⁸⁰².

Entretanto, após a posição condenatória do CIPM, Carlos Azeredo, no dia 22 de Outubro, efectuou uma comunicação no único canal de televisão da Madeira, a qual foi reproduzida no *Jornal da Madeira*, na edição do dia seguinte, dando uma larga explicação ao assalto ao CIPM, Por um lado, confirmou que “*A par da desocupação da Câmara, procedeu-se a uma busca no C.I.P.*”, onde teriam sido apreendidos documentos e materiais. Segundo o militar, embora não houvesse armas de fogo, teriam encontrado cacetes, cabos, barras de ferro, caixotes de pedras e outras armas, “*agressivas ou defensivas, conforme o emprego que lhes seria dado*”. Por outro lado, o

⁸⁰¹ Escórcio, João Moniz Vasconcelos, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo L).

⁸⁰² Comunicado *O povo tem de vencer – os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A., *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Outubro de 1975, Comentários aos incidentes em Machico, C.I.P. repudia «escalada do fascismo na Madeira», C. PMCM e *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, C. A

governador proferiu diversas acusações, referindo a existência de “*íntimas relações entre o C.I.P. e a organização dos comités marxistas-leninistas portugueses*”, bem como este agrupamento “*estava votado a uma imensa propaganda reaccionária, porque de extrema-esquerda*”. Azeredo declarou que, inclusivamente, fora encontrado um “*manual de agitação de massas*”. Na mesma comunicação televisiva, o militar disse que foi apreendido, no CIP, “*um ficheiro político, no estilo mais pidesco possível (...) colecções de fotografias de grupos humanos, com um círculo à volta das cabeças (...) um conjunto de informações orientado para a repressão*”⁸⁰³.

A resposta à comunicação do governador não se fez esperar e surgiu, logo, em carta aberta, com um tom duro e muito pormenorizado, na qual o Centro de Informação acusou Azeredo de “*manipulador e desonesto*”, tendo essa missiva sido distribuída à população local e foi, igualmente, divulgada na imprensa⁸⁰⁴. Reproduzimos, de seguida, a parte principal da reacção do CIPM:

Quanto às acusações (...) que revelam uma “íntima ligação com as organizações dos comités marxistas-leninistas” (...) os documentos a que o senhor se refere são jornais, como os que se encontram em qualquer livraria ou banca de ardina. São eles “A Voz do povo”, “O Grito do Povo”, “A Classe Operária” e outros jornais que o CIP recebia periodicamente, como recebia a “República”, “Diário de Notícias” do Funchal e outros. Se o seu capitão tivesse procurado bem, até teria encontrado alguns exemplares do reaccionário “Jornal da Madeira.

*A outra acusação é o ficheiro, “o mais pidesco possível” (...) No CIP, havia três grupos de fotografias, todas do domínio dos fotógrafos profissionais e expostas já nas suas vitrinas: um grupo era o da tomada de posse do presidente da Câmara de Machico em 24 de Setembro de 1974; o outro era o da contra-manifestação em 10 de Fevereiro de 1975; e o terceiro era o das inscrições vergonhosas que certa ralé reaccionária escreveu nas paredes, contra a moral pública, cujas cópias estão também em poder do doutor Juíz da Comarca de Santa Cruz. Os círculos à roda da cabeça das pessoas, serve para realçar a resposta que operários, camponeses e pescadores deram aos conhecidos reaccionários que nessa altura vieram provocar o povo trabalhador.*⁸⁰⁵

⁸⁰³ *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975, C.I.P. com intenções de agitação de massas, C. PMCM e *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1975, Ponto da situação político-militar na Madeira pelo brigadeiro Carlos Azeredo – Alocução proferida na R.T.P. – Funchal, ARM.

⁸⁰⁴ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H), *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico-Carta aberta ao brigadeiro Azeredo, C. PMCM, *Diário Popular*, Lisboa, 29 de Outubro de 1975, Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo sobre os incidentes do Machico, BN e *Diário de Lisboa*, Lisboa, 28 de Outubro de 1975, De Machico para as altas instâncias – Carta Aberta ao brigadeiro Azeredo, Fundação Mário Soares, consultado em 10 de Junho de 2015 e disponível em <http://www.fmsoares.pt/aeb/>.

⁸⁰⁵ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H), *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico-Carta aberta ao brigadeiro Azeredo, C. PMCM, *Diário Popular*, Lisboa, 29 de Outubro de 1975, Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo sobre os incidentes do Machico, BN e *Diário de Lisboa*, Lisboa, 28 de Outubro de 1975, De Machico para as altas instâncias – Carta Aberta ao brigadeiro Azeredo, Fundação Mário Soares, consultado em 10 de Junho de 2015 e disponível em <http://www.fmsoares.pt/aeb/>.

Mais adiante, e sobre a acusação de ser um “*centro de agitação de massas*”, o CIP considerou tal inexplicável, referindo que era o seu papel de promoção dos direitos das pessoas e de apoio às lutas da população, nas mais diversas áreas sócio-profissionais. A mesma associação acusou, ainda o roubo de uma aparelhagem sonora, parcialmente, pertencente ao CIP⁸⁰⁶.

Sobre estes acontecimentos, pronunciou-se, publicamente, o grupo político União do Povo da Madeira (U.P.M.), de forma solidária, dizendo que “*Machico é um osso duro de roer!*” e que o CIPM tinha motivos para qualificar Azeredo como “*ditador*”⁸⁰⁷.

Estes factos mereceram uma interpretação do CIPM, ligada à realidade nacional, considerando que o comportamento dos capitalistas e dos partidos, definidos como reaccionários, no Norte de Portugal, na Madeira fora atribuído aos oficiais das Forças Armadas, concluindo que “*Os Comandos militares da nossa ilha estão preparando a morte do nosso povo, como demonstraram os acontecimentos registados em Machico.*”⁸⁰⁸

Relativamente ao assalto à sede do CIPM, o movimento UPM que apoiou o CIPM, resumia a sua posição no seguinte subtítulo: “*Destrói-se uma sede; não se destrói a luta pela liberdade!*”⁸⁰⁹

Por seu turno, a associação machiquense declarou:

*O senhor mandou saquear, roubar e queimar o CIP. Apenas queimou os ossos. Porque a alma renasceu mais firme e brilhante das próprias cinzas. O CIP é o povo trabalhador de Machico que sobreviverá a todos os ditadores e exploradores, dependurados em V.Ex^a, como num cabide.*⁸¹⁰

⁸⁰⁶ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H), *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico-Carta aberta ao brigadeiro Azeredo, C. PMCM, *Diário Popular*, Lisboa, 29 de Outubro de 1975, Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo sobre os incidentes do Machico, BN e *Diário de Lisboa*, Lisboa, 28 de Outubro de 1975, De Machico para as altas instâncias – Carta Aberta ao brigadeiro Azeredo, Fundação Mário Soares, consultado em 10 de Junho de 2015 e disponível em <http://www.fmsoares.pt/aeb/>.

⁸⁰⁷ *Comunicado sobre a alocução do sr. Brigadeiro Azeredo*, União do Povo da Madeira, Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

⁸⁰⁸ *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Outubro de 1975, Comentários aos incidentes em Machico, C.I.P. repudia «escalada do fascismo na Madeira», C. PMCM

⁸⁰⁹ *Comunicado sobre a alocução do sr. Brigadeiro Azeredo*, União do Povo da Madeira, Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

⁸¹⁰ *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A. (Anexo H), *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico-Carta aberta ao brigadeiro Azeredo, C. PMCM, *Diário Popular*, Lisboa, 29 de Outubro de

2.2.6.8. Posição face ao 28 de Setembro de 1974

O general António Spínola, Presidente da República, designado em 26 de Abril de 1974, arquitectou um plano, visando o reforço da sua autoridade, de modo a afirmar-se acima dos partidos e do Movimento das Forças Armadas e possibilitando-lhe a condução do processo de descolonização portuguesa. Havia que criar condições, para que houvesse confrontos públicos com as forças de esquerda, e, subseqüentemente, fosse declarado o estado de sítio por parte do referido militar, que, assim, concretizaria o seu projecto de poder. O seu apelo a uma “maioria silenciosa” teve eco nos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa, designadamente em diversos adeptos da antiga ditadura, tendo por intuito realizar uma grande manifestação de apoio a Spínola, a qual fora programada para o dia 28 de Setembro, em Lisboa. Esta iniciativa era condenada pelos vários partidos, como o PS, o PCP, o MDP/CDE e outros agrupamentos da esquerda.

Nesse dia 28, foram detidos vários elementos da direita, apoiantes do general, desincentivando os seus intentos e assistiu-se a uma grande mobilização popular, com a formação de barricadas nas estradas e revistas de viaturas, impedindo o acesso de pessoas à capital portuguesa, que quisessem apoiar a aludida manifestação. A operação spinolista falhara. António Spínola, verificando a sua derrota, quer na rua, quer junto das instituições (Junta de Salvação Nacional, MFA, Conselho de Estado), no dia 30 de Setembro, perante as câmaras de televisão, anunciou a sua renúncia do cargo de Presidente da República, sendo substituído pelo general Costa Gomes⁸¹¹.

Embora distante do palco principal destes acontecimentos, o CIPM manifestou a sua interpretação e proporcionou o esclarecimento da sua população local. Definiu-os como um acto das “*forças reaccionárias e contrarevolucionárias*”⁸¹².

Em seguida, levou a efeito um conjunto de assembleias populares, com o intuito de informar a população local sobre o que ocorrera em Lisboa⁸¹³, em virtude de

1975, Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo sobre os incidentes do Machico, BN e *Diário de Lisboa*, Lisboa, 28 de Outubro de 1975, De Machico para as altas instâncias – Carta Aberta ao brigadeiro Azeredo, Fundação Mário Soares, consultado em 10 de Junho de 2015 e disponível em <http://www.fmsoares.pt/aeb/>.

⁸¹¹ Cervelló, Josep Sánchez (2002), A Revolução portuguesa – o 28 de Setembro, Medina, João, dir. (2002), *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XIV, Madrid, Editora S.A.P.E, pp. 74 – 80.

⁸¹² *Ofício do CIPM ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, 4 de Outubro de 1974, C. A.

⁸¹³ *Ofício do CIPM ao Presidente da Câmara Municipal de Machico*, 3 de Outubro de 1974, C. A.

haver “*tanta gente alarmada e confusa*”, em particular com a demissão do general António Spínola do cargo de Presidente da República e também para definir novas linhas de acção, face à nova conjuntura⁸¹⁴.

As iniciativas de esclarecimento foram autorizadas pela Câmara Municipal de Machico (CMM), tendo sido programadas entre os dias 5 e 13 de Outubro de 1974, nos seguintes lugares: Caniçal, Machico, Água de Pena, Caramanchão e Ribeira Grande⁸¹⁵.

A par da função informativa, o CIPM associou-se à iniciativa do 1º Ministro da época, brigadeiro Vasco Gonçalves, o “*Domingo Nacional do Trabalho*”, previsto para 6 de Outubro de 1974, com o objectivo de “*festejar a vitória de todas as forças verdadeiramente democráticas e progressistas, sobre as forças reaccionárias e contrarrevolucionárias*”⁸¹⁶.

Nesta adesão à “*Jornada Nacional de Trabalho*”, o CIPM exortou a população a colaborar na reparação de carreiros e estradas locais, indicando os locais de concentração para essas acções, terminando esse dia com um comício na Vila de Machico⁸¹⁷. Tendo solicitado à CMM, a 4 de Outubro, a referência de obras em curso para integrar na acção do “*povo vigilante*”, no dia 6, a edilidade, presidida por Alexandre Teixeira, registou o gesto do CIPM e apontou a limpeza da estrada de ligação do cais de Machico à Estrada da Ribeira Seca⁸¹⁸.

Entretanto, houve um acontecimento local, do qual o Centro de Informação fez a sua extrapolação, considerando-o como o “*28 de Setembro de Machico*”. Foram os incidentes registados numa sessão de canto livre, no dia 26 de Outubro de 1974, no qual participaram Vitorino, Fausto e Tino Flores. Resumidamente, passou-se o seguinte: “*Cerca de dez indivíduos – uma minoria até aí silenciosa (...) entram em conflito com os presentes. Gestos poucos simpáticos, palavras grosseiras, empurrões e*

⁸¹⁴ Comunicado *Comícios sobre o 29 de Setembro*, Centro de Informação Popular de Machico, 4 (?) de Outubro (?) de 1974 (?), C. A.

⁸¹⁵ *Ofício do CIPM ao Presidente da Câmara Municipal de Machico*, 3 de Outubro de 1974, C. A., *Ofício nº 1419, da CMM dirigido ao CIPM*, 3 de Outubro de 1974, C. A. e Comunicado *Comícios sobre o 29 de Setembro*, Centro de Informação Popular de Machico, 4 (?) de Outubro (?) de 1974 (?), C. A.

⁸¹⁶ *Ofício do CIPM ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, 4 de Outubro de 1974, C. A.

⁸¹⁷ Comunicado *Jornada Nacional de Trabalho*, Centro de Informação Popular de Machico, 4 (?) de Outubro (?) de 1974 (?), C. A.

⁸¹⁸ *Ofício nº 1420, da CMM dirigido ao CIPM*, 6 de Outubro de 1974, C. A.

apontamentos de agressão.”⁸¹⁹ Esta situação ocorreu perante a passividade do subchefe da PSP, Moisés Félix de Sousa, relativamente aos perturbadores, mas “*teve umas atitudes enérgicas, chegando a puxar da pistola, para elementos progressistas que lhe chamavam a atenção para o que se passava.*”⁸²⁰ Seguiram-se “*Mais cenas, mais empurrões, mais pânico.*”⁸²¹

Este episódio levou o CIPM a considerar que este tornou-se no “*triste espectáculo*” que, ocorreu, pela primeira vez, com incidentes, após os inúmeros comícios promovidos em todo o concelho, os quais decorreram, sempre, sem “*nenhuma anormalidade*”⁸²².

É com base nestes factos que o CIPM concluiu que, nesta localidade, “*viveu-se um 28 de Setembro, menos aparatoso, é certo, mas tão eloquente e determinativo. (...) aquilo a que o povo classificou de «28 de Setembro» em Machico.*”⁸²³

A reacção da parte do CIPM a estes incidentes foi declarar que o seu trabalho continuaria, sendo essa a sua “*linha de rumo*”, porquanto “*Tudo o mais é puro acidente que, venha donde vier, servirá apenas para reforçar a nossa fidelidade ao povo que nos constitui.*”⁸²⁴

2.2.6.9. Posição face ao 11 de Março de 1975

Após a demissão de António Spínola do cargo de Presidente da República, em Setembro de 1974, ele próprio e os seus partidários não desistiram de reocupar o poder. A estes, aliaram-se outros oficiais de extrema-direita, bem como vários conspiradores exilados em Espanha, também, sedentos de recuperar o mando perdido com o 25 de Abril. Planeada, a partir de Janeiro de 1975, a acção central teve lugar no dia 11 de

⁸¹⁹ *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 28 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁸²⁰ *Comércio do Funchal*, Funchal, de 5 a 12 de Dezembro de 1974, Festas Populares com Tino Flores, Fausto e Vitorino, C. PMCM.

⁸²¹ *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 28 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁸²² *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 28 de Outubro de 1974, C. PMCM. e *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

⁸²³ *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 28 de Outubro de 1974, C. PMCM.

⁸²⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

Março do mesmo ano, expressa no ataque aéreo, por parte da Base de Tancos, ao RALIS, então considerada a base revolucionária das unidades militares. Mas o MFA, que já tinha conhecimento dos objectivos dos spinolistas e vinha vigiando a sua acção, permitiu o seu ataque e depois, conforme previsto, conseguiu neutralizar a ofensiva de direita, beneficiando da desorganização desta, a exemplo do que sucedera com o 28 de Setembro. Face à derrota, o general Spínola e outros 18 oficiais fugiram para Espanha.

Este acontecimento afastou os elementos spinolistas e de outras tendências de direita, reforçou o papel do COPCON, chefiado por Otelo Saraiva de Carvalho, nascendo o Conselho da Revolução (substituindo a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado), abriu as portas a uma maior afirmação da esquerda portuguesa, nomeadamente do PCP e possibilitou o avanço de transformações sociais, como a reforma agrária e as nacionalizações (banca, seguros e transportes)⁸²⁵. Neste contexto, o socialismo passou a ser, oficialmente, a meta da revolução portuguesa, afirmando-se os valores do “poder popular” e do “poder dos trabalhadores”⁸²⁶.

Apesar de este movimento ter acontecido no Continente, o CIPM esteve atento ao mesmo, e a exemplo do que sucedeu no 28 de Setembro de 1974, também fez a sua leitura política, considerando que, novamente, assistiu-se a “*intenções negras e sujas dos reaccionários*”, em que alguns generais – “*até o general Spínola*” – e “*outros ricos burgueses tentaram enganar os pobres soldados da Força Aérea para atacarem os seus irmãos das Forças Armadas*” e provocaram o incêndio o quartel do Regimento de Artilharia de Lisboa e depois, fugiram para Espanha. No entendimento do Centro de Informação, estes “*criminosos (...) Queriam que o país voltasse à antiga ditadura, ao fascismo, à escravidão do Povo*”⁸²⁷.

Perante estes factos, o CIP convocou, em 12 de Março, e para as 7 horas da tarde do mesmo dia, uma concentração no Largo da Vila, para manifestar o apoio dos trabalhadores às Forças Armadas, a exemplo do que se verificou nas várias cidades do

⁸²⁵ Cervelló, Josep Sánchez (2002), A Revolução portuguesa – o 11 de Março, Medina, João, dir. (2002), *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XIV, Madrid, Editora S.A.P.E, pp. 81 – 86.

⁸²⁶ Moreira, Vital (1998), A instituição da democracia. A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1976, *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Rosas, Fernando, coord. (1999), I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa, de 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri / Fundação Mário Soares / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp.193-209.

⁸²⁷ Panfleto *11 de Março – Um dia negro*, 12 (?) de Março (?) de 1975 (?), C. A.

país, de forma a “*desmascarar mais uma vez os reaccionários, todos da mesma igualha daqueles que ontem queriam matar o Povo Trabalhador.*”⁸²⁸

Tal como ocorrera com o 28 de Setembro de 1974, também esta associação estabeleceu uma ligação deste acontecimento nacional com a situação local, designadamente com a ocupação do edifício da Câmara de Machico, que tivera lugar em Fevereiro de 1975. Assim, o CIPM declarou que a população machiquense compreendia bem essa agitação registada no Continente, pois

*Foi uma coisa parecida com a contra-manifestação que se deu no terceiro dia da ocupação da Câmara: senhores ricos, burgueses e comerciantes conseguiram enganar pobres pessoas do Povo, na maioria crianças, para lutarem contra os operários, camponeses e pescadores que ocupavam a Câmara.*⁸²⁹

Segundo o Centro, os objectivos dos reaccionários eram os mesmos: “*A mesma coisa que os de Machico: matar o povo trabalhador, rebentar com o poder do Povo.*” Noutra passagem, fazia-se um paralelo local com a situação nacional, identificando os reaccionários, como “*os senhores bem vestidos, os senhores gordos, os funcionários da Câmara, os que ganham à custa do povo Trabalhador, os comerciantes que escondem o açúcar, os senhorios e até alguns bem fardados, tudo senhores da alta*”⁸³⁰.

Outra comparação foi feita, quanto a quem salvou a nação, no 11 de Março. Se em Lisboa, foram os operários da Lisnave, do Porto de Lisboa, também, em Machico, teria de ser “*o Povo Trabalhador (...) os operários, os camponeses, os pescadores e os soldados.*”⁸³¹

Entretanto, a 19 do mesmo mês, realizou-se, no Funchal, uma manifestação organizada pelo Sindicato da Construção Civil. O CIPM associou-se a esta acção, considerando-a “*um importante passo na caminhada que o Povo do concelho de Machico tem feito para conquistar o poder.*”⁸³² Acrescentava um panfleto divulgado pela mesma agremiação, na véspera da manifestação, que esta era “*contra o capitalismo*

⁸²⁸ Panfleto *11 de Março – Um dia negro*, 12 (?) de Março (?) de 1975 (?), C. A.

⁸²⁹ Panfleto *11 de Março – Um dia negro*, 12 (?) de Março (?) de 1975 (?), C. A.

⁸³⁰ Panfleto *11 de Março – Um dia negro*, 12 (?) de Março (?) de 1975 (?), C. A.

⁸³¹ Panfleto *11 de Março – Um dia negro*, 12 (?) de Março (?) de 1975 (?), C. A.

⁸³² *Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Março de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

e os seus responsáveis, sobretudo o Rebelo que tanto tem prejudicado o Povo de Machico.”⁸³³

Neste sentido, o CIP procedeu à realização de esclarecimentos públicos, na Ribeira Seca, Caniçal e Bairro da Queimada (Água de Pena), nessa data, bem como recebeu nomes dos interessados para participarem na aludida manifestação. E aqui, importa referir que os acontecimentos do 11 de Março de 1975 foram reportados como elementos mobilizadores da população para o encontro do dia 19, na cidade madeirense. Então, o CIPM disse: *“Temos de encostar à parede todos aqueles que no nosso meio fazem as vezes de banqueiros e generais que, há oito dias atrás, queriam destruir a democracia portuguesa.*”⁸³⁴

2.2.6.10. Posição face ao 25 de Novembro de 1975

No Verão de 1975, viveu-se um período muito agitado, com confrontos entre diferentes segmentos sócio-políticos, tumultos nas ruas, assaltos e destruição de sedes partidárias. Estávamos em pleno PREC (Processo Revolucionário em Curso). Este “verão quente” pôs em contraponto dois grupos: os moderados e os revolucionários. Na ala moderada, pontificavam nomes como Melo Antunes, Vasco Lourenço, Jaime Neves e Pinheiro de Azevedo, a que se associavam diversos partidos, como o PS, PPD e o CDS e ainda o Grupo dos Nove. Do outro lado, encontravam-se personalidades, como Otel Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho, Varela Gomes e Diniz de Almeida, apoiados, entre outros, pelo PCP, UDP, MDP e pelo COPCON. Este último bloco, no entanto, apresentava-se dividido, reflectindo-se tal no seio militar, onde veio a notar-se falta de homogeneidade e de unidade de comando.

Embora os dois agrupamentos comungassem dos ideais da Revolução dos Cravos, a verdade é que se mostraram inconciliáveis, quanto ao rumo político do país e só pela tomada do poder, por uma das partes, poderia resolver a delicada situação do país.

No crescendo da violência na rua e dos episódios mais marcantes, como a destruição do emissor da Rádio Renascença, a nomeação de Vasco Lourenço para

⁸³³ Panfleto *Grande manifestação*, Centro de Informação Popular de Machico, 18 (?) de Março (?) de 1975 (?), C. A.

⁸³⁴ Panfleto *Grande manifestação*, Centro de Informação Popular de Machico, 18 (?) de Março (?) de 1975 (?), C. A.

comandante da Região Militar de Lisboa, em lugar de Otelo, a tentativa de sequestro do V Governo, chefiado por Pinheiro de Azevedo e o cerco à Assembleia Constituinte, e apesar de cada um dos sectores em disputa encontrar-se a evitar tomar a iniciativa de ataque, a verdade é que a ala mais revolucionária, no dia 25 de Novembro, lançou uma ofensiva, através da ocupação do Comando da Região Aérea de Monsanto e de outras bases aéreas, por parte dos paraquedistas da Base Escola de Tancos. Depois de já ter detido Otelo, em Belém, e colocado o COPCON sob as suas ordens, o Presidente da República, Costa Gomes, declarou o estado de emergência em toda a Lisboa e proclamou que as tropas deveriam obedecer-lhe ou ao tenente-coronel Ramalho Eanes. Por outro lado, o mais alto magistrado da nação conseguiu desmobilizar a acção do PCP e da Intersindical, garantindo ao primeiro que não seria ilegalizado, e à segunda organização que os trabalhadores não sofreriam represálias. Terminava a tentativa de ocupação do poder pela ala revolucionária, triunfando o movimento moderado. Para muitos, este momento marca a “normalização” política do país.⁸³⁵ Regista-se uma contenção do processo revolucionário, através do qual a legitimidade revolucionária cede lugar à legitimidade das urnas, na linha de uma democracia parlamentar e também assiste-se à liquidação política do MFA, ao regresso das Forças Armadas ao seu papel tradicional no Estado, agora sob a alçada do poder político e à neutralização, gradual da esquerda político-militar⁸³⁶.

A nível regional, assistia-se, de forma pacífica, às movimentações em Lisboa, tendo Carlos Azeredo apelado à serenidade e garantido a continuidade da revolução portuguesa⁸³⁷.

Ao contrário do que sucedera no 28 de Setembro de 1974 e no 11 de Março de 1975, não se descortinou qualquer posição pública do Centro de Informação Popular de Machico, relativamente aos acontecimentos ora em apreço.

No entanto, a acção do CIPM continuara, a par de outras organizações com quem tinha ligação associativa. Assim, foi visível o apoio desta agremiação, nomeadamente, à Cooperativa Povo Unido, à União das Bordadeiras de Machico e à

⁸³⁵ Cervelló, Josep Sánchez (2002), *A Revolução portuguesa – o 25 de Novembro*, Medina, João, dir. (2002), *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XIV, Madrid, Editora S.A.P.E, pp. 87 – 94.

⁸³⁶ Rosas, Fernando (2004), *Pensamento e Acção política, Portugal século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias.

⁸³⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de Novembro de 1975, Brigadeiro Carlos Azeredo: Mensagem breve na E. N., Biblioteca Municipal do Funchal.

actividades dos caseiros, em prol da extinção da colónia, a qual aconteceria, legislativamente, pela Assembleia Regional, em 1977.

Apesar do 25 de Novembro de 1975 afrouxar a intensidade política dos movimentos associativos ligados ao 25 de Abril, cedendo espaço aos partidos políticos, que ganharam maior visibilidade com as eleições legislativas nacionais e regionais, realizadas em 1976, o certo é que o CIP prosseguiu o seu caminho. A diminuição da sua missão aconteceu com a ligação e até a candidatura de alguns dos seus membros em agremiações partidárias, como Martins Júnior, que foi eleito deputado, como independente, na lista da UDP para a Assembleia Regional da Madeira, em 1976 e uma grande parte dos activistas do Centro nas listas dos GDUPs para a autarquia de Machico, em Dezembro do mesmo ano, tendo outros elementos optado por partidos diferentes, como João Escórcio, que aproximou-se do Partido Socialista.

Por um lado, poderíamos dizer que esta separação partidária teve impacto no decrescer da unidade dos membros do CIP e, inclusivamente, no seu fim associativo. A propósito, Martins Júnior, dissera, em 1977: “*O que retalhou Machico foram mesmo os partidos. Foi uma pena! Machico estava muito unido, muito forte, e sabia o que queria nas suas lutas. Depois meteram-se os partidos.*”⁸³⁸ Por outro, também é possível interpretar que a acção do CIPM transferiu-se para as instituições representativas e eleitas, na Madeira e no concelho, como a Assembleia Regional e os órgãos autárquicos. Assim, o desaparecimento desta associação foi lento e gradual, mas os seus ideais diluíram-se em novos organismos de intervenção, vestindo os seus fundadores, activistas e colaboradores a pele de deputados e autarcas. Mas notou-se que, na sua acção, constituíram-se portadores dos ideais do 25 de Abril de 1974 e das “bandeiras” que fizeram nascer e viver o Centro de Informação Popular de Machico.

2.3. O CIPM na imprensa regional e nacional

Por ocasião da Revolução de 1974, na Madeira, existiam os seguintes órgãos de informação: três rádios (*Emissora Nacional, Estação Rádio da Madeira e Posto Emissor do Funchal*), a RTP, dois jornais diários (*Jornal da Madeira e Diário de Notícias*) e cinco periódicos, com publicação semanal (*Comércio do Funchal, Diário da*

⁸³⁸ *Opção*, Lisboa, nº 73, de 15 a 21 de Setembro de 1977, Madeira: a revolta do Padre Martins, p. 48, BN.

Madeira, Eco do Funchal, Voz da Madeira e Re-Nhau-Nhau)⁸³⁹. À ilha, chegavam, ainda, os jornais do Continente, como *A Capital, o Diário de Notícias, o Diário de Lisboa, o Diário Popular e O Século*, alguns deles com correspondentes regionais, número esse que foi aumentando, em virtude da liberdade de imprensa, trazida pelo 25 de Abril.

Na comunicação social escrita, o Centro de Informação Popular de Machico teve um registo assinalável, a qual possibilitou a publicitação das suas iniciativas e mensagens, tanto no arquipélago, como no país.

Essa divulgação do CIPM aconteceu por quatro vias. Primeiro, através de comunicados próprios, manifestando os seus projectos e as suas ideias, como no atendimento da população, na criação do jardim-de-infância do Forte do Cais e na promoção da mudança do poder municipal. Anote-se que, na época, acontecia a divulgação de muitos comunicados na íntegra, muitos deles extensos, e de forma graciosa. Em segundo lugar, por referência à sua participação em actos de outras organizações, de que são exemplos a Cooperativa Povo Unido e a União das Bordadeiras de Machico ou em eventos locais e regionais, como a extinção da colónia, a acção dos produtores de cana-de-açúcar, dos baleeiros e dos trabalhadores da Fábrica de Conserva, a comemoração do 1.º de Maio, a retirada do pároco da Ribeira Seca e a oposição ao separatismo. Em terceiro lugar, havia as notícias alusivas a vários acontecimentos, aos quais o CIP estava ligado, mesmo que, nalgumas vezes, não fosse referido o seu nome, mas, naturalmente, a sua associação era implícita. E, por fim, esta organização era objecto de opiniões e esclarecimentos, na imprensa, quer por parte de entidades oficiais, como a Diocese, o Governador Militar, o Governador Civil, a Acção Católica, quer por parte de vários leitores e comentadores, como Luciano Castanheira, Queiroz Lopes, José Manuel Silva e A. Xara. Estes factos foram, aliás, perfeita e largamente, comprovados ao longo deste trabalho, dispensando-se, assim, neste capítulo, efectuar uma repetição exaustiva da sua confirmação.

Ainda assim, registaram-se divergências, quanto ao comportamento da comunicação social, relativamente a Machico e ao CIPM. Por um lado, nalguns momentos, houve opiniões que consideravam que a imprensa não dava a devida atenção ao que se passava em Machico, como sucede em 1975, ao surgir a crítica sobre “o

⁸³⁹ Gouveia, Gregório (2002), *Madeira: Tradições autonomistas e revolução dos cravos*, Funchal, Editora O Liberal, pp. 135-137.

silêncio que tem envolvido o sector noticioso desta freguesia”⁸⁴⁰. Por outro lado, nem sempre foi pacífica a relação do CIPM e das organizações a si ligadas, com os órgãos de informação, designadamente, com o *Jornal da Madeira* e *A Capital*. Relativamente ao primeiro órgão, por exemplo, a Comissão Administrativa da CMM, presidida pelo fundador do CIP, Martins Júnior, queixou-se do seu alinhamento com os separatistas, por ocasião dos acontecimentos, conhecidos como Tribunal Popular, em Agosto de 1975⁸⁴¹. Quanto ao jornal nacional, ocorreu, num comício realizado em 14 de Setembro de 1975, a queima pública de alguns dos seus exemplares, pelo facto do seu correspondente ter sido considerado como apoiante da independência da Madeira⁸⁴².

Ainda, quanto ao ambiente existente na Madeira, no que se referia à liberdade da comunicação social, houve uma grande polémica, com impacto nacional, devido à atitude de Carlos Azeredo, relativamente a uma equipa do Continente da *RTP* que se encontrava em Machico, de 12 a 23 de Outubro de 1975, a fazer uma reportagem, nomeadamente sobre a Ribeira Seca, onde Martins Júnior era pároco. Então, o governador do distrito – segundo este, a seu pedido e com a concordância da direcção nacional da *RTP* – deu ordens à mencionada equipa televisiva para abandonar a Madeira, “*dado a parcialidade consciente com que informava sobre os acontecimentos de Machico*”, e de modo a que “*não houvesse um possível novo agravamento da situação naquela vila*”. Após a sua procura, pela PSP, os profissionais da *RTP* saíram da ilha, em 23 de Outubro. Azeredo confirmou, ainda, a “*proibição de se retransmitir na TV local uma entrevista efectuada pela referida equipa em Machico pelas repercussões que ela poderia ter na situação daquela Vila*”⁸⁴³. A propósito deste acontecimento e de outros factos abordados por Carlos Azeredo, na sua comunicação televisiva de 22 de Outubro de 1975, o CIPM, numa carta aberta, acusou-o de querer “*controlar os órgãos de Comunicação Social: para adulterar a verdade, para mentir sem que ao, ao menos, o réu tenha hipótese de defesa*”, sendo o réu o próprio Centro de Informação, bem como de não deixar as Comissões de Trabalho da CMM apresentarem o seu depoimento sobre Machico, tendo ainda perseguido “*constantemente os locutores*

⁸⁴⁰ *Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Fevereiro de 1975, A palavra do leitor – A democracia (?) de Machico – algo se passa de anormal, E.C., C. PMCM.

⁸⁴¹ *Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Agosto de 1975, O Tribunal Popular de 29 de Agosto de 1975 – Deliberação da C.A. da Câmara Municipal de Machico, C. PMCM.

⁸⁴² *O Grito do Povo*, Lisboa, Setembro de 1975, O povo da Madeira e dos Açores escorraçar a canalha fascista, C. PMCM.

⁸⁴³ *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Novembro de 1975, Esclarecimento do Governador do Distrito sobre moção de imprensa, C. PMCM.

progressistas da Emissora Nacional, ameaçando-os até com suspensão”.⁸⁴⁴ Sobre esta polémica, foi aprovada uma moção dos profissionais da comunicação social, a nível nacional, contestando a postura de Azeredo⁸⁴⁵.

Apesar destes contratempos, na opinião do CIPM e de organismos a ele associados terem sido provocados por limitações da liberdade de imprensa, pela falta de imparcialidade de alguns órgãos de informação e pelo silenciamento parcial, relativamente aos acontecimentos revolucionários, em curso em Machico, a verdade é que o Centro de Informação mereceu amplo espaço na comunicação social. E é com base nesse registo, designadamente, o escrito, que assenta a história desta organização e que permitiu produzir, em larga escala, a presente investigação. Assim, resta-nos concluir que Machico foi mais conhecido, na Madeira, no país e mesmo a nível internacional, graças, em grande parte, à expressão pública do CIPM na imprensa regional e nacional.

⁸⁴⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico-Carta Aberta ao brigadeiro Azeredo, C. PMCM.

⁸⁴⁵ *Diário Popular*, Lisboa, 30 de Outubro de 1975, Trabalhadores da informação pronunciam-se sobre a situação na Madeira, BN.

Conclusão

O Centro de Informação Popular de Machico, “filho” do Movimento dos Capitães, apareceu numa situação de mudança em Portugal, que exigia profundas alterações económicas, políticas, sociais e culturais. Era uma nação saída de uma ditadura, com um enorme atraso económico e cultural e mergulhada num grande desequilíbrio social.

O seu surgimento foi motivado por uma forte vontade de transformação, a nível local, num cenário marcado por causas nacionais, a que acresciam factores mais próprios desta terra.

Foi uma agremiação criada por um grupo de jovens de Machico, que se confrontou com a necessidade de estudar os problemas da sua localidade e encontrar saídas para os mesmos. As suas áreas de intervenção foram, prioritariamente, a mudança da governação municipal, a extinção da colónia, a formação de cooperativas de produção e consumo, as reivindicações de vários sectores laborais, como as bordadeiras, os trabalhadores das conservas, da construção civil, da indústria hoteleira, dos baleeiros e o alojamento dos refugiados da guerra colonial. Por outro lado, foi marcante a sua acção ao nível da informação das populações, da realização de actividades culturais e da criação de um jardim-de-infância. No campo político, o CIP procedeu à difusão das ideias do 25 de Abril, à denúncia dos seus opositores e à oposição ao separatismo regional.

Movendo-se num período bastante polémico, o Centro de Informação viu-se envolvido numa dinâmica de relações, que, por um lado, foram algo conflituosas, como por exemplo, com a Diocese do Funchal e os Governos Civil e Militar da Madeira, mas, por outro, foram muitas estreitas, com as organizações populares do concelho e os movimentos políticos adeptos do 25 de Abril.

A sua missão foi ao encontro do projecto de mudança, desejado no país, divulgando o espírito da Revolução dos Cravos e aplicando-o na sua acção diária. Na verdade, foi demonstrado que este agrupamento teve uma função múltipla no tempo da revolução, pois liderou, dinamizou, organizou, apoiou, acompanhou e divulgou as diferentes acções revolucionárias, ocorridas, não só em Machico, como na Madeira. Segundo João Escórcio, esta agremiação foi um *“polo aglutinador de todos os anseios e*

desejos de toda uma população, que libertando-se da cegueira a que a sujeitaram durante longos anos, explodiu na sua fome de saber e sede de conhecer.”⁸⁴⁶ A multifacetada acção do CIPM é retratada, pelo citado fundador, do seguinte modo: *“foi um pouco de tudo (associação cívico-cultural, sindicato, recetor de queixas, reparador de injustiças, informador de direitos e deveres, promotor de cooperativas e até “orientou” eleições autárquicas*”⁸⁴⁷.

Por seu turno, Maria Alice Franco dos Santos defende que, nos vários movimentos populares, foi o CIP que *“deu voz aos seus legais representantes, com a criação de comissões de trabalhadores, elaboração de moções e de cadernos reivindicativos, que apresentavam junto dos plenários dos trabalhadores e das entidades patronais.*”⁸⁴⁸ Esta mesma activista considera que o Centro de Informação *“esteve sempre na linha da frente, consciencializando e politizando a população”,* devendo ficar na história de Machico e da Madeira⁸⁴⁹.

Consequentemente, podemos considerar que o CIPM foi uma associação revolucionária, pois transformou o tecido local, deixando marcas de alteração no futuro da comunidade machiquense e mesmo madeirense. Por isso, não é descabido concluir que o movimento revolucionário que se viveu, na época, bem como o empenho do CIP fizeram de Machico a terra onde mais se fez sentir o 25 de Abril, puseram Machico no mapa político nacional e tornaram-no na localidade mais politizada da Madeira. Para Martins Júnior, o maior sucesso e a maior glória do CIPM foi *“aceitar que o Povo ocupasse a centralidade originária na vivência e no desenvolvimento da Revolução dos Cravos em Machico e, daqui, para outras localidades da Região.*”⁸⁵⁰ E mais acrescenta este fundador, na sua reflexão sobre o passado: *“Foi o CIP/M que esteve no coração e na nomenclatura com que ficou cognominado este concelho: “MACHICO-TERRA DE ABRIL”*”⁸⁵¹. Simultaneamente, podemos assumir que esses factores foram determinantes

⁸⁴⁶ Escórcio, João Moniz Vasconcelos, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo L).

⁸⁴⁷ Escórcio, João Moniz Vasconcelos, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo L).

⁸⁴⁸ Santos, Maria Alice Franco, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo N).

⁸⁴⁹ Santos, Maria Alice Franco, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo N).

⁸⁵⁰ Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo M).

⁸⁵¹ Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo M).

para uma característica mais distintiva de Machico, que é o funcionamento da alternância democrática, designadamente a nível do poder autárquico da Madeira, e onde mais foi praticado esse princípio do regime democrático.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelo autor, deve ser salientado, por um lado, o interesse que o mesmo suscitou, pela (re) descoberta de eventos cruciais na história machiquense e sua importância para um melhor conhecimento do passado da comunidade local. Por outro, verificou-se alguma dificuldade em alinhar uma narrativa linear, tendo em conta a pluralidade dos acontecimentos históricos, cuja interligação exigiu uma atenta articulação temática e cronológica, a que acresceu uma outra limitação, que foi a falta de datação de muitos comunicados e panfletos da época. A propósito, poderemos dizer que esta dissertação conjuga dois em um, ou seja, a história dos movimentos populares após o 25 de Abril e, concomitantemente, a história do CIPM, temáticas que, obrigatória e permanentemente, coexistiram, em Machico, ao longo do período estudado.

A terminar, e como resultado do trabalho efectuado e de uma subsequente reflexão sobre o mesmo, apresentamos algumas pistas ou propostas para dar continuidade e maior consistência ao estudo do presente objecto temático:

- Aprofundamento da investigação realizada;
- Avaliação da participação do CIPM noutras actividades, como a greve dos trabalhadores do Mercado Velho e a acção pela dignificação das Escolas da Ribeira Seca;
- O relacionamento do CIPM com os partidos;
- Alargamento do espaço temporal do estudo, ou seja, após 25 de Novembro de 1975;
- Abordagem da extinção do Centro de Informação e das suas causas;
- Partida para o estudo de outras movimentações populares registadas em Machico, para as quais o CIPM tivesse cooperado;
- Recurso a novas fontes e documentos, nomeadamente, gravações radiofónicas e televisivas, discos, CD's.

Este trabalho de aprofundamento do tema mais se justifica, tendo por base as opiniões dos três fundadores do CIPM, ouvidos nesta investigação. A primeira, Maria Alice Franco dos Santos, fala da “*resistência*” do CIPM face “*a tudo e todos os que*

quiseram, e ainda querem, “assombrar” o seu papel na construção da história de Machico e da Madeira”⁸⁵². A segunda, a de João Escórcio, dizendo que as situações deste período revolucionário “ainda se encontram envoltas em muitas meias verdades por vezes contadas e mais grave escritas, sem apoio de documentos comprovadores.”⁸⁵³ A terceira pessoa, Martins Júnior – a quem coube uma parte substancial e decisiva na intervenção e na liderança das movimentações populares e do próprio Centro de Informação – conclui que “para descrever-se a trajectória das restantes conquistas de Abril em Machico, via CIP/M, requerer-se-iam outros tantos volumes” como o presente trabalho”⁸⁵⁴.

Para preservar a memória do Centro de Informação Popular de Machico, seria de todo importante este imóvel constituir um núcleo museológico alusivo a esta associação e aos movimentos populares decorrentes do 25 de Abril de 1974, onde fosse reunido todo o seu acervo, podendo vir a transformar-se no Centro de Estudos do 25 de Abril de Machico e da Madeira. Em conformidade com esta ideia, o autor desta dissertação, em Agosto de 2014, apresentou uma proposta, à Câmara Municipal de Machico, no sentido desta entidade proceder à aquisição do prédio da Rua do Ribeirinho, n.º 21, em Machico⁸⁵⁵, tendo a mesma merecido a atenção da edilidade, na sua reunião de 4 de Setembro de 2014, remetendo-a para o Gabinete Jurídico, visando o respectivo estudo de viabilidade jurídica e financeira⁸⁵⁶. Esperamos que, num futuro breve, tal desiderato seja alcançado, para bem da história local e regional.

⁸⁵² Santos, Maria Alice Franco, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo N).

⁸⁵³ Escórcio, João Moniz Vasconcelos, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo L).

⁸⁵⁴ Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015. (Anexo M).

⁸⁵⁵ *Ofício de Lino Bernardo Calaça Martins, dirigido à Câmara Municipal de Machico, sobre o assunto: Proposta de aquisição pelo Município do prédio urbano situado na Rua do Ribeirinho, 21 – Cidade de Machico*, 29 de Agosto de 2014, C. A. (Anexo O)

⁸⁵⁶ *Acta nº 18-2014 da CMM*, Reunião de 4 de Setembro de 2014, consultado em 20 de Agosto de 2015 em <http://www.cm-machico.pt/pdfs/a69f1f5bc1.pdf>

Bibliografia e Fontes

Bibliografia

- Azeredo, Carlos de (2004), *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, Porto, Livraria Civilização Editora.
- Bica, A. (2009), Algumas considerações sobre a colônia da Madeira e a sua extinção, Lizardo, João, coord. (2009), *Caseiros e Senhorios nos Finais do Século XX na Madeira. O Processo de Extinção da Colônia*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 47-52.
- Caldeira, Duarte (2009), O início do processo de extinção, Lizardo, João, coord. (2009), *Caseiros e Senhorios nos Finais do Século XX na Madeira. O Processo de Extinção da Colônia*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 38-41.
- Calisto, Luís (1995), *Achas na autonomia*, Funchal, Edição Diário de Notícias do Funchal.
- Cervelló, Josep Sánchez (2002), A Revolução portuguesa – o 28 de Setembro, Medina, João, dir. (2002), *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XIV, Madrid, Editora S.A.P.E, pp. 74 – 80.
- Cervelló, Josep Sánchez (2002), A Revolução portuguesa – o 11 de Março, Medina, João, dir. (2002), *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XIV, Madrid, Editora S.A.P.E, pp. 81 – 86
- Cervelló, Josep Sánchez (2002), A Revolução portuguesa – o 25 de Novembro, Medina, João, dir. (2002), *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XIV, Madrid, Editora S.A.P.E, pp. 87 – 94.
- Comissão Organizadora dos 50 anos da Ordenação sacerdotal do Padre José Martins Júnior (2012), *Olhares Múltiplos sobre um Homem*, Machico, Centro Cívico e Cultural da Ribeira Seca.
- Gouveia, Gregório (2002), *Madeira: Tradições autonomistas e revolução dos cravos*, Funchal, Editora O Liberal.
- Lizardo, João (2008), A situação da colônia à data do 25 de Abril de 1974, Freitas, João Abel, coord. (2008), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 191-232.
- Martins, Lino Bernardo Calaça, coord. (1978), *Machico a sua história e a sua gente*, Machico, Departamento de Iniciativas Culturais da Junta de Freguesia de Machico.
- Mattoso, José, dir. (1993-94) *História de Portugal*, Vol. VIII, Portugal em Transe (1974-1985), Lisboa, Editorial Estampa.
- Moreira, Vital (1998), A instituição da democracia. A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1976, *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Rosas, Fernando, coord. (1999), I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa,

de 23 a 28 de Novembro de 1998, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri / Fundação Mário Soares / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Nepomuceno, Rui (1994), *As crises de subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho.

Ribeiro, João Adriano (2001), *Machico – subsídios para a história do seu concelho*, Machico, Edição Câmara Municipal de Machico.

Rosas, Fernando (2004), *Pensamento e Acção política, Portugal século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias.

Sabino, Amadeu Lopes (1976), *Portugal é demasiado pequeno (1974 – 1976)*, Coimbra, Editora Centelha.

Silva, Vicente Jorge (2006), *O Comércio do Funchal e a Autonomia*, Lisboa, Edição Viver a Madeira.

Varela, Raquel (2014), *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*, Lisboa, Bertrand Editora.

Veríssimo, Nelson (2000), *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Outras fontes

A *Capital*, Lisboa, 6 de Setembro de 1975, Tentativa para ocupar Câmara de Machico desencadeia cenas de violência, C. PMCM.

A *Capital*, Lisboa, 8 de Setembro de 1975, Versão dos acontecimentos de Machico, C. PMCM.

A *Capital*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Funchal acorda de madrugada com explosões de petardos, C. PMCM.

A *Capital*, Lisboa, 27 de Setembro de 1975, Câmara de Machico não foi reocupada, C. PMCM.

A *Capital*, Lisboa, 17 de Outubro de 1975, Atentado bombista, C. PMCM.

A *Capital*, Lisboa, 23 de Outubro de 1975, Comissões de Populares no Machico - «Governador da Madeira é inimigo do Povo», BN.

Acta nº 18-2014 da CMM, Reunião de 4 de Setembro de 2014, consultado em 20 de Agosto de 2015 em <http://www.cm-machico.pt/pdfs/a69f1f5bc1.pdf>

Aviso – Câmara Municipal do Concelho de Machico, 11 de Fevereiro de 1975., C.A.

- Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A.
- Carta do Bispo do Funchal, dirigida ao Rev. Padre José Martins Júnior*, Funchal, 5 de Novembro de 1974, C. A.
- Comércio do Funchal*, Funchal, de 6 a 12 de Dezembro de 1973, A Matur em crise, Biblioteca Municipal do Funchal.
- Comércio do Funchal*, Funchal, 11 de Julho de 1974, Matur: «trabalhador informado jamais será burlado», Biblioteca Municipal do Funchal.
- Comércio do Funchal*, Funchal, de 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM.
- Comércio do Funchal*, Funchal, de 5 a 12 de Dezembro de 1974, Grão-Pará – Matur, a greve continua, Biblioteca Municipal do Funchal.
- Comércio do Funchal*, Funchal, de 5 a 12 de Dezembro de 1974, Festas Populares com Tino Flores, Fausto e Vitorino, C. PMCM.
- Comércio do Funchal*, Funchal, de 16 a 23 de Janeiro de 1975, Grão-Pará: do fascismo à democracia burguesa, Biblioteca Municipal do Funchal.
- Comércio do Funchal*, Funchal, de 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.
- Comércio do Funchal*, de 12 a 19 de Junho, 1975, A Luta do povo não pára!, C. PMCM.
- Comércio do Funchal*, Funchal, de 12 a 19 de Junho de 1975, Operários das Baleeiras em greve, C. PMCM.
- Comércio do Funchal*, Funchal, de 19 a 26 de Junho de 1975, União das Bordadeiras de Machico, C. PMCM.
- Comércio do Funchal*, Funchal, 5 de Julho de 1975, Sindicato Livre dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados da Madeira, Apoiemos a ocupação da Casa do Grémio em Machico, C. PMCM.
- Comércio do Funchal*, Funchal, Junho (?) de 1975 (?), As cooperativas devem servir de bases para o povo tomar o poder, C. A.
- Comunicação à Presidência da República, ao Conselho da Revolução, ao Ministério da Administração Interna, ao Governo do Distrito-Funchal*, Departamento de Coordenação Municipal, Setembro (?) de 1975 (?), C. A.
- Comunicação da Comissão subscritora do voto exposto no sarau-comício de 18 de Maio de 1974, ao Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal*, 21 de Maio de 1974, C. A.

Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira, 6 de Agosto de 1974, C. A.

Comunicação do CIPM Reunião dia 5/Maio, Segunda – Conclusões – Reuniões de planificação de trabalho das equipas, 5 de Maio 1974 (?), C. A.

Comunicado “1º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores”, Centro de Informação Popular de Machico, 1 de Maio de 1975, C. A.

Comunicado A Sindicalização das bordadeiras, Esclarecimentos em Água de Pena, Santo da Serra e Caniçal, 18 de Abril de 1975, C. A

Comunicado ao povo trabalhador, Centro de Informação Popular de Machico, 27 de Julho de 1975, C. A.

Comunicado Comícios sobre o 29 de Setembro, Centro de Informação Popular de Machico, 4 (?) de Outubro (?) de 1974 (?), C. A.

Comunicado Contra o fascismo ofensiva popular, 26 (?) de Julho (?) de 1975 (?), Centro de Informação Popular de Machico, C. A.

Comunicado da Comissão Organizadora do Comício e Manifestação dos Produtores de Cana da Madeira, 28 de Março de 1975, C. A.

Comunicado Dia Mundial da Criança, Centro de Informação Popular de Machico, 4 de Outubro de 1974, C. A.

Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, 4 de Outubro de 1974, C. A.

Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, 1 de Novembro de 1974, C. A.

Comunicado do Centro de Informação Popular, 11 de Novembro de 1974, C.A.

Comunicado do Governador Militar – Comando Territorial Independente da Madeira, Quartel General, 2 de Março de 1975, C. A.

Comunicado Jornada Nacional de Trabalho, Centro de Informação Popular de Machico, 4 (?) de Outubro (?) de 1974 (?), C. A.

Comunicado Mais terrorismo em Machico – Os inimigos do Povo incitam os retornados p´rá guerra, 1 (?) de Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

Comunicado O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos, 19 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico,

Comunicado O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

Comunicado Os camponeses têm razão, Comissão de Produtores de Cana, Abril (?) de 1975 (?), C. A.

- Comunicado *Produtores de Cana, a nossa luta continua*, Comissão de Produtores de Cana Sacarina, 31 de Março de 1975, C. A.
- Comunicado sobre a alocução do sr. Brigadeiro Azeredo*, União do Povo da Madeira, Outubro (?) de 1975 (?), C. A.
- Comunicado *Sobre a Cooperativa*, Comissão Coordenadora da Cooperativa Povo Unido, 22 Maio de 1975, C. A.
- Cooperativismo Popular*, Boletim Informativo da Cooperativa Operária Camponesa (COCAN) nº 3, Funchal, Outubro de 1975, Editorial – O fascismo não passará porque o povo lhe fará frente!, C. PMCM.
- Convocatória de reunião de moradores no CIPM*, 29 de Março de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A.
- Diário de Lisboa*, Lisboa, 24 de Outubro de 1975, Para Pinheiro de Azevedo e Otelos – Delegação de Machico traz aviso ao povo, Fundação Mário Soares, consultado em 10 de Junho de 2015, <http://www.fmsoares.pt/aeb/>
- Diário de Lisboa*, Lisboa, 28 de Outubro de 1975, De Machico para as altas instâncias – Carta Aberta ao brigadeiro Azeredo, Fundação Mário Soares, consultado em 10 de Junho de 2015 e disponível em <http://www.fmsoares.pt/aeb/>
- Diário da Madeira*, Funchal, 16 de Novembro de 1974, Padre Martins de Machico depõe acerca da sua demissão, após “aliciante” comédia com o homem do momento – o senhor Bispo do Funchal, C. PMCM.
- Diário da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira - Câmara Municipal de Machico, C. A.
- Diário da Madeira*, Funchal, 2 de Agosto de 1975, Giz na parede-Ocaso, Biblioteca Municipal do Funchal.
- Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Maio de 1974, Feriado Nacional no 1.º de Maio, Comunicado da JSN, Biblioteca Municipal do Funchal.
- Diário de Notícias*, Funchal, 3 de Maio de 1974, No «Diário de Notícias» - Manuel Rufino Teixeira, ARM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Maio de 1974, 1.º de Maio em Machico: Esclarecimento, ARM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Maio de 1974, O momento político - Movimento Democrático da Madeira, Biblioteca Nacional.
- Diário de Notícias*, Funchal, 4 de Junho de 1974, Manifesto do Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo, Biblioteca Nacional.
- Diário de Notícias*, Funchal, 15 de Junho de 1974, Assembleias Populares em Machico, ARM

Diário de Notícias, Funchal, 16 de Junho de 1974, Exonerado o Presidente da Câmara de Machico, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 17 de Junho de 1974, Reunião do pessoal da Matur, Biblioteca Nacional.

Diário de Notícias, Funchal, 18 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico – Esclarecimento, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 21 de Junho de 1974, Reunião de Trabalhadores da Matur, Biblioteca Nacional.

Diário de Notícias, Funchal, 22 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico-Comunicado, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 22 de Junho de 1974, Comunicado do Governo do Distrito, datado de 21 de Junho de 1974, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 30 de Junho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 11 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Constituída a sua Comissão Administrativa, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 18 de Setembro de 1974, Dissolução da Câmara Municipal de Machico e nomeação duma Comissão Administrativa, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 20 de Setembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 21 de Setembro de 1974, Nomeada a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 24 de Setembro de 1974, Acerca do comunicado do Centro de Informação Popular de Machico (Sobre o comício na paróquia do piquinho do dia 19 P.P.), C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 24 de Setembro de 1974, Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 5 de Outubro de 1974, Machico e o Dia Mundial da Infância, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia anunciado pelo Secretário de Estado da Agricultura, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia-Centro de Informação Popular de Machico, datado de 23 de Outubro de 1974, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 29 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 28 de Outubro de 1974, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 31 de Outubro de 1974, Resposta ao C.I.P. de Machico, datada de 29 de Outubro de 1974, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 1 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 7 de Novembro de 1974, Comunicados – Paróquia da Ribeira Seca-Machico, datado de 6 de Novembro de 1974, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Católicos da Ribeira Seca exigem recondução do pároco, C. PMCM

Diário de Notícias, Funchal, 9 de Novembro de 1974, Centro de Informação Popular – Carta aberta ao senhor Bispo do Funchal, datada de 8 de Novembro de 1974, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 23 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular, datado de 21 de Novembro de 1974, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 1 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 7 de Dezembro de 1974, Machico – Manifestação junto ao Centro de Informação Popular, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 11 de Dezembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 15 de Dezembro de 1974, Comício de Avaliação ao Povo de Machico, Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 20 de Dezembro de 1974, A palavra do leitor – Uma Igreja desordeira, J.J., C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 24 de Dezembro de 1974, Problemas da População de Machico, A palavra do leitor, 16 de Dezembro de 1974, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, Dezembro (?) de 1974 (?), Comunicado dum Grupo de Machico, C. PMCM.

- Diário de Notícias*, Funchal, 6 de Fevereiro de 1975, A palavra do leitor – A democracia (?) de Machico – algo se passa de anormal, E.C., C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 7 de Fevereiro de 1975, Carta do Povo do Santo da Serra à Comissão Administrativa da Câmara de Machico, Lombo das Faias, 22 de Janeiro de 1975, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Fevereiro de 1975, Comunicado da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, datado de 8 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Fevereiro de 1975, Em Machico: manifestantes ocupam o átrio do município exigindo a demissão do presidente, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Em Machico, a exigência da demissão do Presidente da Câmara provoca incidentes entre populares, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira (COMAD), O Caso da Presidência da Comissão Administrativa de Machico, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 13 de Fevereiro de 1975, Autarquias Locais – o caso de Machico, A palavra do leitor, Rodrigo Pomares, 10 de Fevereiro de 1975, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Fevereiro de 1975, Sobre a exigência de demissão do presidente da Comissão Administrativa de Machico - «Uma situação difícil», C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 21 de Fevereiro de 1975, De Machico e fora dele, Povo dividido / Povo unido, A palavra do leitor, Maria Filomena Ribeiro Martins e Maria Olívia Freitas Olim, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 22 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Conjunto das Comissões de Freguesia de apoio ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Fevereiro de 1975, Nota informativa do Governo do Distrito sobre o caso da Comissão Administrativa de Machico, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Março de 1975, Nota informativa do Governo do Distrito do Funchal, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 15 de Março de 1975, Do C.I.P. de Machico, datado de 14 de Março de 1975, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 19 de Março de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 20 de Março de 1975, O dr. Fernando Rebelo pediu a exoneração do cargo de Governador do Distrito, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 30 de Março de 1975, Comunicado da Comissão de Produtores de Cana do Concelho de Machico, datado de 29 de Março de 1975, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 30 de Março de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 29 de Março de 1975, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 1 de Abril de 1975, Agricultores ocuparam a fábrica do Hinton exigindo o aumento do preço da cana de açúcar, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 6 de Abril de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 9 de Abril de 1975, Empossado o novo presidente da Comissão Administrativa do concelho de Machico, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 15 de Abril de 1975, Acordado entre o representante do Governo e a Comissão dos Produtores de Cana: 1\$40 – Preço único, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 19 de Abril de 1975, O problema da cana sacarina – Comunicado da Junta de Planeamento da Madeira, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 1 de Maio de 1975, Elementos da Junta de Planeamento em Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 1 de Maio de 1975, O CIP promove em Machico um grande encontro popular para assinalar o 1.º de Maio, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 6 de Maio de 1975, Comunicado do Centro de Informação Popular, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 31 de Maio de 1975, Dia da Criança – Em Machico, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 3 de Junho de 1975, O «Dia Mundial da Criança» foi assinalado em todo o Arquipélago da Madeira, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 6 de Junho de 1975, Cooperativa Povo Unido, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 25 de Junho de 1975, Ocupação de casas em Machico e no Funchal, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 27 de Junho de 1975, Trabalhadores de Conservas de Machico apoiam greves, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 29 de Junho de 1975, Comissão Liquidatária do Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira-Comunicado, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 13 de Julho de 1975, Terminou a greve dos trabalhadores da Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 26 de Julho de 1975, A manifestação de amanhã, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 27 de Julho de 1975, Dispositivo de segurança accionado pelo COPMAD, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM.

Diário de Notícias. Funchal, Funchal, 9 de Setembro de 1975, C.I.P. de Machico: «A vitória é do Povo», C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 1 de Outubro de 1975, Casos do Dia – Feridos em distúrbios em Machico provocados por um retornado, ARM,

Diário de Notícias, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 9 de Outubro de 1975, Fim da greve na Fábrica de Conservas de Machico, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 16 de Outubro de 1975, Um comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira sobre os últimos acontecimentos em Machico, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 17 de Outubro de 1975, Novos incidentes em Machico, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 17 de Outubro de 1975, Em Água de Pena, Engenho explosivo destruiu um automóvel, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 18 de Outubro de 1975, Os acontecimentos de Machico na versão oficial do C.T.I.M., ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 19 de Outubro de 1975, Comentários aos incidentes em Machico, C.I.P. repudia «escalada do fascismo na Madeira», C. PMCM

Diário de Notícias, Funchal, 21 de Outubro de 1975, C.I.P. de Machico denuncia desaparecimento de arquivos sobre colónia, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 24 de Outubro de 1975, Ponto da situação político-militar na Madeira pelo brigadeiro Carlos Azeredo – Alocução proferida na R.T.P. – Funchal, ARM.

Diário de Notícias, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Delegação machiquense em S. Bento, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Reacções à Comunicação feita na T.V. pelo brigadeiro Carlos Azeredo, C. PMCM.

Diário de Notícias, Funchal, 25 de Outubro de 1975, Do C.I.P. de Machico-Carta aberta ao brigadeiro Azeredo, C. PMCM.

- Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Novembro de 1975, Esclarecimento do Governador do Distrito sobre moção de imprensa, C. PMCM.
- Diário de Notícias*, Funchal, 27 de Novembro de 1975, Brigadeiro Carlos Azeredo: Mensagem breve na E. N., Biblioteca Municipal do Funchal.
- Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Milhares de trabalhadores manifestaram-se no Funchal contra o fascismo e o separatismo, BN.
- Diário de Notícias*, Lisboa, 24 de Outubro de 1975, “Temos um governador inimigo do povo”, BN.
- Diário Popular*, Lisboa, 8 de Novembro de 1974, A Paróquia da Ribeira Seca separa-se da Diocese do Funchal – por decisão do povo, C. PMCM.
- Diário Popular*, Lisboa, 10 de Fevereiro de 1975, O Povo de Machico ocupou a Câmara Municipal, C. PMCM.
- Diário Popular*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Rebentou um petardo no Machico, enquanto no Funchal decorria uma manifestação contra o separatismo, BN.
- Diário Popular*, Lisboa, 29 de Outubro de 1975, Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo sobre os incidentes do Machico, BN.
- Diário Popular*, Lisboa, 30 de Outubro de 1975, Trabalhadores da informação pronunciam-se sobre a situação na Madeira, BN.
- Documento José Cabral*, fornecedor de areia grossa, 19 de Setembro de 1974, C. A.
- Documento José de Gouveia*, fornecedor de cimento, 19 de Setembro de 1974, C. A.
- Documento de Manuel Teixeira de Freitas e Manuel Viveiros Olim*, mão-de-obra, 2 de Outubro de 1974, C. A.
- Eco do Funchal*, Funchal, 6 de Janeiro de 1975, Comunicado da Comissão de Trabalhadores do Grupo Empresarial Grão-Pará, incluindo a Empresa Matur, Biblioteca Municipal do Funchal.
- Eco do Funchal*, Funchal, 1 de Setembro de 1975, «Tribunal Popular» - A triste palhaçada encenada por José Martins Júnior, José Manuel Silva, C. PMCM.
- Eco do Funchal*, Funchal, 30 de Dezembro de 1974, Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, Comunicado da Comissão de Trabalhadores da Matur, Biblioteca Municipal do Funchal.
- Escórcio, João Moniz Vasconcelos, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015.
- Escritura da Cooperativa Povo Unido*, Cartório Notarial de Machico, 11 de Agosto de 1975, C. A.

Escritura da União das Bordadeiras de Machico, Cartório Notarial de Machico, 10 de Novembro de 1975, C. A.

Estatutos do CIPM, Cartório Notarial de Machico, 6 de Maio de 1975, C. A.

Factura-2ª via de Machim Cooperativa de Automóveis-Machico, 19 de Setembro de 1974, C. A.

Ficha de atendimento – *António José Ferreira Rodrigues*, do Caniço, Junho (?) de 1974 (?), preenchida por José Martins Júnior, C. A.

Ficha de atendimento - *Carolina Freitas Veríssimo*, 6 Maio de 1975, C. A.

Ficha de atendimento – *João Augusto Ferreira*, de Santana, Junho (?) de 1974 (?), preenchida por Pedro Miguel Calça Martins, C. A.

Ficha de atendimento – *José Francisco de Freitas*, de Santa Cruz, 13 de Setembro de 1974, preenchida por Manuel Carlos Pereira Perestrelo, C. A.

Ficha de atendimento – *Maria de Freitas*, 8 de Junho de 1974, preenchida por Lino Bernardo Calça Martins, C. A.

Ficha de atendimento *Projecto de Decreto-Lei sobre a colónia*, 1974 (?), C. A.

Ficha *Eleição para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico*, números 5022, 5028, 5383 e 6160, Machico, 12 de Junho de 1974, C. A.

Ficha – 2º escrutínio, Comissão Administrativa da Câmara Municipal, Machico, s/d, C. A.

Flama, Lisboa, de 19 de Setembro de 1975, Madeira: independência é tática da burguesia, C. PMCM.

Flama, Lisboa, de 19 de Setembro de 1975, Madeira: independência é tática da burguesia, p. 39, Biblioteca Nacional.

Folha de abaixo-assinado, Novembro (?) de 1974 (?), C.A.

Folha com nomes do Caniçal e Ribeira Seca, para Comissões de Assuntos Rurais, Abril (?) de 1975 (?), C. A.

Impresso *Boletim de Inscrição no Centro de Informação Popular*, s/d, C. A.

Impresso *Ficha de atendimento*, em papel timbrado do CIPM, s/d, C. A.

Impresso *Quotas - Centro de Informação Popular*, s/d, C. A.

Jornal da Madeira, Funchal, 3 de Maio de 1974, No «Jornal da Madeira» - Manuel Rufino Teixeira, ARM.

Jornal da Madeira, Funchal, 8 de Maio de 1974, O 1º de Maio em Machico, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 9 de Maio de 1974, D. Francisco Antunes Santana chega esta tarde à Madeira, ARM

Jornal da Madeira, Funchal, 10 de Maio de 1974, «Com a colaboração da Igreja local, do Clero, dos leigos, eu estou certo de que a minha acção aqui será fecunda.», ARM.

Jornal da Madeira, Funchal, 15 de Junho de 1974, Manifestações-Em Machico, ARM.

Jornal da Madeira, Funchal, 18 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico – Informação, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 22 de Junho de 1974, Governo do Distrito Autónomo do Funchal-Comunicado, datado de 21 de Junho de 1974, ARM.

Jornal da Madeira, Funchal, 22 de Junho de 1974, Comunicado do CIPM, C. PMCM,

Jornal da Madeira, Funchal, 13 de Agosto de 1974, Democracia em Machico? Luciano Castanheira, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 23 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico a propósito de «Democracia em Machico?»», datado de 21 de Agosto de 1974, C. PMCM

Jornal da Madeira, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A posse da Comissão Administrativa do Concelho de Machico, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 5 de Outubro de 1974, O «Dia Mundial da Criança» em Machico, datado de 4 de Outubro de 1974, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Outra vez a cidade sob tensão, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Comunicado do Gabinete de Informação da Diocese do Funchal, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 12 de Novembro de 1974, Do Centro de Informação Popular, C. PMCM.

Jornal da Madeira, 15 de Novembro de 1974, Centro de Informação Popular-Comunicado, datado de 14 de Novembro de 1974, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 16 de Novembro de 1974, O ponto de vista do leitor – Machico vila de progresso mas..., Um machiquense, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 17 de Novembro de 1974, Comunicado do Povo de Machico, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 11 de Fevereiro de 1975, A situação na Câmara de Machico está normalizada, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 13 de Fevereiro de 1975, Comissão de freguesia do Porto da Cruz, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 14 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Partido Popular Democrático, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, «Queremos o Presidente Alexandre» - afirma o Povo do Porto da Cruz, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, «O Povo é quem mais ordena» - Porto da Cruz às Forças Armadas: Mantenha-se o Presidente da Câmara, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, Comunicado da Comissão de Freguesia do Porto da Cruz, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 18 de Fevereiro de 1975, «Nós só queremos o Alexandre» - Gritou o Povo da Ribeira Grande”, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 9 de Abril de 1975, Governo do Distrito Autónomo do Funchal-Informação aos meios de comunicação social, ARM.

Jornal da Madeira, Funchal, 9 de Abril de 1975, Comunicado-Presidência da C. A. do Concelho de Machico, ARM.

Jornal da Madeira, Funchal, 31 de Maio de 1975, Dia Mundial da Criança – Em Machico, ARM.

Jornal da Madeira, Funchal, 6 de Junho de 1975, «Cooperativa Povo Unido» - Comunicado, datado de 4 de Junho de 1975, ARM

Jornal da Madeira, Funchal, 24 de Junho de 1975, Comunicados Recebidos, ARM.

Jornal da Madeira, Funchal, 29 de Junho de 1975, Comissão Liquidatária do Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira-Comunicado, ARM.

Jornal da Madeira, Funchal, 29 de Julho de 1975, A manifestação do Partido Popular Democrático, ARM

Jornal da Madeira, Funchal, 31 de Agosto de 1975, O Tribunal Popular de 29 de Agosto de 1975 – Deliberação da C.A. da Câmara Municipal de Machico, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 31 de Agosto de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 31 de Agosto de 1975, Os acontecimentos da noite de 29 de Agosto em Machico, Queiroz Lopes, C. PMCM.

Jornal da Madeira, Funchal, 31 de Agosto de 1975, Até quando?, A. de Xara, C. PMCM.

- Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Setembro de 1975, Manifestação em Machico, C. PMCM.
- Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Setembro de 1975, Machico – palco de violência, ARM.
- Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Setembro de 1975, Governo do Distrito demite Padre José Martins das funções de Presidente da C. Administrativa de Machico, C. PMCM.
- Jornal da Madeira*, Funchal, 6 de Setembro de 1975, Comunicados, ARM.
- Jornal da Madeira*, Funchal, 7 de Setembro de 1975, Comunicados, ARM.
- Jornal da Madeira*, Funchal, 1 de Outubro de 1975, Incidentes em Machico devido a uma ocupação levada a cabo por retornados de Angola, ARM.
- Jornal da Madeira*, Funchal, 14 de Outubro de 1975, «Retornado» de Angola vítima de incidentes de Machico conta-nos a sua odisseia, ARM.
- Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975, C.I.P. com intenções de agitação de massas, C. PMCM.
- Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Outubro de 1975, Comunicação na RTP do Governador Militar, Carlos Azeredo, C. PMCM.
- Jornal da Madeira*, Funchal, 24 de Outubro de 1975, Manifestações de apoio ao Brigadeiro Carlos de Azeredo, C. PMCM;
- Jornal da Madeira*, Funchal, 28 de Outubro de 1975, Manifestações de apoio ao Brigadeiro Azeredo, C. PMCM;
- Jornal da Madeira*, Funchal, 31 de Outubro de 1975, Reposta a verdade sobre a Madeira na Assembleia Constituinte – intervenção do Dr. Emanuel Rodrigues (PPD), natural de Machico, a esclarecer o que se passa naquela freguesia, ARM.
- Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 23 de Abril de 2015, À conquista do poder político – o Povo na centralidade, http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/04/a-conquista-do-poder-politico-o-povo-na_23.html.
- Júnior, José Martins, *blogue Senso&Consenso*, 1 de Maio de 2015, No Dia do Trabalhador – O famigerado “Tribunal Popular”, <http://sensoconsenso.blogspot.pt/2015/05/no-dia-do-trabalhador-o-famigerado.html>.
- Júnior, José Martins, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015.
- Listagem, por ordem alfabética, dos nomes votados e respectiva votação*, Machico, Julho (?) de 1974 (?), C. A.
- Livro de Actas da Greve dos Baleeiros do Caniçal*, 1975, C. A.

Livro de notas nº 217, Cartório Notarial de Machico, 1976, C. A.

O Caseiro, Funchal, nº 54, 10 de Junho de 1978, C. A.

O Grito do Povo, Lisboa, 2.ª quinzena de Fevereiro de 1975, Madeira: o fascismo não passou, no Machico: COP-POP em vez de COP-MAD, C. A.

O Grito do Povo, Lisboa, Setembro de 1975, O Povo da Madeira e dos Açores escorraçará a canalha fascista, C. PMCM.

O Século, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1975, Na ilha da Madeira, Manifestantes ocuparam a Câmara Municipal do Machico, C. PMCM.

O Século, Lisboa, 5 de Setembro de 1975, Os acontecimentos na Madeira – Agitação em Machico de cuja Câmara foi afastado o padre Martins, C. PMCM.

O Século, Lisboa, 11 de Setembro de 1975, Madeira – novas exigências da FLAMA, Proibida uma entrevista do padre Martins na TV, C. PMCM.

Ofício da Comissão de Bordadeiras da Freguesia de Machico, através do CIPM, dirigido ao Director do Diário de Notícias do Funchal, 24 de Maio de 1975, C. A

Ofício da Comissão de Bordadeiras da Freguesia de Machico, através do CIPM, dirigido ao Director da Rádio Televisão da Madeira, 24 de Maio de 1975, C.A.

Ofício da Comissão de Ocupação ao Major Oliveira – Comando Territorial e Independente da Madeira, 11 de Fevereiro de 1975, C. A.

Ofício da Comissão Directiva do Jardim de Infância de Machico, endereçado à Comissão Distrital de Assistência-Funchal, 23 de Maio de 1975, C. A

Ofício de Lino Bernardo Calaça Martins, dirigido à Câmara Municipal de Machico, sobre o assunto: Proposta de aquisição pelo Município do prédio urbano situado na Rua do Ribeirinho, 21 – Cidade de Machico, 29 de Agosto de 2014, C. A.

Ofício do Centro de Informação Popular de Machico à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, 11 de Dezembro de 1974, C. A.

Ofício do Centro de Informação Popular de Machico à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, 12 de Dezembro de 1974, C. A

Ofício do Centro de Informação Popular de Machico à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, 4 de Fevereiro de 1975, C. A.

Ofício do CIPM à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira, 16 de Abril de 1975, C. A.

Ofício do CIPM à Direcção do Distrito Escolar do Funchal, 18 de Abril de 1975, C. A.

Ofício do CIPM à Intercine-Funchal, 14 de Maio de 1975, C. A.

Ofício do CIPM à Intercine-Funchal, 4 de Junho de 1975, C. A.

Ofício do CIPM a Maria Ângela Graça Roque Viveiros dos Santos, 19/9/74 e assinado por Manuel Carlos Pereira Perestrelo, C. A.

Ofício do CIPM ao Pároco da Vila de Machico, 16 de Novembro de 1974, C. A.

Ofício do CIPM ao Pároco de Água de Pena, 19 de Abril de 1975, C. A.

Ofício do CIPM ao Presidente da Câmara Municipal de Machico, 16 de Setembro de 1974, assinado por António de Aveiro Freitas Spínola, C. A.

Ofício do CIPM ao Presidente da Câmara Municipal de Machico, 3 de Outubro de 1974, C. A.

Ofício do CIPM ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, 4 de Outubro de 1974, C. A.

Ofício do CIPM dirigido à Delegação Escolar de Machico, 12 de Maio de 1975, C. A.

Ofício do CIPM dirigido ao Director Escolar do Funchal, 4 de Fevereiro de 1975, C. A.

Ofício do CIPM dirigido ao Director Escolar do Funchal, 5 de Fevereiro de 1975, C. A.

Ofício do CIPM endereçado á Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, 1975 (?), C. A.

Ofício do CIPM endereçado à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira, 22 de Março de 1975, C. A.

Ofício do CIPM endereçado à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira, 24 de Março de 1975, C. A.

Ofício do CIPM endereçado à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira, 28 de Março de 1975, C. A.

Ofício do CIPM endereçado à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira, 14 de Abril de 1975, C. A.

Ofício do CIPM endereçado à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira, 16 de Abril de 1975, C. A.

Ofício do CIPM para Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, Maio (?) 1975 (?), C. A.

Ofício do CIPM, endereçado ao Grémio da Lavoura do Funchal, 28 de Janeiro de 1975, C.A.

Ofício do Governo do Distrito do Funchal à CMM, 9 de Maio de 1974, Secretaria CMM-Registo de correspondência recebida CMM- Livro nº 1, 1974 – 1975, fl. 63v, ARM.

Ofício nº 1043/RRI, Abr/76, da Direcção Geral da Informação, Repartição dos Registos de Imprensa, endereçado a Maria Conceição Marques Gomes, 29 de Abril de 1976, C. A.

- Ofício nº 1419, da CMM dirigido ao CIPM, 3 de Outubro de 1974, C. A.*
- Ofício nº 1420, da CMM dirigido ao CIPM, 6 de Outubro de 1974, C. A.*
- Ofício nº 1503 da Câmara Municipal de Machico, 25 de Outubro de 1974, C. A.*
- Ofício nº 2128 do Governo do Distrito do Funchal à CMM, 11 de Junho de 1974, Secretaria CMM-Registo de correspondência recebida CMM- Livro nº 1, 1974 – 1975, fl. 79, ARM.*
- Ofício nº 2262 do Governo do Distrito do Funchal à CMM, 15 de Junho de 1974, Secretaria CMM-Registo de correspondência recebida CMM- Livro nº 1, 1974 – 1975, fl. 80v, ARM.*
- Ofício nº 2292 do Governo do Distrito do Funchal à CMM, 17 de Junho de 1974, Secretaria CMM-Registo de correspondência recebida CMM- Livro nº 1, 1974 – 1975, fl. 82, ARM.*
- Ofício nº 4384, do Governador do Distrito Autónomo do Funchal, dirigido ao CIPM, 11 de Novembro de 1974, C. A.*
- Ofício nº 4805, do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, endereçado a João Gomes de Vasconcelos Escórcio – Centro de Informação de Machico, 5 de Dezembro de 1974, C. A.*
- Ofício-resposta nº 508 do Director Escolar do Funchal endereçado ao CIPM, 4 de Fevereiro de 1975, C. A.*
- Ofício-resposta nº 524 do Director Escolar do Funchal endereçado ao CIPM, 5 de Fevereiro de 1975, C. A.*
- Opção, Lisboa, nº 73, de 15 a 21 de Setembro de 1977, Madeira: a revolta do Padre Martins, p. 48, Biblioteca Nacional.*
- Panfleto «Machitur» - A vida é luta pela habitação, pelo pão, Comissão da Machitur, 1975 (?), C. A.*
- Panfleto 11 de Março – Um dia negro, 12 (?) de Março (?) de 1975 (?), C. A.*
- Panfleto A Comissão Administrativa da Câmara de Machico - A Comissão Administrativa foge do povo, Centro de Informação Popular, 5 de Fevereiro de 1975, C. A.*
- Panfleto A Comissão Administrativa da Câmara de Machico, Uma carta do Povo do Santo da Serra, Lombo das Faias, 22 de Janeiro de 1975, Centro de Informação Popular, 5 de Fevereiro de 1975, C. A.*
- Panfleto A greve das conservas é justa, Centro de Informação Popular de Machico, 6 de Outubro de 1975, C. A.*
- Panfleto A Luta do Povo de Machico, Outubro (?) de 1975 (?), C. A.*

- Panfleto *A luta do Povo não pára - contra o fascismo, ofensiva popular*, Centro de Informação Popular de Machico, 14 de Setembro de 1975, C. A.
- Panfleto *Ao povo de Machico, Comício de avaliação*, Centro de Informação Popular de Machico, 15 de Dezembro de 1974, C. PMCM.
- Panfleto *As alianças da Comissão Administrativa*, Centro de Informação Popular, 7 de Fevereiro de 1975, C. A.
- Panfleto *As Câmaras são do Povo quando o Governo for do Povo!*, Um grupo de operários, Machico, 27 de Outubro de 1975, C. A.
- Panfleto *As manobras do Senhor Rebelo*, 11 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.
- Panfleto *É a hora de tomar posições em Machico também*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.
- Panfleto *Gente de Machico*, 9 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.
- Panfleto *Grande manifestação*, Centro de Informação Popular de Machico, 18 (?) de Março (?) de 1975 (?), C. A.
- Panfleto *Machico em hora de festa e de reflexão*, Maio (?) de 1974 (?), C. A.
- Panfleto *O Caso da cana*, Centro de Informação Popular de Machico, 9 de Março de 1975, C. A.
- Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.
- Panfleto *O Povo trabalhador tem que ser o vencedor !!!*, nº 6, Comissão dos Produtores, 31 de Março de 1975, C. A.
- Panfleto *O Problema da Cana – 2\$50 por quilo*, Comissão de Produtores de Cana-de-açúcar de Machico, 25 de Março de 1975, C. A.
- Panfleto *O que é que se passa com o caso da Machitur*, 1975 (?), C. A.
- Panfleto *Povo de Machico*, Centro de Informação Popular de Machico, Janeiro (?) de 1975 (?), C. A.
- Panfleto *Vemos hoje de novo*, 8 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.
- Panfleto *Vitória das operárias das Conservas de Machico*, 7 de Outubro de 1975, C. A.
- Panfleto *Viva a luta das operárias e operários das conservas*, Centro de Informação Popular de Machico, Junho (?) de 1975 (?), C. A.
- Proclamação do Movimento das Forças Armadas*, 25 de Abril de 1974, consultado em 20 de Junho de 2015 em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04791.005>, Fundação Mário Soares, Lisboa.

Programa do Movimento das Forças Armadas, 25 de Abril de 1974, consultado em 20 de Junho de 2015 em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04791.006>, Fundação Mário Soares, Lisboa.

Recibo de donativo de 220\$00 (duzentos e vinte escudos), concedido por Manuel Carlos Pereira Perestrelo, 4 de Fevereiro de 1975, C. A.

Recibo de donativo de 200\$00 (duzentos escudos), concedido por Manuel Nunes Viveiros, 15 de Fevereiro de 1975, C. A.

Recibo nº 17104, Clemente Gomes de Aguiar & Filhos, Sucrs, 2 de Agosto de 1974, C. A.

Recibo da Factura nº 054538, A Gestetner, Lda., 10 de Março de 1975, C. A.

Recibo da SAM em nome do CIP, 28 de Janeiro de 1975, C. A.

Recibo da Secretaria da Câmara Municipal de Machico, 16 de Setembro de 1974, assinado pelo Chefe de Secretaria, Jaime Marques Jardim, C. A.

Recibo da Secretaria da Câmara Municipal de Machico, 24 de Outubro de 1974, C. A.

Registo de quotas do sócio nº 20, s/d e Registo de quotas do sócio nº 19, s/d, C. A.

Relatório da auscultação concelhia, feita pelo Major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara, 19 de Fevereiro de 1975, C. A.

RTP-Madeira, Telejornal de 28.03.2000, Implosão do Hotel Atlantis Madeira, consultado em 3 de Agosto de 2015 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ORt8-4QjU5E>

Santos, Maria Alice Franco, *Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM*, 10 de Agosto de 2015.

Sempre Fixe, Lisboa, 16 de Novembro de 1974, O Caso do Pároco da Ribeira Seca, BN.

Sempre Fixe, Lisboa, 15 de Fevereiro de 1975, Na Madeira, saneamento com tiros, C. PMCM.

Telegrama enviado ao 1º Ministro Vasco Gonçalves, Lisboa, pelo Centro de Informação Popular de Machico, 14 de Março de 1975, C. A.

Tribuna da Madeira, Funchal, 11 de Julho de 2014, Reflexos de «Abril 74 na Madeira» (13), Gregório Gouveia, ARM.

Voz do Povo, Lisboa, 15 de Abril de 1975, A luta dos camponeses na Madeira, BN.

Voz do Povo, Lisboa, 28 de Outubro de 1975, Machico: não andamos debaixo dos pés deles como o cilindro da calçada, BN.

Voz do Trabalhador, Lisboa, de 18 a 24 de Outubro de 1974, A terra para quem a trabalha, peça de teatro em verso, por Júlia Ribeiro, C. PMCM.

Arquivos e colecções consultados

Arquivo da Câmara Municipal de Machico

Arquivo Regional da Madeira

Biblioteca Municipal do Funchal

Biblioteca Pública Regional

Biblioteca Nacional

Biblioteca da Universidade da Madeira

Colecção do Autor

Colecção de Pedro Miguel Calaça Martins

Depoimentos escritos

Escórcio, João Moniz Vasconcelos

Júnior, José Martins

Santos, Maria Alice Franco dos

Imprensa

A Capital, Lisboa

Comércio do Funchal, Funchal

Cooperativismo Popular, Funchal

Diário de Lisboa, Lisboa

Diário da Madeira, Funchal

Diário de Notícias, Funchal

Diário de Notícias, Lisboa

Diário Popular, Lisboa

Eco do Funchal, Funchal

Flama, Lisboa

Jornal da Madeira, Funchal

O Caseiro, Funchal

O Grito do Povo, Lisboa

O Século, Lisboa

Opção, Lisboa

Sempre Fixe, Lisboa

RTP – Madeira, Funchal

Tribuna da Madeira, Funchal

Voz do Povo, Lisboa

Voz do Trabalhador, Lisboa

Web

<http://casacomum.org>

<http://sensoconsenso.blogspot.pt>

<http://www.cm-machico.pt>

<https://www.youtube.com>

ANEXOS

Índice de Anexos

ANEXO A – Ficha de atendimento – <i>Maria de Freitas</i> , 8 de Junho de 1974, preenchida por Lino Bernardo Calaça Martins, C. A.....	197
ANEXO B – Ficha nº 5383 - <i>Eleição para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico, Machico</i> , 12 de Junho de 1974, C. A.	199
ANEXO C – Ficha – <i>2º escrutínio, Comissão Administrativa da Câmara Municipal, Machico</i> , s/d, C. A.....	201
ANEXO D – <i>Jornal da Madeira</i> , Funchal, 18 de Junho de 1974, Centro de Informação Popular de Machico – Informação, C. PMCM. e <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 18 de Junho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico – Esclarecimento, C. PMCM.....	203
ANEXO E – <i>Diário de Notícias</i> , Funchal, 9 de Novembro de 1974, Centro de Informação Popular, Carta aberta ao senhor Bispo do Funchal, C. PMCM.....	205
ANEXO F – <i>Comércio do Funchal</i> , Funchal, 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C.PMCM....	207
ANEXO G – <i>Estatutos do CIPM</i> , Cartório Notarial de Machico, 6 de Maio de 1975, C. A.	209
ANEXO H – <i>Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo</i> , 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A.	213
ANEXO I – Panfleto <i>A luta do povo de Machico</i> , Outubro (?) de 1975 (?), C. A.....	217
ANEXO J – <i>Depoimento de fundadores e activistas do Centro de Informação Popular de Machico – Questionário</i>	221
ANEXO L – Escórcio, João Moniz Vasconcelos, <i>Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM</i> , 10 de Agosto de 2015.	223

ANEXO M – Júnior, José Martins, <i>Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM</i> , 10 de Agosto de 2015.	227
ANEXO N – Santos, Maria Alice Franco, <i>Depoimento escrito de fundadores e activistas do CIPM</i> , 10 de Agosto de 2015.	231
ANEXO O – <i>Ofício de Lino Bernardo Calaça Martins, dirigido à Câmara Municipal de Machico, sobre o assunto: Proposta de aquisição pelo Município do prédio urbano situado na Rua do Ribeirinho, 21 – Cidade de Machico</i> , 29 de Agosto de 2014, C. A. .	235
ANEXO P – Cronologia dos acontecimentos locais (25.04.1974 – 25.11.1975).....	237

Anexo A

**CENTRO DE INFORMAÇÃO POPULAR
DE MACHICO**

Nome Maria de Freitas
Morada Pozo do Gil
Profissão Doméstica
Idade _____

8/6/74

ASSUNTO: HABITAÇÃO

ESPÉCIE:

- Descrição:
- Mora numa casa, dentro da ribeira.
 - Quando a ribeira enche ficam as pessoas enjauladas.
 - Paga pelo aluguer desta casa, 250\$, por dois quartos.
 - O marido é trabalhador da @ mara, e, não tem meios suficientes para pagar o aluguer, sustentar familiar e poder construir uma casa.

Anexo B

N.º 5.383

ELEIÇÃO

PARA

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO

————— * —————

Você tem mais de 18 anos ?
Pertence ao Concelho de Machico ?

Então deve saber que por Decreto-Lei do Governo provisório a actual presidência da Câmara, brevemente, deixará de

exercer as suas funções.

O POVO deste concelho e o representante da Junta de Salvação Nacional na Madeira, querem saber a opinião de Você sobre a futura comissão que deverá orientar doravante a Câmara Municipal.

Nas costas desta ficha escreva o nome de 5 pessoas de consciência limpa e firme, que representem o povo a que Você pertence.

Seja corajoso e verdadeiro.

Machico, 12 de Junho de 1974.

CENTRO DE INFORMAÇÃO POPULAR

Padre José Martins
João Mascarellas
Isidro Melim
João Aveiro
Soares Pinto

Exercício

N.º 5.383

ELEIÇÃO

PARA

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO

————— * —————

Você tem mais de 18 anos ?
Pertence ao Concelho de Machico ?

Então deve saber que por Decreto-Lei do Governo provisório a actual presidência da Câmara, brevemente, deixará de

exercer as suas funções.

O POVO deste concelho e o representante da Junta de Salvação Nacional na Madeira, querem saber a opinião de Você sobre a futura comissão que deverá orientar doravante a Câmara Municipal.

Nas costas desta ficha escreva o nome de 5 pessoas de consciência limpa e firme, que representem o povo a que Você pertence.

Seja corajoso e verdadeiro.

Machico, 12 de Junho de 1974.

CENTRO DE INFORMAÇÃO POPULAR

Anexo C

Comissão Administrativa da Câmara Municipal

MACHICO

2.º ESCRUTINIO

~~JOÃO MONIZ VASCONCELOS ESCÓRCIO~~
Estudante

~~JOSÉ ALEXANDRE TEIXEIRA~~
Advogado

JOSÉ MARTINS JUNIOR
Sacerdote

MANUEL VIVEIROS MIGUEL
Motorista

TIAGO DIMAS V. ALMADA
Professor

"JORNAL DA MADEIRA"



Centro de Informação Popular de Machico
Informação

O Centro de Informação Popular de Machico esclarece os diferentes órgãos de informação locais sobre os seguintes pontos:

- 1.º — Que a manifestação popular realizada no dia 14 de Junho em Machico não tinha nada de «simples reunião» como alguns órgãos de informação local apontaram;
- 2.º — Que não reuniu apenas algumas centenas de manifestantes, mas sim vários milhares (cerca de 5 mil).
- 3.º — Que a mesma manifestação tinha como objectivo denunciar os funcionários que durante o regime de ditadura fascista por diversos meios ofenderam a dignidade da população machiquense.
- 4.º — Que na mesma manifestação se encontravam elementos de todas as freguesias do concelho, não exceptuando o Porto da Cruz como foi citado.
- 5.º — Que a reunião decorreu com o maior civismo e ordem e sem incidentes de qualquer espécie.

Machico, 17 de Junho de 1974
 Pel'O Centro de Informação Popular de Machico
 João Moniz de Vasconcelos
 Escórcio
 Avelino Correia

CENTRO DE INFORMAÇÃO POPULAR
 Machico
 28/6/74

18 JUNHO - 1974

"DIÁRIO DE NOTÍCIAS"



Centro de Informação Popular de Machico
Esclarecimento

Com o pedido de publicação, recebemos do C. I. P. M., a seguinte informação:

«O Centro de Informação Popular de Machico esclarece os diferentes órgãos de informação locais sobre os seguintes pontos:

- 1.º — Que a manifestação popular realizada no dia 14 de Julho em Machico não tinha nada de «simples reunião» como alguns órgãos de informação local apontaram;
- 2.º — Que não reuniu apenas algumas centenas de manifestantes, mas sim vários milhares (cerca de 5 mil).
- 3.º — Que a mesma manifestação tinha como objectivo denunciar os funcionários que durante o regime de ditadura fascista por diversos meios ofenderam a dignidade da população machiquense.
- 4.º — Que na mesma manifestação se encontravam elementos de todas as freguesias do concelho, não exceptuando o Porto da Cruz como foi citado.
- 5.º — Que a reunião decorreu com o maior civismo e ordem e sem incidentes de qualquer espécie.

Machico, 17 de Janeiro de 1974
 Pelo Centro de Informação Popular de Machico
 João Moniz de Vasconcelos
 Escórcio
 Avelino Correia

CENTRO DE INFORMAÇÃO POPULAR

Carta aberta ao senhor Bispo do Funchal

Com os cumprimentos que exige o protocolo, o Centro de Informação Popular de Machico dirige-se a V. Exa. Revma. que acha que chegou a sua hora.

De há muito tempo a esta parte, o centro tem seguido os passos e as palavras de V. Exa. relacionadas com os nossos trabalhos. Sempre ficámos calados, à espera de que a irresponsabilidade imponderável, que lhe é peculiar, chegasse ao ponto de publicamente meter-se connosco.

Isso aconteceu através duma carta publicada na imprensa, na rádio e na TV, a qual serviu de teste inapelável dos sentimentos de V. Exa. e, ao mesmo tempo, constituiu o arranque deste processo que de há muito mora dentro de nós.

Dentro dos quadros de cobardia em que V. Exa. se movimenta, tão habilmente como uma enguia no fundo dum lago imundo, aproveitou a audiência de alguém que se diz colaborador do centro para extorquir, com o requinte da mais refinada inquisição, «confissões» e sigilos que servissem de fruto às suas mórbidas conjecturas. V. Exa. conhecia muito bem o centro, até citou o seu nome, até lá esteve; até sabe dos seus corpos gerentes. Por isso mesmo, para ser homem (pe-lo menos homem!) devia solicitar um encontro com a assembleia geral ou com a direcção do centro para, frente a frente, de homem para homem, indagar-se das situações e, consequentemente, ditar as necessárias instruções.

Mas não! Preferiu abusar da sua autoridade e obrigar um súbdito seu a assinar declarações, o qual, súbdito, não estava habilitado a fazê-las em nome do centro. Isso é que nós classificamos de cobardia, desonestidade e inquisição — o que deveria ser seriamente investigado e punido pelos seus superiores hierárquicos. Se o senhor bispo não tem capacidade de reconhecer que também tem superior, o povo encarregar-se-á de demonstrar-lhe.

Dissemos acima que V. Exa. conhece a sede onde funciona o centro. Acerca da visita matreira que lá fez, deve estar lembrado das calúnias que contra nós proferiu, até mesmo diante de autoridades civis e militares, afirmando que viu as paredes do centro coalhadas de foices e martê-

los (quando só lá viu dois crucifixos); disse que era uma casa cheia de lixo (quando sabia muito bem que a lixeira do quintal, que nós nunca utilizámos, já lá estava há anos acumulada pelo pároco da vila, que usava o quintal para arrecadação e dispensa); disse, também, que só viu guedelhudos a jogar nas mesas (quando há dezoito anos se pratica ping-pong e outros jogos de sala, naquela casa).

Isto chama-se mentir, isto chama-se um pecado mortal do qual nem os bispos estão isentos.

Lembramos também das melas-frases, das melas-pedradas que V. Exa. disse em Machico, nos dois sermões que lá fez, cuja gravação está em nosso poder: falou na juventude transviada, nas gritarias, nos guias desorientados, enfim, em tudo semelhante ao garoto que atrevidamente se chega ao portão do vizinho para atirar a pedra mas depois recua, com medo, escondendo-se atrás do seu muro, neste caso, atrás de «Jesus Eucaristia», do «bom Deus Nosso Senhor» e da «devoção aos valores divinos». Sempre julgámos tenebroso o serviço que V. Exa. prestava ao povo de Machico com esses sermões, lançando as pessoas numa confusão angustiante só por não ter a coragem de definir claramente a sua aprovação ou a sua excomunhão perante os factos concretos.

Vamos entrar agora no problema da ocupação do centro e de como chegaram às nossas mãos as chaves dessa casa. Mas julgamos mais pertinente e mais honesto um encontro com V. Exa. O centro está em Machico e nós somos de Machico. Estamos em nessa casa. Uma casa envolta numa noite de mistério de carácter jurídico, que interessa deslindar. V. Exa. não pôs sequer uma pedra nessa casa, conforme diz o povo que lá entra. Mas se devesse se sente ofendido e roubado, então tenha a singela coragem de chamar a contas os réus, que estão sempre dispostos a responder, mas que não consentem declarações sorrateiras à esquina da parede, tipo seminarista beato, como V. Exa. ousou fazer e demonstrar na carta vinda a público.

Sem mais e com os mesmos cumprimentos do protocolo.

Machico, 8 de Novembro de 1974.

DN—FUNCHAL, 9 de Novembro 1974

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico

O C.I.P. é uma associação de trabalhadores constituída com o fim de estudar, defender e promover, nos aspectos económico, político e social, os interesses da massa trabalhadora de Machico (operários, camponeses e pescadores). Pretendemos impulsionar e desenvolver a cultura popular, organizar e manter uma biblioteca de Cultura Geral, criar um órgão de imprensa, destinado ao estudo e defesa dos interesses das massas trabalhadoras, servindo de instrumento de cultura e de ligação entre o C.I.P. e o povo trabalhador.

Dos Estatutos do C.I.P.

— Logo após o 25 de Abril um grupo de jovens dos mais conscientes de Machico sentiram a necessidade de dinamizar a vida associativa do concelho, e realizar um trabalho de consciencialização dos trabalhadores (operários, camponeses e pescadores).

Começou-se por realizar vários comícios e reuniões de esclarecimento com o povo do concelho, em que foram abordados os principais problemas da população: o problema da colónia, a necessidade de efectuar o saneamento nas autarquias locais (Câmara Municipal, Casa do Povo, etc.) e também problemas ligados às necessidades primárias do povo do concelho.

Havia, pois, necessidade de estruturar devidamente o trabalho que se vinha já realizando, até porque as massas trabalhadoras traziam ao nosso conhecimento um monte de problemas há muito abafados pelo regime fascista. O aparecimento do C.I.P., deu ao povo a possibilidade de poder fazer as suas reivindicações numa forma unida e organizada. O povo começou a confiar em nós sem apresentarmos quaisquer credenciais, além da nossa disponibilidade para o serviço.

Os fascistas atacam

— A burguesia ficou instável; por outro lado não concretizámos logo o ataque aos fascistas e à burguesia local, isso fez com que a burguesia não se manifestasse directamente contra nós. Logo que o povo começou a apresentar queixas e o C.I.P. nos comícios e nas reuniões de esclarecimento, apontou casos concretos de indivíduos exploradores do povo, logo eles reagiram

ram e então toca a unirem-se e a mover ameaças contra o C.I.P., chegando-se mesmo ao ponto de ver-se o então vice-presidente da Câmara e presidente da Casa do Povo subir escadas da nossa sede para tentar agredir-nos provocando o medo e a revolta nos populares que aqui se encontravam.

Posições definidas

— Agora as posições estão muito mais bem definidas para nós e e para o povo trabalhador, que identifica muito bem os que estão do seu lado e os que se encontram do lado contrário, embora ainda uma minoria esteja a ser enganada por esses exploradores, o que acontecerá por pouco tempo, pois eles não conseguirão esconder a sua verdadeira face. Alguns destes exploradores estão hoje integrados no P.F.D.

As actividades do C.I.P.

— A actividade consciencializadora do C.I.P. apressou o saneamento dos vice-presidente e presidente da Câmara Municipal e a nomeação numa Comissão Administrativa. Esse trabalho foi sem dúvida o mais difícil uma vez que era desejo do C.I.P. garantir o máximo de participação e seriedade. A verdade é que o povo acabou por ser traído pelas restrições do governador e também, principalmente, devido à actuação do actual presidente da comissão administrativa, que tem destruído todas as tentativas de democratização do Município, e tem andado de mãos dadas com os fascistas cá da terra a provocar-nos directamente, situação que o povo já notou e quer, urgentemente, resolver.

— Têm levantado calúnias ao povo dizendo que, quando este se manifesta, vem, de enxada e foice para a vila. Tal não acontece, mas a continuar assim, não será o C.I.P. a impedir que isso aconteça. A paciência do povo tem limite.

— No forte funcionava uma colónia de férias, apenas dois meses no ano, para crianças do Funchal. Havia falta de um jardim de infância para os filhos dos trabalhadores; e o C.I.P., satisfazendo as aspirações dos mesmos, contribuiu decisivamente para a sua abertura. Neste momento já está a funcionar com cerca de 150 crianças, mas estão inscritas mais de 300.

— Outro trabalho desenvolvido foi a instauração do processo de saneamento de funcionários públicos que se destacaram na opressão do povo.

O C.I.P. contribuiu para a união dos caseiros

— Machico é uma terra de colónia. O C.I.P. atendeu mais de 2.500 caseiros e contribuiu para a sua união. Hoje muitos caseiros recusam-se a entregar ao senhorio a parte da colheita que estes lhes extorquiam. Quando o sub-secretário de Estado da Agricultura esteve na Madeira apresentamos-lhe directamente o problema, tendo mandado depois o seu consultor jurídico à sede do Centro para inteirar-se da colónia em Machico.

— Colaboramos directamente com o Fundo de Fomento de Habitação no sentido de tentar solucionar o gravíssimo problema da habitação, no concelho.

— Ajuda concreta, aos trabalhadores, operários, pesca-

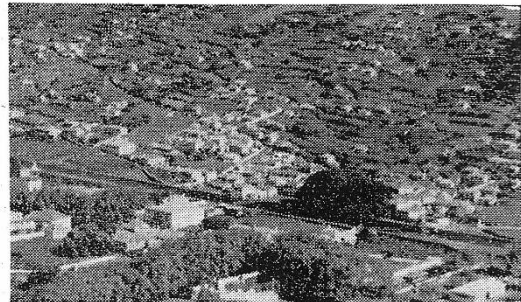
dores e camponeses, em problemas que têm dificuldade em resolver.

— Nas actividades culturais, celebrámos o dia da criança, realizámos um espectáculo de música popular e neste momento estamos a preparar teatro sobre a situação concreta de opressão em Machico. Uma dessas peças está a ser escrita por pessoas do povo, em versos de redondilha maior.

Como conseguiu o C.I.P. uma sede

— Estávamos em séria dificuldade para conseguir uma casa onde nos reuníssemos. Entretanto, havia esta casa abandonada que pertencia à Igreja onde, noutros tempos, funcionava a J.A.C. (Juventude Agrária Católica). Como esse movimento estava praticamente extinto, resolvemos pedir licença ao padre para nos ceder a chave dum dos quartos. A afluência de povo era tanta que tivemos de recorrer a outras salas completamente vazias e que se encontravam em mau estado. Ocupámos essas salas, e como estas estivessem todas sujas e fosse preciso fazer obras, fizemos um domingo voluntário de trabalho no qual muito povo participou.

Passados que foram 7 meses de silêncio e apatia por parte da Igreja, alguns elementos da extinta J.A.C. têm tentado reocupar algumas salas onde funcionam os nossos arquivos e diversos serviços. Queremos dizer que não reservamos as salas só para nós, podendo a J.A.C. utilizá-las, desde que não venha prejudicar os interesses das massas trabalhadoras.



Anexo G

Constatações de União
No dia seis de Abril de 1914, às 11 horas da manhã, no Cartório Notarial de Funchal, perante o Sr. José Maria Pereira, Notário, compareceram
PRIMEIRO: - José Martin Junior, solteiro, sem estado civil, natural da freguesia e concelho de São Vicente e nela residente habitualmente no sítio da Ribeira Leca; SEGUNDO: - Maria Elie Franca dos Santos, solteira, viúva, natural da cidade de Funchal e concelho de São Vicente e nela residente habitualmente no sítio do Monte da Moura; TERCEIRO: - Maria da Conceição das Neves, solteira, viúva, natural da freguesia e concelho de São Vicente e nela residente habitualmente no sítio do Monte da Moura; QUARTO: - José Maria Junior, de nome completo, solteiro, natural da freguesia e concelho de São Vicente e nela residente habitualmente no sítio do Monte da Moura.



Freitas

nel da ilha freguesia e concelho de São
 não têm residência habitual no sítio do Povo do
 Gil: QUINTO: - António do Vaino Freitas Spi-
 uole, rolleiro, maior residente no sítio de Ba-
 la de Albi, freguesia e concelho de São
 e natural. Distingue-se a identidade da associa-
 ção por duas: 1.ª - A associação denomina-se no âmbito
 da escritura pela existência de uma associação, que
 se rege pelos estatutos constantes dos antigos
 regimentos: 1.1. A associação denomina-se no âmbito
 do sítio de São João do Povo do Stachio e tem a sua
 sede na Rua de Liberdade, número 50 e
 rua da Vila do Stachio. 1.2. A associação tem
 por objecto estudar, defender e promover os
 aspectos económico, político e social, os interesses
 da massa habitadora do Stachio, operários, com-
 pães e produtores. É portanto uma associação
 de trabalhadores. A sua administração e função
 economicamente são independentes. 1.3. A sua actividade
 é a nível concelhio, mas pode exercer actividades
 em nível distrital e nacional
 desde que os actos o sustentem. 1.4. Das atribuições
 da associação: 1.4.1. Representar legitimamente
 os actos e seus prazos, defendendo os interesses
 dos cidadãos perante o Estado e as instituições

Formo A4 (2002F) - Tip. Nabil, Lda-Tomar



Arcebispo

16

de o seu conteúdo tendo em as adições
presença simultânea do todo. Em
de: unione, acilens, ofensivos, mais, em
adidos.

João de Deus
Maria Alca Franco das Santos
Maria da Conceição Ramos, Jure
João José de Francisco Escorcao
Antonio de Aires Freitas Spindola
Manuel de Castro Romão
Ilda de Almeida
Rosa Rios de Jesus
Bata no. 1000 sob a no.
432 - Rubrica

Anexo H

CARTA ABERTA AO BRIGADEIRO AZEREDO

+++++

Senhor Brigadeiro:

Vossa Excelência, aproveitando as facilidades que o seu posto lhe dá, usou os ecrans da Televisão para ocupar-se também do Centro de Informação Popular de Machico. Dispensamo-nos de classificar os termos da sua exposição, deixando que o público, depois de conferir as duas versões, faça as perguntas que achar por bem e tire as dúvidas que de uma e outra parte lhe subsistem.

1 - O senhor ao contar o assalto ao CIP, não disse que as instalações tinham sido cedidas a quatro casais de retornados, reservando-se apenas um quarto para guardar os arquivos do CIP. O senhor sabia disso, mas não quis dizer ao povo da Madeira que o CIP, sem ser partido nenhum, foi a primeira organização a colocar-se eficientemente ao serviço dos retornados de Machico, enquanto a sede de certo partido dito maioritário e dito caridoso, continua vazia. A sede e as casas dos "senhores" desse partido também continuam vazias, umas à espera do "fim de semana", outras à espera do fim de mês, outras à espera do "próximo verão" e outras à espera de ninguém. O senhor que tanta compaixão mostrou para com os retornados, devia ter dito isto aos retornados. Mas não disse.

2 - O senhor também não contou a maneira terrorista como o capitão Avelar de Sousa e os polícias entraram na casa, aos tiros, sobressaltando adultos e crianças, o que levou uma velhota, moradora no prédio, a exclamar: "Se eu sabia que a tropa fazia isto cá, eu deixava-me ficar em Angola". O senhor devia dizer isto, mas não disse.

3 - O senhor também não disse que os seus homens roubaram o dinheiro das quotas dos sócios do Centro, e queimaram na rua os nossos impressos, o papel de ofício, os envelopes timbrados, enfim, um crime de barbara destruição levado a cabo pelo seu capitão.

4 - Quanto às acusações, o senhor falou em documentos que revelam uma "íntima ligação com as organizações dos comités marxistas - leninistas". O que o Centro de Informação Popular quer ouvir e o que o povo da Madeira quer saber é a natureza desses documentos. Serão cartas confidenciais? Serão contratos e acordos? Serão planos de acção ou projectos de ataque? O povo tinha o direito de saber isso tudo. Mas já que o senhor não disse, vamos nós dizer: os documentos a que o senhor se refere são jornais, como os que se encontram em qualquer livraria ou banca de ardina. São eles "A Voz do Povo", "O Grito do Povo", "A Classe Operária" e outros jornais que o CIP recebia periodicamente, como recebia a "República", "Diário de Notícias" do Funchal e

v.s.f.f.

Anexo H (cont.)

outros. Se o seu capitão tivesse procurado bem, até teria encontrado alguns exemplares do reaccionário "Jornal da Madeira". Se Vossa Excelência não desmentir esta nossa afirmação, o povo da Madeira terá todo o direito de chamá-lo manipulador e desonesto.

5 - A outra acusação é o ficheiro, "o mais pidesco possível". Aqui o senhor teve o cuidado de dizer a existência de "fotografias de grupos humanos, inclusivamente". Pois o senhor devia ter dito quais são esses grupos humanos fotografados. Quem ouviu a sua acusação ficou logo a pensar que tínhamos em nosso poder fotografias de famílias, de partidos, de cenas íntimas, enfim, de fotografias super-clandestinas.

Pois, já que o senhor não disse, vamos nós dizer. No CIP, havia três grupos de fotografias, todas do domínio dos fotógrafos profissionais e expostas já nas suas vitrinas: um grupo era o da tomada de posse do presidente da Câmara de Machico em 24 de Setembro de 1974; o outro era o da contra-manifestação em 10 de Fevereiro de 1975; e o terceiro era o das inscrições vergonhosas que certa ralé reaccionária escreveu nas paredes, contra a moral pública, cujas cópias estão também em poder do doutor Juiz da Comarca de Santa Cruz. Os círculos à roda da cabeça das pessoas, serve para realçar a resposta que operários, camponeses e pescadores deram aos conhecidos reaccionários que nessa altura vieram provocar o povo trabalhador.

Voltamos a repetir: se Vossa Excelência não fôr capaz de desmentir a nossa versão, terenos todo o direito de chamá-lo manipulador e desonesto.

6 - Quanto à repressão que o CIP fazia, segundo a sua exposição, o senhor há-de provar a vez ou as vezes em que o CIP fez repressão. Ainda há bem pouco tempo, o senhor soube de uma bomba posta para destruir as nossas instalações. Embora o povo trabalhador nos tivesse dado pistas, nós não ousámos vingar-nos de ninguém. O senhor sabe muito bem as bombas que já rebentaram em Machico; o senhor sabe quem tirou a vista a uma criança, o senhor sabe de um senhorio que em plena via pública bateu selvaticamente num caseiro. E sabe também que nenhum desses assassinos pertence ao CIP, como também sabe que todos eles se encontram em liberdade ainda!...

7 - O que é impressionante é que V. Ex^a, considere inexplicável a existência no CIP de documentos relativos à Creche, mais precisamente Jardim de Infância, enviados directamente ao CIP pela Maria do Carmo Rodrigues, responsável pela Comissão Distrital de Assistência. Havia documentos relativos à Cooperativa e à Colonia. Até, se não os queimaram, o senhor deve ter encontrado documentos assinados por V. Ex^a e endereçados directamente ao CIP.

Sim, para V. Ex^a. que quer fazer do CIP um centro de agitação de massas é inexplicável — é mesmo incomodativo — que haja trabalho sério. Pois era aí que o senhor deveria ter demorado a sua exposição, dizendo ao povo da Madeira que o CIP é uma organização de

Anexo H (cont.)

(3)

trabalhadores, que tem promovido a luta pela justiça, por melhores condições de trabalho, melhores ordenados e mais liberdade para os trabalhadores, pela verdade e pelo direito, como a abertura do Jardim da Infância, e a Cooperativa, como a luta dos operários das Baleadeiras do Caniçal, a luta das operárias dos vides, a luta dos camponeses para a cana-do-açúcar, a luta das operárias das Conservas, das bordadeiras, das casas açambarcadas pela Machitun, a luta pela abertura da Câmara ao povo trabalhador e, como o senhor disse, a luta pela libertação dos caseiros. Decerto que não sabe que os quatro grossos volumes sobre colónia levaram-nos meses e meses de trabalho e que esses mesmos volumes foram por diversas vezes consultados por diversas entidades ligadas ao Ministério da Agricultura, entre os quais o próprio Secretário de Estado e seu consultor jurídico Dr. Sítima, quando cá estiveram a estudar o crucial problema da colónia.

Pois, todo o trabalho do Centro é este e só este. E por isso mesmo, é que ele é tão odiado pelos senhorios, pelos capitalistas, pelos exploradores, que já lá puseram uma bomba e aos quais o senhor faz a vontade. Onde se prova que o senhor também é aliado dos senhorios e exploradores. O CIP aproveita a ocasião para perguntar a V. Ex.^a o que é que fez até hoje na Madeira para libertar os caseiros da escravatura dos senhorios?...

8 - O senhor também não falou na aparelhagem sonora que o seu capitão roubou. E isto pela segunda vez. O senhor tem em seu poder dois amplificadores, colunas de som, microfones, etc., num montante de cerca de 50 contos. Dessa aparelhagem, parte é nossa, parte é emprestada e está sob a nossa responsabilidade. Os instrumentos de trabalho pertencem aos seus donos e quem os levou deve vir restituí-los. Assim, ordena a moral cívica.

9 - E em questão de moral e de leis, o CIP faz saber que o poder judicial ainda é independente de poder político. E os tribunais tanto servem para julgar os explorados como os ditadores iguais ao senhor. Não há muito tempo, determinado movimento político do continente decidiu processar uma alta personalidade do VI governo provisório por crime de injúria ou difamação. Além do processo de injúria, o senhor e os "seus homens" terão de responder pela violação de domicílios privados, bem como pelo roubo de dinheiros alheios. A este propósito, o senhor também se esqueceu de referir o inqualificável assalto à casa da senhora Maria Baptista Fernandes, da Direcção da União das Bordadeiras de Machico.

10 - Mas o que mais nos desilude é que o senhor não nos deixa apresentar publicamente a nossa defesa. O senhor que tanto falou em honestidade de informação. É para isto que quer os órgãos de Co-

Anexo H (cont.)

municação Social: para adular a verdade, para mentir, para condenar sem que, ao menos, o réu tenha hipótese de defesa.

O senhor deve saber que anda a ameaçar constantemente os locutores progressistas da Emissora Nacional, ameaçando-os até com suspensão. E a vontade era tanta que, mesmo do Porto, o senhor apresentou-se a tentar saneá-los, quando da ocupação da Emissora Nacional pelos reaccionários da "FLAMA", a quem V. Ex^a. chama retornados.

O senhor lembra-se da pressão que fez para que a entrevista do Pe. Martins não saísse na Televisão aqui na Madeira, ameaçando até que retiraria os militares que estão de vigilância à TV.

O senhor sabe que proíbe as Comissões de Trabalho da Câmara de apresentar na Televisão o seu depoimento sobre Machico.

O senhor sabe que a entrevista dada em Machico e transmitida pela RTP, no domingo passado, sobre os últimos acontecimentos não foi autorizada cá na Madeira. Ou não será isto já a independência?!

O senhor sabe que o CIP quis expôr o seu ponto de vista sobre os factos, também na TV, mas não lhe foi permitido.

Finalmente, o senhor sabe que expulsou de Machico os operadores da RTP do Continente que cá estavam em serviço oficial. O escândalo verificou-se na manhã do dia 22 de Outubro de 1975.

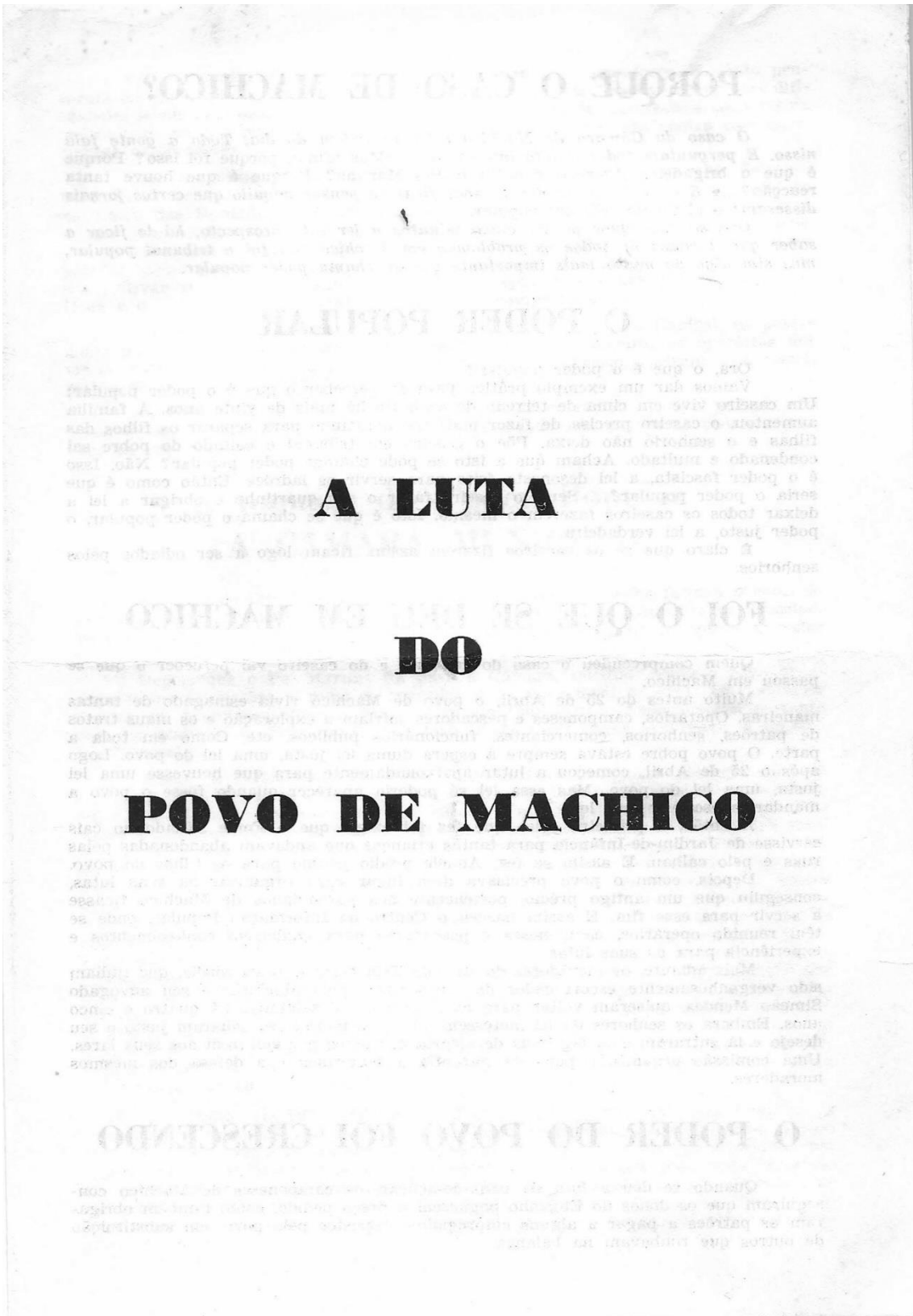
Será para isto que V. Ex^a. quer os órgãos de informação? Só para o senhor? Só ao serviço da manipulação e da exploração ideológica?! Só para restaurar a Censura e o fascismo de Gaetano?!

Senhor brigadeiro, hoje, dia 23 de Outubro, os órgãos de informação do Continente ouviram os representantes de três freguesias do Concelho de Machico que lá foram denunciar a ditadura que o senhor quer impôr na Madeira. Tivemos a alegria de saber que todos os jornalistas participantes na Conferência de Imprensa acompanharam os três representantes do povo até ao gabinete do Primeiro Ministro, obrigando a que fossem recebidos imediatamente. A Rádio Renascença, o Rádio Club, Emissora Nacional, RTP, jornais diários e tantos outros periódicos, apagaram o escândalo com que V. Ex^a. manchou a informação no dia de ontem.

O senhor mandou saquear, roubar e queimar o CIP. Apenas queimou os ossos. Porque a alma renasceu mais firme e brilhante das próprias cinzas. O CIP é o povo trabalhador de Machico que sobreviverá a todos os ditadores e exploradores, depurados em V. Ex^a. como num cabide.

Machico, 23 de Outubro de 1975

Centro de Informação Popular de Machico



PORQUÊ O CASO DE MACHICO?

O caso da Câmara de Machico está na ordem do dia. Toda a gente fala nisso. E perguntam todos, muito interessados: «Mas afinal, porque foi isso? Porque é que o brigadeiro Azeredo demitiu o Pe. Martins? Porque é que houve tanta reacção?...» E a maior parte das pessoas ficam a pensar naquilo que certos jornais disseram: o chamado tribunal popular.

Ora se você quer perder cinco minutos a ler este prospecto, há-de ficar a saber que a causa de todos os problemas em Machico não foi o tribunal popular, mas sim algo de muito mais importante que se chama poder popular.

O PODER POPULAR

Ora, o que é o poder popular?

Vamos dar um exemplo prático para se perceber o que é o poder popular: Um caseiro vive em cima de terreno de senhorio há mais de vinte anos. A família aumentou, o caseiro precisa de fazer mais um quartinho para separar os filhos das filhas e o senhorio não deixa. Põe o caseiro em tribunal e coitado do pobre sai condenado e multado. Achar que a isto se pode chamar poder popular? Não. Isso é o poder fascista, a lei desonesta feita para servir os ladrões. Então como é que seria o poder popular?... Seria o caseiro fazer o seu quartinho e obrigar a lei a deixar todos os caseiros fazerem o mesmo. Isto é que se chama o poder popular, o poder justo, a lei verdadeira.

É claro que se os caseiros fizerem assim, ficam logo a ser odiados pelos senhorios.

FOI O QUE SE DEU EM MACHICO

Quem compreendeu o caso do senhorio e do caseiro vai perceber o que se passou em Machico.

Muito antes do 25 de Abril, o povo de Machico vivia esmagado de tantas maneiras. Operários, camponeses e pescadores sofriam a exploração e os maus tratos de patrões, senhorios, comerciantes, funcionários públicos, etc. Como em toda a parte. O povo pobre estava sempre à espera duma lei justa, uma lei do povo. Logo após o 25 de Abril, começou a lutar apaixonadamente para que houvesse uma lei justa, uma lei do povo. Mas essa lei só poderia aparecer quando fosse o povo a mandar, a escrever essa lei.

E então, a primeira coisa que fez foi exigir que o Forte situado no cais servisse de Jardim-de-Infância para tantas crianças que andavam abandonadas pelas ruas e pelo calhau. E assim se fez. Aquele prédio passou para os filhos do povo.

Depois, como o povo precisava dum lugar para organizar as suas lutas, conseguiu que um antigo prédio, pertencente aos paroquianos de Machico ficasse a servir para esse fim. E assim nasceu o Centro de Informação Popular, onde se têm reunido operários, camponeses e pescadores para ganharem conhecimentos e experiência para as suas lutas.

Mais adiante, os moradores do sítio da Trincheira e Misericórdia, que tinham sido vergonhosamente escorraçados das suas casas pela Machitur e seu advogado Simeão Mendes, quiseram voltar para as suas casas desabitadas há quatro e cinco anos. Embora os senhores da lei metessem medo, os moradores acharam justo o seu desejo e lá entraram com lágrimas de alegria nos olhos por voltarem aos seus lares. Uma comissão organizada por eles garantia a segurança e a defesa dos mesmos moradores.

O PODER DO POVO FOI CRESCENDO

Quando se deu a luta da cana-de-açúcar, os camponeses de Machico conseguiram que os donos do Engenho pagassem o preço pedido, como também obrigaram os patrões a pagar a alguns empregados propostos pelo povo, em substituição de outros que roubavam na balança.

Anexo I (cont.)

Faltava ainda abater o poder dos comerciantes exploradores. E então pensaram em abrir uma cooperativa, que já conta com mil e tal sócios. Apesar das dificuldades levantadas pelo senhorio e pelas Forças do brigadeiro Azeredo, a cooperativa continua de pé e o povo sabe que ela é uma forte arma de luta contra os comerciantes exploradores.

Uma das últimas lutas foi a das bordadeiras que está em marcha. Seis mil bordadeiras de todo o concelho de Machico filiaram-se na cooperativa, instalada na União das Bordadeiras de Machico, um prédio que os patrões compraram com o suor das bordadeiras e que agora voltou às mãos dos seus verdadeiros donos.

Além destas, outras pequenas vitórias foram fazendo caminho para o poder popular, como por exemplo, os caseiros que começaram a alargar as suas casotas e a cultivar as terras dos senhorios, sem nada repartir com eles, pois a terra é de Deus e o lucro é de quem trabalha, dizem os camponeses.

Por outro lado, noutras freguesias do concelho, como no Caniçal, os pescadores ganharam a luta contra os patrões da Empresa Baleeira, as operárias dos vimes obrigaram o patrão a pagar mais e, todos em conjunto, abriram uma cooperativa para abater o poder dos comerciantes.

Na Fábrica de Conservas, os operários e as operárias fizeram justiça, exigindo o saneamento de certos indivíduos e colocando nos postos de controlo pessoas da sua confiança.

a tomada do Poder Popular

A CÂMARA MUNICIPAL -

Ao cabo de tantas lutas e vitórias, o povo achou que lhe faltava o controlo do poder oficial, a Câmara Municipal. E, com base na prospecção feita no concelho, obrigou o brigadeiro Azeredo a colocar na Câmara alguém que garantisse o poder do povo. E assim aconteceu.

Depois que o Pe. Martins foi para a Câmara, imediatamente o povo organizou-se em Comissões, a nível de concelho, e depois a nível de sítio. As Comissões tinham um poder consultivo e deliberativo em tudo quanto fosse mais importante para os destinos da Câmara. O presidente nada podia fazer sem ouvir a opinião das Comissões.

Assim, a COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, composta por operários da construção civil e por um engenheiro, tem a seu cargo todo o sector de obras do concelho e tem realizado um monte de construções, o que faz o povo dizer que em cinco meses a Comissão de Obras fez mais que todos os presidentes nos últimos dez anos. Assim, abriu três estradas, uma no Porto da Cruz, outra em Água de Pena e outra em Machico. Estradas planeadas há quinze e vinte anos e que nunca eram começadas. Melhoraram-se caminhos existentes, como o da Torre e o do Poço do Gil. Pôs-se água em sítios distantes, através de fontenários na Bemposta e na Ribeira Grande. Outro grande triunfo da Comissão de Obras foi a construção do transformador de alta tensão, no espaço de um mês, para abastecer seis sítios da freguesia de Machico. Tudo isto só foi possível pela aceitação da Comissão de Obras no meio do povo, precisamente porque o povo sentia que tinha o poder no tocante à planificação das obras. Ultimamente, estava em plano o abastecimento de água a toda a freguesia, através do aproveitamento da Fonte Vermelha, para cuja obra estava previsto o contributo de três mil contos, a dar pelas comissões de sítio, em trabalho e em dinheiro. A decisão descontrolada do brigadeiro Azeredo veio complicar seriamente toda uma série de contratos estabelecidos entre a Comissão e o povo naquele clima de amizade que os caracterizava.

A COMISSÃO DE INQUERITO E CONTAS superentendia nas finanças da Câmara, nos orçamentos, vigiando para que nada fosse esbanjado ou desviado. O povo ficou a ganhar dezenas de contos, nestes cinco meses, que seriam desviados por aqui e por ali. Há provas concretas. Um outro pormenor da actuação desta Comissão foi transferir uma verba de quinze contos, gastos inutilmente, para a electrificação do túnel entre Machico e Caniçal. Este gesto originou da parte da Empresa de Electricidade a concessão do resto do subsídio para a efectivação da obra, orçamentada em 75 contos.

Anexo I (cont.)

A COMISSÃO DE ASSUNTOS RURAIS, composta só por lavradores, conseguiu restituir à população da Bemposta, Água de Pena, um enorme poço, cujos direitos haviam sido roubados por um conhecido fascista do sítio, o qual obrigava os camponeses a regar de noite, quando estes tinham o direito de regar de dia com a água entacada durante a noite. A criação duma cooperativa de produção agrícola, em terras de senhorios, era o próximo objectivo desta Comissão.

A COMISSÃO DE ASSUNTOS MARÍTIMOS, articulada com a Comissão do Bairro dos Pescadores da Queimada, conseguiu que o aluguer das casas dos pescadores deixasse de ser pago à Caixa Nacional de Pensões para ser pago à Comissão a fim de se efectuarem melhoramentos nas mesmas casas do bairro.

A COMISSÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS tem velado pela higiene de certos estabelecimentos, pelo cumprimento das tabelas e dos horários, sobretudo no tocante a tabernas, tendo realizado já uma grande operação do género em colaboração com a PSP e as Forças Armadas.

A COMISSÃO DE ASSUNTOS CULTURAIS, entre outros planos, realizou o «Dia da Criança» no concelho de Machico e dispunha-se a avançar agora na linha de uma autêntica revolução cultural orientada para operários, camponeses e pescadores.

Paralelamente a estas Comissões de âmbito concelhio, trabalhavam as Comissões de sítio e as Direcções das organizações de base (Cooperativas, Jardim de Infância, Bordadeiras, etc.) as quais percorriam os sítios do concelho, a fim de incentivar e apoiar todos os movimentos de vontade popular.

AS CONSEQUÊNCIAS DO PODER POPULAR

Qualquer pessoa vê logo que este comportamento das Comissões fazia com que o povo trabalhador se sentisse dono da sua terra, lutando com gosto, oferecendo dinheiro, terreno e trabalho, mas sempre com a ideia de que o poder estivesse nas suas mãos. Por outro lado, estas atitudes aumentavam o ódio dos capitalistas, dos senhorios, dos comerciantes, dos polícias e, por fim, do próprio brigadeiro Azeredo, um bom criado dos capitalistas, que desprezava as Comissões Populares, dizendo que aquilo era uma carga de analfabetos. Nunca quis aceitar documentos assinados pelas Comissões. Ultimamente nem deixa as Comissões de Trabalho entrarem na sua Câmara.

É O AZEREDO INIMIGO DO POVO

É este o caso da Câmara de Machico. Não foi o tribunal popular, que nem chegou a existir. O brigadeiro Azeredo serviu-se disso só para destruir o poder das Comissões, o Poder Popular, o único verdadeiro, o único que dá rendimento.

MAS O POVO JULGARÁ O AZEREDO, MESMO A SERIO!

Porque é que os capitalistas conseguem ainda destruir o Poder Popular

Embora em Machico o povo tivesse conquistado uma certa força para impor aos capitalistas, e aos senhores do governo, grandes conquistas, a verdade é que algumas destas conquistas não puderam ser travadas dum dia para o outro. Porquê? porque no governo não é o povo quem manda... nem são partidos do povo que mandam... São senhores capitalistas ou feitos com eles.

Ora, a conquista da Câmara pelo povo, em Machico, era um perigo para os senhores capitalistas, pois o povo doutros lugares podia fazer a mesma coisa e, sentia-se mais capaz para querer mesmo mandar no governo. Isto é: o povo começa a ver que não basta conseguir alguns «pedaços» do poder. É necessário conquistar uma verdadeira Democracia Popular!

Anexo J

DEPOIMENTO DE FUNDADORES E ACTIVISTAS DO CENTRO DE INFORMAÇÃO POPULAR DE MACHICO

- QUESTIONÁRIO -

1ª – Explique o papel que desempenhou o Centro de Informação Popular, na história de Machico e da Madeira, na época pós-25 de Abril.

2ª – Foram diversos os campos de actuação desta associação. De seguida, apresentamos um elenco de algumas áreas mais significativas. Assinale, à frente de cada uma delas, com números (1, 2, 3, 4, 5, ...) o grau de importância das mesmas, relativamente ao envolvimento do CIPM, de acordo com a sua perspectiva.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO CIPM	GRA DE IMPORTÂNCIA
Atendimento da população que apresentava os seus problemas	
A mudança da gestão da CMM, com a escolha da Comissão Administrativa	
A extinção da colónia	
A luta dos Baleeiros do Caniçal	
A reocupação das casas e terrenos, pelos moradores da Machitur	
Jardim-de-Infância do Forte	
União das Bordadeiras de Machico	
Cooperativa Povo Unido	
A luta dos trabalhadores da Matur	
A acção dos produtores de cana-de-açúcar	
A luta dos trabalhadores da Fábrica de Conservas de Machico	

As actividades culturais	
O alojamento dos retornados	
O assalto ao CIPM, por ordem de Carlos Azeredo	
A oposição ao separatismo	
O tribunal popular	
A polémica da sede do CIPM	
A ordem episcopal de retirada do pároco da Ribeira Seca	
Outras que considere relevantes:	

Justifique a sua opção, em relação à seriação, por si, efectuada.

3º – Do ponto de vista pessoal, aponte alguma(s) memória(s) mais marcante(s) que tivesse retido da acção do CIPM.

Anexo L

DEPOIMENTO DE JOÃO MONIZ VASCONCELOS ESCÓRCIO

1^a

O CIP funcionou, como polo aglutinador de todos os anseios e desejos de toda uma população, que libertando-se da cegueira a que a sujeitaram durante longos anos, explodiu na sua fome de saber e sede de conhecer.

Perante o momento e a situação histórica o CIP foi um pouco de tudo (associação cívico-cultural, sindicato, recetor de queixas, reparador de injustiças, informador de direitos e deveres, promotor de cooperativas e até “orientou” eleições autárquicas...) e todo este trabalho desenvolvido em “prol do povo” num misto de anarquismo cristão/social e roçando um certo socialismo libertário.

A história desta época, a agitação e movimentação social, bem como os seus intervenientes, ainda se encontram envoltas em muitas meias verdades por vezes contadas e mais grave escritas, sem apoio de documentos comprovadores.

Ainda hoje, todos quantos escrevem sobre estes momentos históricos da nossa Região, por muito que lhes custe, não conseguem apagar a força determinante do CIP em marcar esses mesmos momentos quer sejam locais e ou regionais.

2^a

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO CIPM	GRAU DE IMPORTÂNCIA
Atendimento da população que apresentava os seus problemas	5
A mudança da gestão da CMM, com a escolha da Comissão Administrativa	4
A extinção da colónia	5
A luta dos Baleeiros do Caniçal	4
A reocupação das casas e terrenos, pelos moradores da Machitur	3

Jardim-de-Infância do Forte	4
União das Bordadeiras de Machico	5
Cooperativa Povo Unido	3
A luta dos trabalhadores da Matur	4
A acção dos produtores de cana-de açúcar	5
A luta dos trabalhadores da Fábrica de Conservas de Machico	4
As actividades culturais	5
O alojamento dos retornados	3
O assalto ao CIPM, por ordem de Carlos Azeredo	3
A oposição ao separatismo	4
O tribunal popular	2
A polémica da sede do CIPM	3
A ordem episcopal de retirada do pároco da Ribeira Seca	4
Outras que considere relevantes:	

As minhas opções, pela pontuação atribuída, vão de encontro aos resultados obtidos na ação em favor do povo e nos casos em que alguns desses resultados perduram pacificamente na memória do nosso povo.

Atribui um 2, no caso do Tribunal Popular por considerar ter sido um grande erro, cometido ao tempo e o mesmo ter afetado a imagem do CIP e a nossa como dirigentes.

3^a

Depois de tudo quanto vivemos, à época, momentos atribulados, sinto-me inteiramente pago e recompensado, passar tranquilamente nas ruas do meu Machico,

ao ser reconhecido e cumprimentado efusivamente pelos mais simples “compagnons” que relembram o vivido.

A memória que tenho e que mais me marcou foi aquando da manifestação, dirigida pelo CIP, contra a ordem episcopal da retirada do Pároco da Ribeira Seca.

Partimos de Machico, algumas centenas. Ao atravessar o Funchal, em direção ao Paço Episcopal a aderência e apoio dos populares foi tamanha que chegamos ao Paço aos milhares. Pelo fim da tarde foi impressionante ver chegar os operários da construção civil, os empregados da hotelaria, as bordadeiras, os estivadores e muitos outros.

Saldou-se num grande movimento de massas e de mobilização política contra a tirania e autoritarismo duma Igreja mal orientada por um Bispo ultra direitista e a quem se ficou a dever os anos que se seguiram, até hoje, da democracia controlada e musculada regional. Considero que o bispo Santana aliado ao Carlos Azeredo, prepararam o poder ao Alberto João.

Mais desejaria, dar nota, duma força, muitas vezes esquecida pelos fazedores e contadores de história, as nossas mulheres machiquenses, as quais sempre marcaram presença nos momentos mais difíceis e foram o sal de todo este movimento.

10.Agosto.2015

João Moniz Vasconcelos Escórcio

Anexo M

DEPOIMENTO DE JOSÉ MARTINS JÚNIOR

O papel do CIP/M explica-se pela sua certidão de nascimento, a qual, sem escrita, é de narrativa completa, dado que foi o clamor da população que lhe deu consistência e persistência.

Com efeito, o corpo e o espírito da “Revolução dos Capitães” em Lisboa já estavam no ADN da população da Madeira, mas mui particularmente, nas gentes de Machico. E de tal forma que a indignação reprimida até ao sufoco, no Povo de Machico durante séculos explodiu na praça pública, embora sem armas, no entanto com a força da sua voz, porventura com alguma agressividade verbal contra os corifeus do regime salazarista em Machico. As pessoas estavam ansiosas por desabafar as suas mágoas ancestrais, os pesadelos de pais e avós, perpetrados pelo poder municipal, aliado ao poder senhorial e até eclesiástico. Pode, pois, considerar-se o IP/M uma emanção do Povo, os humilhados e ofendidos deste concelho.

Então dirigiam-se aos líderes naturais desta área, os que já antes de Abril, tinham dado a cara, afrontando os representantes, locais e regionais, do fascismo arregimentados nas Câmaras, nas regedorias, nos serviços de notariado, nos armadores e nos empresários sem escrúpulo e, por mais estranho que pareça, naquele reduto terciário ou quaternário dos pequenos comerciantes que funcionavam, muitos deles, como agentes informadores da policia política de Salazar, a “pide”.

Choviam, pois, em catadupa os queixumes, as reclamações, o desejo de desagravo imediato. Mas era impossível atender na via pública tanta multidão. Erra imprescindível a criação de um espaço físico para catalisar e estruturar tamanha tarefa. Foi quando solicitei ao pároco de Machico, Pe. Manuel de Andrade, a permissão de utilizar a antiga sede da Juventude Agrária Católica (JAC) para atender as pessoas. A referida sede, propriedade da Fabriqueira da Igreja de Machico, estava já desactivada nessa altura. O sucesso do meu pedido deveu-se a três factores: primeiro, porque fora nomeado, desde 1969, pároco da Ribeira Seca e coadjutor da matriz de Machico;

segundo, porque ligavam-me ao Pe. Manuel de Andrade laços de afinidade, dado que tinha sido padrinho meu no Sacramento do Crisma, desde a década de 50 do passado século; terceiro, porque, enquanto funcionou a JAC como centro de animação cultural e religiosa, fui também um dos dinamizadores dessas actividades, de modo que conhecia bem “os cantos da casa”.

Enquanto centro aglutinador psico-sociológico da população do concelho, o CIP/M recebia os *input's* que ali chegavam. Mas os “consulentes” (o termo é rigorosamente exacto) não se contentavam com isso. Queriam os *output's*, soluções, respostas quase imediatas, o que redundava num redobrado e doloroso sofrimento para quem os atendia. Felizmente, entre estes (hoje chamaríamos *call-center's* presenciais) contavam-se alguns jovens que tinham fugido para França, como desertores da guerra colonial, e de lá, sobretudo, de Paris traziam o espírito e a chama do “Maio/68”. Muitos outros estudantes (actualmente, médicos, advogados, engenheiros) bem como rapazes e raparigas, tanto do meio urbano como das zonas rurais, praticavam, já nessa altura, um verdadeiro serviço de voluntariado. E o que mais impressionava era a alegria, o empenho e autenticidade com que o faziam. O CIP/M bem poderia chamar-se então “Fórum da Doação e da Alegria”.

Impotente para a solução directa de certos problemas de outrora, o CIP/M encaminhava para quem de direito pudesse responder mais eficazmente aos anseios expressos da população. Noutros casos, foi o próprio Povo que se encarregou de encabeçar a luta para derrubar os fantasmas do fascismo que lhes roubavam os inalienáveis direitos de cidadania. Assim, por exemplo, nasceram as operações de vanguarda, tais como, a ocupação dos engenhos de cana sacarina, em Machico e no Funchal, até que fosse atribuído o preço justo ao produtor. Assim, a recusa em reconhecer o abuso e a exploração dos senhorios, até que foi aprovada a Lei da Extinção da Colonia, no parlamento regional, em 1977. Assim, os pescadores do Caniçal, as bordadeiras de Machico, Assim, também, a vigilância popular contra os bombistas (hoje dir-se-iam *jihadistas*) do movimento separatista “Flama” que, encapuzados no antro da noite, fizeram estremecer Madeira e Porto Santo mas, aproximando-se de Machico, foram logo detectados e desmascarados. Em síntese, o CIP/M outro sucesso não teve (e essa é a sua maior glória) senão o de aceitar que o Povo ocupasse a centralidade originária na vivência e no desenvolvimento da Revolução dos Cravos em Machico e, daqui, para outras localidades da Região.

Os colaboracionistas da “Flama”, instalados no poder, destruíram o CIP/M, enquanto espaço físico, raptaram sem mandado judicial todos os documentos onde permaneciam escritos o sangue, o suor e as lágrimas de um Povo, mas não lograram secar a sua vitalidade anímica, como demonstraram as populações após a selvática perseguição, a mando do brigadeiro Azeredo e, mais tarde, de Alberto João Jardim. Foi o CIP/M que esteve no coração e na nomenclatura com que ficou cognominado este concelho: “MACHICO-TERRA DE ABRIL”

+++

Quanto à importância dos *item's propostos*, não é fácil, nem mesmo possível, balizar gradativamente os contributos mais incisivos deste movimento associativo de base, dado que todas as acções enunciadas sucederam-se num turbilhão tão solidário e, ao mesmo tempo, tão sincronizado que será difícil dissociar umas das outras. No entanto, as minhas opções incidiriam em dois vectores determinativos:

1º - A prospecção (na altura, designámos “eleição”) dos nomes que as pessoas mais desejariam para exercer o poder, então vacante, na Câmara Municipal. Analisado em retrospectiva, pode em boa verdade afirmar-se que se tratou da “eleição” mais genuína --- tanto a nível representativo, como a nível participativo --- visto que a consulta foi feita porta-a-porta, em boletim fechado. Numa primeira volta, os “votantes” escreviam os nomes da sua inteira opção, de cujo vasto elenco foram seleccionados os cinco mais “votados”. Numa segunda volta, distribuíram-se novos envelopes para que, desses cinco, escolhessem três, os quais foram levados, depois, à consideração do governador civil e militar já citado. Aqui começou uma nova saga de avanços e recuos, indecisões, novas consultas à população, desta vez, tuteladas pela autoridade regional, através de elementos das Forças Armadas, sob o comando do então Major Oliveira. Não obstante a oposição do brigadeiro Azeredo, este foi “obrigado”, ao fim e ao cabo, a cumprir o VOTO da população expresso no boletim inicial da auscultação levada a efeito pelo CIP/M.

O segundo grande momento da acção do CIP/M consistiu na expansão, para outras freguesias da Madeira (Ponta Delgada, Ponta do Sol, as zonas altas do Funchal, por ex.) da luta dos “caseiros” da Madeira numa onda crescente e avassaladora que

culminou na supra-mencionada aprovação na ALR do decreto legislativo que extinguiu definitivamente o “leonino” contrato da colonia.

Para descrever-se a trajectória das restantes conquistas de Abril em Machico, via CIP/M, requerer-se-iam outros tantos volumes como este, proficientemente (temos a certeza) produzido pelo Dr. Bernardo Martins.

Ribeira Seca, 10.Agosto.2015

Padre José Martins Júnior

Anexo N

DEPOIMENTO DE MARIA ALICE FRANCO SANTOS

1^a

Explicar o “*papel que desempenhou o Centro de Informação Popular, na história de Machico e da Madeira, na época pós-25 de Abril de 1974*” sem fazer referência à sua génese, que foi a consciência e a intervenção política e cívica do povo da Ribeira Seca, liderada pelo seu pároco Padre José Martins Júnior, em quase todas as áreas de actuação do Centro de Informação Popular no pós-25 de Abril é, a meu ver, deixar na “sombra” a essência da história de Machico e da Madeira.

Com efeito, desde os anos 70, que o povo da Ribeira Seca, através da sua poesia popular, musicada pelo seu pároco Padre José Martins Júnior e cantada nas festas populares, do Senhor e da Senhora do Amparo, padroeira da freguesia, denunciava e reivindicava a extinção de vários tipos de repressão e de discriminação social, nomeadamente: o fim do regime de colónia em Machico e na Madeira sob o lema “**A terra para quem a trabalha**”; o fim da exploração da Bordadeira de Casa; o justo pagamento aos produtores da cana-de-açúcar; mais saúde e educação para as suas famílias; mais caminhos, habitações condignas e água canalizada para as populações, que levou à intervenção e proibição daquelas festas populares pela Pide-DGS e pela Diocese do Funchal, que determinou o afastamento do pároco Padre José Martins Júnior da paróquia, determinação que, até hoje, não foi cumprida por vontade dos seus paroquianos.

No 1º de Maio de 1974, o povo da Ribeira Seca desceu à Vila e, em manifestação, percorreu todas as ruas de Machico, dinamizou e mobilizou, assim, as demais populações para o momento histórico do 25 de Abril e do 1º de Maio de 1974, cantando e entoando palavras e gritos há muito incontidos “**Machico é Nosso**”. “**Nosso no sangue, nosso na alma, nosso na marcação de um futuro mais belo e digno**”.

É este “mar” de gritos e de reivindicações do povo de Machico que o Centro de Informação Popular, criado em meados de Maio de 1974, acolheu e dinamizou, dando

voz às inúmeras comissões de freguesias que entretanto se formaram, chamando, assim, o povo de Machico a participar na discussão dos seus problemas e na forma de os solucionar.

Sob a égide do Centro de Informação Popular, pela primeira vez, o povo de Machico elegeu uma Comissão Administrativa para governar a Câmara Municipal do seu Concelho.

Nos diversos campos de actuação, o Centro de Informação Popular criou e deu voz a diversas outras associações, nomeadamente: a “**UCIM -União dos Caseiros da Madeira**”, com o seu jornal “**O Caseiro**”, que teve o papel essencial na elaboração e aprovação de legislação para a extinção do regime de colónia na Madeira, processo que ainda decorre; a **Cooperativa - Casa das Bordadeiras de Machico**, cooperativa de bordados, que, pese embora a crise financeira dos últimos anos, ainda hoje labora; o **Jardim de Infância do Forte de Machico**, que, pela primeira vez, acolheu os filhos dos camponeses, operários e pescadores no ensino e actividade infantil no Concelho de Machico; a **Cooperativa de Consumo Povo Unido**, essencial na informação e formação dos seus associados no sistema cooperativa no país.

Nas várias frentes de luta e de reivindicação dos trabalhadores, nomeadamente: Baleeiros do Caniçal; Moradores da Machitur; Trabalhadores da Fábrica de Conservas de Machico, Trabalhadores dos Engenho da Madeira; Trabalhadores de Hotelaria e Outros foi o Centro de Informação Popular de Machico que organizou, dinamizou e deu voz aos seus legais representantes, com a criação de comissões de trabalhadores, elaboração de moções e de cadernos reivindicativos, que apresentavam junto dos plenários de trabalhadores e das entidades patronais.

No campo político, social e cultural, o Centro de Informação Popular de Machico esteve sempre na linha da frente, consciencializando e politizando a população de Machico e da Madeira para a importância do seu voto e da sua intervenção cívica na construção de uma sociedade melhor, onde a liberdade de expressão e de voto são os seus verdadeiros alicerces.

2ª

Em meu entender, todas as áreas de intervenção do Centro de Informação Popular de Machico foi de primordial importância, todavia destacando o processo de

extinção do regime de colónia na Madeira, único no país e a resistência do povo da Ribeira Seca, que, até hoje, mantém o seu pároco Padre José Martins Júnior na paróquia, contra todas as intervenções da Diocese do Funchal ao longo dos anos.

3ª

Efectivamente, tive a honra e o privilégio de, desde os anos 70, pertencer e ajudar a dinamizar este “mar” de ideais e de sonhos, que se iniciou na paróquia da Ribeira Seca, de onde sou paroquiana, e que continuou no Centro de Informação Popular de Machico, com intervenção directa na criação das Cooperativas, de Consumo e de Bordados, no Jardim de Infância do Forte, no processo de extinção do regime de colónia na Madeira, no processo de resistência do povo da Ribeira Seca em manter o seu pároco Padre José Martins Júnior na paróquia e em muitas outras áreas de intervenção.

A memória que guarda de todo este processo é de **resistência** do Centro de Informação Popular de Machico relativamente a tudo e a todos os que quiseram, e ainda querem, “assombrar” o seu papel na construção da história de Machico e da Madeira.

E, assim, o Centro de Informação Popular de Machico deverá ficar na história recente de Machico e da Madeira, na luta pela liberdade, pela igualdade e pelo bem estar social das suas populações.

Lisboa, 10 de Agosto de 2015.

Maria Alice Franco Santos

Anexo O

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO
RECEBIDO ORIGINAL
29/08 2014
O FUNCIONÁRIO

Excelentíssima

Câmara Municipal de Machico

Assunto: PROPOSTA DE AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DO PRÉDIO URBANO SITUADO NA RUA DO RIBEIRINHO, 21 –CIDADE DE MACHICO

LINO BERNARDO CALAÇA MARTINS, portador do CC nº 5100210 e do NIF nº 119745771, residente no Caminho do Larano, nº 57, 9200 - 109 MACHICO, na defesa do património, pugnando pela cultura local e na perspectiva do interesse público, entende, por bem, apresentar ao plenário da Câmara Municipal de Machico, a seguinte proposta:

- 1 – Existe um prédio urbano na Rua do Ribeirinho, nº 21, desta cidade de Machico;
- 2 – O mesmo fica contíguo ao Solar do Ribeirinho;
- 3 – Nesse imóvel, funcionou a Juventude Agrária Católica, antes da Revolução do 25 de Abril de 1974;
- 4 – Logo após este acontecimento histórico, foi sede do Centro de Informação Popular (CIP), polo dinamizador dos ideais da “Revolução dos Cravos” em Machico e na Madeira;
- 5 – Neste momento, conforme placa afixada no referido edifício, o mesmo encontra-se à venda;
- 6 – Seria desejável que o Município procedesse à sua aquisição;
- 7 – Tal acto poderia proporcionar, entre outras, duas iniciativas bastante importantes: a extensão do Núcleo Arqueológico do Solar do Ribeirinho e a criação de um espaço cultural alusivo ao Centro de Informação Popular e a outros movimentos afins;
- 8 – É certo que a conjuntura económica e a situação financeira municipal não são as mais favoráveis, mas deve-se equacionar a possibilidade de estabelecer-se parcerias com outras instituições para o efeito, canalizando-se recursos regionais, nacionais e até comunitários para este projecto;
- 9 – Neste entendimento, propõe-se que a Câmara Municipal de Machico estude a viabilidade jurídica e financeira da “Casa do Ribeirinho” se transformar em propriedade pública e ao serviço da história e da cultura.

Com os melhores cumprimentos,

Machico, 29 de Agosto de 2014

(Lino Bernardo Calaça Martins)

Anexo P

CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS LOCAIS

(25.04.1974 - 25.11.1975)

1974

MÊS	DIA	ACONTECIMENTO
Abril	25	Golpe de Estado /Movimento dos Capitães.
Mai	1	Manifestação que percorreu várias ruas de Machico.
	<i>“Em princípios de Maio”⁸⁵⁷</i>	Instalação do grupo do CIPM no nº 21 da Rua do Ribeirinho, Machico nº 21.
	2	Rufino Teixeira pediu a demissão do cargo de presidente da CMM.
	18	Sarau, na Vila de Machico, do qual resultou o documento enviado à Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, reivindicando a criação de uma creche no Forte do Cais, destinado às crianças de Machico.
Junho	8	1ª ficha de atendimento datada mais antiga, em papel timbrado do CIPM.
	11	Francisco Paulo é suspenso de vice-presidente da CMM, por ordem do Governo do Distrito.
	12	Ficha do CIPM, destinada à “Eleição para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico” (1º escrutínio).
	14	Manifestação frente à Câmara, exigindo mudança na administração municipal e denunciando os funcionários servidores do anterior regime.
	15	Exoneração de Rufino Teixeira, por alvará do Delegado da Junta de Salvação Nacional e Encarregado do Distrito do Funchal, Carlos Azeredo, exoneração essa já solicitada a 2 de Maio. Foi nomeado seu substituto o vereador mais velho, João Araújo, tendo em conta que o vice-presidente da CMM encontrava-se suspenso das funções.
	17	Francisco Paulo exonerado do cargo de vice-presidente da CMM, por alvará do Governo do Distrito do Funchal.
	18	1º comunicado do CIPM divulgado na imprensa local.
Julho	26	Divulgação na imprensa, pelo CIPM, dos resultados do 1º escrutínio para a escolha da Comissão

⁸⁵⁷ *Diário de Notícias*, Funchal, 14 de Dezembro de 1974, Comunicado da Acção Católica de Machico, C. PMCM.

		Administrativa da CMM.
	28	Assembleia popular na Vila de Machico, para apresentação dos cinco candidatos e suas propostas ao 2º escrutínio, para a eleição da C.A. da CMM.
Agosto	6	Comunicação do CIPM ao Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira do apuramento dos escolhidos pela população, no 2º escrutínio.
Setembro	12	Comunicação do CIPM ao governador da Madeira, dando conta da constituição da Comissão Administrativa da CMM: presidente, José Alexandre Teixeira, advogado (representante da freguesia de Machico); vogais João de Lemos Silva, mecanógrafo (Porto da Cruz) e José Lúcio Ribeiro Martins, tipógrafo (Caniçal).
	18	Governador do Distrito do Funchal anunciou que propusera ao Ministro da Administração Interna a dissolução da Câmara Municipal e a nomeação da Comissão Administrativa.
	24	Tomada de posse da Comissão Administrativa da CMM, presidida por José Alexandre Teixeira, nos Paços do Concelho.
Outubro	6	“Domingo Nacional do Trabalho”, apoiado pelo CIPM, com o objectivo de assinalar vitória sobre os contra-revolucionários, no 28 de Setembro de 1974. Comício comemorativo na Vila de Machico.
	7	Comemoração do Dia Mundial da Criança, pelo CIPM.
	23	Relatório do CIPM sobre o fim do regime de colónia. Assembleia de colonos, na Cooperativa Agrícola do Funchal, com a participação do Secretário de Estado da Agricultura, Esteves Belo.
	26	Sessão de “canto livre”, com Vitorino, Fausto e Tino Flores, na Vila de Machico.
Novembro	5	Carta do Bispo do Funchal ao Pe. José Martins Júnior, decretando que este deixava de ser pároco da Ribeira Seca.
	6	Reunião dos paroquianos, no adro da Igreja da Ribeira Seca.
	7	Manifestação de protesto dos paroquianos da Ribeira Seca, com o apoio do CIPM, frente ao Paço Episcopal, no Funchal, exigindo a revogação da decisão de Francisco Santana.
	8	Diocese esclarece, publicamente, que mantém a sua deliberação de retirar a paroquialidade da Ribeira Seca a Martins Júnior.
	8	Carta aberta do CIPM ao bispo do Funchal, Francisco Santana.

	9 (?)	Abaixo-assinado, encabeçado pelo pároco da Vila de Machico, Pe. Manuel Severino Andrade, manifestando repulsa pela Carta aberta do CIPM ao Bispo.
	25	Início do funcionamento do Jardim de Infância, no Forte do Cais.
Dezembro	3	A Acção Católica e o Curso de Cristandade resolveram mudar a fechadura da porta de entrada do CIPM.
	5	Fernando Rebelo, governador do Distrito, procedeu a alterações na constituição das comissões recenseadoras de Machico, Água de Pena e Porto da Cruz, nomeadas por Alexandre Teixeira, por estarem pessoas ligados ao regime anterior e ao partido único, a ANP, ficando como alguns dos seus substitutos elementos do CIPM.
	6	Ocupação popular da sede do CIPM e sua entrega a esta associação.
	8	Tomada de posse das Comissões Recenseadoras de Machico e Água de Pena, realizada na CMM
	9	Reunião entre Carlos Azeredo, a ACM e o CIPM, sobre a reocupação da sede desta organização.
	15	Assembleia popular, na Vila de Machico, visando a avaliação do trabalho produzido pela Comissão Administrativa da CMM, não tendo esta comparecido, apesar de convidada pelo CIPM.
	24	Comunicado de moradores do Lombo das Faias, Santo António da Serra, contra CMM, reclamando a construção de uma estrada, o corte de pinheiros e transporte público.

1975

MÊS	DIA	ACONTECIMENTO
Janeiro	?	Panfleto <i>Povo de Machico</i> do CIPM contesta a actuação da C.A. da CMM.
	22	Carta do Povo do Santo da Serra à Comissão Administrativa da Câmara de Machico, Lombo das Faias, responsabilizando-a pelo abate de um pinheiro sobre uma moradia no sítio do Lombo das Faias.
	6	Assembleia pública, por iniciativa do CIPM, para a avaliação do trabalho da CMM, tendo a sua Comissão Administrativa sido convidada a participar, mas não compareceu.
Fevereiro	8	Ocupação dos Paços do Concelho, visando o afastamento do presidente da edilidade, Alexandre Teixeira.
	9	2º dia de ocupação da CMM.

		Reunião do governador, Fernando Rebelo, com a Comissão de Ocupação e de um grupo apoiante de Alexandre Teixeira.
	10	3º dia de ocupação da CMM. Desocupação dos paços do Concelho. Contra-manifestação dos adeptos de Alexandre Teixeira, tendo originado confrontos. Afastamento do edil. Mantêm-se os vogais João Lemos e Lúcio Martins.
	11	Anúncio da auscultação concelhia, sob o comando do major Oliveira, para saber quem deveria ser o novo presidente da C.A. da CMM.
	12	Consulta popular em Água de Pena e no Caniçal.
	13	Consulta popular no Santo da Serra.
	14	Consulta popular no Porto da Cruz.
	15	Consulta popular em Machico (Ribeira Grande, Ribeira Seca e Caramanchão).
	16	Consulta popular em Machico (Banda de Além e Vila).
	19	Relatório da auscultação concelhia, feita pelo major Oliveira, da autoria da Comissão de Ocupação da Câmara. Fernando Rebelo pede, ao Ministro da Administração Interna, a sua exoneração de governador do Distrito do Funchal, em relação ao qual o CIPM tinha exigido o seu saneamento.
Março	12	Concentração de apoio à vitória do MFA no 11 de Março de 1975, na Vila de Machico.
	19	Manifestação realizada no Funchal, com a participação do CIPM, contra o capitalismo e o governador Fernando Rebelo.
	31	Os produtores de cana sacarina de Machico, com o apoio do CIPM, participam num comício, seguido de manifestação e ocupação do engenho do Hinton, no Funchal.
Abril	8	José Martins Júnior tomou posse como presidente da Comissão Administrativa da CMM, no Palácio de São Lourenço, Funchal. Continuam como vogais João Lemos e Lúcio Martins.
Maior	1	Tomada de posse, das Comissões de trabalho do concelho, conferida pela Comissão Administrativa da CMM, sob a presidência de Martins Júnior, uma

		cerimónia dirigida pelo presidente da Junta de Planeamento da Madeira, Carlos Azeredo.
	6	Escritura de constituição legal do CIPM.
	21 (?)	Início da actividade da Cooperativa Povo Unido, funcionando provisoriamente na sede do CIPM.
Junho	6	Ocupação da nova sede da Cooperativa Povo Unido, um imóvel da Rua General António Teixeira de Aguiar, frente à Igreja Matriz, pertencente a Luís Nunes Vieira, «Seringa».
	?	Primeira greve dos trabalhadores da Fábrica de Conservas de Machico, pelo saneamento do encarregado do serviço, António Dias.
	20	Greve dos baleeiros do Caniçal, por melhores salários.
	21	Ocupação do prédio do Grémio dos Industriais de Bordado, no sítio da Pontinha, Machico, pela União das Bordadeiras de Machico.
Julho	12	Fim da greve dos baleeiros do Caniçal, iniciada a 20 de Junho de 1975.
	27	Manifestação, no Funchal, a favor da independência da Madeira, a qual teve a oposição do CIPM.
Agosto	11	Escritura da constituição da “ <i>Cooperativa Operária, Piscatória e Camponesa Povo Unido</i> ”, no Cartório Notarial de Machico.
	29	Aparecimento de inscrições a favor da independência da Madeira e da FLAMA, nas paredes do empreendimento turístico da Matur, freguesia de Água de Pena, concelho de Machico. Tribunal Popular, na porta da CMM.
Setembro	4	Carlos Azeredo demitiu Martins Júnior do cargo de presidente da CMM, alegando os acontecimentos do Tribunal Popular (29.Agosto.1975). Mantêm-se em funções os vogais João Lemos e Lúcio Martins. Martins Júnior reúne, em Lisboa, com COPCON e desloca-se à redacção do jornal <i>A Capital</i> . Confrontos violentos em Machico.
	5	Novos confrontos na Vila de Machico.
	7	Agitação violenta em Machico.
	?	Forte de São João Baptista recebe os retornados de África.
	?	Ultimato da FLAMA, ordenando o abandono da “República da Madeira”, até 17 de Setembro, por parte de vários cidadãos, entre os quais, Martins Júnior.

	13	<p>Regresso de Martins Júnior à Madeira, tendo sido recebido, no aeroporto de Santa Cruz, por centenas de pessoas, que vieram em cortejo, a pé, até Machico.</p> <p>Comício no Caniçal de apoio a Martins Júnior.</p>
	14	<p>Comício na Vila de Machico, contra o separatismo e a demissão de Martins Júnior do cargo de presidente da CMM.</p> <p>Queima pública de exemplares de <i>A Capital</i>, considerando o seu correspondente como adepto do separatismo.</p>
	18	<p>Manifestação no Funchal, contra o separatismo.</p> <p>Quarto atentado bombista do dia, na Madeira, ocorrido em Machico, atrás da sede do Centro de Informação Popular.</p>
	?	<p>Envio de um abaixo-assinado a Carlos Azeredo, pedindo o encerramento do CIPM e da Cooperativa Povo Unido, bem como a expulsão da ilha, por tempo indeterminado, do grupo afecto a Martins Júnior.</p>
	21	<p>Plenário de vários organismos populares de Machico que exigem o regresso de Martins Júnior à CMM e a realização de uma reunião, nos Paços do Concelho, com Carlos Azeredo.</p>
Outubro	?	<p>Segunda greve dos operários da Fábrica de Conservas de Machico, exigindo aumentos salariais e pagamento de horas extraordinárias.</p>
	14	<p>Comissões de moradores não abandonam a Sala de Sessões do Município, exigindo que Azeredo fosse a Machico reunir com elas.</p> <p>Enviado um efectivo militar e policial à CMM, tendo conseguido a desocupação do local, pois uma das comissões representação seria recebida pelo governador, no Funchal.</p> <p>Lançamento de granadas lacrimogéneas, face à resistência de 200 pessoas no Largo da Câmara.</p> <p>Reunião os populares com Carlos Azeredo, o qual afirmou que Martins Júnior não voltava à CMM e que esta passava a ser dirigida, a partir desta altura, pelo seu secretário, Eugénio Rodrigues.</p>
	16	<p>Rebentamento de um engenho explosivo na viatura particular EE-86-47, pertencente a José Ferreira Borges, cunhado de Martins Júnior, próximo da Casa dos Pescadores do Bairro da Queimada, Água de Pena</p> <p>Ocupação da CMM, pelos populares; sua desocupação pelas forças militares e policiais.</p>

		Invasão da sede do CIPM, por ordem do governador Carlos Azeredo.
	18	Manifestação no Funchal, contra Azeredo e exigindo o regresso de Martins Júnior ao cargo de presidente da CMM.
	22	Comunicação de Carlos Azeredo, no Emissor Regional da R.T.P., abordando os factos ocorridos no dia 16.
	23	“Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo”, da autoria do CIPM.
	23	Delegação de Machico em Lisboa, realizando uma conferência de imprensa nacional e reunindo com elementos do Gabinete do 1º Ministro, Pinheiro de Azevedo e do COPCON, exigindo retorno de Martins Júnior à CMM e fim das actividades separatistas na Madeira. Expulsão da Madeira, conduzida por Carlos Azeredo, de uma equipa do Continente da RTP que se encontrava em Machico, a fazer uma reportagem, nomeadamente sobre a Ribeira Seca.
Novembro	10	Escritura da UBM, no Cartório Notarial de Machico.